

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de requalificação do PTDRS é resultado da uma análise sobre o Território do Mato Grande, na perspectiva de identificar aspectos relevantes para implementação de uma Estratégia de Desenvolvimento Territorial adotada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT.

Para orientar essa análise, foi sugerida uma matriz elaborada pela SDT, objetivando aglomerar um conjunto organizado e suficiente de informações pertinentes ao Território, que teve um roteiro básico, mediante diagnóstico realizado, com fundamento nas dimensões da sustentabilidade: Sociocultural Educacional, Ambiental, Socioeconômica e Político Institucional, princípios formuladores, eixos, estratégias, programas, projetos e planos de negócios.

A conclusão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território do Mato Grande deverá servir de suporte para implantação de Políticas Públicas, uma vez que o desenvolvimento territorial perpassa pela esfera interministerial resultando em 04 (quatro) grandes áreas de resultados:

1- Fortalecimento da gestão social;

- Colegiados de Desenvolvimento Territorial constituídos, estruturados, qualificados para a coordenação da gestão territorial e funcionando de acordo com as resoluções do CONDRAF;
- Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável - PTDRSs elaborados, em execução e acompanhados, sob a coordenação do Colegiado Territorial;
- Colegiados de Desenvolvimento Territorial integrados a outras institucionalidades e/ou redes territoriais, mesorregionais, estaduais e nacionais.

2- Dinamização econômica dos territórios; (*mola propulsora do desenvolvimento sustentável dos Territórios*)

3- Fortalecimento das redes sociais de cooperação; e

4- Articulação de Políticas Públicas

A metodologia utilizada colaborou definitivamente com a qualidade da participação, dentro de um processo de orientação pedagógica que permitiu o bom entendimento do motivo e para qual finalidade o PTDRS.

O Plano foi construído com base na ótica dos que participam do Colegiado mediante oficinas, as quais consistiram em espaços importantes na construção de conhecimentos acerca do PTDRS, o que permitiu a intervenção do conjunto de representações que integram as instâncias organizativas do Território, com suas análises e propostas voltadas para o desenvolvimento sustentável do Território.

Destacamos que o referido trabalho é resultado de um estudo realizado na perspectiva de subsidiar as ações de desenvolvimento territorial, apresentado ao Instituto de Assessoria a Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável – IDS, como resultado da consultoria, por produto, realizada para cumprimento de meta.

BASES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

Capítulo I

BASES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

1.1 Justificativa

A construção do PTDRS do Mato Grande atende a proposta de consolidação da estratégia de desenvolvimento territorial que tem como intuito unir diversos atores sociais, sejam eles instituições, entidades ou pessoas, na concretização do desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, na diminuição da pobreza e das desigualdades sociais. Dessa forma, esse documento configura-se como um instrumento de planejamento territorial que norteará às estratégias de ação direcionadas a melhoria da qualidade de vida da população residente no Território do Mato Grande.

1.2 Processo de Construção do PTDRS

No processo de construção do PTDRS tomou-se como procedimento metodológico um aparato técnico que envolveu desde pesquisa bibliográfica até a realização de visitas in loco, compreendendo reuniões com membros do colegiado, oficinas territoriais com representantes das câmaras temáticas para a coleta de informações. No decorrer desse processo, foram realizadas reuniões de validação das ações estratégicas construídas com a participação do poder público e da sociedade civil organizada, como também a definição do modelo de gestão que norteará a condução das ações previstas no referido plano.

1.2.1 Bases Conceituais: Desenvolvimento Territorial

Na elaboração do PTDRS do Mato Grande considerou-se o conceito de território como elemento norteador, uma vez que o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais considera o mesmo como um espaço geográfico em que há uma interação entre diversos aspectos sejam eles ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos. Para o referido programa, o território é:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p.11).

Dessa forma, o Mato Grande constitui-se como um território onde ocorre uma interação entre as diversas instâncias, sejam elas, ambientais, sociais, culturais, econômicos ou políticos institucionais. Considerando essa realidade, o Mato Grande refere-se a circunscrição territorial composta por dezesseis municípios, cujos membros são: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros.

Essa delimitação espacial foi adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT por apresentar características ambientais, econômicas, culturais, políticas e institucionais similares.

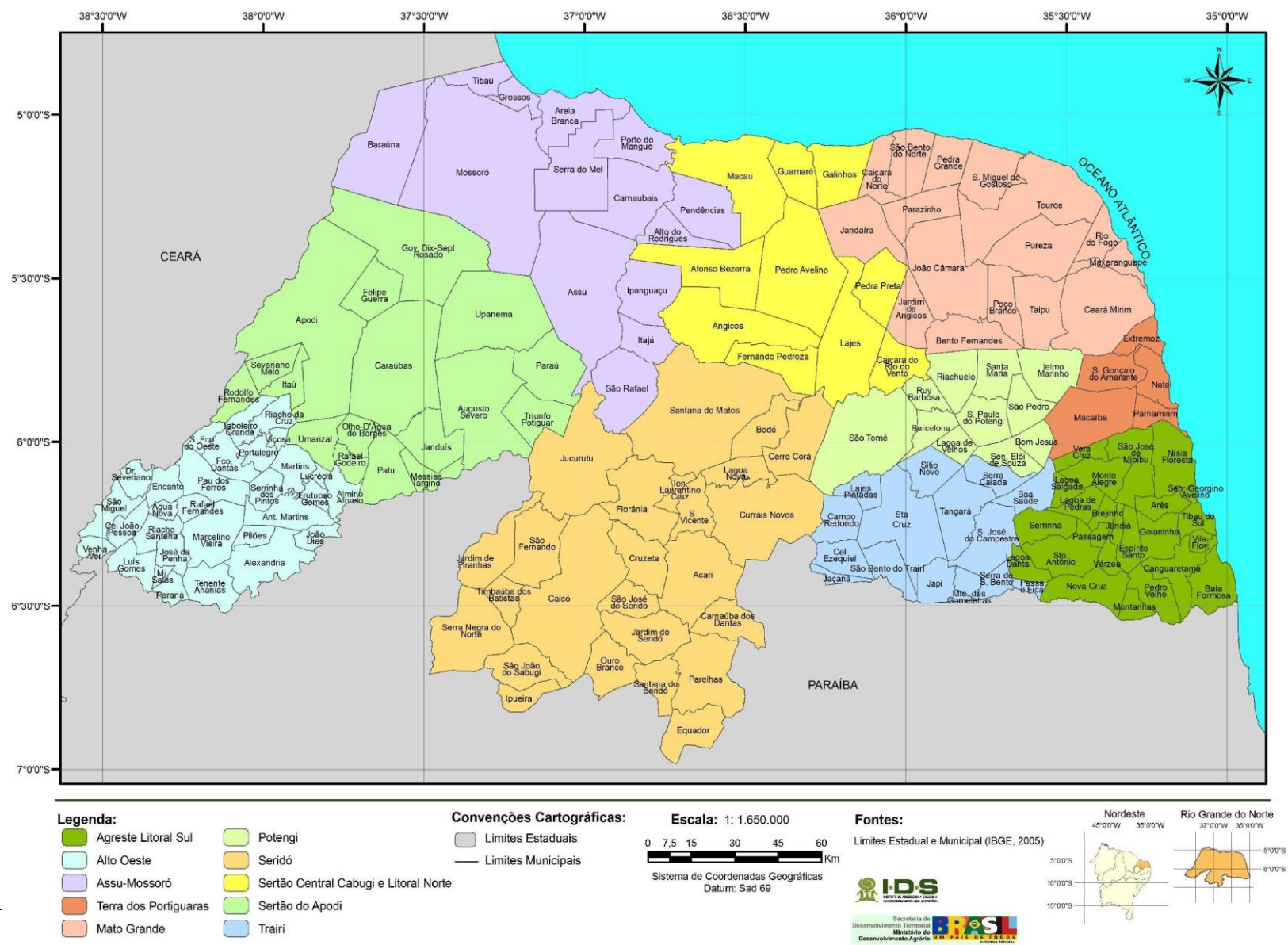
1.2.2 Bases Metodológicas

Na elaboração do PTDRS do Território do Mato Grande utilizou-se como metodologia para a consolidação do referido plano, a realização de pesquisa de campo, onde foram coletadas informações valiosas sobre a realidade local que serviram de aporte para a estruturação do diagnóstico analítico que levou em consideração as dimensões sociocultural educacional, ambiental, socioeconômico e político institucional.

No que se refere à coleta de dados secundários, essa etapa do processo foi realizada em instituições de ensino e pesquisa e em entidades governamentais e não governamentais que disponibilizaram informações relevantes para a construção do referido diagnóstico. Esse documento subsidiou as oficinas de planificação e de gestão do PTDRS que reuniu consultores territoriais e estaduais, assessor territorial, representantes de diversas entidades que compõem o colegiado, além da equipe de apoio central que organizou todo o processo de construção dos planos. A etapa subsequente foi a realização das oficinas de planificação em que foram discutidas os programas e os projetos que serão implementados nesse espaço, tendo em vista a realidade da população e as potencialidades do território. Além disso, foram identificados os possíveis parceiros para execução das ações previstas no PTDRS. Por fim, foram realizadas várias reuniões e eventos para discussão e aprimoramento do PTDRS com a participação de diversos representantes dos núcleos dirigentes, técnicos e das redes dos colegiados territoriais.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

MAPA 01 – MAPA DOS TERRITÓRIOS RURAIS DO RIO GRANDE DO NORTE



DIAGNÓSTICO

Capítulo II

DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

2.1 Dimensão Sociocultural Educacional

2.1.1 Contexto Histórico da Formação e Constituição do Território

O contexto histórico da formação e constituição do Território teve seu início na concepção do enfoque territorial como estratégia, essencialmente, integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, tendo na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento, na valorização da cultura local e na inclusão social, as bases fundamentais para conquista da cidadania.

O objetivo dessa construção, que se concretizou mediante amplo processo democrático, foi identificado e concebido como Território a partir da composição de identidades, tais como elemento aglutinador e promotor do desenvolvimento rural sustentável.

Ressalta-se como desafios dessa estratégia, a promoção e apoio ao processo de desenvolvimento de competências humanas e institucionais, nos espaços concebidos como territórios, articulando a construção e implementação de políticas públicas por meio da elaboração participativa de Planos de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável, tendo como enfoque o fortalecimento das comunidades rurais, com ênfase à agricultura familiar.

A adoção da abordagem territorial como referência conceitual nos processos de desenvolvimento rural sustentável constitui premissa fundamental para a concepção desse espaço enquanto unidade de planejamento, bem como do seu reconhecimento como instrumento de descentralização e de autogestão de políticas públicas.

Nos últimos anos, o Brasil avançou na redução das desigualdades sociais e regionais. Para enfrentar o desafio de melhorar a qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras, que vivem nas regiões mais agravantes, especialmente no meio rural, o Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania.

Os Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

O Território do Mato Grande foi identificado e concebido de acordo com os critérios estabelecidos pela SDT/MDA, para ser priorizado, como espaço de implementação de políticas públicas a partir do ano de 2003, em função das suas características sociais, da ação dos atores da sociedade civil e da articulação dos agricultores familiares no Território. No ano de 2008, passou a integrar o Programa Territórios da Cidadania.

2.1.2 Caracterização do Território do Mato Grande

O Território do Mato Grande abrange uma área de 5.986,20 Km², composto por 16 municípios (ver Quadro 01). Ocupa importante área do território estadual, cuja superfície é bastante específica, estando inserido no contexto do semiárido norte-riograndense, em consonância com a realidade nordestina. A escassez e irregularidades das chuvas se constituem em fator limitante para o seu desenvolvimento, e a constatação de grande parte de sua superfície ser geologicamente sedimentar, com relevo plano e drenagem insignificante, dificulta ou impossibilita a acumulação da água de superfície.

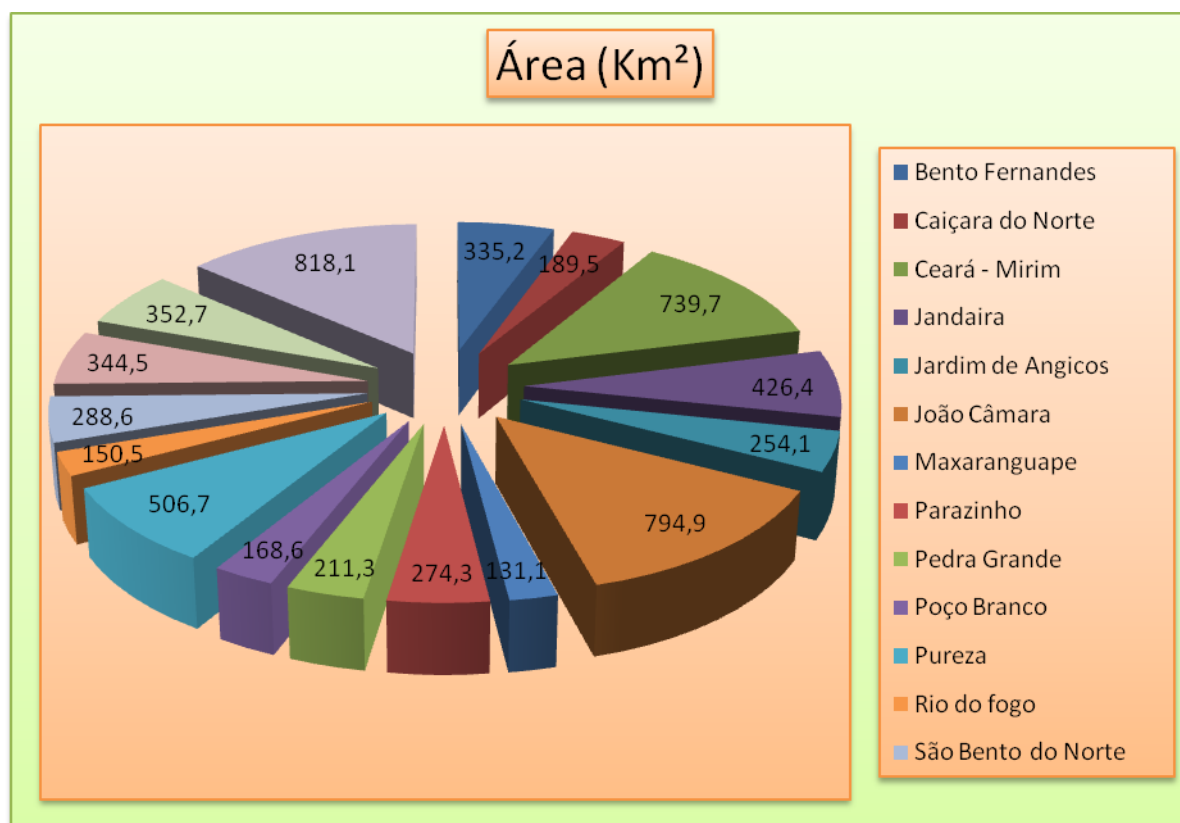
No contexto de sua geografia, está circundado, ao Norte, pelo Oceano Atlântico, formando uma faixa litorânea que envolve 08 (oito) municípios; a Leste, pelo Território Terras dos Potiguaras, que tem como pólo de influência a Área Metropolitana de Natal. Limita-se à Oeste, com o Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte; e, ao Sul, com o Território do Potengi.

TABELA 01 – MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO, SEGUNDO A ÁREA GEOGRÁFICA

Municípios	Área (Km²)
Bento Fernandes	335,20
Caiçara do Norte	189,50
Ceará Mirim	739,70
Jandaira	426,40
Jardim de Angicos	254,10
João Câmara	794,90
Maxaranguape	131,10
Parazinho	274,30
Pedra Grande	211,30
Poço Branco	168,60
Pureza	506,70
Rio do fogo	150,50
São Bento do Norte	288,60
São Miguel do Gostoso	344,50
Taipu	352,70
Touros	818,10
a) Total do Território	5.986,20
b) Total do Estado	52.796,70
c) % de a/b	11,34

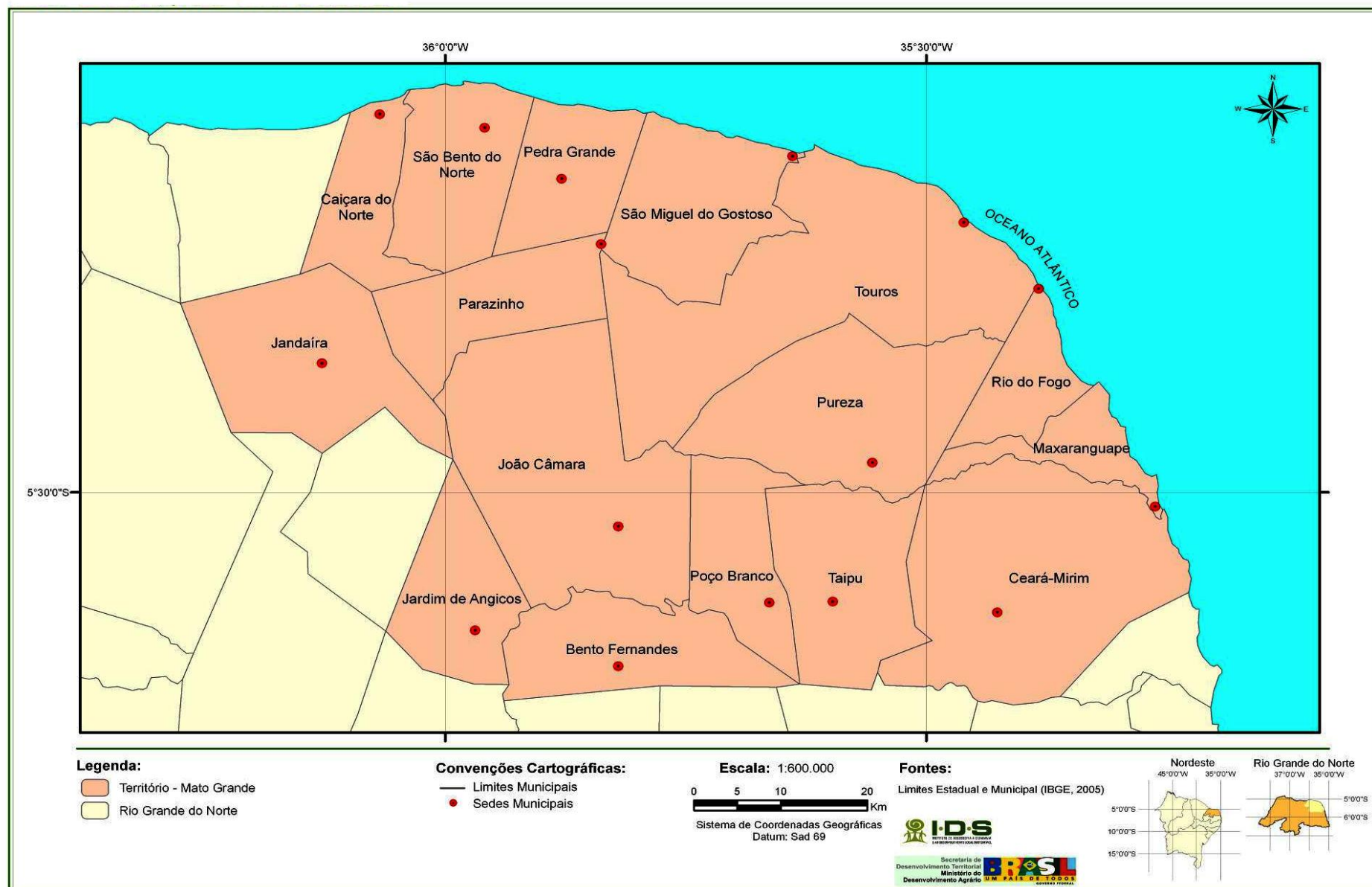
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

GRÁFICO 01 - MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM O TERRITÓRIO, SEGUNDO A ÁREA GEOGRÁFICA %



PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

MAPA 02 – MAPA DO TERRITÓRIO MATO GRANDE



TERRITÓRIO DO MATO GRANDE

2.1.3 Características Demográficas

O Território do Mato Grande é constituído por 16 (dezesseis) municípios e agregava em 2007, uma população de 217.519 habitantes, correspondendo a 7,2% da população total do Estado do Rio Grande do Norte, segundo dados da Contagem Populacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Dessa população, 113.054 habitantes residiam na zona rural e 104.465 residiam na zona urbana, representando 51,6% da população total. O grau de urbanização era de 48,4% e a densidade demográfica por Km² correspondia a 37,5%, inferior a média do Estado, que era de 57,1% habitantes por Km². Dentre os municípios mais populosos está Ceará Mirim, que abriga 30,10% da população do Território, seguido de João Câmara, com 13,99%.

QUADRO 01 – CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

População Residente (hab)	
Total	217.519
Urbana	104.465
Rural	113.054
População Residente (hab)	
Masculino	109.399
Feminino	106.776
População residente por faixa etária (anos)	
De 0 a 19 anos	91.003
De 20 a 49 anos	88.210
De 50 a 60 anos	35.200
Idade ignorada	42
Área total do Território (km ²)	
	5.986
Densidade demográfica (hab/km ²)	
Total do Território	36,33
Total do RN	57,08
Índice de Ruralidade %	
Total do Território	51,97
Total do RN	23,04
Índice de Urbanização %	
Total do Território	48,03
Total do RN	76,96

Fonte: Anuário Estatístico do IDEMA (Dados do IBGE) ano 2007.

A tendência de urbanização no Território do Mato Grande acompanha uma característica de todo o Estado do Rio Grande do Norte, nas últimas décadas. Em 2000, sua população era 206.169 habitantes, que correspondia a 7,4% do total do Estado. Em 2007, os municípios de Ceará Mirim, João Câmara e Touros, concentravam 57,63% da população do Território. Entretanto, os municípios do Território, na sua maioria, caracterizam-se como tipicamente rurais em função da

Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário haver estabelecido um parâmetro de ruralidade para os municípios com população menor ou igual a 50.000 e densidade demográfica, menor ou igual a 80 habitantes por km². Neste quadro, pode-se realçar a significativa parcela de 51,97% da população que ainda reside na zona rural, especialmente comparando-a com o índice estadual (16,30%) e a baixa taxa de urbanização de alguns municípios. Quanto ao aspecto da composição da população do Território, segundo a situação de gênero, observa-se que a população feminina, em 2007, era de 106.776 habitantes e a masculina 109.399, destacando-se que a população masculina era superior à feminina.

No que se refere à população economicamente ativa do Território, considerou-se, nesta análise, as faixas etárias compreendidas entre 15 a 60 anos de idade ou mais, fator este que se deu em função desse segmento populacional concentrar um número de pessoas aptas para desenvolver atividades produtivas. No Território, registrou-se uma população em idade produtiva da ordem de, aproximadamente, 131.788 pessoas, representando 60% da população total desse Território. A densidade demográfica apresenta uma distribuição de 37,4 habitantes por km². Dos 16 municípios que integram o Território, cinco apresentam densidade demográfica que superam a média desse Território. Esses indicadores revelam condições favoráveis, visto que a densidade demográfica e o volume de produção têm estreita relação, considerado que as áreas mais densamente povoadas são aquelas que também apresentam maiores condições voltadas para o consumo e a produção, estabelecendo, assim, elementos que dinamizam a economia tanto pela oferta de mão de obra, como elemento de fundamental importância no processo produtivo.

O Território do Mato Grande vem apresentando crescimento menor que o registrado para a média do Estado (ver quadro 02). Tais informações, somada a informações adicionais a respeito do menor dinamismo da economia, refletido na evolução do seu produto por habitante, aponta na direção de um processo de saída de população na direção de outros municípios no Território e no Estado, ou para outros estados e regiões.

TABELA 02 – POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E GÊNERO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

Municípios	População recenseada, por situação do domicílio e gênero						Variação Populacional
	População Residente (hab.)						
	Total (2000)	Total (2007)	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	
Bento Fernandes	4.709	5.006	2.571	2.422	1.945	3.061	6,30
Caiçara do Norte	5.842	6.384	3.201	2.979	6.318	66	9,27
Ceará Mirim	62.424	65.450	32.329	32.635	32.947	32.503	4,84
Jandaíra	6.124	6.447	3.337	3.110	3.684	2.763	5,27
Jardim de Angicos	2.670	2.536	1.312	1.224	482	2.054	-5,01
João Câmara	29.248	30.423	15.007	15.277	20.930	9.493	4,01
Maxaranguape	8.001	8.969	4.573	4.389	3.515	5.454	12,09
Parazinho	4.325	4.772	2.377	2.322	3.035	1.737	10,33
Pedra Grande	4.017	3.918	2.001	1.917	1.230	2.688	-2,46
Poço Branco	12.261	12.288	6.263	6.022	6.953	5.335	0,22
Pureza	6.963	8.030	4.043	3.877	2.869	5.161	15,32
Rio do Fogo	9.217	9.753	4.933	4.702	3.784	5.969	5,81
São Bento do Norte	3.378	3.529	1.764	1.711	1.099	2.430	4,47
São Miguel do Gostoso	7.580	8.810	4.628	4.171	3.679	5.131	16,22
Taipu	11.531	11.768	6.009	5.649	4.153	7.615	2,05
Touros	27.879	29.436	15.051	14.369	7.842	21.594	5,58
a) Total do Território	206.169	217.519	109.399	106.776	104.465	113.054	5,50
b) Total do RN	2.776.782	3.013.740	1.457.143	1.517.826	2.319.217	694.523	8,53
c) % de a/b	7,4	7,2	7,5	7,0	4,5	16,3	

Fonte: IBGE – 2000 e 2007

Segundo dados apresentados das informações dos municípios (ver quadro 3), com o destaque para a população total, urbana e rural, mostrando a participação relativa de cada município no total do Território e o grau de urbanização.

TABELA 03 - POPULAÇÃO RESIDENTE, ÁREA TOTAL, DENSIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM²), SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

Municípios	Área (Km²)	População Residente (hab.)			Índices Demográficos					
		Total	Urbana	Rural	Densidade Demográfica (Hab/Km²)	Índice de Ruralidade (%)	Índice de Urbanização (%)	População Dependente (até 14 anos e superior a 65)	População Não Dependente (15 a 64 anos)	Taxa de Razão de Dependência (%)
Bento Fernandes	335,2	5.006	1.945	3.061	14,9	61,1	38,9	2.002	2.991	66,9
Caiçara do Norte	189,5	6.384	6.318	66	33,7	1,0	99,0	2.323	3.851	60,3
Ceará Mirim	739,7	65.450	32.947	32.503	88,5	49,7	50,3	24.371	40.586	60,0
Jandaíra	426,4	6.447	3.684	2.763	15,1	42,9	57,1	2.541	3.905	65,1
Jardim de Angicos	254,1	2.536	482	2.054	9,98	80,9	19,1	1.050	1.486	70,7
João Câmara	794,9	30.423	20.930	9.493	38,3	31,2	68,8	11.919	18.356	64,9
Maxaranguape	131,1	8.969	3.515	5.454	68,4	60,8	39,2	3.515	5.446	64,5
Parazinho	274,3	4.772	3.035	1.737	17,4	36,4	63,6	1.948	2.751	70,8
Pedra Grande	211,3	3.918	1.230	2.688	18,5	68,6	31,4	1.574	2.343	67,2
Poço Branco	168,6	12.288	6.953	5.335	72,9	43,4	56,6	4.865	7.419	65,6
Pureza	506,7	8.030	2.869	5.161	15,8	64,3	35,7	3.230	4.690	68,9
Rio do fogo	150,5	9.753	3.784	5.969	64,8	61,2	38,8	3.889	5.746	67,7
São Bento do Norte	288,6	3.529	1.099	2.430	12,2	68,9	31,1	1.307	2.168	60,3
São Miguel do Gostoso	344,5	8.810	3.679	5.131	25,6	58,2	41,8	3.554	5.243	67,8
Taipu	352,7	11.768	4.153	7.615	33,4	64,7	35,3	4.597	7.057	65,1
Touros	818,1	29.436	7.842	21.594	36,0	73,4	26,6	11.660	17.750	65,7
a) Total do Território	5.986	217.519	104.465	113.054	34,3	54,2	45,8	84.345	131.788	66
b) Total do Estado	52.796,70	3.013.740	2.319.217	694.523	57,1	23,0	77,0	1.012.771,0	1.961.751,0	51,6
c) % de a/b	10,9	7,1	4,5	16,0	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE – 2007

O reduzido grau de urbanização, no Território, caracteriza-se pela pequena dimensão demográfica dos seus municípios. O maior município que se destaca na perspectiva da população é o de Ceará Mirim, que registrou 65.450 pessoas, segundo censo de 2007. O menor é o de Jardim de Angicos, com apenas 2.536 habitantes. A população média, por municípios era de 13 mil pessoas. Este é, certamente, um indicador da reduzida complexidade de vida econômica e social, sobretudo que parte reside no meio rural. Cabe destacar a baixa população rural do município de Caiçara do Norte, fato este que se devem as atividades ser tipicamente urbanas ou que suas atividades rurais se dão em razão deste município estar geograficamente ligado ao município de São Bento do Norte, daí a importância deste na construção dos espaços rurais de Caiçara do Norte.

Ainda, tratando da distribuição espacial da população, é importante destacar a sua concentração em 03 (três) dos municípios mais importantes, da perspectiva demográfica, e que, certamente têm influência marcante na vida econômica e social do Território: Ceará Mirim, João Câmara e Touros, de acordo com sua população e área km².

TABELA 04 - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

POPULAÇÃO RESIDENTE (habitantes)					
MUNICÍPIOS	Faixa etária				
	TOTAL (1)	0 a 19 anos	20 a 49 anos	50 a 60 anos ou mais	Idade ignorada
Bento Fernandes	5.006	288	1.937	868	-
Caiçara do Norte	6.384	2.568	2.611	995	6
Ceará Mirim	65.450	27.066	27.496	10.575	7
Jandaíra	6.477	2.724	2.632	1.090	1
Jardim de Angicos	2.536	979	1.052	505	-
João Câmara	30.423	12.922	12.175	5.178	9
Maxaranguape	8.969	3.985	3.649	1.327	1
Parazinho	4.772	2.131	1.805	763	-
Pedra Grande	3.918	1.757	1.511	649	1
Poço Branco	12.288	5.321	4.888	2.075	1
Pureza	8.030	3.531	3.084	1.305	-
Rio do Fogo	9.753	4.244	3.956	1.435	-
São Bento do Norte	3.529	1.462	1.412	601	-
São Miguel do Gostoso	8.810	4.023	3.443	1.331	2
Taipu	11.768	5.043	4.651	1.960	4
Touros	29.436	12.959	11.908	4.543	10
a) Total do Território	217.549	91.003	88.210	35.200	42
b) Total do RN	3.013.740	1.096.082	1.348.793	529.647	447
c) % de a/b	7,2	8,3	6,5	6,6	9,4

FONTE - IBGE (Censo Demográfico 2007).

(1) Inclusive a população estimada nos domicílios fechados.

Segundo os dados do IBGE (2000), a probabilidade de sobrevivência, até 60 anos, no Brasil era 77,63. Com o aumento da expectativa de vida e o envelhecimento natural da população, isso se tornou uma preocupação no meio rural, uma vez que, com o crescimento da população de idosos, grande parte dos agricultores que ainda estão na atividade produtiva está com idade avançada. Por outro lado, isso provocará uma escassez da mão de obra no campo, haja vista que os jovens não estão preparados, ou até mesmo estimulados a desenvolverem atividades no meio rural, sejam elas agrícolas ou não e privilegiam a vida e o trabalho nos grandes centros urbanos. Em razão dessa análise, é necessária uma demanda maior de políticas públicas, voltadas para a juventude, no sentido de direcionar programas e projetos de valorização da juventude, com foco na agricultura familiar, assim como na ampliação e fortalecimento da educação, geração de renda e políticas voltadas para atenção aos idosos.

TABELA 05 - POPULAÇÃO DO TERRITÓRIO POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS

Municípios	Até 14 anos		15 a 64 anos		Mais de 64 anos	
	2000	2007	2000	2007	2000	2007
Bento Fernandes	1.783	1.636	2.623	2.991	303	366
Caiçara do Norte	2.043	1.911	3.430	3.851	369	412
Ceará-Mirim	22.136	20.021	36.405	40.586	3.883	4.350
Jandaíra	2.220	2.064	3.499	3.905	405	477
Jardim de Angicos	886	727	1.591	1.486	193	323
João Câmara	10.643	9.642	16.667	18.356	1.938	2.277
Maxaranguape	3.027	3.016	4.539	5.446	435	499
Parazinho	1.681	1.603	2.329	2.751	315	345
Pedra Grande	1.587	1.331	2.172	2.343	258	243
Poço Branco	4.655	3.964	6.751	7.419	855	901
Pureza	2.666	2.640	3.794	4.690	503	590
Rio do Fogo	3.407	3.268	5.302	5.746	508	621
São Bento do Norte	1.247	1.066	1.917	2.168	214	241
São Miguel do Gostoso	3.139	3.011	3.998	5.243	443	543
Taipu	4.286	3.331	6.479	7.057	766	1.266
Touros	10.641	9.768	15.728	17.750	1.510	1.892
Total do Território	76.047	68.999	117.225	131.788	12.898	15.346

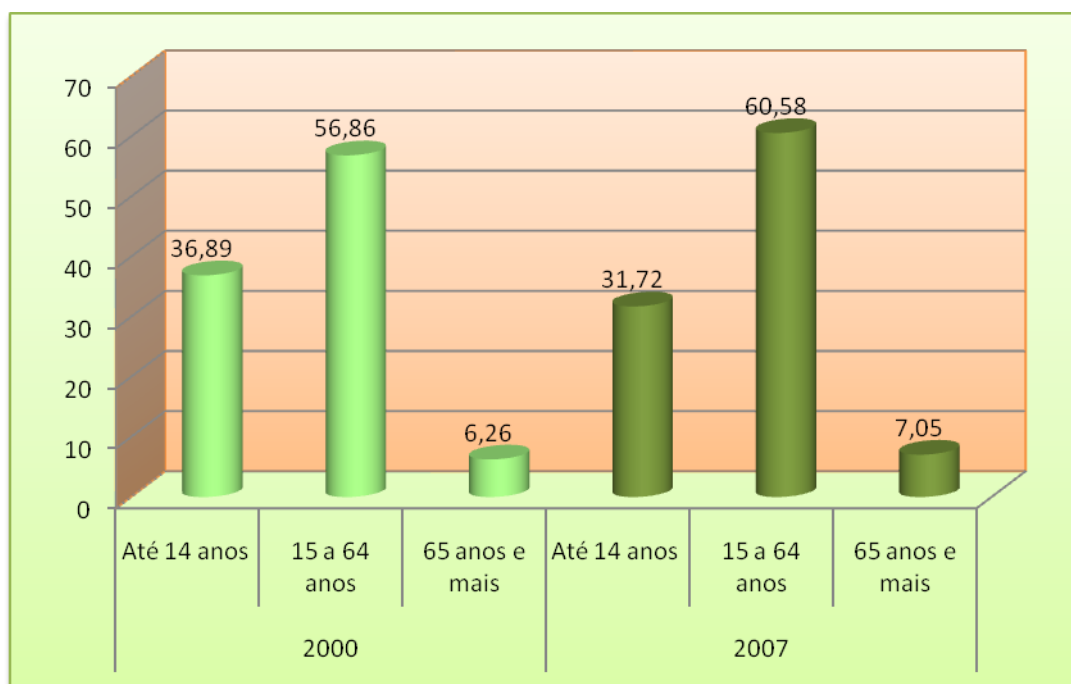
Fonte. IBGE – Censo Demográfico 2000 e Contagem Populacional 2007.

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

TABELA 06 - POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL, POR FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

POPULAÇÃO RESIDENTE (habitantes)													
MUNICÍPIOS	Faixa etária												
	TOTAL	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 anos ou mais	Idade ignorada	60 anos ou mais
Bento Fernandes	5.006	469	585	582	552	868	586	483	346	272	250	-	522
Caiçara do Norte	6.384	651	590	670	657	1.213	812	586	438	291	266	6	563
Ceará-Mirim	65.450	5.798	7.026	7.197	6.865	12.123	8.896	6.477	4.407	3.278	2.890	7	6.175
Jandaíra	6.477	670	661	733	660	1.198	775	659	444	298	348	1	647
Jardim de Angicos	2.536	220	242	265	252	439	325	288	182	159	164	-	323
João Câmara	30.423	2.930	3.250	3.462	3.280	5.360	3.929	2.886	2.048	1.591	1.539	9	3.139
Maxaranguape	8.969	922	1.040	1.054	969	1.656	1.158	835	600	412	315	1	728
Parazinho	4.772	520	544	539	528	879	512	414	298	227	238	-	465
Pedra Grande	3.918	406	425	500	426	708	491	312	285	206	158	1	365
Poço Branco	12.288	1.167	1.369	1.428	1.357	2.262	1.567	1.059	851	601	623	1	1.225
Pureza	8.030	796	940	904	891	1.310	1.020	754	506	411	388	-	799
Rio do Fogo	9.753	1.025	1.105	1.138	976	1.814	1.334	808	575	495	365	-	860
São Bento do Norte	3.529	317	372	377	396	628	430	354	261	185	155	-	340
São Miguel do Gostoso	8.810	853	1.023	1.135	1.012	1.584	1.095	764	559	415	357	2	774
Taipu	11.768	1.107	917	1.307	1.334	1.295	2.134	1.426	1.091	791	590	4	1.385
Touros	29.436	2.850	3.367	3.551	3.191	5.409	3.837	2.662	1.855	1.493	1.195	10	2.698
a) Total do Território	217.549	20.701	23.456	24.842	23.346	38.746	28.901	20.767	14.746	11.125	9.841	42	21.008
b) Total do RN	3.013.740											447	249.577
c) % de a/b	7,2											9,4	

FONTE - IBGE (Censo Demográfico 2007).

GRÁFICO 02 – POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA, 2000 – 2007

Fonte. IBGE

Censo Demográfico - 2000

Contagem Populacional - 2007

A população jovem, que compreende a faixa abaixo de 15 anos, tem diminuído, e teve como fator determinante o declínio da taxa de fecundidade nos últimos anos por outro lado, em contraponto a essa redução, tem acontecido em ritmo acelerado o aumento da proporção dos idosos, pois a substituição de jovens por idosos é mediatizada pelo crescimento da população adulta.

O Território do Mato Grande tem sido um reflexo do cenário nacional, reduzindo sua população jovem em quase seis pontos percentuais. Em comparação a população total, esse grupo etário representava 36,89%, em 2000, reduzindo a participação para 31,72%, em 2007.

Um dos grandes desafios enquanto políticas públicas para esta parcela populacional será garantir a universalização do atendimento do ensino fundamental e do ensino médio. Como o ensino fundamental não garante a inclusão social via mercado de trabalho, o ensino médio assume uma importância fundamental, principalmente o profissionalizante, condicionado pela demanda de segmentos produtivos.

No que se refere à população em idade economicamente ativa (15 a 64 anos), o Brasil detinha, em 1980, cerca de 70 milhões de brasileiros. Atualmente, esse contingente já passa de 130 milhões e pode atingir o seu ápice, por volta de 2030, quando o Brasil terá cerca de 150 milhões de pessoas em idade produtiva, segundo projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa evolução da população em idade ativa se destacou no Território do Mato Grande, a partir de uma análise no gráfico 02, que demonstra um crescimento de 3% nesse grupo etário, que representava 57% da população total, em 2000, passando para 60%, em 2007.

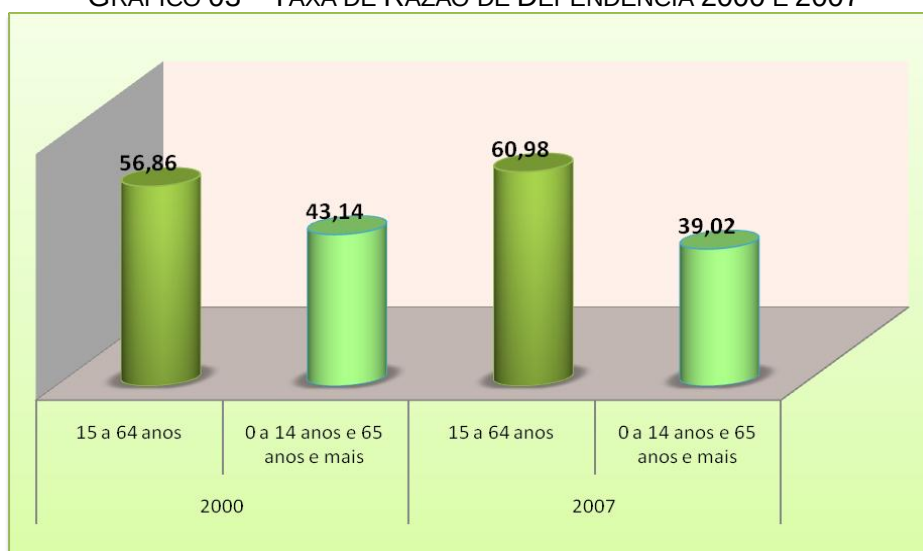
Com relação à população idosa do Território, houve um crescimento, segundo os dados do IBGE, 2007. De acordo com informações do Ministério da Saúde, que tem apresentado resultados já bem perceptíveis em todas as regiões, há considerável evolução na população idosa. Segundo as estimativas, já são mais de 19 milhões de idosos, representando uma parcela substancial de 10% da população brasileira. Destes, 20% requerem atenção especial devido às suas condições de saúde. Demonstram ainda os estudos que, enquanto a população idosa aumenta, as taxas de natalidade estão em queda livre. A previsão do IBGE é que o País apresente potencial de crescimento populacional até 2039, para quando se espera o chamado "crescimento zero". A partir de 2050, a taxa de crescimento deverá ser negativa, caindo para 0,291%. O IBGE destaca outro dado importante sobre o quadro: em 2008, para cada grupo de 100 crianças de 0 a 14 anos existem 24,7 idosos de 65 anos ou mais. Em 2050, o quadro muda, e para cada 100 crianças de 0 a 14 anos existirão 172,7 idosos. Mais brasileiros na faixa etária de idosos do que na infância e pré-adolescência.

No contexto do Território a população idosa representava 6,26% da população total, no ano de 2000, em 2007, esse percentual elevou-se para 7,05%. Em números absolutos, a população idosa do Território foi acrescida em 2.448 pessoas, ou seja, um aumento de 9%. Dos municípios que compõem o Território, todos ampliaram este grupo da população. Neste cenário, com este número significativo de idosos, as famílias tendem a ser cada vez menores e com arranjos sociais extremamente diversificados. O aumento continuado da longevidade e da população em idade ativa, têm transformado rapidamente a demografia do Território. A partir daí, essa demanda tem exigido ajustes que será necessário a intermediação dos governos no que se referem à implementação de políticas públicas fundamentais que atendam a essa população.

A população que compreende a faixa etária de até 14 e acima de 65 anos de idade é considerada a população dependente, ou seja, revela a Taxa de Razão de Dependência. Esse é um indicador demográfico utilizado para fins de análise socioeconômica, como os de mercado de trabalho. Esse indicador expressa a proporção de pessoas em idade potencialmente inativa de uma população, em relação a 100 pessoas em idade potencialmente ativa ou disponível para as atividades econômicas.

No Território do Mato Grande, o Gráfico 03 mostra o comportamento da Razão de Dependência no período 2000 - 2007. Neste período, verificou-se que a população de até 14 anos teve um decréscimo. Entretanto, a faixa da população acima de 65 anos tem crescido em função do aumento da expectativa de vida da população. De modo geral, essas faixas de idade da população evidenciam uma demanda maior, no que diz respeito à aplicação de políticas públicas. Com uma população maior de jovens, políticas voltadas para formação, qualificação profissional, geração de trabalho e renda, assim como de novos postos de trabalho passam a ser fundamentais. Numa população de idosos, demandará por mais serviços de saúde e habitação.

GRÁFICO 03 – TAXA DE RAZÃO DE DEPENDÊNCIA 2000 E 2007



Fonte. IBGE - Censo Demográfico – 2000 e Contagem Populacional - 2007

Nos últimos anos, tem-se visto, com mais atenção, as populações passíveis de risco social. Essa preocupação vem acompanhada pelo aumento considerável nos indicadores de violência, consumo e tráfico de drogas, precariedade do sistema público previdenciário e assistência social como a inoperância do sistema judiciário. As

populações passíveis de risco social têm crescido substancialmente. A população carcerária também pode ser vista como um grupo específico que demanda a implementação de serviços e que, em sua maioria, são pessoas jovens, do sexo masculino.

TABELA 07 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO – 2000 E 2007

Município	2000					2007				
	Total	Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	%	Rural	%
Bento Fernandes	4.709	2.044	43,41	2.665	56,59	5.006	1.945	38,85	3.061	61,15
Caçara do Norte	5.842	5.537	94,78	305	5,22	6.384	6.318	98,97	66	1,03
Ceará Mirim	62.424	30.839	49,40	31.585	50,60	65.450	32.947	50,34	32.503	49,66
Jandaira	6.124	3.792	61,92	2.332	38,08	6.447	3.684	57,14	2.763	42,86
Jardim de Angicos	2.670	544	20,37	2.126	79,63	2.536	482	19,01	2.054	80,99
João Câmara	29.248	19.956	68,23	9.292	31,77	30.423	20.930	68,80	9.493	31,20
Maxaranguape	8.001	3.017	37,71	4.984	62,29	8.969	3.515	39,19	5.454	60,81
Parazinho	4.325	3.060	70,75	1.265	29,25	4.772	3.035	63,60	1.737	36,40
Pedra Grande	4.017	1.292	32,16	2.725	67,84	3.918	1.230	31,39	2.688	68,61
Poço Branco	12.261	6.875	56,07	5.386	43,93	12.288	6.953	56,58	5.335	43,42
Pureza	6.963	2.537	36,44	4.426	63,56	8.030	2.869	35,73	5.161	64,27
Rio do fogo	9.217	3.620	39,28	5.597	60,72	9.753	3.784	38,80	5.969	61,20
São Bento do Norte	3.378	925	27,38	2.453	72,62	3.529	1.099	31,14	2.430	68,86
São Miguel do Gostoso	7.580	2.902	38,28	4.678	61,72	8.810	3.679	41,76	5.131	58,24
Taipu	11.531	4.138	35,89	7.393	64,11	11.768	4.153	35,29	7.615	64,71
Touros	27.879	7.594	27,24	20.285	72,76	29.436	7.842	26,64	21.594	73,36
Total do Território	206.169	98.672	47,86	107.497	52,14	217.519	104.465	48,03	113.054	51,97

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000 e Contagem da População 2007

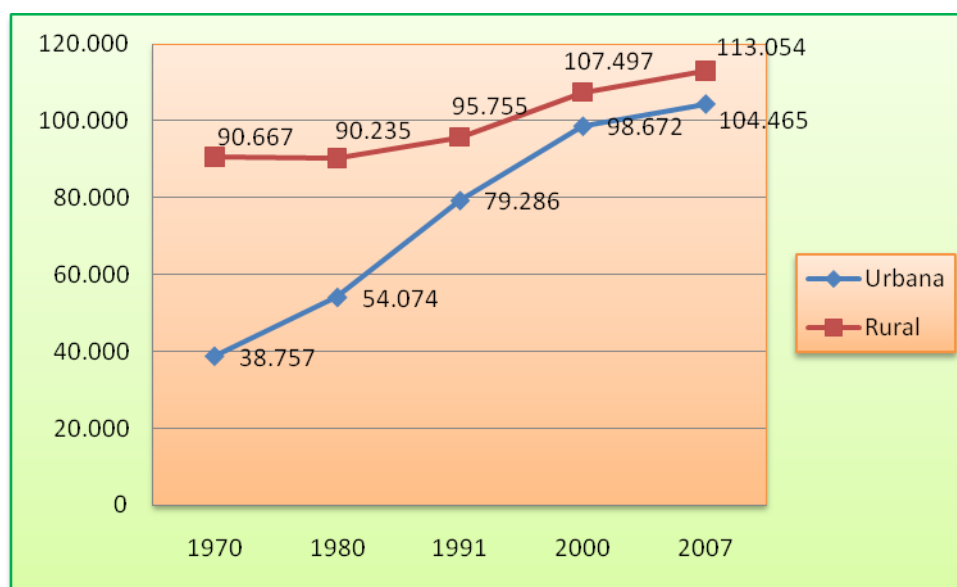
GRÁFICO 04 - TAXA DE URBANIZAÇÃO E RURALIDADE, 2000 E 2007



Fonte. IBGE - Censo Demográfico – 2000 e Contagem Populacional - 2007

Segundo dados do IBGE, a taxa de urbanização para o País, proporção do número de pessoas residentes em áreas urbanas foi de 84%. No que se refere ao Território, a taxa média de urbanização elevou-se de 47,86%, em 2000, para 48,03%, em 2007. Destacou-se entre os municípios integrantes do Território, de acordo com os dados coletados disponíveis no Quadro 08, com maior índice de urbanização, Caiçara do Norte, com 98,97%, em 2007. Neste mesmo sentido, foram identificados municípios que estão seguindo a redução da população rural e o aumento da população urbana, que também tem a maior redução de sua taxa de ruralidade, migrando de 52,14% para 51,97%.

GRÁFICO 05 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO PERÍODO DE 1970 - 2007



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Segundo os dados do IBGE 2007 (contagem da população), o RN tinha uma população de 3.014.228 habitantes, dos quais 2.319.217 estavam na área urbana, correspondendo a 76,95% da população total. Cabe destacar que, nos dados da década de 1970, detinham o Estado uma parcela maior fixada no meio rural. Entretanto, esta parcela da população passou a somar 23,05%.

De acordo com esses dados, identificou-se que a população urbana, do Território, nos últimos 40 anos, teve um crescimento bastante significativo, passando de 38.757, em 1970, para 104.465 habitantes, em 2007, revelando um acréscimo de 65.700 habitantes. Enquanto que na área rural esse crescimento não teve toda essa expressão, passando, assim, de 90.667 para 113.054 habitantes, um aumento de 22.378 habitantes.

TABELA 08 - DADOS DE NASCIMENTOS NO TERRITÓRIO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

Município	Nascidos vivos		%Prematuros		% baixo peso ao nascer		% mães adolescentes de 10-19 anos	
	2000	2006	2000	2006	2000	2006	2000	2006
Bento Fernandes	103	70	1,9	1,4	1,9	7,1	22,3	21,4
Caiçara do Norte	82	103	3,7	1,9	3,7	7,8	25,6	32,0
Ceará Mirim	1.557	1.400	3,7	4,9	5,6	7,4	25,5	26,4
Jandaíra	144	115	2,8	5,2	8,3	6,1	32,6	34,8
Jardim de Angicos	41	36	7,3	-	7,9	2,8	22,5	27,8
João Câmara	685	612	2,0	3,3	4,7	5,7	27,6	31,2
Maxaranguape	164	159	2,4	5,0	7,4	6,9	25,6	23,3
Parazinho	95	112	3,2	1,8	6,3	0,9	36,6	35,7
Pedra Grande	61	46	-	-	6,6	2,2	19,7	32,6
Poço Branco	260	194	3,5	2,6	4,2	3,1	23,8	21,1
Pureza	176	119	4,0	6,7	6,3	9,2	26,9	30,3
Rio do Fogo	137	162	7,4	6,2	7,4	9,9	32,1	23,5
São Bento do Norte	52	51	1,9	2,0	7,7	5,9	30,8	23,5
São Miguel de do Gostoso	81	143	11,1	8,4	3,9	9,8	31,3	30,1
Taipu	211	152	0,9	7,9	2,9	6,6	22,0	21,7
Touros	670	518	3,7	7,0	6,2	6,2	22,3	21,4
TOTAL DO TERRITÓRIO	4.519	3.992	3,7	4,0	5,7	6,1	26,7	27,3

Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE/CNES - 2007

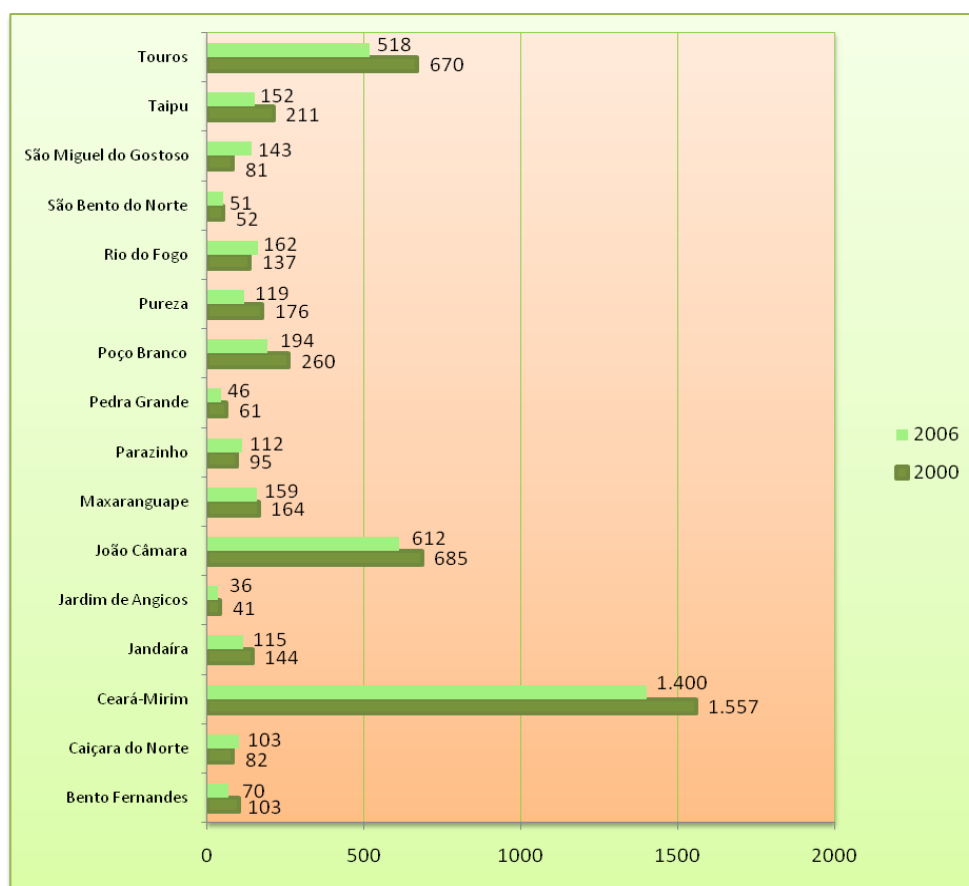
*Dados de Cadernos de Informações de Saúde – DATASUS

Segundo os dados do Ministério da Saúde, 2007, dos municípios que integram o Território, dos quais 12 tiveram maiores quantidades de nascidos vivos, os que estão no ranking com maiores índices de nascidos vivos, no ano de 2000, são os municípios de Ceará Mirim, com 1.557, João Câmara com 685, Touros, com 670 e Poço Branco, com 260. Os dados revelaram, que, em 2006, apenas 04 municípios apresentaram números de nascidos vivos superiores, realçando Caiçara do Norte, Parazinho, Rio do Fogo e São Miguel do Gostoso.

Nesta perspectiva, é importante observar que a mortalidade infantil é causada por diversos fatores, tais como, as características da mãe, condições do parto, a má alimentação, habitação precária, a atenção que às vezes precisa ser dividida com outros filhos, a dificuldade no acesso aos serviços de saúde de qualidade. Indica-se que o Território necessita oferecer assistência às gestantes durante e após o parto, uma vez que o pré-natal contribui para a prevenção de diversas complicações que a mãe ou a criança possam vir a sofrer.

No que se refere aos nascidos vivos, houve uma redução, entre 2000 e 2006. Mesmo assim, há evidências de que o envolvimento dos municípios nas campanhas de combate à mortalidade infantil, com incentivo para fazer o pré-natal, a amamentação nos primeiros 06 meses de vida, cuidados e respeito em relação às crianças tem obtido resultados positivos na população, o que deixa o Território numa situação favorável ao combate da mortalidade infantil.

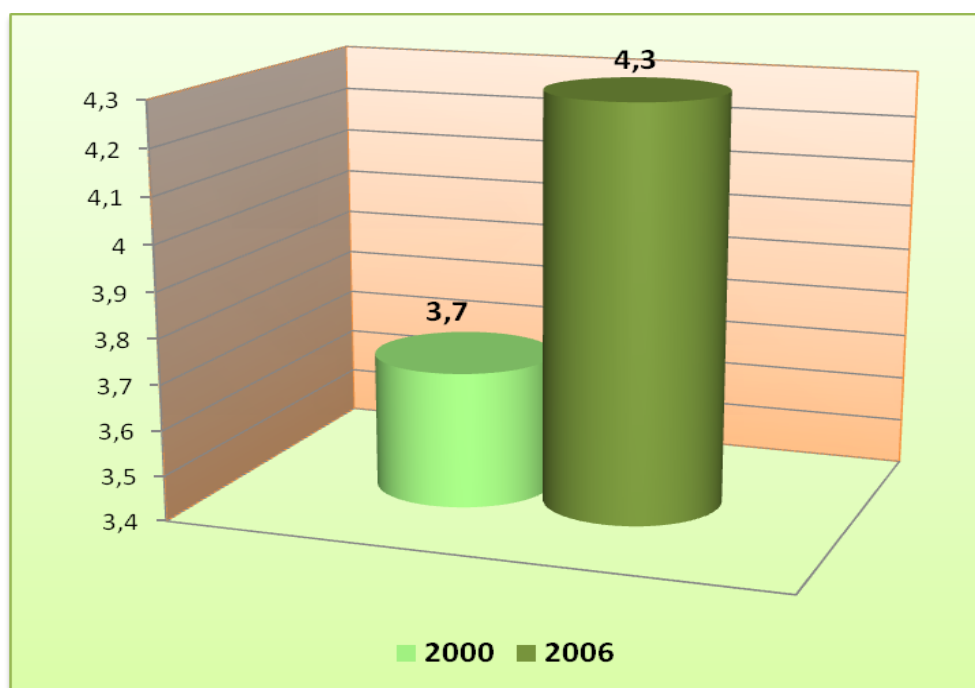
GRÁFICO 06 - NASCIDOS VIVOS



Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE/CNES - 2007

*Dados de Cadernos de Informações de Saúde – DATASUS

GRÁFICO 07 – NASCIDOS PREMATUROS NO TERRITÓRIO



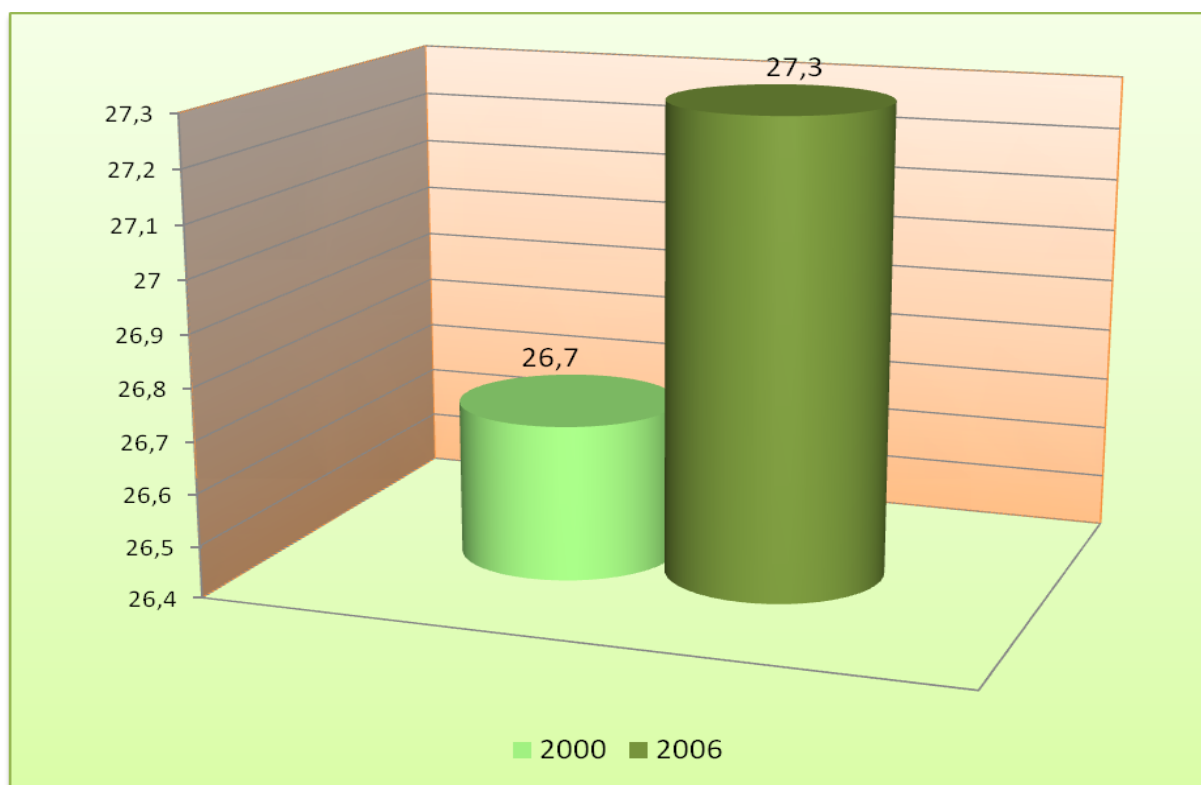
Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE/CNES - 2007

*Dados de Cadernos de Informações de Saúde - DATASUS

No Território, segundo o Ministério da Saúde, os dados que compreende o período de 2000 e 2006, no que se refere ao percentual de nascimentos prematuros, houve um crescimento de 4,8%, destacando-se Taipu e Pureza. Os prematuros são as crianças que nascem antes de 38 semanas, por diversas causas como doença renal na gravidez, problemas no útero, pré-eclâmpse, uso de drogas, não fazer o pré-natal dentre outras questões.

Assim como os prematuros e os de baixo peso ao nascer, no Rio Grande do Norte são considerados os nascidos com menos de 2.500g, tornam-se mais vulneráveis para desenvolver doenças. São crianças que precisam de maiores cuidados mediante acompanhamento de médicos especialistas. Para atender a essa demanda, os municípios terão que planejar e implantar políticas de saúde de acordo com as necessidades dessa população.

GRÁFICO 08 - MÃES DE 10 A 19 ANOS DE IDADE NO TERRITÓRIO



Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE/CNES - 2007

Em relação aos dados das mães entre 10 e 19 anos, no Território, elevou-se de 26,7 para 27,3 %. Estas mães presentes nos menores municípios, como Parazinho, que, no ano (2000), registrou os maiores índices, com 36,6%, e manteve a liderança, em 2006, com 35,7%. O segundo, com maior índice, foi Jandaíra, que, em 2000, foi 32,6% e, em 2006, aumentou para 34,8%. Alguns fatores contribuem para a gravidez na adolescência, como a carência de educação, as condições econômicas, o aspecto da vida familiar e social. Por sua vez, os menores índices de gravidez na adolescência estão em Poço Branco, com 23,8%, em 2000 e, em 2006, diminuiu para 21,1%, seguido dos municípios de Bento Fernandes e Touros, com o segundo menor índice, em 2000, com 22,3% e 21,4%, em 2006.

✓ Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

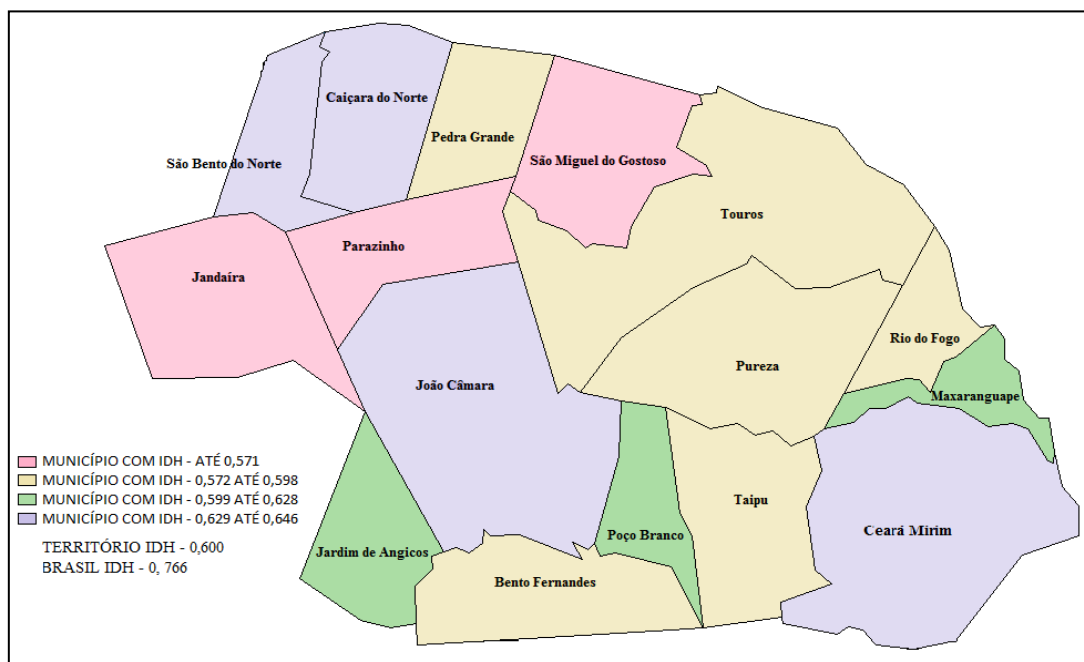
TABELA 09 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Município	IDHM, 2000	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Longevidade, 2000	IDHM-Educação, 2000
Bento Fernandes	0,578	0,458	0,594	0,683
Caiçara do Norte	0,631	0,496	0,675	0,723
Ceará Mirim	0,646	0,544	0,672	0,723
Jandaíra	0,571	0,503	0,6	0,610
Jardim de Angicos	0,628	0,497	0,654	0,732
João Câmara	0,639	0,546	0,688	0,683
Maxaranguape	0,609	0,48	0,64	0,706
Parazinho	0,564	0,487	0,575	0,629
Pedra Grande	0,587	0,481	0,606	0,674
Poço Branco	0,606	0,477	0,663	0,677
Pureza	0,577	0,477	0,544	0,711
Rio do Fogo	0,598	0,482	0,64	0,671
São Bento do Norte	0,643	0,508	0,676	0,745
São Miguel do Gostoso	0,558	0,451	0,577	0,646
Taipu	0,584	0,472	0,6	0,679
Touros	0,595	0,511	0,6	0,673
Total do Território	0,601	0,492	0,625	0,685

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2000

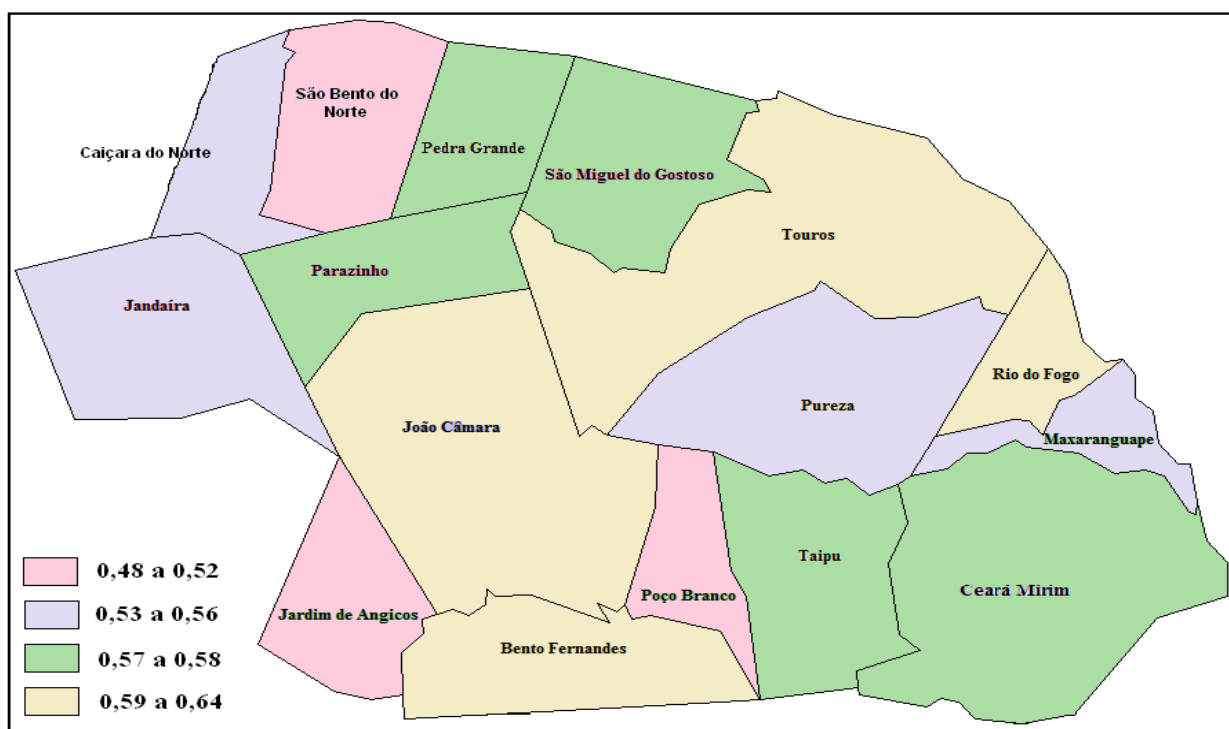
Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e, de acordo com os indicadores de pobreza, considerando os critérios de classificação adotados que insere na categoria de “pobres” aqueles com renda domiciliar mensal *per capita* inferior a 50% do salário mínimo, verificou-se no Território, altos índices de pobreza. Em todos os municípios o percentual de pobres é superior a 50% da população, chegando a alcançar 81% maior índice em São Miguel do Gostoso e o menor em Ceará Mirim com 63.01% de pobres no ano 2000.

FIGURA 01 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH



Fonte: PNUD, 2000

FIGURA 02 - ÍNDICE DE GINI



Fonte: PNUD, 2000

2.1.4 Características do Tecido Social Organizativo

Para Putnam (1996:177), o Capital Social corresponde a “... características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Conforme salienta, a característica central do capital social é que se trata de um bem público. Nessa perspectiva, é um conjunto de atributos coletivos de cuja apropriação depende em grande parte o destino de uma comunidade. O capital social corresponde aos recursos que envolvem relações de cooperação e confiança entre atores, e cujo uso abre caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de um Território.

Para Abramovay, “a noção de capital social permite ver que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente egoísta” (1999:04). Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor “Assim como o capital convencional no caso dos mutuários convencionais (crédito bancário), o capital social serve como uma espécie de garantia, estando, porém, disponível para os que não têm acesso aos mercados regulares de crédito. Não dispondo de bens físicos para dar em garantia, os participantes, na verdade, empenham-se nas suas relações sociais. Assim, o capital social é usado para ampliar os serviços de crédito disponíveis nessas comunidades e para aumentar a eficiência com que aí operam os mercados” (Putnam, 1996:178-179).

No Território do Mato Grande existe um número significativo de instituições, visto que conta com o Movimento de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (MSTTR), conselhos gestores de políticas públicas, associações comunitárias e organizações de trabalhadores rurais como Movimento dos Sem Terra - MST e Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST.

A partir do ano de 2003, o Governo Federal através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA), vem implementando e executando programas de desenvolvimento rural sustentável, com enfoque na estratégia de desenvolvimento territorial.

Essa estratégia vem sendo executada através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais – PRONAT. Este Programa é executado e desenvolvido em territórios que são constituídos por vários municípios com características de identidade semelhantes, cuja população demonstra um sentimento de pertencimento ao local. Com essa abordagem territorial, os territórios constituídos passaram a ser o eixo de execução dos Programas do MDA.

A partir de 2008, a política territorial foi ampliada com a criação e lançamento do Programa Territórios da Cidadania, que é uma estratégia de desenvolvimento territorial desenvolvida pelo Governo Federal em parceria com estados, municípios e a sociedade civil. Tem o objetivo de superar a pobreza no meio rural por meio do desenvolvimento equilibrado dos territórios rurais, da melhoria de qualidade de vida e da garantia de direitos e cidadania, entre outras ações.

O Programa visa integrar ações de 21 ministérios nos Territórios da Cidadania, onde devem ser concentrados e priorizados os investimentos em programas direcionados ao acesso aos direitos sociais, à infraestrutura e ao apoio às atividades produtivas.

O Território do Mato Grande foi inserido na estratégia metodológica da SDT. Uma vez identificado o Território, foram realizados seminários com a participação de prefeituras, STRs, ONGs, órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipais, bancos e outros. Nesse processo, um item da agenda destes eventos foi a definição dos limites do Território, ou seja, uma discussão sobre que municípios fariam parte. Na sequência, houve também uma oficina que teve como objetivo principal a identificação e definição dos atores sociais presentes no Território que passariam a compor o Colegiado Territorial.

Decorrente de discussões e da organização entre os atores do Território, segundo o estudo propositivo, foi formada a Comissão de Implantação de Ações Territoriais- CIAT, mais tarde transformada no Fórum de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande-FOMAG (Colegiado Territorial). O Colegiado é composto de representantes das prefeituras, STRs e ONGs. Também foi tratada a formação do Núcleo Diretivo e Núcleo Técnico deste Colegiado. Essas organizações têm se mostrado sensíveis às propostas de Desenvolvimento Territorial, inclusive apoiando o processo de mobilização local para as reuniões territoriais.

Além das organizações de base local constituídas por atores locais e sediadas na região, o Território também conta com um suporte significativo de outras organizações da sociedade civil externas, com atuação em trabalhos de sensibilização de atores locais, elaboração de projetos e assistência técnica.

Os atores identificados para fins de articulação com a política de desenvolvimento territorial são as organizações de base local, representadas por Conselhos gestores das políticas públicas (que dificilmente foram localizados na pesquisa de campo), Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Movimentos Sociais (mais especificamente o MST), associações comunitárias localizadas no seguimento da agricultura familiar e nos projetos de assentamento.

A participação sindical no Mato Grande é representada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte - FETARN, Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais - STTRs, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF e Pólo Sindical. A FETARN apóia um conjunto de atividades do Pólo Sindical, que inclui 15 Sindicatos do Mato Grande; além disso, integra outras ações políticas como Marcha das Margaridas, Grito da Terra Brasil, Festival do Programa de Jovem Saber, Consórcio Social da Juventude. Faz o processo de capacitação de Educação no Campo.

A FETARN tem como principais objetivos desenvolver, organizar e apoiar as ações que visem à conquista de melhores condições de vida e de trabalho para os integrantes da categoria e para o conjunto da classe trabalhadora. Defender e lutar pela manutenção e ampliação das liberdades e garantias democráticas como instrumento de defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores e suas organizações.

Em 1962, no Rio Grande do Norte, surgiram as ligas camponesas, e os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais, lideranças camponesas ligadas à Igreja, a partidos de esquerda, organizações populares, lutando por melhores condições de vida e trabalho no campo. Nesta época havia poucos Sindicatos de Trabalhadores Rurais organizados no Estado, que criaram, no dia 15 de Junho de 1962, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte – FETARN.

Em 1963, por iniciativa da FETARN e outras Federações do Nordeste, é criada a CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, hoje, a maior entidade sindical camponesa da América Latina. Após o golpe de 1964, a maioria dos Sindicatos, Federações e a própria CONTAG, sofreram intervenção militar. Prisões, torturas, perseguições e mortes de lideranças sindicais se sucederam durante todo o período da ditadura militar.

A partir deste momento, foram descentralizadas as atividades com a criação das Secretarias Executivas por frentes de luta. Foi um investimento na modernização e ampliação da estrutura, intensificando as ações massivas de ocupação de terra, fortalecendo parcerias e consolidando o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS. No dia 15 de Junho de 2002, foram comemorados os 40 anos de lutas e enfrentamentos históricos. Nesta trajetória, muitos tombaram nas mãos do latifúndio, das milícias privadas. Muitos continuaram a luta e novas lideranças surgiram, tocando juntos, os caminhos da FETARN. Sem sombra de dúvidas uma bela história a ser contada, mas um longo caminho ainda a percorrer.

Hoje, a FETARN representa na base cerca de 4.000 (quatrocentos mil) trabalhadores e trabalhadoras rurais, acima de 16 anos, em 163 (cento e sessenta e três) Sindicatos de Trabalhadores Rurais, distribuídos em 10 (dez) Pólos Sindicais, que são: Alto Oeste, Médio Oeste, Seridó, Trairí, Mato Grande, Vale do Assú, Potengi, Canavieiro, Grande Natal e Central.

A Presidência da FETARN é responsável pela coordenação geral das ações da entidade, das discussões políticas e de outras atribuições. Além da Presidência e da Vice-Presidência, a FETARN é composta por mais 06 (seis) Secretarias Executivas, 03 (três) Coordenações Estaduais, sendo divididas de acordo com as diversas frentes de luta.

Secretaria de Política Agrícola - coordena ações que visam o fortalecimento da Agricultura familiar por meio do crédito, da organização da produção, da assistência técnica, apoio à comercialização, por políticas públicas de convivência com o semi-árido, com ênfase na sustentabilidade ambiental.

Secretaria de Formação e Organização Sindical - coordena todo o processo educativo, formativo e organizativo da FETARN, é responsável pelo debate sobre estrutura sindical, além de acompanhar e orientar os processos eleitorais dos STR's. A formação vem sendo descentralizada mediante a atuação dos coletivos de formação nos Pólos Sindicais.

Secretaria de Finanças e Auto-sustentação - a busca pela auto-sustentação financeira tem sido uma das principais bandeiras de luta da FETARN. A consolidação da contribuição confederativa e o desenvolvimento de uma ampla e massiva campanha de sindicalização têm contribuído para o fortalecimento das programações/ações das demais frentes de luta da FETARN.

Secretaria de Reforma Agrária e Meio Ambiente - Nos últimos anos a FETARN intensificou o processo massivo de ocupações de terra. Já são mais de 22.134 (vinte e duas mil, cento e trinta e quatro) famílias beneficiárias nas áreas de assentamentos de Reforma Agrária e Crédito Fundiário. O acesso a terra tem se configurado fator essencial para a construção da cidadania e do nosso Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS.

Secretaria de Política Salarial - historicamente o Rio Grande do Norte sempre foi pioneiro na organização dos assalariados rurais. A luta por salários justos e melhores condições de vida e trabalho tem o seu auge na realização das campanhas salariais dos trabalhadores das regiões canavieiras e dos trabalhadores na fruticultura irrigada das regiões do Vale do Assú, Mossoró, Baraúnas, Ceará Mirim, dentre outras.

Secretaria de Políticas Sociais – tendo como missão contribuir na consolidação do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, fortalecendo as políticas públicas que promovam a melhor qualidade de vida dos povos do campo, desenvolvendo ações nas áreas da: previdência social, educação do campo, proteção infanto-juvenil, saúde, terceira idade, assistência Social, habitação, infraestrutura, esporte, cultura e lazer.

Coordenação de Mulheres - atua nas áreas de gênero, no fortalecimento das organizações de mulheres nas diversas regiões do Estado e da participação destas nas ações do Movimento Sindical e nas instâncias de deliberação da FETARN e dos

Sindicatos. Coordena a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, instância de apoio ao trabalho da FETARN nas relações sociais de gênero.

Coordenação de Jovens - Criada no 6º Congresso da FETARN, em 2002, tem como objetivo coordenar o trabalho com a juventude rural, atuando no Estado juntamente com os STR's e entidades parceiras na organização desta importante parcela da categoria rural. Iniciando seus trabalhos, investe na formação e organização dos jovens na Comissão Estadual e nos municípios. O eixo de sua ação é a conquista de políticas públicas que atenda a juventude rural.

Coordenação da Terceira Idade – Criada também no 6º Congresso da FETARN em 2002, tem como objetivo principal coordenar as atividades voltadas para os aposentados e aposentadas rurais.

As primeiras ações coordenadas pela FETARN foram:

- A greve na área da fruticultura da banana ocorrida, em abril de 1963, com duração de 45 dias na fazenda Massangana, localizada no município de Ceará Mirim-RN, que ficou conhecida como a greve de Maria Vaqueira. Durante essa greve, as principais reivindicações foram voltadas para a luta por assinatura de carteira de trabalho, salário justo, férias, lei do sítio e outras reivindicações da época. Nesse período conseguimos paralisar 100% dos serviços na região;
- Outra ação inicial considerada importante na época foi a derrubada do cambão (trabalhar dois dias de graça pro fazendeiro, sendo obrigado a vender a produção para o patrão), na comunidade Lapa, localizada no município de Nova Cruz-RN.

O Tecido Social Organizativo do Território do Mato Grande é composto pelos atores sociais que formam o Colegiado Territorial, composto pelo Poder Público/Orgãos Governamentais e pela Sociedade Civil Organizada, representando Fóruns, Conselhos, Prefeituras, Associações, Sindicatos, Órgãos Públicos das esferas municipais, estadual e federal, voltadas para a estratégia de desenvolvimento territorial. Desta forma, a composição do Colegiado Territorial compreende 32 representações do Poder Público/Orgãos Governamentais e 48 da Sociedade Civil Organizada, dos 16 municípios.

Atores que integram o Poder Público/Órgãos Governamentais:

1. Prefeitura Municipal de Bento Fernandes
2. Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte
3. Prefeitura Municipal de Ceará Mirim
4. Prefeitura Municipal de Jandaíra
5. Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos
6. Prefeitura Municipal de João Câmara
7. Prefeitura Municipal de Maxaranguape
8. Prefeitura Municipal de Parazinho
9. Prefeitura Municipal de Pedra Grande
10. Prefeitura Municipal de Poço Branco
11. Prefeitura Municipal de Pureza
12. Prefeitura Municipal de Rio do Fogo
13. Prefeitura Municipal de São Bento do Norte
14. Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso
15. Prefeitura Municipal de Taipu
16. Prefeitura Municipal de Touros
17. Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER REGIONAL
18. Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio a Reforma Agrária - SEARA
19. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
20. Banco do Brasil – BB
21. Banco do Nordeste do Brasil – BNB
22. Caixa Econômica Federal - CEF
23. Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA
24. Programa Desenvolvimento Solidário - PDS
25. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH
26. Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e da Pesca - SAPE/PRONAF
27. Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - IDEMA
28. Empresa de Pesquisa Agropecuária - EMPARN
29. Câmara Municipal de João Câmara
30. III Unidade Regional de Saúde Pública – URSAP
31. Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado do Rio Grande do Norte – DFDA/RN
32. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRN

Atores da Sociedade Civil Organizada:

1. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Bento Fernandes
2. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Ceará Mirim
3. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Jandaíra
4. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Jardim de Angicos
5. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de João Câmara
6. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Maxaranguape
7. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Parazinho
8. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Poço Branco
9. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Pedra Grande
10. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Pureza
11. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Rio do Fogo
12. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de São Bento do Norte
13. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de São Miguel do Gostoso
14. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Taipu
15. Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Touros
16. Federação dos trabalhadores na Agricultura do Estado do RN - FETARN
17. Movimento Sem Terras - MST
18. Movimento de Libertação dos Sem Terras - MLST
19. Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF
20. Associação de Apoio as Comunidades do Campo - AACC
21. Assessoria de Projetos Técnicos e Agroindústria Ltda - APICE
22. Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza - CEAHS
23. Associação de Desenvolvimento do Gostoso - ADG
24. Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar – TECHNE
25. Centro de Apoio Técnico aos Assentamentos e Comunidades rurais e urbanas da região do Mato Grande - CEATEC
26. Instituto de Debate Econômico - IDE
27. Agencia Regional de Comercialização do Mato Grande - ARCO MATO GRANDE
28. Associação dos Assentamentos
29. Associação dos Criadores de Abelha do Município de Touros - ACAMT
30. Associação dos Produtores Agrícolas de Bebida Velha - APABEV
31. Cooperativas dos Agricultores das Frutas da Paz - COOAPAZ

32. Marcha Mundial das Mulheres - MMM
33. Cooperativa de Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais da Economia Solidária - COOAFES
34. Fórum de Políticas Públicas de Taipu
35. Fórum de Associações de São Bento do Norte
36. Conselho Comunitário de Matas
37. Associação de Juventude Riacho da Goiabeira – Ceará Mirim
38. Fundo Municipal de Apoio as Associações Comunitárias – FUMAC Ceará Mirim
39. Associação Norte-riograndense de Apicultores – ANA
40. Associação Comunitária de Amarelão
41. Fórum de Associações de João Câmara
42. Grupo de Artesanato Indígena Motyrum Caaçu
43. Associação dos Criadores de Abelhas de Jandaíra
44. Associação dos Produtores da Cajucultura do Matão de Iracema
45. Associação dos Apicultores do P.A. Brinco de Ouro
46. Associação do PA Jerusalém
47. Fórum de Desenvolvimento de Bento Fernandes
48. Fórum de Associações Comunitárias de Bento Fernandes

✓ Programas Sociais Existentes no Território

Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - Luz para Todos - O Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica foi lançado em novembro de 2003 com o desafio de acabar com a exclusão elétrica no país. A meta era levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008, tendo atingido a meta em maio de 2009.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, operacionalizado pela Eletrobrás e executada pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural. O orçamento do Programa é composto por recursos federais são provenientes de fundos setoriais de energia - a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e a Reserva Global de Reversão (RGR) e o restante partilhado entre governos estaduais e as empresas de energia elétrica.

O mapa da exclusão elétrica no país revelava que as famílias sem acesso à energia estavam majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias teriam renda inferior a três salários-mínimos e 80% viviam no meio rural. Por isso, o objetivo do governo é utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico destas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. A chegada da energia elétrica facilitará a integração dos programas sociais do governo federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento.

Durante a execução do Programa, novas famílias sem energia elétrica em casa foram localizadas e, em função do surgimento de um grande número de demandas, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso a Energia Elétrica foi prorrogado para ser concluído no ano de 2010.

O Programa contempla o atendimento das demandas no meio rural através de uma das 03 (três) alternativas:

- Extensão de Rede
- Sistemas de Geração Descentralizada com Redes Isoladas
- Sistemas de Geração Individuais

Ações integradas ao Programa Luz para Todos:

- O Programa também tem facilitado a integração das iniciativas públicas no meio rural, tanto no que diz respeito aos programas sociais e ações de atendimento de serviços básicos (educação, saúde, abastecimento de água) quanto às políticas de incentivo à agricultura familiar, aos pequenos produtores e comerciantes locais.
- O Ministério de Minas e Energia assinou protocolos com os ministérios de Desenvolvimento Agrário; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Educação; Saúde; Defesa; e Ciência e Tecnologia para que o acesso à energia seja acompanhado de programas sociais e de desenvolvimento econômico.

MAPA 03 – MAPA DE COMITÊS DE ATENDIMENTOS NA REGIÃO NORDESTE



Fonte: Programa Luz para Todos - 2010

Os comitês Gestores Estaduais são integrados pelo Ministério de Minas e Energia, agências reguladoras estaduais, distribuidoras de energia elétrica, governo estaduais, prefeituras e representantes da sociedade civil. Estes comitês priorizaram as demandas e acompanham de perto o andamento do Programa e o cumprimento das metas estaduais de universalização.

O Rio Grande do Norte superou a meta inicial do Programa Luz para Todos, realizando 16 mil ligações a mais do que estava previsto em 2004, que era de 30.095 ligações em 166 municípios. De acordo com a coordenação do programa, até maio de 2009 foram executadas 46.426 ligações na zona rural potiguar, chegando a 76,89% da meta atual, que é de 60.383 ligações e levando energia elétrica para cerca mais de 180 mil pessoas que ainda viviam à luz da lamparina e da vela.

O investimento, até agora, foi de R\$ 161,9 milhões dos governos federal e estadual e da concessionária Neoenergia/Cosern. Instituído pelo decreto federal No 4.873, de 11 de novembro de 2003, o Programa Luz para Todos começou a ser executado efetivamente no Rio Grande do Norte em junho de 2004. A implantação da energia elétrica na zona rural dos municípios do Rio Grande do Norte está favorecendo a circulação de renda nos municípios, com estimativas de R\$ 67 milhões.

TABELA 10 - PROGRAMA LUZ PARA TODOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

Município	Nº de Domicílios Atendidos
Bento Fernandes	173
Caiçara do Norte	37
Ceará Mirim	2.357
Jandaíra	260
Jardim de Angicos	165
João Câmara	1.395
Maxaranguape	504
Parazinho	101
Pedra Grande	182
Poço Branco	330
Pureza	376
Rio do Fogo	343
São Bento do Norte	90
São Miguel do Gostoso	395
Taipu	413
Touros	1.737
Total do Território	8.858

Fonte: www.mineiropt.com.br/luz-para-todos

Dados do Comitê Gestor Estadual do Programa Luz para Todos

Programa Arca das Letras – Programa Criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA em 2003, o programa Arca das Letras promove o acesso à leitura por meio da implantação de bibliotecas nas comunidades rurais brasileiras. Atende famílias de agricultores, assentados da reforma agrária, pescadores, quilombolas, indígenas e populações ribeirinhas.

O RN é o estado com maior número de Arcas no Brasil. Desde a implantação do programa no Estado, em março de 2004, já foram distribuídas 659 bibliotecas com quase 90 mil livros, dos quais 70 mil já foram lidos pelos 117.800 leitores cadastrados pelos 1.069 agentes de leitura capacitados pela SEARA.

TABELA 11- PROGRAMA ARCA DAS LETRAS NO TERRITÓRIO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

Município	Nº de Arca das Letras
Bento Fernandes	01
Caçara do Norte	--
Ceará Mirim	13
Jandaíra	01
Jardim de Angicos	11
João Câmara	05
Maxaranguape	01
Parazinho	03
Pedra Grande	--
Poço Branco	02
Pureza	01
Rio do Fogo	04
São Bento do Norte	02
São Miguel do Gostoso	03
Taipu	03
Touros	05
Total do Território	55

FONTE: Sistema de informações Arca das Letras (MDA)

2.1.5 Situação da Saúde

A saúde é um dos direitos fundamentais do ser humano. Muito mais do que a ausência de doenças, ela pode ser definida como qualidade de vida. Nossa saúde depende de muitas coisas, como, por exemplo, das condições sociais, históricas, econômicas e ambientais em que vivemos, e de escolhas que fazemos no nosso dia-a-dia.

No Brasil, segundo a Constituição Federal, a saúde é um direito de todos e um dever do Estado. A Constituição também diz que as ações e serviços públicos de saúde são responsabilidade do sistema único de Saúde (SUS). Cabe ao SUS fazer a vigilância sanitária. A Vigilância Sanitária está no SUS, assim como o Posto de Saúde em que nos vacinamos. Ela é o SUS, que todo mundo usa, pois todos utilizam diariamente algum produto ou serviço controlado pela Vigilância Sanitária (VISA).

A Vigilância Sanitária (VISA) é uma área da Saúde Pública. Sua missão é proteger e promover a saúde da população, fazendo com que os ambientes em que vivemos e os produtos e serviços oferecidos à sociedade sejam seguros e de boa qualidade. Seu objetivo, de acordo com a Lei Orgânica da Saúde, é eliminar, diminuir ou prevenir os riscos sanitários, evitando incapacidades e doenças.

TABELA 12 - ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE NO TERRITÓRIO MATO GRANDE

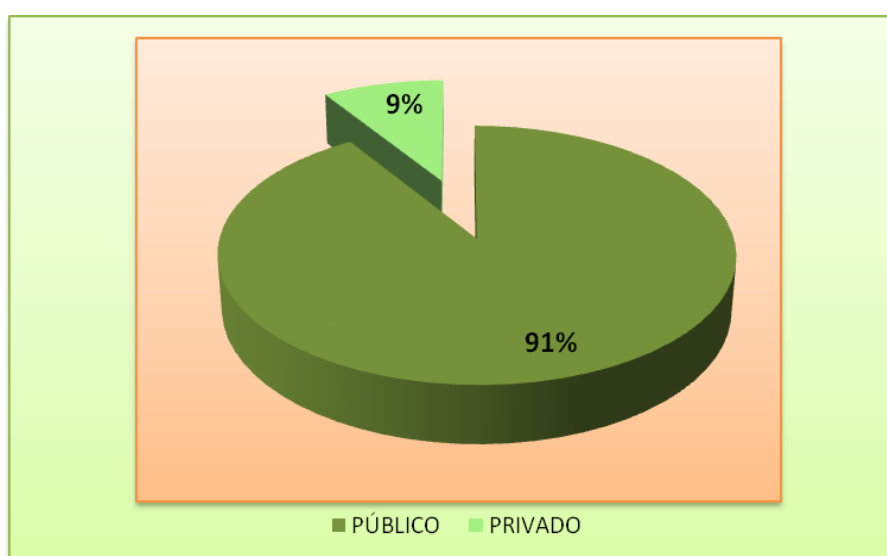
Municípios	Total	Público	Privado	Centro de Saúde	Clínica Especializada	Hospital	Policlínica	Posto de Saúde	Pronto Socorro	Unidade Mista	Unidade de Diagnóstico e Terapia	Unidade Móvel Terrestre	Laboratório
Bento Fernandes	8	8	-	-	0	0	0	6	0	1	0	-	1
Caiçara do Norte	4	4	-	1	0	0	0	3	0	0	0	0	1
Ceará Mirim	42	35	7	1	2	1	5	30	0	0	0	0	3
Jandaíra	5	3	-	0	0	0	0	4	0	1	0	0	
Jardim de Angicos	3	3	-	3	0	0	0	0	0	0	0	0	
João Câmara	21	23	3	1	5	1	0	5	0	1	1	0	2
Maxaranguape	6	6	-	1	0	0	0	4	0	0	0	0	1
Parazinho	4	-	-	0	0	0	0	2	0	1	0	0	1
Pedra Grande	2	2	-	0	0	0	0	1	0	1	0	0	
Poço Branco	8	8	-	1	0	1	0	5	0	0	0	0	1
Pureza	6	6	-	0	0	0	0	4	0	1	0	0	1
Rio do Fogo	8	8	-	0	0	0	0	6	0	1	0	0	1
São Bento do Norte	5	5	-	0	0	1	0	3	0	0	0	0	1
São Miguel do Gostoso	4	4	-	0	0	0	0	2	0	1	0	0	1
Taipu *	6	5	1	2	0	0	0	3	0	1	0	0	
Touros	22	21	-	1	1	1	1	15	0	0	0	0	3
TOTAL GERAL	154	141	14	11	8	5	6	93	0	9	1	2	17

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde/IDEMA 2007

*Dados DATASUS – 2008

Segundo dados do DATASUS (2007), o Território do Mato Grande contava com 154 estabelecimentos de saúde dos quais 141 eram públicos e 14 privados, destacando-se o município de Ceará Mirim, com 42, que também é o maior concentrador dos investimentos da rede privada com 07 dos 14 estabelecimentos do Território. O município de João Câmara que polariza parte desse contingente, conta com o único Hospital Regional no Território.

GRÁFICO 09 - ESTABELECIMENTO DE SAÚDE POR ESFERA ADMINISTRATIVA

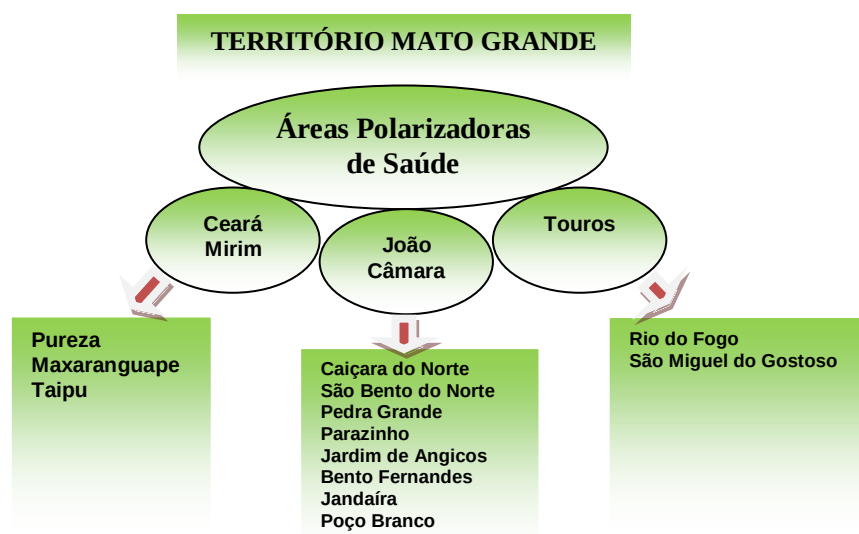


Fonte: Secretaria Municipal de Saúde/IDEMA 2007

*Dados DATASUS – 2008

O Território tem seu atendimento em saúde distribuído em três áreas polarizadas, sendo a primeira no município de João Câmara, que atende no segmento da saúde os municípios de Caiçara do Norte, São Bento do Norte, Pedra Grande, Parazinho, Jardim de Angicos, Bento Fernandes, Jandaíra e Poço Branco. A segunda área, em Ceará Mirim, atendendo Pureza, Maxaranguape e Taipu. A terceira área se concentra no município de Touros que presta serviços aos municípios de Rio do Fogo e São Miguel do Gostoso.

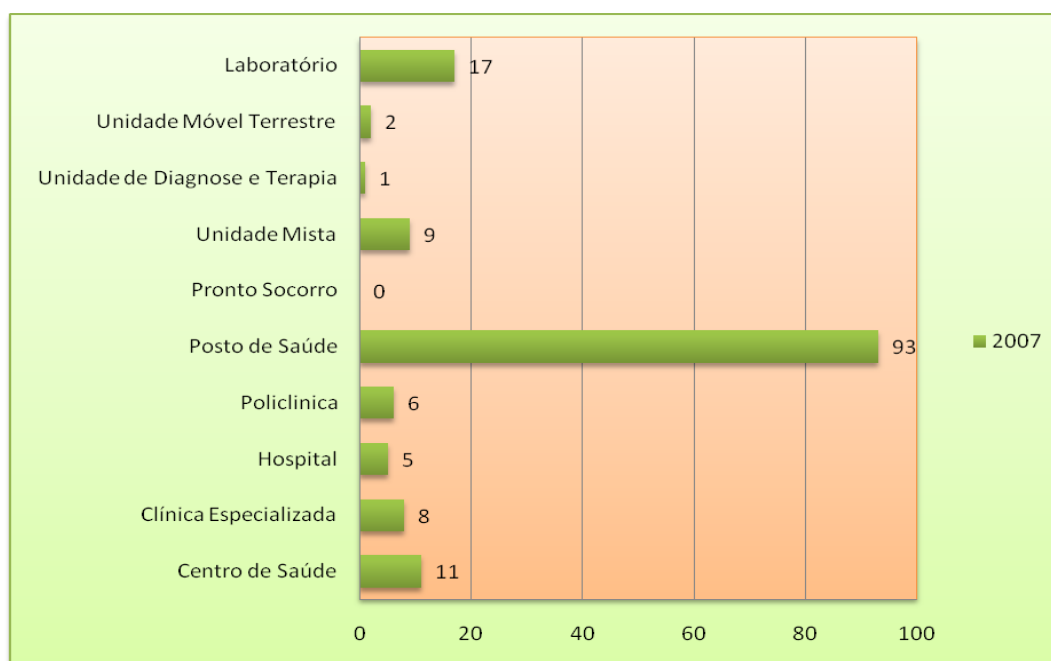
FIGURA 03 - ÁREAS POLARIZADORAS DE SAÚDE



Os três municípios que polarizam o atendimento da saúde, além de servirem sua população, sofrem a pressão por serviços das populações circunvizinhas. Em função disso, apresentam fragilidades em seus serviços mais simples, até a média complexidade, uma vez que existem apenas 02 hospitais gerais em Ceará Mirim e Touros e 01 no município de João Câmara de nível regional. A indicação é que cada município deve ter um hospital em bom funcionamento e o Território ter 03 hospitais Regionais para atendimentos de média e alta complexidade. Os dados revelam que não existe Pronto Socorro na Região, dificultando o deslocamento para Natal, nos casos de urgência, superlotando os hospitais e saturando esse serviço.

As Unidades Mistas de Saúde do Território também apresentam deficiências, considerando que existem apenas 09 unidades, o que agrava a situação de saúde. Ainda conta com 93 Postos e 11 Centros de Saúde distribuídos nos 16 municípios, observa-se a insuficiência desses equipamentos para atender a população urbana e rural.

GRÁFICO 10 – TIPOS DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde/IDEMA 2007
*Dados DATASUS – 2008

Existem ainda 08 clínicas especializadas, 05 concentradas no município de Ceará Mirim, centro urbano este que dispõe da maioria dos serviços especializados, assim como a única Policlínica do Território. Vale destacar que os municípios de Rio do Fogo e Bento Fernandes são os únicos que possuem unidades móveis, o que se verifica a necessidade de maior investimento desses equipamentos em todos os municípios do Território.

TABELA 13 - RELAÇÃO DO PADRÃO DA OMS COM O NÚMERO DE LEITOS NO TERRITÓRIO

Município	Pop. total	Padrão da OMS (2 leitos por 1.000 hab)	Leitos	Superávit	Déficit
Bento Fernandes	5.006	10	16	06	-
Caçara do Norte	6.384	13	4	-	9
Ceará Mirim	65.450	131	52	-	79
Jandaíra	6.447	13	10	-	3
Jardim de Angicos	2.536	5	0	-	5
João Câmara	30.423	61	31	-	30
Maxaranguape *	8.969	18	7	-	11
Parazinho	4.772	10	8	-	2
Pedra Grande	3.918	8	14	06	-
Poço Branco	12.288	25	20	-	5
Pureza	8.030	16	3	-	13
Rio do Fogo	9.753	19	4	-	15
São Bento do Norte	3.529	7	26	19	-
São Miguel do Gostoso	8.810	18	5	-	13
Taipu *	11.768	24	24	-	-
Touros	29.436	59	24	-	35
Total Território	217.519	27	248	31	220

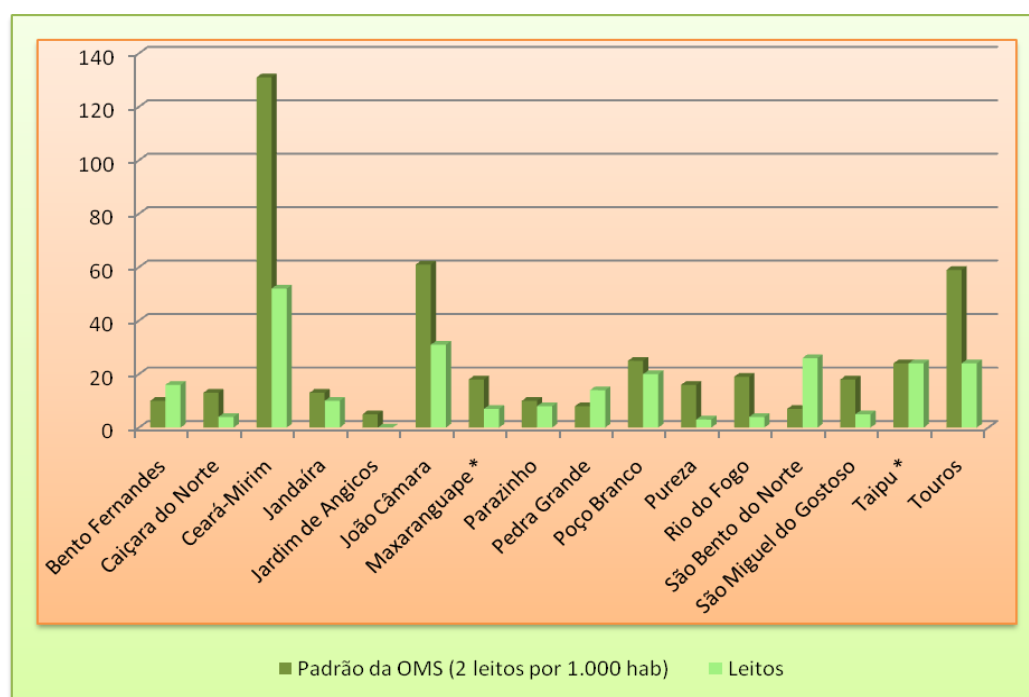
Fonte: secretaria Municipal de Saúde/IDEMA – 2007
(*) Caderno Saúde – CNES – 2008

A situação apresentada de leitos, no Território, reflete a instalação e funcionamento dos estabelecimentos de saúde, que se revelam insuficientes para o atendimento de qualidade, o que indica a necessidade de maiores investimentos, configurando uma população carente de cuidados com a saúde.

O Território do Mato Grande conta com 248 leitos hospitalares para atender uma população de 217.519 habitantes. Considerando que os padrões recomendados pela Organização Mundial de Saúde – OMS é de 02 leitos para cada mil habitantes, observa-se no Território que a situação é deficitária de acordo com os padrões da OMS, que indica que o padrão deve ser de 437 leitos. Entretanto, existem apenas 248, gerando um déficit de 189 leitos no Território como um todo.

Por outro lado, quando se observa os municípios de Bento Fernandes, Jandaíra, Pedra Grande, Poço Branco e São Bento do Norte, esses municípios, ao contrário dos demais, apresentaram superávit de leitos. Entretanto, não tem a funcionalidade necessária para o atendimento satisfatório das suas populações. A indicação é de implantar hospitais em todos os municípios e regionalizar os de Ceará Mirim e Touros somados ao que já existe em João Câmara para que possa existir 03 Hospitais Regionais no Território.

GRÁFICO 11 – LEITOS HOSPITALARES OFERECIDOS E O PADRÃO MÍNIMO EXIGIDO PELA OMS



Fonte: secretaria Municipal de Saúde/IDEMA – 2007

* Caderno Saúde – CNES – 2008

No Território, 10 municípios apresentaram déficit de leitos hospitalares, com destaque para Ceará Mirim, que apresentou o maior número de estabelecimentos, entretanto registra um déficit de 79 leitos, seguido pelo município de João Câmara, onde se localiza o único hospital regional, que acusa um déficit de 30 leitos hospitalares. Apenas o município de Taipú apresentou equilíbrio no número de leitos, que se encontra no limite recomendado pela OMS.

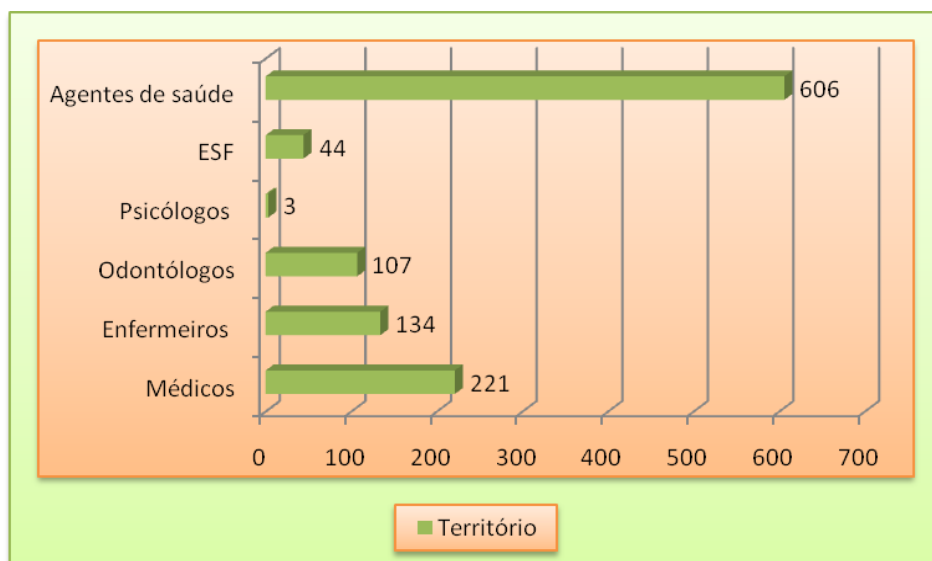
A quantidade de estabelecimentos, de leitos e outros equipamentos da saúde, por si só, não bastam para atender a população. É preciso tanto a implantação dos equipamentos que assegurem a infraestrutura necessária para o atendimento, capacitação técnica e compromisso profissional para a prestação de serviço de saúde mais humanizado.

TABELA 14 - TOTAL DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE NO TERRITÓRIO

Município	Médicos	Enfermeiros	Odontólogos	Psicólogos	ESF	Agentes de saúde
Bento Fernandes	4	2	3	0	0	12
Caiçara do Norte	2	2	2	0	2	15
Ceará Mirim	78	48	28	2	13	156
Jandaíra	3	3	3	0	1	15
Jardim de Angicos	3	4	2	0	-	76
João Câmara	50	19	19	1	5	75
Maxaranguape	6	4	4	0	1	20
Parazinho	4	2	4	0	2	12
Pedra Grande	2	2	2	0	4	09
Poço Branco	9	7	6	0	0	34
Pureza	5	4	3	0	5	17
Rio do Fogo	6	5	5	0	2	24
São Bento do Norte	2	2	2	0	1	08
São Miguel do Gostoso	8	3	4	0	2	22
Taipu	14	6	6	0	1	80
Touros	25	21	14	0	5	31
Total Território	221	134	107	3	44	606

Fonte: CNES/DATASUS - 2007

Segundo o Caderno Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – CNES (2007), o Território contava com 1.115 profissionais de saúde com atuação em diversas áreas para atender uma população de 217.519 habitantes distribuída nos 16 municípios, sendo que 03 destes municípios concentram 590 profissionais, equivalente a 53% do total de profissionais do Território, liderado por Ceará Mirim com 325, o município com maior número de profissionais do Território.

GRÁFICO 12 – PROFISSIONAIS DE SAÚDE NO TERRITÓRIO

Fonte: CNES/DATASUS - 2007

De acordo com os dados de 2007, havia 107 profissionais de odontologia na prestação de tais serviços no Território, dos quais 28 deles estão concentrados em Ceará Mirim, João Câmara com 19 e Touros com 14, por ser estes os municípios que apresentam as maiores quantidades de profissionais de saúde, no caso, da odontologia continuam na liderança.

Segundo a recomendação da OMS, de 01 profissional de odontologia para cada 1.200 habitantes, essa realidade no Território onde atuam 107 dentistas, significa que há 01 dentista para cada 2.033 habitantes, quase o dobro da população estimada pela OMS. Neste sentido, para atender o padrão recomendado pela OMS serão necessários 181 profissionais, e de acordo com a realidade existe um déficit de 74 dentistas.

As 44 equipes da Estratégia de Saúde da Família – ESF que estão estruturados no Território, com exceção de Bento Fernandes, Jardim de Angicos e Poço Branco, atendem nos bairros e comunidades pertencentes aos 12 municípios que possuem equipes do PSF. O trabalho desenvolvido pelas equipes do PSF se torna importante quando sua atuação também considera a saúde preventiva, que através de vários profissionais para alertar as famílias sobre os cuidados com o corpo, da mente e do ambiente. Destacando os municípios de Bento Fernandes, Jardim de Angicos e Poço Branco, que não possuem equipes do PSF deixam o Território com uma população de 19.830 mil habitantes sem a prestação desse tipo de serviço de saúde, que pressiona pela implantação do PSF em todo Território.

A Portaria do Ministério da Saúde de 02/1998 recomenda que 01 Agente de Saúde deva atender, no mínimo, 400 e, no máximo, 750 famílias, para a realização de um trabalho estratégico de promoção da saúde. Segundo dados abordados, os Agentes de Saúde estão presentes em 100% do Território. São 606 Agentes de Saúde distribuídos nos 16 municípios. A maior concentração dos Agentes de Saúde está nos municípios de Ceará Mirim com 156, (como em outras especialidades é concentrador dos maiores índices de profissionais), seguido por Taipu, com 80 Agentes de Saúde e Jardim de Angicos, com 76; juntos somam 312, o que significa apenas que esses municípios possuem 51% dos Agentes de Saúde do Território.

Os municípios que apresentaram os menores índices de Agentes de Saúde foram São Bento do Norte com 08 e Bento Fernandes com 12. De acordo com o Ministério da Saúde 01 Agente de Saúde deve atender entre 400 e 750 famílias no Território. Em termos estatísticos, o atendimento no Território está de 404 famílias por Agente de Saúde. No entanto, o desequilíbrio na distribuição destes profissionais compromete a realização de um serviço de qualidade para população.

Neste sentido, é importante destacar a contratação em todos os municípios do profissional Andrologistas, uma especialidade médica que atende aos cuidados da saúde reprodutiva do homem, tendo em vista as campanhas para que os homens cuidem de sua saúde.

TABELA 15 - RELAÇÃO DO PADRÃO DA OMS COM OS MÉDICOS EXISTENTES POR MUNICÍPIO

Município	Pop. Total	Padrão da OMS (1 médico por 1.000 hab)	Médicos	Superávit	Déficit
Bento Fernandes	5.006	5	4	-	1
Caiçara do Norte	6.384	6	2	-	4
Ceará Mirim	65.450	65	78	13	-
Jandaíra	6.447	6	3	-	3
Jardim de Angicos	2.536	3	3	-	0
João Câmara	30.423	30	50	20	-
Maxaranguape	8.969	9	6	-	3
Parazinho	4.772	5	4	-	1
Pedra Grande	3.918	4	2	-	2
Poço Branco	12.288	12	9	-	3
Pureza	8.030	8	5	-	3
Rio do Fogo	9.753	10	6	-	4
São Bento do Norte	3.529	4	2	-	2
São Miguel do Gostoso	8.810	9	8	-	1
Taipu	11.768	12	14	2	-
Touros	29.436	29	25	-	4
Total Território	217.519	218	221	35	31

Fonte: CNES/DATASUS - 2007

No que se refere aos profissionais médicos, a Organização Mundial da Saúde – OMS recomenda 01 médico para cada mil habitantes. No Território, existem 221 médicos sendo que 12 municípios apresentaram, no seu conjunto, uma defasagem de 31 médicos, o que significa que 75% dos municípios registraram déficit, uma situação que compromete a prestação deste serviço para o Território, enquanto o superávit foi apenas em 03 municípios: Ceará Mirim com superávit de 13 médicos, João Câmara com 20 e Taipu com 02, um total do superávit de 35 médicos, maior que o déficit do Território, como um todo.

De acordo com o que a recomendação da OMS, o Território precisaria de 218 médicos para atender sua população, sendo que os dados apresentaram um superávit de 03 médicos, o que favorece o Território. Por outro lado, a concentração em 03 municípios de 153 médicos, equivalente a 69% dos médicos do Território, indica que os municípios precisam investir na contratação de médicos para evitar que esses serviços indispensáveis sejam polarizados e desqualificados.

TABELA 16 - DADOS DA MORTALIDADE NO TERRITÓRIO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

Município	Total de óbitos		% de óbitos por 1.000 habitantes		Total de óbitos infantis		Mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos	
	2000	2006	2000	2006	2000	2006	2000	2006
Bento Fernandes	18	25	3,8	5,1	1	1	9,7	14,3
Caiçara do Norte	37	37	6,3	6,3	1	1	12,2	9,7
Ceará Mirim	162	255	2,6	3,6	27	14	17,3	10,0
Jandaíra	33	28	5,4	4,2	6	4	41,7	34,8
Jardim de Angicos	12	09	4,5	3,2	1	-	24,4	-
João Câmara	121	113	4,1	3,6	10	7	14,6	11,4
Maxaranguape	21	39	2,6	4,1	2	2	12,1	12,6
Parazinho	13	25	3,0	5,5	3	-	31,6	-
Pedra Grande	21	23	5,2	5,2	2	1	32,8	21,7
Poço Branco	32	34	2,6	2,5	2	2	7,7	10,3
Pureza	20	22	2,9	3,1	1	2	5,7	16,8
Rio do Fogo	21	26	2,3	2,5	4	1	29,2	6,2
São Bento do Norte	14	18	4,1	5,1	-	1	-	19,6
São Miguel do Gostoso	16	29	2,1	3,3	1	2	12,3	14,0
Taipu	54	47	4,7	3,8	7	4	33,2	26,3
Touros	95	100	3,4	3,0	8	6	11,9	11,6
TOTAL TERRITÓRIO	690	830	3,7	4,0	4,7	3	18,5	13,7

Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE/CNES - 2007

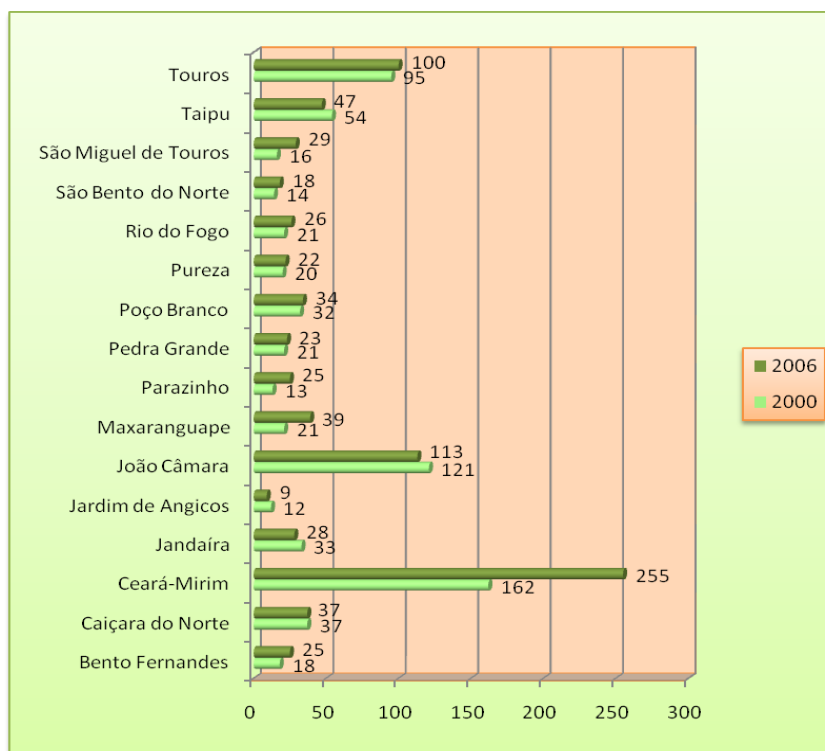
*Dados de Cadernos de Informações de Saúde – DATASUS

A mortalidade no Território do Mato Grande apresentou um crescimento de 4%, entre 2000 e 2006, quando o número de mortes, este cresceu de 690 para 830, um índice elevado para a região. Sendo o município de Caiçara do Norte o maior concentrador deste percentual (6,3) de morte, por cada 1000 habitantes, que permaneceu igual entre 2000 e 2006. O segundo maior que também manteve o mesmo percentual (5,2) por cada mil habitantes foi o município de Pedra Grande.

Entre o total de mortes no Território, está a mortalidade materna, que ocorre durante a gravidez ou até 42 dias depois do parto, provocada por hemorragias, infecções relacionadas ao parto, hipertensão arterial. Sendo a educação um fator importante para a prevenção da mortalidade materna. Para isso, é preciso haver, nos municípios, mais programas e campanhas educativas.

Segundo os dados no Ministério da Saúde (2007), o Território apresentou uma situação favorável no que se refere à mortalidade infantil, de acordo com os dados de 2000 e 2006, identificou-se uma redução na taxa de 77,1%, sendo este um indicador positivo dos investimentos em campanhas educativas, educação básica em saúde, pré-natal, desenvolvida nos municípios, comunidades do Território.

GRÁFICO 13 – MORTALIDADE NO TERRITÓRIO

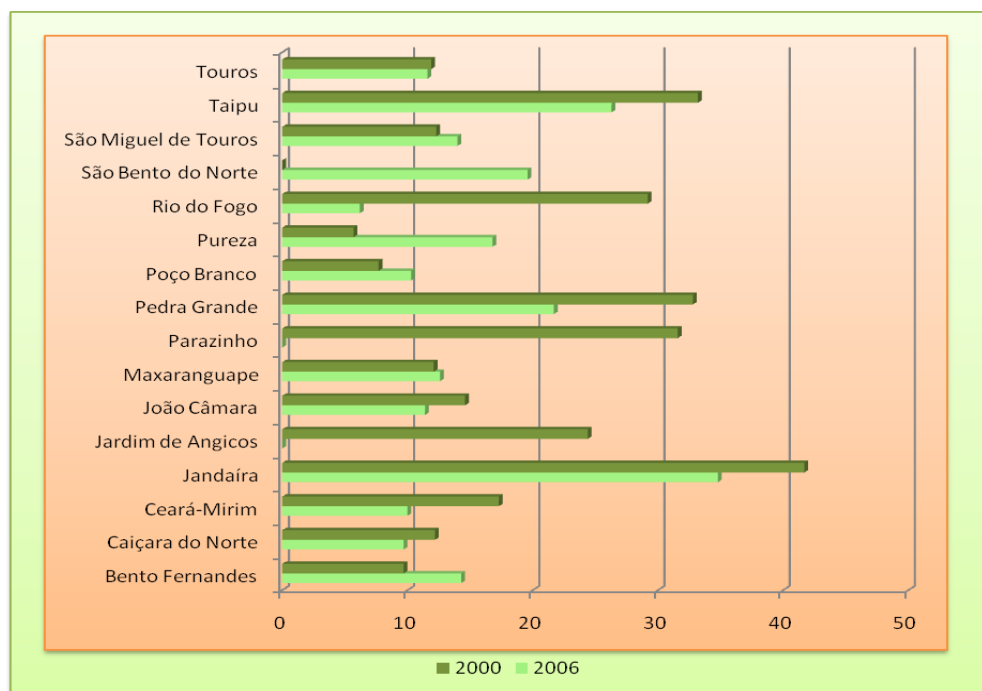


Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE/CNES - 2007

*Dados de Cadernos de Informações de Saúde – DATASUS

Segundo dados do CNES, o município de Ceará Mirim apresentou uma queda na taxa de mortalidade infantil entre 2000 e 2006 de 7,3% e está entre os 9 municípios do Estado, priorizados pelo Pacto da Redução da Mortalidade Infantil com a qualificação de profissionais das mais diversas áreas e estrutura hospitalar, uma ação desenvolvida com os governos Estadual e Federal com investimento de 11 milhões de Reais (portal ODM).

GRÁFICO 14 – MORTALIDADE INFANTIL



Fonte: MINISTÉRIO DA SAÚDE/CNES - 2007

*Dados de Cadernos de Informações de Saúde – DATASUS

O município de Jandaíra apresentou o maior índice de mortalidade no Território. Em 2000, de 41,7 e em 2006, de 34,8. Assim, como o Território, em Jandaíra, houve um decréscimo na taxa de mortalidade infantil.

TABELA 17 – CAUSAS DE MORTE, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

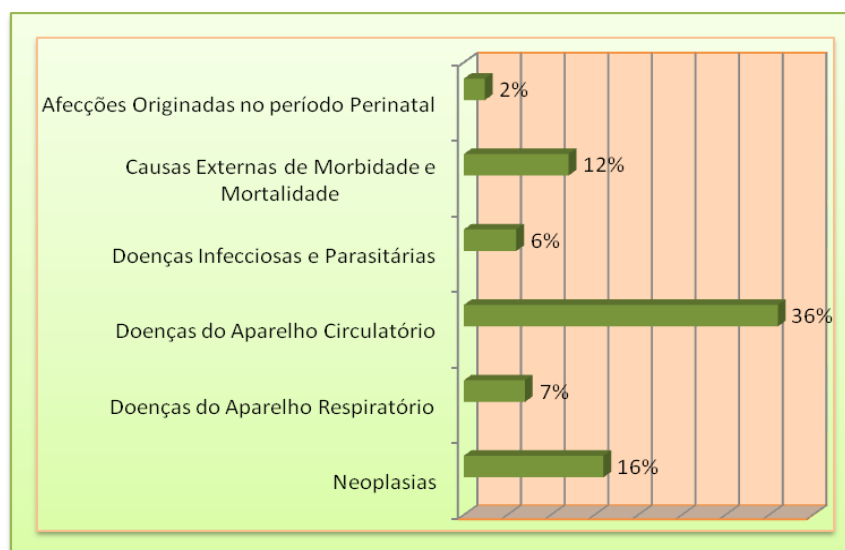
Municípios	Neoplasias (Tumores)	Doenças do Aparelho Respiratório	Doenças do Aparelho Circulatório	Doenças Infecciosas e Parasitárias	Causas Externas de Morbidade e Mortalidade	Afecções Originadas no período Perinatal
Bento Fernandes	27%	-	45%	9%	5%	-
Caiçara do Norte	11%	8%	31%	14%	6%	-
Ceará Mirim	16%	7%	38%	5%	12%	1%
Jandaíra	26%	7%	37%	4%	7%	4%
Jardim de Angicos	29%	29%	-	14%	14%	-
João Câmara	16%	7%	29%	9%	19%	6%
Maxaranguape	20%	3%	29%	-	23%	-
Parazinho	5%	9%	45%	-	9%	-
Pedra Grande	10%	-	40%	5%	10%	-
Poço Branco	12%	6%	41%	3%	12%	-
Pureza	10%	-	52%	5%	19%	5%
Rio do Fogo	23%	4%	27%	8%	15%	4%
São Bento do Norte	6%	18%	29%	12%	12%	6%
São Miguel do Gostoso	-	3%	59%	-	7%	3%
Taipu	13%	7%	42%	4%	4%	2%
Touros	17%	3%	36%	2%	11%	7%
Território	16%	7%	36%	6%	12%	2,4%

Fonte: SIM/SINASC – 2000 e 2006

Segundo os dados SINASC (2000, 2006), as doenças relativas a neoplasias (tumores) no Território, revelaram um percentual médio de 16%, sendo o município de Jardim de Angicos o concentrador dos maiores índices. Estimular a população para o diagnóstico precoce é fator importante para o combate ao câncer, que precisa ser realizado através de ações dos governos municipais, estadual e federal, como também, oferecer as condições para o tratamento. Aliada às ações de governo, torna-se necessário planejar os cuidados com a qualidade da água potável, o uso dos agrotóxicos, o meio ambiente como o todo.

As doenças ligadas ao sistema respiratório é uma das principais causas de morte no Território. Vários fatores favorecem o aparecimento das doenças pulmonares, entre eles, está o cigarro, alvo de campanhas educativas. Nesta perspectiva, os municípios devem considerar e reforçar as campanhas contra o tabagismo mais voltadas para os jovens menores de 19 anos que geralmente começam a fumar nesta faixa etária.

GRÁFICO 15 – CAUSAS DE MORTE NO TERRITÓRIO %



Fonte: SIM/SINASC – 2000 e 2006

As estatísticas das causas mortes no Território, seguem o exemplo das estatísticas nacional e estadual com seus maiores índices relacionados a doenças no aparelho circulatório, doenças relacionadas aos problemas cardíacos, Acidente Vascular Cerebral – AVC, hipertensão. Os municípios de São Miguel do Gostoso e Pureza com taxas de 59% e 52%, respectivamente, indicam a necessidade de haver em todo o Território, o investimento em campanhas educativas, incentivo aos cuidados médicos.

No que se refere aos dados relacionados às doenças infecciosas e parasitárias, os dados do Território revelaram que a população contraiu tuberculose, amebíase, hepatite, esquistossomose, sífilis congênita, escabiose, dengue, AIDS, rubéola, febre tifóide entre outras que necessitam de condições de tratamento especializado e que requer investimentos tanto na infraestrutura dos estabelecimentos existentes e dos que ainda vão ser instalados, como nos serviços humanizados através da contratação de profissionais, como por exemplo, para tratar a tracoma, uma doença nos olhos que se não for tratada pode levar a cegueira. Os municípios que apresentaram os maiores índices dessas doenças infecciosas foram Jardim de Angicos, Caiçara do Norte e São Bento do Norte.

As mortes por causas externas é o terceiro maior índice de causa de mortes no Território. São mortes provocadas por violência, acidentes, que, na sua maioria atingem os homens com propagação na vida familiar, no mercado de trabalho. Segundo o jornal Tribuna do Norte (online), de 25/08/2009, a maior causa de morte entre 01 e 14 anos no País são as chamadas lesões não-intencionais. Os acidentes de trânsito, as quedas estão entre as maiores causas. Sendo que a realidade dos municípios acompanha os dados da média nacional, considerando importante a participação dos órgãos competentes dos governos municipais, estadual e federal nas campanhas de prevenção de acidentes, contra a violência.

A mortalidade no período perinatal, envolve a morte de crianças nos 42 dias depois do parto. A Organização Mundial da Saúde – OMS admite até 20 mortes por cada 100 mil nascidos vivos. Segundo o comitê de Mortalidade Materna (2006), no Rio Grande do Norte são 66 por cada 100 mil nascidos vivos. No Território, esta situação acompanha os índices dos padrões da OMS.

No Território, a mortalidade materna entre mulheres, segundo o comitê de mortalidade materna, a falta de esclarecimento da causa no registro do óbito torna difícil mensurar o número de mulheres. Essa dificuldade é identificada em âmbito nacional, pelo fato de não haver uma pesquisa nacional por Estado, apenas alguns estudos isolados. O Território precisa reforçar as campanhas e pesquisas para o combate a mortalidade materna.

TABELA 18 - PARTOS NO TERRITÓRIO, CONFORME A CONDIÇÃO E SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

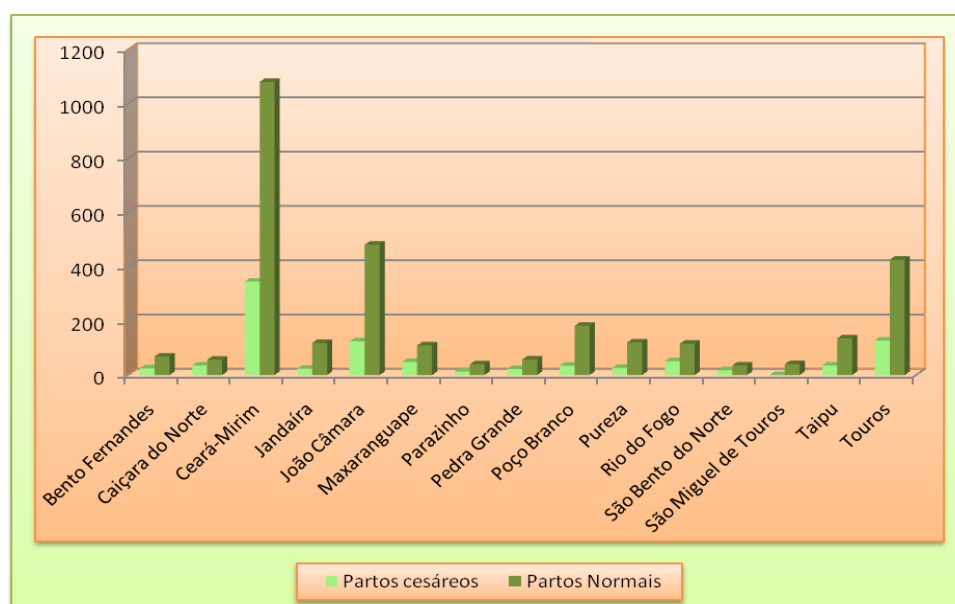
Município	Partos cesáreos	Partos Normais	Total de Partos em hospitais
Bento Fernandes	24	68	92
Caçara do Norte	35	56	91
Ceará Mirim	344	1.080	1.424
Jandaíra	23	118	141
Jardim de Angicos*	-	-	-
João Câmara	124	480	604
Maxaranguape	48	109	157
Parazinho	13	39	52
Pedra Grande	22	57	79
Poço Branco	34	181	215
Pureza	26	120	146
Rio do Fogo	51	115	166
São Bento do Norte	17	35	52
São Miguel do Gostoso	0	40	40
Taipu	35	135	170
Touros	127	425	552
Total de Território	923	3.058	3.981

Fonte: SIT – Sistema de Informação Territoriais (2009) - Dados DATASUS 2005

* Dados não encontrados no SIT

De acordo com o DATASUS (2005), dados 2004, o total de partos no Território foi de 3.981, sendo o município de Ceará Mirim o maior concentrador (1.424), deste total, 344 foram de partos cesáreos, e 1.080 normal, seguido de João Câmara, com um total de 604 e Touros com 552 partos. Vale salientar que são os três municípios pólos que atendem os demais municípios que integram o Território, além de outros circunvizinhos, o que deve contribuir para aumentar a demanda nos três citados. Destacando o município de São Miguel do Gostoso que apresentou o menor número de partos (40) com poucos leitos disponíveis (05), sem nenhuma maternidade a população se desloca para as cidades vizinhas e/ou capital.

GRÁFICO 16 – PARTOS CESÁREOS E PARTOS NORMAIS, SEGUNDO MUNICÍPIOS



Fonte: SIT – Sistema de Informações Territoriais (2009) - Dados DATASUS 2005

De modo geral, os números de partos normais foram bem maiores do que os cesáreos, uma diferença de 2.135 partos; esse resultado se deve a implementação e investimento em política pública de incentivar o parto normal, sendo assim, para diminuir a mortalidade materna entre as mulheres devido às complicações que normalmente o parto cesáreo traz para a mulher.

O Ministério da Saúde (2008) lançou uma campanha educativa sobre o parto normal. Neste sentido, o empenho na humanização do parto no Território, é necessário o monitoramento e acompanhamento, não fazendo a administração de remédios, quando da realização de exercícios e massagens com aparelhos especiais, e, logo ao nascer a criança é colocada em contato com a mãe.

TABELA 19 - DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS								
	Total	AIDS	Dengue	Hanseníase	Hepatite	Meningite	Sífilis*	Tuberculose	Outras
Bento Fernandes	50	-	48	-	1	1	-	-	-
Caiçara do Norte	49	-	37	2	6	2	2	-	-
Ceará Mirim	452	5	285	6	26	9	28	37	56
Jandaíra	27	-	20	-	3	-	-	4	-
João Câmara	181	1	158	5	4	4	3	4	2
Maxaranguape	154	-	144	1	-	-	3	3	3
Parazinho	20	-	5	1	9	-	-	4	1
Pedra Grande	9	-	7	-	-	-	1	1	-
Poço Branco	20	-	12	1	-	-	1	1	5
Pureza	87	-	4	1	2	-	-	5	75
Rio do Fogo	19	-	11	-	2	-	1	2	3
São Bento do Norte	11	-	9	-	2	-	-	-	-
São Miguel do Gostoso	27	-	19	-	3	-	-	2	3
Taipu	114	1	98	2	3	4	-	4	2
Touros	77	-	54	1	11	3	-	6	2
Total do Território	1.297	7	911	20	72	23	39	73	152
TOTAL DO ESTADO	20.234	142	15.873	431	1.090	270	271	1.152	1.005

FONTE – IDEMA, dados do IBGE – 2007

(*) Dados retratam os casos de sífilis congênita e em gestante.

De acordo com os dados do IBGE (2007), revelou-se que existem quatro municípios concentradores dos maiores índices de doenças. Cabe destacar Ceará Mirim (452) e João Câmara (181), que são os municípios pólos com maiores populações, concentram mais estrutura de atendimento das populações circunvizinhas. Os municípios de Maxaranguape e Taipu, que tem menor número de habitantes (8.969 e 11.768 respectivamente), apresentaram 154 casos de doenças transmissíveis, índice elevado ao comparar com a população de Ceará Mirim 65.450 e João Câmara com 30.423 habitantes. Em outro sentido, Pedra Grande foi o município que apresentou o menor

número de doenças, com apenas 09 casos de doenças transmissíveis, considerando um dos municípios com menor número de habitantes (3.918).

No Território, os casos mais graves de doenças estão relacionados à dengue, com 911 ocorrências. Neste aspecto, o município de Ceará Mirim concentra o maior número de casos (285). Pureza possui o menor com 04 casos. O Estado do Rio Grande do Norte ocupa o 5º lugar com maior número de casos de dengue no País. Dos 167 municípios do Estado, 16 estão sendo priorizados pelo Programa Nacional de Controle de Dengue, entre estes está Ceará Mirim e João Câmara. A dengue é uma doença que envolve aspectos educacionais na relação da população com o meio ambiente. Os municípios necessitam promover campanhas educativas, reforçar as iniciativas existentes de maneira sistemática para o combate efetivo da dengue.

No Território, foram detectados 20 casos de hanseníase (ver quadro 17), um índice pequeno em comparação com o Estado que apresentou 431 casos. Ceará Mirim e João Câmara revelaram os maiores números com 6 e 5 casos, respectivamente. A hanseníase por ser uma doença silenciosa exige cuidados na sua prevenção, como a participação nas campanhas oficiais sobre a doença. Os profissionais, além de estrutura de exame laboratorial que são indicados para o tratamento, devem ser contratados para atuação preventiva e curativa dos casos.

A hepatite é uma doença silenciosa. Os números do Território inspiram cuidados, considerando o tempo de incubação que é de 30 dias. No Território, foram registrados 72 casos e no Estado 1.090. Existem vários tipos de hepatite, com formas variadas de transmissão como no caso de tatuagens, seringas, uso de drogas, material esterilizado com despreparo, águas contaminadas com coliformes fecais. A hepatite medicamentosa é transmitida através de alguns medicamentos. A iniciativa para a prevenção deve partir das prefeituras através do investimento em saneamento básico, normas de vigilância sanitária nos estabelecimentos de alimentação, campanhas educativas para a higiene, como também cada pessoa deve buscar novos hábitos alimentares, de higiene, usar material descartável em procedimentos de saúde, levar material próprio para a manicure, entre outros.

Relativamente à meningite por ser uma doença infecciosa complexa, ainda considerada grave, apesar dos avanços no seu diagnóstico, é importante que nos municípios tenham condições de diagnosticar ainda na “fase inicial”, para a eficácia do tratamento e da cura. Os dados revelaram 23 casos de meningite em apenas 06 municípios do Território. No Estado foram detectados 270 casos entre 2000 e 2006. Ceará Mirim apresentou a situação mais grave com 09 casos. Quanto aos modos de prevenção deverá o poder público investir em campanhas de vacinação, de hábitos de higiene como lavar as mãos com água e sabão ou álcool, para evitar a disseminação de vírus e bactérias, evitar compartilhar alimentos, bebidas, pratos, copos e talheres.

Os dados revelaram a sífilis congênita em 07 municípios do Território com 39 casos. Destes, 28 estão concentrados em Ceará Mirim. É uma doença grave com fortes consequências na vida da criança, embora uma mãe com sífilis possa dar a luz a crianças saudáveis. Para isso, é importante, no Território, haver condições de antes de engravidar, fazer os exames. Se for detectado a sífilis congênita durante a gravidez, a assistência no pré-natal de boa qualidade contribui para evitar a contaminação ou mesmo diminuir os impactos da doença na criança. O que vai demandar uma estrutura material e humana para atender as necessidades de pessoas com sequelas da sífilis.

Segundo os dados apresentados sobre a Tuberculose, no Território, foi detectado que, em 03 municípios, nenhum caso foi revelado. Rio do Fogo, Poço Branco e Pedra Grande apresentaram apenas 01 caso, cada. Ceará Mirim concentra o maior número de doenças com 37 casos. No Território são 73 incidências de Tuberculose, no Estado são 1.152 ao todo, com a participação no Programa Nacional de Controle da Tuberculose (PNCT) com 06 municípios prioritários, no qual Ceará Mirim é o único do Território incluído para as ações prioritárias do PNCT.

2.1.6 Situação da Educação

A estrutura e funcionamento da educação no Território do Mato Grande é formada pelas seguintes modalidades de ensino: educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e educação superior através de cursos de extensão ofertados por universidades públicas e privadas.

Segundo o Art. 205 da Constituição Federal, a Educação - direito de todos e dever do Estado e da família - será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Mesmo diante deste direito que a lei garante ao cidadão brasileiro, é comum no Território a dificuldade da população no acesso a educação, principalmente no que se refere ao ensino superior.

Vale destacar que a educação no Território do Mato Grande, em seus diferentes graus e modalidades, é financiada por recursos provenientes do setor público, por meio dos órgãos da administração direta e indireta das esferas federal, estadual e municipais, e pelo setor privado, que mantém escolas particulares e cobra mensalidades das famílias, associações e de outras entidades privadas.

As principais fontes públicas de recursos para a educação no Território são provenientes das seguintes esferas:

Recursos provenientes da União:

- Recursos oriundos das receitas de impostos federais (18% da arrecadação tributária, Art. 212 da Constituição Federal);
- Recursos provenientes do salário-educação (alíquota de 2,5% da folha de salário-contribuição devido pelas empresas comerciais e industriais e 0,8% sobre o valor comercial dos produtos das empresas agrícolas).

Recursos provenientes dos Estados:

- Recursos orçamentários ordinários advindos da receita tributária estadual (25% da arrecadação dos impostos estaduais, Art. 212 da Constituição Federal);
- Fundo de Participação dos Estados (FPE), resultante da transferência de recursos federais (25%);
- Recursos provenientes da quota-parte do salário-educação (2/3 do total arrecadado no Estado);
- Recursos de diversas fontes transferidos aos Estados, destacando-se os provenientes da quota de salário-educação.

Recursos provenientes dos Municípios:

- Recursos orçamentários ordinários provenientes da receita tributária municipal (25% da arrecadação dos impostos municipais, Art. 212 da Constituição Federal);
- Fundo de Participação dos Municípios (FPM), resultante da transferência de recursos federais (25%);
- Recursos de diversas fontes transferidos aos municípios, destacando-se os provenientes da quota do salário-educação.

O acesso à Educação deve ser visto, pois, como condição para a realização dos outros direitos, ou seja, “a educação é base constitutiva na formação do ser humano, bem como na defesa e constituição dos direitos econômicos, sociais e culturais”. Torna-se, portanto uma dimensão importantíssima para o aumento do índice de desenvolvimento humano de qualquer município, uma vez que a mesma promove a formação do indivíduo tornando-o apto para o exercício da cidadania e, conseqüentemente com mais possibilidade de conquistar uma boa qualidade de vida.

Nesta perspectiva, os dados ora apresentados nos permitem uma análise e reflexão sobre os índices educacionais no Território do Mato Grande, apontando as áreas de melhor desenvolvimento, bem como as que estão em situação de vulnerabilidade, e que merecem maior atenção.

✓ Educação Básica

O método de educação e as escolas são os principais elementos no processo de aprendizagem e formação das pessoas. Para se ter uma escola que possa suprir as necessidades de uma sociedade, é preciso atentar para elementos que vão além da sala de aula.

Com relação ao número de estabelecimentos de ensino da educação básica no Território, segundo dados da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos – SECD – 2007, contava com um total de 369 estabelecimentos de ensino, destes, 252 estavam localizados na zona rural e 117 na zona urbana. Vale destacar que os municípios de Ceará Mirim e João Câmara são considerados centros polarizadores por concentrarem o maior número de estabelecimentos de ensino, fato este que oportuniza o atendimento à população de outros municípios circunvizinhos.

TABELA 20 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS – 2007

MUNICÍPIOS	Total			Dependência administrativa e localização			
				Federal	Estadual	Municipal	Privada
	Total	Rural	Urbano	Total	Total	Total	Total
Bento Fernandes	21	18	3	-	1	20	-
Caçara do Norte	7	2	5	-	1	6	-
Ceará Mirim	71	44	27	-	9	53	9
Jandaíra	12	7	5	-	2	10	-
Jardim de Angicos	12	9	3	-	1	11	-
João Câmara	60	36	24	1	5	49	6
Maxaranguape	16	11	5	-	2	13	1
Parazinho	5	1	4	-	2	3	-
Pedra Grande	7	4	3	-	1	6	-
Poço Branco	19	14	5	-	3	16	-
Pureza	14	10	4	-	3	11	-
Rio do Fogo	16	11	5	-	5	11	-
São Bento do Norte	11	6	5	-	2	9	-
São Miguel do Gostoso	28	24	4	-	3	25	-
Taipu	26	21	5	-	4	22	-
Touros	44	34	10	-	5	36	3
TERRITÓRIO	369	252	117	1	49	301	19
ESTADO	4.303	2.105	2.198	11	790	2.876	626

FONTE – Anuário Estatístico do IDEMA - 2008

Dados da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos – SECD - 2007.

GRÁFICO 17 - ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO TERRITÓRIO POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – 2007



FONTE – Anuário Estatístico do IDEMA – 2008

O número de estabelecimentos de ensino na rede municipal compreende 81,35% em relação às outras dependências administrativas do Território. Isso demonstra que a responsabilidade maior na oferta do ensino básico no Território está na esfera do poder municipal. Revela também que está sendo cumprido o artigo 11 da LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que diz: *Os Municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental...* Uma vez que os estabelecimentos municipais atendem com prioridade apenas os níveis de ensino infantil e fundamental.

No entanto, vale ressaltar que, apesar da rede municipal de ensino oferecer um bom número de estabelecimentos, ainda se recente da infraestrutura de suas escolas, onde uma grande parte não oferece instalações e equipamentos adequados para o exercício de uma boa qualidade do ensino.

TABELA 21 - TOTAL DE SALAS DE AULA POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO - 2007

MUNICIPIOS	SALAS DE AULA						
	Total			Dependência administrativa e localização			
				Federal	Estadual	Municipal	Privada
	Total	Rural	Urbano	Total	Total	Total	Total
Bento Fernandes	59	36	23	-	8	51	-
Caiçara do Norte	39	2	37	-	7	32	-
Ceará Mirim	410	169	241	-	85	233	92
Jandaíra	45	19	26	-	8	37	-
Jardim de Angicos	27	15	12	-	3	24	-
João Câmara	254	82	172	1	53	160	41
Maxaranguape	72	39	33	-	51	21	-
Parazinho	52	15	37	-	11	41	-
Pedra Grande	38	16	22	-	6	32	-
Poço Branco	76	31	45	-	22	54	-
Pureza	61	32	29	-	13	48	-
Rio do Fogo	95	59	36	-	25	70	-
São Bento do Norte	48	15	33	-	15	33	-
São Miguel do Gostoso	85	50	35	-	12	73	-
Taipu	85	54	31	-	22	63	-
Touros	211	112	99	-	31	161	19
TERRITÓRIO	1.657	746	911	1	372	1.133	152
ESTADO	22.806	5.282	17.524	268	5.883	10.834	5.822

FONTE – Anuário Estatístico do IDEMA - 2008

Dados da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos – SECD - 2007.

No que se refere ao número de salas de aula existentes no Território, verifica-se um número razoável para a quantidade de alunos matriculados nas escolas municipais, aproximando-se das recomendações do MEC, quando propõe que as salas de aula devem ser compostas de 15 a 20 alunos para o ensino infantil e de 25 alunos no ensino fundamental. É importante destacar que essas instalações não são ideais para o bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, visto que, as salas são mal arejadas, e não dispõe de equipamentos informatizados, o que é indispensável para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos alunos.

Segundo dados primários coletados no Território, há uma grande ausência de laboratórios de informática nas unidades de ensino, e esta é uma deficiência preocupante, pois é fundamental que todo cidadão tenha acesso aos meios de informação e tecnologia. Dentro desta perspectiva, é da responsabilidade da escola formar o cidadão para a vida, portanto, não pode deixar de oferecer uma inclusão digital aos seus educandos.

TABELA 22 - MATRÍCULA INICIAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO – 2005

Município	Numero de Alunos Matriculados									
	Total		Dependência administrativa e localização							
			Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural
Bento Fernandes	1.685	701	-	-	521	-	1.465	701	-	-
Caiçara do Norte	1.549	47	-	-	442	-	1.107	47	-	-
Ceará Mirim	21.532	7.644	-	-	6.824	-	12.210	7.295	2.480	349
Jandaíra	2.224	549	-	-	590	-	1.634	549	-	-
Jardim de Angicos	908	326	-	-	202	-	706	326	-	-
João Câmara	10.638	2.402	-	-	3.238	-	6.420	2.402	980	-
Maxaranguape	3.280	1.901	-	-	572	-	2.599	1.792	109	109
Parazinho	1.998	460	-	-	653	-	1345	460	-	-
Pedra Grande	1.482	599	-	-	240	-	1.242	599	-	-
Poço Branco	3.772	914	-	-	1.689	43	2.083	871	-	-
Pureza	3.96	1.360	-	-	874	60	2.222	1.300	-	-
Rio do Fogo	3.327	2.004	-	-	1.018	244	2.309	1.760	-	-
São Bento do Norte	1.530	443	-	-	633	0	897	443	-	-
São Miguel do Gostoso	3.645	1.682	-	-	504	21	3.141	1.661	-	-
Taipu	3.716	1379	-	-	1.640	23	2.076	1.356	-	-
Touros	9.700	5.599	-	-	2.015	137	7.461	5.462	224	-
Território	71.085	28.010	-	-	21.655	528	48.917	27.024	3.793	458
Estado	898.556	155.556	2.352	333	333.861	14.942	429.532	138.940	132.811	1.341

FONTE – Anuário Estatístico do IDEMA - 2007

Dados da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos – SECD - 2005.

TABELA 23 - MATRÍCULA FINAL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO – 2005

Município	Numero de Alunos Matriculados									
	Total		Dependência administrativa e localização							
			Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural
Bento Fernandes	1.685	675	-	-	384	-	1.301	675	-	-
Caiçara do Norte	1.380	47	-	-	367	-	1013	47	-	-
Ceará Mirim	18.218	6.775	-	-	5.615	378	10.240	6.164	2.363	-
Jandaíra	1.850	-	-	-	411	-	1.439	513	-	-
Jardim de Angicos	775	316	-	-	171	-	604	316	-	-
João Câmara	9.162	2.219	-	-	2.422	-	5.796	2.219	944	-
Maxaranguape	2.752	1.552	-	-	471	-	2.174	1.445	107	107
Parazinho	1.593	428	-	-	515	-	1.078	428	-	-
Pedra Grande	1.223	499	-	-	174	-	1.049	499	-	-
Poço Branco	3.252	846	-	-	1.418	40	1.834	806	-	-
Pureza	2.412	1.079	-	-	626	54	1.786	1.025	-	-
Rio do Fogo	2.694	1.683	-	-	814	311	1.880	1.372	-	-
São Bento do Norte	1.195	241	-	-	443	-	752	241	-	-
São Miguel do Gostoso	3.188	1.505	-	-	392	23	2.796	1.482	-	-
Taipu	3.007	1.186	-	-	1.289	22	1.718	1.164	-	-
Touros	8.152	4.903	-	-	1.534	122	6.388	4.781	230	-
Território	62.538	23.954	-	-	17.046	950	41.848	23.177	3.644	107
Estado	772.197	136.189	2.188	309	264.117	12.726	381.070	121.974	124.822	1180

FONTE – Anuário Estatístico do IDEMA – 2007 .

Dados da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos – SECD - 2005.

Conforme Anuário Estatístico do IDEMA (2007), o número de matrícula inicial efetivadas no território do Mato Grande reafirma mais uma vez a responsabilidade maior na oferta do ensino básico na esfera do poder municipal, que acumula 66% do público estudantil.

Dentre os municípios do Território, cabe destacar que Ceará Mirim compõe o maior número de educandos totalizando 29% do total geral e o menor número se encontra no município de Jardim de Angicos com apenas 1%. É importante destacar que o município de Caiçara do Norte é o único que não oferece o Ensino Médio; portanto os jovens são obrigados a se deslocarem para o município vizinho, ou seja, São Bento do Norte.

Ao analisar os indicadores de matrículas iniciais e finais, pode se perceber uma evasão escolar de 16% no Território que corresponde a 11.845 alunos fora da sala de aula, um número superior ao encontrado no Estado do Rio Grande do Norte, que é de 14%. Este é um índice preocupante, pois indica um percentual mais elevado que a média estadual, e, conseqüentemente, aumenta o nível de analfabetismo e a distorção idade/série.

Na tentativa de erradicar a evasão escolar, programas governamentais têm sido implantados tendo como exemplos: a Escola Ciclada, a criação do programa Bolsa-Escola, o Plano Desenvolvimento Escolar (PDE), dentre outros. No entanto, não têm sido suficientes para garantir a permanência dos alunos e a sua promoção escolar. Esta evasão provém de diversos fatores, sendo: falta de acompanhamento dos pais, dificuldade de deslocamento, má formação dos professores, falta de material didático, necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar, falta de políticas educacionais dentro da escola além de outros.

TABELA 24 - TAXA DE ANALFABETISMO E ESCOLARIZAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA - 2007

Municípios	Analfabetismo			Escarlarização de 7 a 14 anos		
	Pop. Com 15 anos e mais			Pop. De 7 a 14 anos		
	Total	Analfabetos		Total	Matriculas nas escolas	
		Nº	%		Nº	%
Bento Fernandes	2.926	1.145	39,13	996	928	93,17
Caiçara do Norte	3.804	1.257	33,04	1.123	1.027	91,45
Ceará Mirim	40.288	12.382	30,73	11.643	10.894	93,57
Jandaira	3.904	1.748	44,77	1.200	1.042	86,83
João Câmara	18.605	6.991	37,58	5.584	5.038	90,22
Maxaranguape	4.974	1.625	32,67	1.615	1.546	95,73
Parazinho	2.644	1.144	43,27	897	816	90,97
Pedra Grande	2.430	983	40,45	886	893	100,79
Poço Branco	7.648	3.023	39,53	2.447	2.475	101,14
Pureza	4.297	1.475	34,33	1.370	1.325	96,72
Rio do fogo	5.810	2.155	37,09	1.715	1.557	90,79
São Bento do Norte	2.142	655	30,58	683	722	105,71
São Miguel do Gostoso	4.441	2.120	47,74	1.699	1.610	94,76
Taipu	7.245	2.808	38,76	2.302	2.150	93,40
Touros	17.238	6.591	38,24	5.688	5.194	91,32
a) Total do Território	128.396	46.102	35,92	39.848	37.217	93,40
b) Total do Estado	1.899.143	482.975	25,43	479.624	455.510	94,97

FONTE – Anuário Estatístico do IDEMA - 2008

Dados da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos – SECD - 2007.

Os indicadores de jovens com 15 anos ou mais de idade em situação de analfabetismo, no Território do Mato Grande, revelaram uma realidade preocupante. Os dados apresentados no Anuário Estatístico do IDEMA – 2008 indicam um elevado índice de analfabetismo que representa 35,92% desta população. Este índice de defasagem escolar apresenta-se bem mais grave que aquele verificado no Estado do Rio Grande do Norte, que registrou uma taxa de 25,43% para esta mesma faixa de população. São vários os fatores que contribuem para este quadro de analfabetismo, dentre eles estão: a evasão escolar, a baixa qualidade do ensino e a necessidade de trabalhar para complementar a renda familiar. Também é muito comum a prática de transporte de alunos em veículos impróprios, que oferecem insegurança aos estudantes. Este é

realizado, na maioria das vezes, de forma inadequada e fora do padrão estabelecido pelo MEC; é também um fator que desmotiva e/ou impossibilita uma maior frequência da população na escola.

No que se refere à população de 7 a 14 anos, a escolarização no Território, apresentou índice de 93,40%, embora não acompanhe a média estadual, que é de 94,97%; embora o índice registrado possa ser considerado bom. Entretanto, a frequência registrada destes jovens no ambiente escolar não significa que o processo de ensino aprendizagem tenha qualidade e esteja promovendo o desenvolvimento educacional.

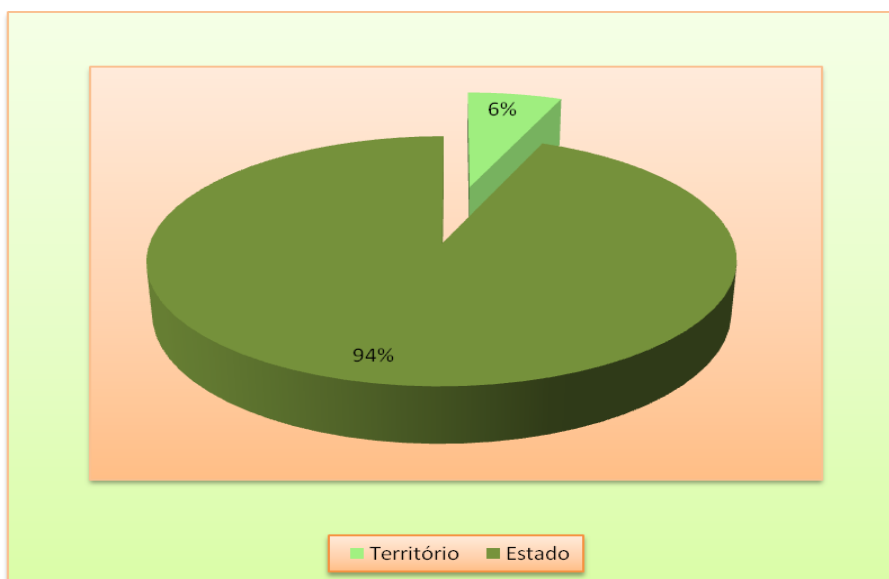
Vale destacar que, dentro desta faixa de 7 a 14 anos, encontra-se boa parte dos alunos que estão em transição do ensino fundamental para o médio; na análise dos dados primários, obtidos através das oficinas territoriais, constatou-se que a população do meio rural sofre com a carência de transporte adequado para viabilizar o deslocamento dos alunos para as escolas que oferecem o ensino médio, que normalmente estão localizadas na sede dos municípios; este fator contribui para o abandono à escola tão logo ocorra a conclusão do ensino fundamental.

TABELA 25 - CORPO DOCENTE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS – 2007

MUNICÍPIOS	CORPO DOCENTE						
	Total			Dependência administrativa e localização			
				Federal	Estadual	Municipal	Privada
	Total	Rural	Urbano	Total	Total	Total	Total
Bento Fernandes	259	43	216	-	93	166	
Caiçara do Norte	149	4	145	-	42	107	
Ceará Mirim	2418	701	1717	-	856	1185	377
Jandaíra	367	30	337	-	156	211	
Jardim de Angicos	146	40	106	-	17	129	
João Câmara	1231	187	1044	-	544	509	178
Maxaranguape	378	218	160	-	55	316	7
Parazinho	149	15	134	-	75	74	
Pedra Grande	92	63	29	-	11	81	
Poço Branco	482	68	414	-	255	227	
Pureza	222	73	149	-	99	123	
Rio do Fogo	381	238	143	-	97	284	
São Bento do Norte	245	22	223	-	131	114	
São Miguel do Gostoso	388	153	235	-	63	325	
Taipu	417	125	292	-	218	199	
Touros	698	380	318	-	122	525	51
TERRITÓRIO	8.022	2.360	5.662		2.834	4.575	613
ESTADO DO RN	120.444	13.802	106.642	636	48.219	45.982	25.607

FONTE – Anuário Estatístico do IDEMA - 2008

Dados da Secretaria de Estado da Educação, da Cultura e dos Desportos – SECD - 2007.

GRÁFICO 18 – CORPO DOCENTE, TERRITÓRIO EM RELAÇÃO AO ESTADO DO RN

FONTE – Anuário Estatístico do IDEMA - 2008

O corpo docente da educação básica do Território, em 2007, era formado por um total de 8.022 educadores, que corresponde a 6% do corpo docente do Estado do Rio Grande do Norte, que contou com um número de 120.444 educadores.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 dedica um capítulo aos profissionais da educação, em que estão definidas as exigências referentes à formação, à habilitação e à valorização dos mesmos. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério – FUNDEB, estabeleceu que pelo menos 60% dos recursos anuais totais serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública.

No que se refere à remuneração dos educadores do Território do Mato Grande, esta não condiz com o que a lei nº 9394/96 propõe, pois a desvalorização dos profissionais da educação é refletida nos baixos salários; a média dos salários dos trabalhadores em educação, do Território, situa-se na faixa de R\$ 600 a R\$ 700, que não garante qualidade de vida para estes profissionais. Os baixos salários refletem sobre a qualidade da educação ofertada no Território. Vale salientar que A atividade docente exige tempo fora de sala de aula para planejar, corrigir provas e atividades, formação continuada, e outras atividades relacionadas à função.

Entre os determinantes para o bom desempenho da função docente, pode-se destacar a infraestrutura física e os recursos pedagógicos disponíveis nas escolas, o tipo de gestão escolar, o projeto pedagógico; em muitos municípios do Território ainda se registra também precariedade desses recursos. Existem instalações precárias, onde os professores não dispõem dos recursos necessários para o desenvolvimento do seu trabalho.

TABELA 26 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - ANOS 2007 E 2009

Município	Ensino Fundamental	IDEB Observado		Metas Projetadas	
		2007	2009	2007	2009
Bento Fernandes	Anos Iniciais	2,8	3,3	2,6	2,9
	Anos Finais	2,2	2,8	1,9	2,1
Caiçara do Norte	Anos Iniciais	2,5	2,7	2,9	3,2
	Anos Finais	2,4	-	2,8	2,9
Ceará Mirim	Anos Iniciais	2,7	2,9	2,3	2,7
	Anos Finais	2,5	2,7	2,5	2,7
Jandaíra	Anos Iniciais	3,3	3,2	2,6	2,9
	Anos Finais	2,9	1,8	1,8	2,7
Jardim de Angicos	Anos Iniciais	3,4	2,6	-	3,6
	Anos Finais	1,9	1,6	1,8	2,2
João Câmara	Anos Iniciais	3,1	2,9	2,5	2,8
	Anos Finais	2,8	2,3	2,2	2,4
Maxaranguape	Anos Iniciais	3,5	3,4	2,0	2,3
	Anos Finais	2,9	3,4	2,5	2,7
Parazinho	Anos Iniciais	3,2	2,6	2,7	3,0
	Anos Finais	2,1	3,1	2,5	2,6
Pedra Grande	Anos Iniciais	2,6	3,1	1,8	2,3
	Anos Finais	2,0	2,0	2,4	2,5
Poço Branco	Anos Iniciais	2,6	2,9	2,3	2,6
	Anos Finais	2,4	2,6	2,5	2,7
Pureza	Anos Iniciais	3,2	3,1	2,5	2,9
	Anos Finais	2,7	2,8	2,4	2,6
Rio do Fogo	Anos Iniciais	3,0	2,8	2,0	2,5
	Anos Finais	2,5	2,8	1,9	2,1
São Bento do Norte	Anos Iniciais	2,6	2,9	2,4	2,7
	Anos Finais	2,5	2,6	2,4	2,6
São Miguel do Gostoso	Anos Iniciais	2,9	3,4	2,7	3,0
	Anos Finais	2,3	2,9	1,9	2,1
Taipu	Anos Iniciais	2,6	2,8	2,3	2,6
	Anos Finais	2,0	2,4	2,2	2,4
Touros	Anos Iniciais	2,5	2,9	1,9	2,2
	Anos Finais	2,2	2,5	2,0	2,3
Território	Anos Iniciais	2,9	2,9	2,2	2,7
	Anos Finais	2,3	2,3	2,2	2,4
Estado do RN	Anos Iniciais	3,4	3,9	2,8	3,1
	Anos Finais	3,1	3,3	2,9	3,0

FONTE – Prova Brasil e Censo Escolar disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/Site/>

● Meta alcançada em 2007

● Meta alcançada em 2009

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2007, e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do INEP, o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) – para as unidades da federação e para o País, e a Prova Brasil – para os municípios.

O IDEB também é importante por ser condutor de política pública em prol da qualidade da educação. É a ferramenta de acompanhamento das metas de qualidade do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) para a educação básica.

Nos indicadores expostos para o Território, pode-se observar que 81% dos municípios alcançaram ou ultrapassaram as metas do IDEB projetadas para o ano de 2007; apenas 19% não atingiu as metas estabelecidas; estes 19% são compostos pelos municípios de Caiçara do Norte, Poço Branco e Taipu; tais municípios obtiveram um baixo índice de desenvolvimento educacional, principalmente nas séries finais do ensino fundamental. Do ano de 2007 para o ano de 2009 não houve muita evolução, o quadro se manteve o mesmo, porém, há um dado que merece ênfase e atenção, é que neste período o município de Caiçara do Norte foi o único que não atingiu as metas para os anos de 2007 e 2009.

No entanto, apesar da maioria dos municípios alcançarem as metas projetadas para os anos de 2007 e 2009, ainda está longe de atingir a média nacional, que foi estabelecida para o ano de 2021, em 6,0; esta média já é realidade nos países desenvolvidos, o que deu um parâmetro para a projeção Nacional. Mesmo havendo evolução no índice de desenvolvimento da educação básica na maioria dos municípios do Território nos anos de 2007 e 2009, este índice ainda é considerado muito baixo e reflete a deficiência do sistema de ensino existente no Território, indicando, que o processo de ensino aprendizagem ainda não é satisfatório.

Em suma, um sistema de ensino ideal para o Território seria aquele em que todas as crianças e adolescentes tivessem acesso à escola, não desperdiçassem tempo com repetências, não abandonassem a escola precocemente e, ao final de tudo, aprendessem.

✓ Ensino Técnico Profissionalizante e Ensino Superior

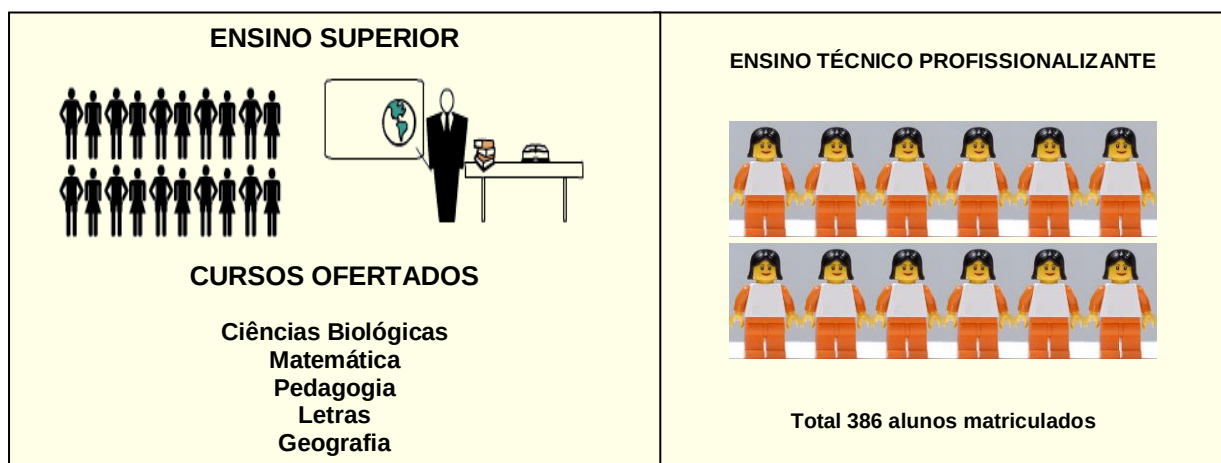
A oferta do ensino técnico profissionalizante e superior no Território do Mato Grande é realizada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), localizado no município de João Câmara, este integra a II Fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, iniciada em 2007. O instituto dispõe, hoje, de dois cursos Técnicos, Cooperativismo e Informática na modalidade Integrado, Subsequente e EJA, e uma Licenciatura em Física.

TABELA 27 - CURSOS OFERTADOS PELO IFRN - 2010

Curso	Ano 2010.1
Informática Subsequente	51
Informática Integrado	80
Informática EJA	50
Cooperativismo Subsequente	46
Cooperativismo Integrado	80
Cooperativismo EJA	35
Licenciatura em Física	44
Total	386

Fonte: IFRN - 2010

Vale destacar que além dos cursos ofertados pelo IFRN, no Território do Mato Grande registra-se a oferta de cursos superiores, na modalidade à distância, sendo um dos fatores que se relacionam diretamente ao desenvolvimento socioeconômico. No Território, registra-se a existência de ofertas de cursos pelas instituições de ensino superior, como as seguintes: Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN e Universidade Vale do Acaraú – UVA.

FIGURA 04 – ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE

Fonte: Pesquisa de Campo - 2010

Fonte: IFRN João Câmara, 2010.

2.1.7 Situação da Cultura, Esporte e Lazer

Cultura são práticas e ações sociais que seguem um padrão determinado no espaço. Refere-se a crenças, comportamentos, valores, instituições, regras morais que permeiam e identificam uma sociedade. Explica e dá sentido à cosmologia social; é a identidade própria de um grupo humano em um território e num determinado período.

As expressões culturais do Território do Mato Grande, são formadas pelas quadrilhas, xaxado, coco de roda, congo, lapinha, boi de reis e pastoril. Neste sentido, os grupos de danças folclóricas, de teatro e de música também integram o conjunto de valores. Tem grande destaque a procissão do Bom Jesus dos Navegantes, em Touros, que mobiliza cerca de 8.000 pessoas, advindas das populações circunvizinhas e até de outros Estados.

Considera-se que os aspectos socioculturais presentes em todo o Território, são elementos importantes na vida de um povo e do seu lugar, que são representações simbólicas na construção das identidades, promotoras do fortalecimento da cultura territorial, como espaço aglutinador de forças em busca da melhoria da qualidade de vida. Quanto à cultura presente no Território, deve-se levar em consideração o desenvolvimento histórico da população, meio físico e influência do sistema sobre o meio.

A cultura no Território tem várias formas de expressões a depender das iniciativas dos grupos, que, de acordo com os apoios recebidos, desenvolvem suas ações como manifestações de arte, que conservam e recriam as tradições favorecendo o fortalecimento do sentimento de pertença, o desejo de mudanças, participação e intervenção local.

QUADRO 02 - MANIFESTAÇÕES CULTURAIS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIO	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS
Bento Fernandes	Quadrilhas
Caiçara do Norte	Quadrilhas
Ceará Mirim	Caboclinhos, grupos de dança, Quadrilha, Banda de Música, Pastoril, Congo, Boi de Reis
Jandaíra	Quadrilhas
Jardim de Angicos	Quadrilhas
João Câmara	Quadrilhas, Grupo Musical, Grupo de flauta, Boi de Reis
Maxaranguape	Pastoril, Boi de Reis, Quadrilha, Coco de Roda, Dramas
Parazinho	Quadrilhas
Pedra Grande	Pastoril, Coco de Roda, Quadrilha, Boi de Reis
Poço Branco	Quadrilhas
Pureza	Quadrilhas
Rio do Fogo	Quadrilhas
São Bento do Norte	Dança Folclórica, Quadrilhas
São Miguel do Gostoso	Teatro, Quadrilhas, Pastoril, Coco de Roda
Taipu	Quadrilhas
Touros	Lapinha, Teatro, Xaxado, Pastoril, Coco De Roda, Danças Parafolclóricas, Quadrilha, Danças Folclóricas, Banda De Música

Fonte: Fundação José Augusto – 2010

Os dados registrados no quadro 02 revelam os movimentos de várias expressões da cultura no Território. Os municípios de Ceará Mirim, João Câmara, Maxaranguape, Pedra Grande, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso e Touros, são os 07 municípios que mais alimentam suas tradições e que contribuem para o prazer de fazer parte da cultura local.

Segundo a Fundação José Augusto, no Território identificou-se quadrilhas, tradicional e junina, sendo que o processo de organização de um grupo de quadrilha estilizada remete, muitas vezes, a dependência de patrocínios na viabilização das suas atividades para a participação em festivais com premiação.

No Território, os municípios de Ceará Mirim e São Miguel do Gostoso fazem parte do programa Ponto de Cultura, projeto do Ministério do Turismo que tem estimulado aos artistas das mais diversas áreas, discutirem a política pública da cultura, ampliando a participação e intervenção no destino dos recursos financeiros.

De acordo com os dados da FJA (2010), no RN existem 53 Pontos de Cultura; no Brasil são mais de 10.000. Este programa tem despertado o interesse no resgate da memória da cultura nos municípios e despertado para a valorização de suas ações culturais, apoiadas pelo Governo Federal através da FJA. Para isso, é importante o incentivo ao resgate e sobrevivência de práticas culturais espontâneas, como referência e preservação de identidades coletivas promotoras do fortalecimento do Território e, conseqüentemente, do Colegiado como espaço aglutinador de forças em busca da melhoria da qualidade de vida.

Outro projeto de apoio a cultura, presente no Território, é Casa da Cultura, apoiado pelo Governo do Estado em parceria com alguns municípios. No Território, a Casa da Cultura está presente como incentivo as manifestações culturais locais de acordo com o potencial existente, poder de articulação da sociedade civil e de interesse político em buscar condições para que a população possa realizar seus projetos culturais, importantes para o sentimento de pertença e identidade local para repercussão territorial.

No que se refere à dinâmica de esporte e lazer no Território, apesar da existência de 14 ginásios poliesportivos, 88 campos de futebol e 37 quadras de esportes, verifica-se que os equipamentos dessas práticas apresentam-se precários e deficientes. Por outro lado, há necessidade de implantação de programas voltados para as atividades esportivas intermunicipais, sendo: criação de maratonas, ciclismo, campeonatos de futebol, voley, basquete, natação, ballet, entre outros.

No que se refere à musicalidade, o Território conta com 2 (duas) bandas marciais localizadas nos municípios de Ceará Mirim e Touros, respectivamente.

As promoções de eventos são realizadas através de cavalgadas, corridas rústicas e ecológicas. É importante destacar que o Território apresenta potencial de pontos turísticos distribuídos em 13 municípios. O Território ainda conta com 31 clubes sociais, onde acontecem atividades festivas que oportunizam alternativas diversificadas de lazer e esporte.

2.2 Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental baseia-se nas distintas formas em que o ser humano tem se relacionado através do tempo com seu meio natural, seja para satisfazer suas necessidades primárias: alimentação, vestuário, moradia, saúde; seja para admirá-lo, adorá-lo, conhecê-lo, modificá-lo, ou para explorá-lo, proteger-se dele, e outros.

2.2.1 Características Geoambientais

O Estado do Rio Grande do Norte apresenta-se como um dos mais carentes do Nordeste em oferta hídrica, o que decorre de uma associação de fatores tais como: ter 90,69% do seu território inserido no semiárido (48.343,60 Km²), o que corresponde a 4,55% do semiárido nordestino; depender de um regime pluviométrico extremamente irregular, de um meio físico que, em grande parte de sua superfície, não possibilita a acumulação das águas das chuvas (áreas sedimentares do semiárido), aliada a uma crescente demanda para os programas de abastecimento público e projetos de irrigação.

O Território do Mato Grande ocupa importante área do território estadual, cuja superfície é bastante específica, estando inserido no contexto do semiárido norte-riograndense, seguindo a realidade nordestina. Pode-se considerar como veremos a seguir, que o Território do Mato Grande apesar de uma influência climática limitante às áreas correspondente ao semiárido, apresenta uma considerável diversidade. Vale ressaltar que o Território é uma área com uma considerável faixa litorânea e de relevo relativamente plano e pequena altitude.

O Território é uma das regiões do RN, onde o domínio das condições climáticas, ao lado das características geológicas, topográficas e da natureza física dos seus solos, tem agravada sobremaneira, a escassez hídrica.

O Território do Mato Grande é banhado pelas seguintes bacias hidrográficas: Boqueirão, Punaú, Maxaranguape, Ceará Mirim e Doce e sub-bacias de Faixa Litorânea Norte de Escoamento Difuso e Faixa Litorânea Leste de Escoamento Difuso.

A disponibilidade de recursos hídricos superficiais do Território se destaca pela bacia hidrográfica do rio Ceará Mirim, que tem sua cabeceira em áreas de afloramento de rochas cristalinas, onde predomina um relevo que varia de plano a ligeiramente ondulado, vegetação escassa e xerófila, baixos índices pluviométricos e má distribuição temporal.

O rio Ceará Mirim tem, na altura da cidade de Poço Branco, sua principal obra hidráulica, o açude Engenheiro José Batista do Rêgo Pereira, com capacidade de acumulação para 136.000.000 m³, cuja finalidade é regularizar suas vazões, sobretudo durante o período de chuvas, quando o seu curso médio é baixo, provocando inundações ao longo do Vale do Ceará Mirim, uma das áreas de grande potencial agrícola.

FIGURA 05 - RIO CEARÁ MIRIM



Bacia do Rio Ceará-Mirim – Foto Canindé Soares

MAPA 04 - BACIAS HIDROGRÁFICAS

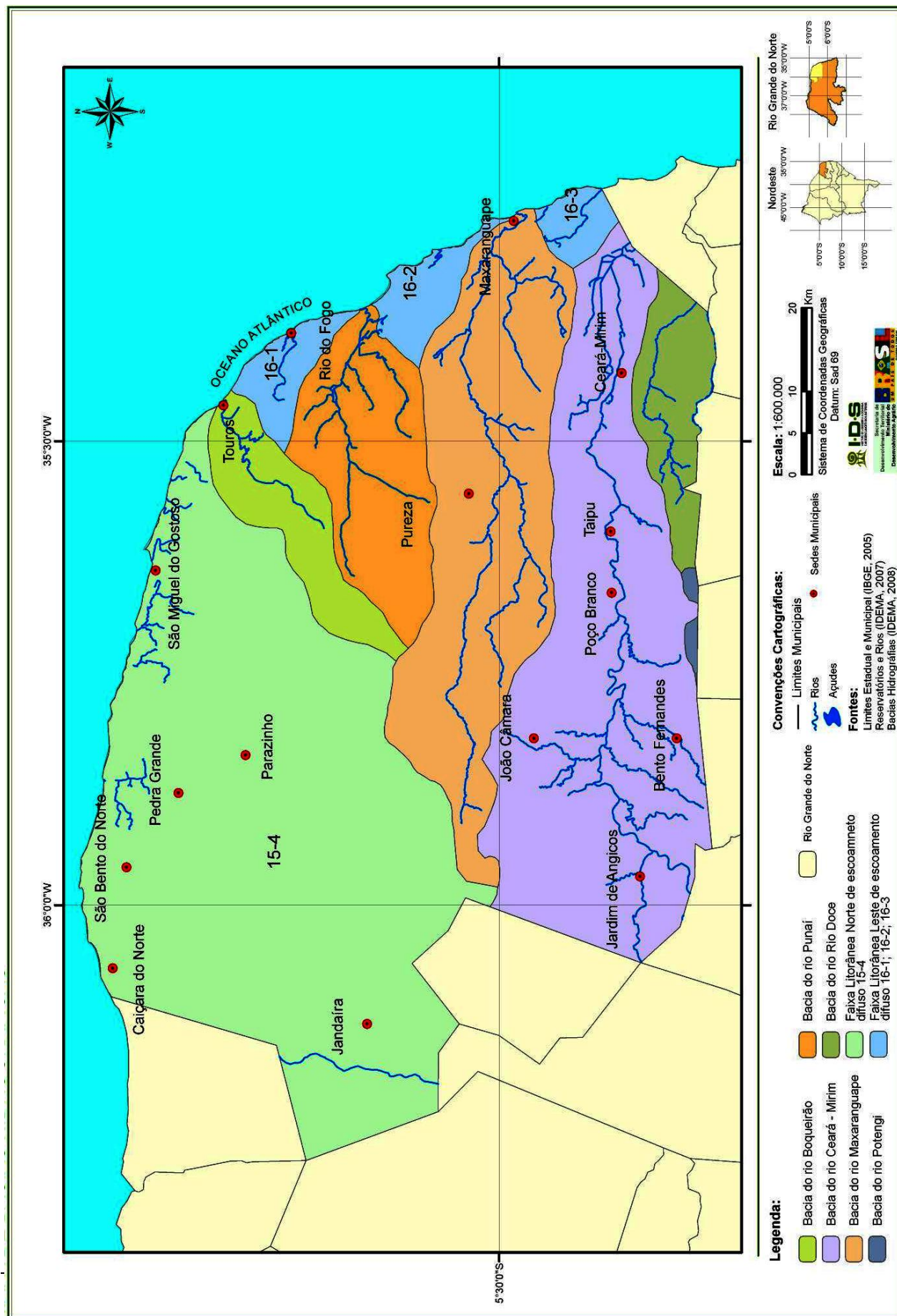


TABELA 28 - BACIAS HIDROGRÁFICAS NO TERRITÓRIO

Nº	Bacias Hidrográficas	Área (km²)	% da área do estado	Precipitação pluviométrica média anual (mm)	Escoamento superficial anual médio (10 ⁶ m³)	Municípios inseridos na bacia	População residente na área da bacia (hab)		
							Total	Urbana	Rural
1	Boqueirão	250,0	0,42	850	2,96	1	9.781	5.629	4.152
2	Punaú	447,9	0,85	1.000	5,97	3	6.198	-	6.198
3	Maxaranguape	1.010,2	1,76	650 a 1.200	11,84	7	31.421	3.849	27.572
4	Ceará Mirim	2.635,7	5,09	500 a 1.300	26,72	14	107.260	69.757	37.503
5	Doce	387,8	0,64	900 a 1.400	5,79	6	109.659	88.185	21.474
6	Faixa Litorânea Norte de escoamento difuso	5.736,4	11,65	450 a 700	65,64	17	88.551	38.767	49.784
7	Faixa Litorânea Leste de escoamento difuso	649,4	1,10	1.260 a 1.500	14,34	9	322.647	305.499	17.148
Total do Território		11.117,4	21,5		133,3		675.517	511.686	163.831

Fonte: PDSL N -2002

O Território é ocupado por diversas bacias ou parte delas, apresentando características diferenciadas, conforme a ocupação espacial no sedimento ou cristalino.

A bacia Ceará Mirim totaliza 2.635,7 Km², desenvolvendo-se no sentido Oeste-Leste, com aproximadamente 120 Km, onde deságua no oceano Atlântico. Sua área abrange, parcialmente, 4 municípios do Território sendo: Jardim de Angicos, João Câmara, Poço Branco e Taipu.

O rio Ceará Mirim é o principal componente hidrológico da bacia, nascendo na cidade de Lajes, cerca de 3 Km. Os seus mais importantes afluentes na margem direita são: Ponta da Serra, do Vento e Quinquimproá. Na margem esquerda têm-se os rios Água Azul e Delfi. Um conjunto de riachos (cerca de 24) complementam a rede hidrográfica da bacia. O rio Ceará Mirim drena uma área de 2.317 Km² e tem vazões médias de 2,73 m³/s e 1,18 l/s/Km².

A bacia Maxaranguape ocupa uma superfície de 1.010,2 Km² e engloba parte dos municípios de João Câmara, Touros, Pureza, Poço Branco e Taipu. No que se refere aos aspectos hidrológicos, o principal rio é o Maxaranguape, com um leito de 90 Km de extensão, seguido pelos afluentes Riachão, Maturaia e Riacho D'Água Colônia. O rio Maxaranguape tem uma área de drenagem de 1.020 Km² e vazões de 5,89 m³/s e 5,78 l/s/Km². As lagoas Pedras, Guajiru, Patos e Barreiras completam as águas de superfície.

A Bacia do Punaú abrange uma superfície de 447,9 Km², ocupando parte dos municípios de Maxaranguape, Pureza e Touros.

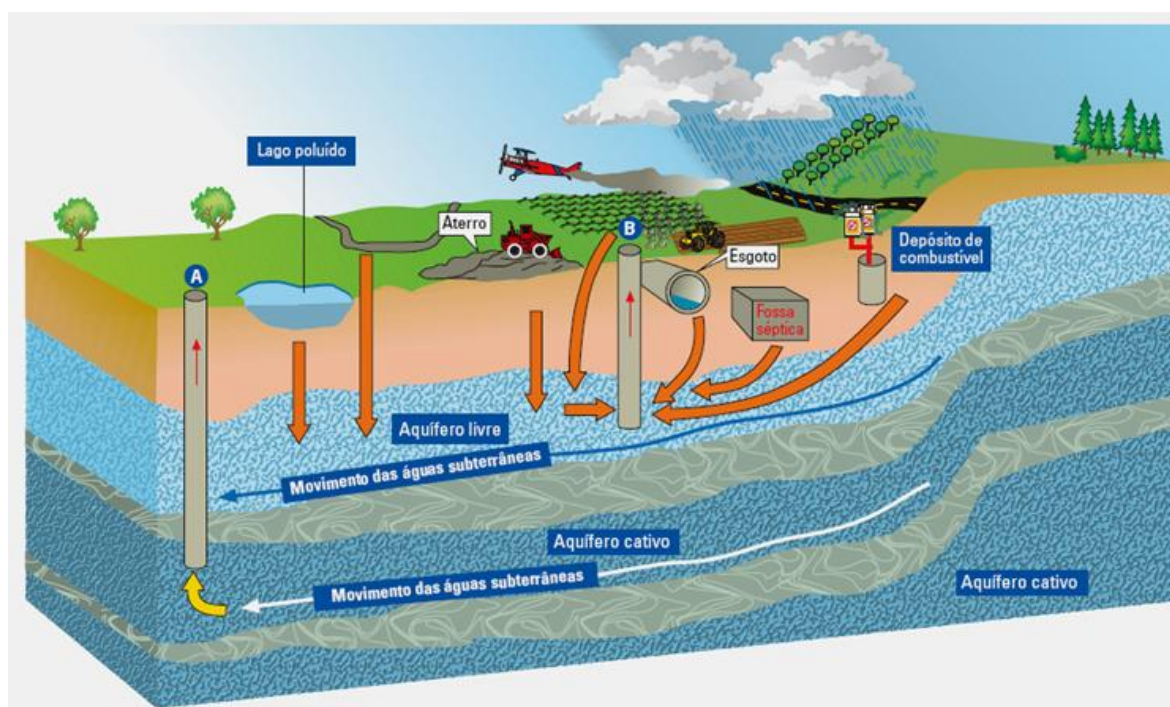
TABELA 29 - ÁREA E MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO, SEGUNDO AS BACIAS

Nº	Bacias Hidrográficas	Área (km²)	Municípios
1	Boqueirão	250,0	Touros
2	Punaú	447,9	Pureza, Rio do Fogo e Touros
3	Maxaranguape	1.010,2	Ceará-Mirim, João Câmara, Maxaranguape, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, Taipu e Touros
4	Ceará Mirim	2.635,7	Bento Fernandes, Ceará-Mirim, João Câmara, Poço Branco e Taipu
5	Doce	387,8	Ceará-Mirim e Taipu
6			
7	Faixa Litorânea Norte de escoamento difuso	5.736,4	Caiçara do Norte, Jandaíra, João Câmara, Parazinho, Pedra Grande, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso e Touros
8	Faixa Litorânea Leste de escoamento difuso	649,4	Ceará-Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros
Total do Território		15.210,4	

Fonte: PDSLN

Os aquíferos subterrâneos, Calcário Jandaíra, Arenito Açú, Barreiras e Aluvião, estão presentes na área. As vazões dos poços no Calcário situam-se em torno de 30 m³/h, no Arenito 30 m³/h, no Barreiras de 10 m³ a 100 m³ e no Aluvião os poços têm produções elevadas. Os aquíferos apresentam, nessa bacia, água de qualidade química variada, sendo frequente maior ou menor presença de salinidade nas obtidas no calcário e arenito.

FIGURA 06 - FORMAÇÃO DE AQUÍFEROS



Fonte: Porto Editora

O aquífero Barreiras é um aquífero livre semiconfinado, de elevado potencial hidrogeológico, cujas reservas totais são da ordem de $9 \times 10^9 \text{ m}^3$ e os recursos exploráveis são correspondentes a $375 \times 10^6 \text{ m}^3/\text{ano}$. Nessa reserva subterrânea, podem ser perfurados poços com profundidade entre 40 a 120 m, com produções que variam de 20 a $100 \text{ m}^3/\text{hora}$. Suas águas são, em geral, de boa qualidade, podendo ser empregadas para todos os usos e se enquadram na classificação do tipo C_2S_1 . Essas reservas foram estimadas, segundo o estudo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, do Estado de São Paulo, em 1982.

Os estudos realizados pela HIDROSERVICE para a Secretaria de Recursos Hídricos (Caracterização Hidrogeológica dos Aquíferos do Rio Grande do Norte, junho de 1998), redimensionam novos valores, informando que esse aquífero tem uma disponibilidade de $172,0 \text{ hm}^3/\text{ano}$ em 960 poços e exibe uma potencialidade de $1.278 \text{ hm}^3/\text{ano}$, ou seja, sete vezes maior que a disponibilidade atual.

Os aquíferos Calcário, Jandaíra e Barreiras constituem as principais reservas subterrâneas, com os poços do calcário produzindo vazões de 5 a 30 m^3 ; no Barreiras, as vazões situam-se acima dos $10 \text{ m}^3/\text{h}$. A água do Calcário é comumente salobra e, na Formação Barreiras, é de excelente qualidade.

O aquífero Jandaíra é formado pela parte superior dos calcários da Formação Jandaíra. É um aquífero livre, heterogêneo e hidraulicamente anisotrópico, que ocupa a maior parte da Bacia Potiguar (15.598 km^2 no Rio Grande do Norte). Suas espessuras variam de 50 a 250 metros. Os poços têm vazões que se situam entre 1 a $48 \text{ m}^3/\text{hora}$ e profundidade máxima de 140m. As águas são de salinidade elevada e apresentam durezas sempre superiores a 200 mg/l (CaCO_3), e às vezes, são salgadas (concentração de sais entre 1 e 5 g/l), sendo nesses casos utilizadas somente para consumo animal. Nos solos não salinos, de textura média e com boa drenagem interna, a água pode ser usada na agricultura.

A disponibilidade de água subterrânea no aquífero é de $58,3 \text{ hm}^3/\text{ano}$, e exibe uma potencialidade de $66,7 \text{ hm}^3/\text{ano}$; as evidências sugerem ser possível duplicar a exploração atual sem tocar nas reservas permanentes, o que demonstra a grande importância desse manancial.

TABELA 30 - CAPACIDADE DE ACUMULAÇÃO DOS AÇUDES PÚBLICOS, PARTICULARES E COMUNITÁRIOS ACIMA DE 100 MIL M³ DE ÁGUA, SEGUNDO AS BACIAS HIDROGRÁFICAS

Bacias Hidrográficas	Açudes							
	Públicos		Particulares		Comunitários		Total das bacias	
	Nº	m³ (em mil)	Nº	m³ (em mil)	Nº	m³ (em mil)	Nº	m³ (em mil)
Apodi-Mossoró	87	339.709	506	126.142	29	19.554	622	484.405
Piranhas-Açu	65	2.988.947	1.010	178.358	36	6.965	1.111	3.174.270
Potengi	24	71.649	221	39.041	0	0	245	110.690
Ceará Mirim	18	144.665	130	25.318	0	0	148	169.983
Trairi	15	70.461	42	15.294	05	1.968	62	87.723
Jacu	11	38.064	32	2.848	03	1.500	46	42.412
Curimataú	04	1.818	21	2.100	0	0	25	3.918
Total	224	3.655.313	1962	389.101	73	29.987	2.259	4.073.401

Fonte: PDSLN

TABELA 31 - TOTAL DE POÇOS PERFURADOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS E QUALIDADE DAS ÁGUAS

Município	Quantidade de poços perfurados	Qualidade da água					
		Doce	%	Salobra	%	Salgada	%
Bento Fernandes	32	0	0	3	8	29	92
Caçara do Norte	60	25	41	23	38	13	21
Ceará Mirim	109	87	80	21	19	1	1
Jandaira	121	0	0	85	70	36	30
Jardim de Angicos	24	7	30	0	0	17	70
João Câmara	79	0	0	38	48	41	52
Maxaranguape	30	30	100	0	0	0	0
Parazinho	77	2	2	44	57	32	41
Pedra Grande	74	4	5	29	39	41	56
Poço Branco	13	0	0	2	18	11	82
Pureza	26	14	54	8	32	4	14
Rio do fogo	20	20	100	0	0	0	0
São Bento do Norte	43	8	19	14	32	21	49
São Miguel do Gostoso	115	26	23	43	37	46	40
Taipu	17	6	38	0	0	11	62
Touros	90	55	61	26	29	9	10
Total do Território	930	321	34,56	248	26,69	360	38,75

Fonte: CPRM - Serviço Geológico do Brasil. Atlas digital dos Recursos Hídricos Subterrâneos do Estado do Rio Grande do Norte. 2005.

A lagoa de Boqueirão é a principal fonte de recursos hídrica de água superficial, com um volume estimado da ordem de 10.500.000 m³. Tem uma área de drenagem de 262,5 km² e o rio Boqueirão (dreno natural da lagoa), apresenta vazões médias de 1,342 m³/s e 5,11 l/s.

✓ Programa Um Milhão de Cisternas - P1MC

Iniciado em julho de 2003, o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: Programa Um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC vem desencadeando um movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do Semiárido, através do fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual. O objetivo do P1MC é beneficiar cerca de 5 milhões de pessoas em toda região semiárida, com água potável para beber e cozinha, através das cisternas de placas.

Cada cisterna tem capacidade de armazenar 16 mil litros de água. Essa água é captada das chuvas, através de calhas instaladas nos telhados. Com a cisterna, cada família fica independente, autônoma e com a liberdade de escolher seus próprios gestores públicos, buscar e conhecer outras técnicas de convivência com o Semiárido e com mais saúde e mais tempo para cuidar das crianças, dos estudos e da vida, em geral.

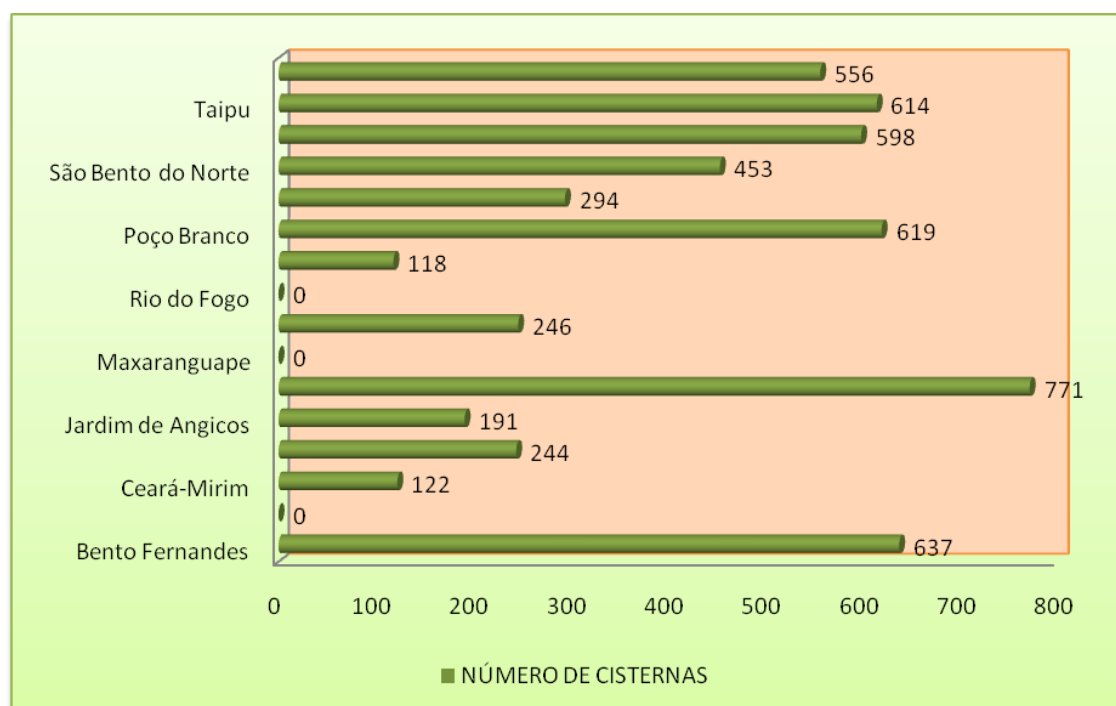
A cisterna é construída por pedreiros das próprias localidades, formados e capacitados pelo P1MC e, pelas próprias famílias, que executam os serviços gerais de escavação, aquisição e fornecimento da areia e da água. Os pedreiros são remunerados e a contribuição das famílias nos trabalhos de construção se caracteriza com a contrapartida no processo. Se a água da cisterna for utilizada de forma adequada (para beber, cozinhar e escovar os dentes) dura, aproximadamente, oito meses.

✓ Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2

Programa uma terra e duas águas para um Semiárido sustentável O Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) é um projeto de Convivência com o Semiárido, que pretende assegurar à população rural o acesso à terra e à água, tanto para consumo da família e dos animais, como para produção de alimentos, ensinando-se a cuidar da terra de maneira sustentável.

O maior número de estabelecimentos agrícolas familiares do país concentra-se no Semiárido brasileiro. A ocorrência de anos sucessivos de seca resulta no agravamento da fragilidade dos sistemas agrícolas familiares, que são abruptamente desestruturados pelo esgotamento das condições biofísicas responsáveis pela manutenção de suas capacidades produtivas. As migrações maciças para outras regiões têm sido a saída para a sobrevivência de grandes contingentes populacionais. Assim, alimentar com dignidade essa população e de outras regiões do país continua sendo um grande desafio para os governantes em diferentes níveis.

GRÁFICO 19 - NÚMERO DE CISTERNAS DO TERRITÓRIO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS



Fonte: Articulação do Semi-Árido Potiguar – ASA Potiguar – 2010

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte – 2003, observa-se que o Território do Mato Grande, quanto ao regime de chuvas, apresentou um zoneamento eco-climático, dividido em três sub-zonas, conforme o quadro abaixo.

QUADRO 03 - ZONAS ECO-CLIMÁTICAS DO TERRITÓRIO DO MATO GRANDE

Zoneamento	Pluviometria	Pluviometria
Sub-Zona de João Câmara		
João Câmara	649 mm/ano	659 mm/ano
Parazinho		
Jandaíra	477 mm/ano	525 mm/ano
Pedra Grande		
São Bento do Norte	635 mm/ano	610 mm/ano
Caçara do Norte		
Sub-Zona de João Câmara		
Bento Fernandes*		528 mm/ano
Jardim de Angicos	522 mm/ano	
Sub-Zona de Touros		
Touros	1.038 mm/ano	
Touros	867 mm/ano	
São Miguel do Gostoso		1.074 mm/ano
Pureza	959 mm/ano	
Poço Branco	772 mm/ano	
Taipu	847 mm/ano	902 mm/ano

Fonte: Estudo do Território do Mato Grande. 2007.

(*) O município de B. Fernandes não faz parte das 3 sub-zonas estudadas, mas calcula-se que deve ser mais próximo dos dados de João Câmara.

A Subzona de João Câmara apresenta clima semiárido e árido, com vegetação de caatinga Hiper e Hipoxerófila. O “Mato Grande”, denominação popular atribuída a uma vasta área, plana com predominância de solos que apresentam substrato calcário. O extremo norte está ocupado pelos municípios litorâneos onde, praticamente o xerofilismo do interior alcança as dunas da praia e a atividade pesqueira torna-se de vital importância para suas populações.

Na subzona de Touros o clima é semiárido. Os ventos que sopram do quadrante sudeste amenizam a temperatura na faixa do litoral e a pluviosidade está bem acima da Subzona de João Câmara. Nas áreas de Touros e Pureza, as maiores ocorrências são de solos planos, de textura arenosa, ocupando em grande escala os denominados tabuleiros costeiros, de vegetação típica e apresentando baixa fertilidade. Ocorrem outras manchas de associação de solos com melhor aptidão agrícola e alguns vales úmidos de pequeno porte e diversas lagoas, sendo a do Boqueirão a mais importante. Este manancial, somado aos poços perfurados no aquífero Barreiras, são responsáveis por inúmeros projetos de irrigação, com culturas frutíferas, fibras, grãos e forrageiras. Chove em média 550 mm/ano. Merece destaque o município de Taipu que apesar de fazer parte da subzona de Touros, registra uma frequência de precipitação pluviométrica elevada.

A terceira subzona não apresenta características de semiárido (embora existam possivelmente nestes municípios áreas que possam ser de transição), a presença da cana-de-açúcar é “prova” desta diferença. As características climáticas semiáridas identificam a subzona, com exceções de faixas dos municípios do litoral, mesmo no município de Ceará Mirim que registra médias pluviométricas altas, existem partes que têm características de semiárido. Embora existam diferenças entre faixas nos municípios costeiros, esta “homogeneidade” climática não é tão rígida quando se diz que *“é uma região muito seca”*.

Por outro lado, sendo uma grande parte de sua superfície geologicamente sedimentar, com relevo plano e drenagem intensa, nestas áreas é praticamente impossível à acumulação da água de superfície. No entanto, nas áreas sedimentares existe uma abundância relativa de água subterrânea, cuja exploração (via poços) certamente mitigaria em muito o problema da escassez de água.

Existe também uma área com um clima mais úmido, circunstância esta, sempre ligada à proximidade do oceano como nos casos de Caiçara do Norte, Ceará Mirim, Maxaranguape, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso e Touros.

A semiaridez presente no Território parece reconhecer a sua diversidade interna. Existem diferenças importantes no que se refere às médias pluviométricas (por exemplo: de aproximadamente 500 mm/ano em Jandaíra; 630 mm/ano em João Câmara; 770 mm/ano em Poço Branco, e outros). É possível pensar um zoneamento com três sub-zonas, conforme o quadro 03, mesmo sabendo que nem sempre é possível considerar o conjunto do município como pertencendo à mesma zona.

Certamente os sistemas agropecuários (e a produção) de Ceará Mirim não são os mesmos de Jandaíra. É possível ver que isto tem uma influência até nos sistemas familiares.

Partindo do litoral para o interior, verifica-se a ocorrência de uma sucessão de sedimentos quaternários, rochas arenosas do Grupo Barreiras e calcárias, da Formação Jandaíra. Entre as cidades de Touros e São Bento do Norte, seguindo o litoral propriamente dito, há uma faixa de terras com variados cenários geológicos raros e sucessivas praias praticamente desabitadas.

Segundo depoimentos, as características climáticas semiáridas caracterizam a região, com algumas exceções de faixas dos municípios do litoral. Afirmou-se, que, em municípios como Ceará Mirim, que registra médias pluviométricas altas, existem partes que têm características de semiárido.

O Território por ser pouco alimentado pela Equatorial atlântica (Ea), ao oeste/sudoeste, e pela Frente Polar Atlântica (FPA), em sua porção leste/nordeste, apresentando três faixas de precipitação, sendo a primeira constituída pelos municípios de: Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara e Parazinho; a segunda por: João Câmara, Poço Branco, São Bento do Norte, Caiçara do Norte e Pedra Grande; e a terceira por: Pureza, Taipu, Touros e São Miguel do Gostoso.

No que se refere ao sistema de adutoras do Território, vale registrar a existência, desde o início dos anos 80, da Adutora João Câmara que, captando água na Fonte de Pureza, leva água tratada para os seguintes municípios: Pureza, Taipu, Poço Branco, João Câmara e Bento Fernandes.

A referida adutora tinha 71 Km de rede principal e, além das cidades citadas, atende a um grande número de comunidades e propriedades rurais, segundo informação da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN, concessionária dos serviços.

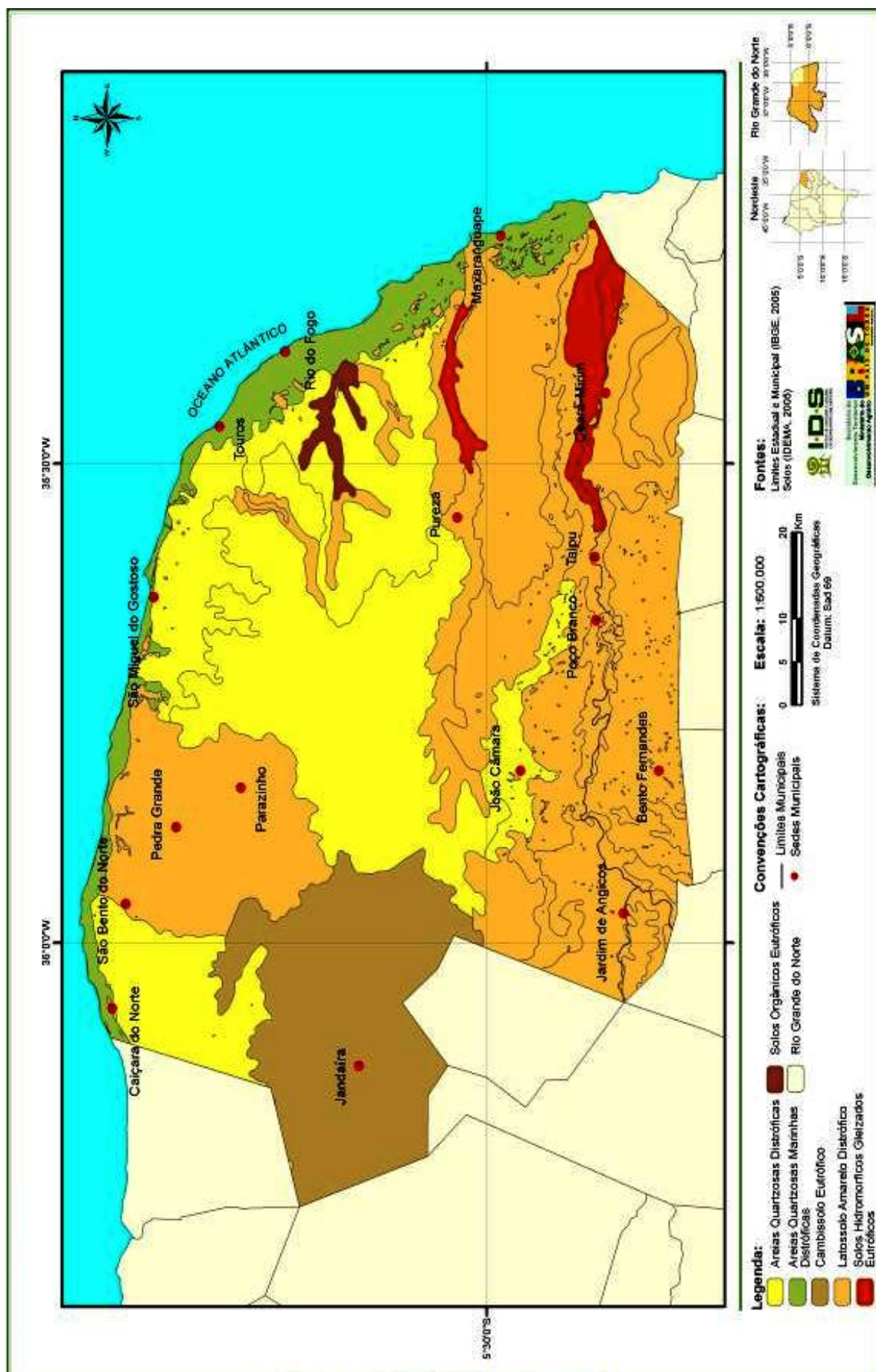
Outro importante investimento está sendo realizado no Território, Adutora de Boqueirão, com 104 Km de extensão, que irá beneficiar 7 municípios (Parazinho, Pedra Grande, São Bento do Norte, Caiçara do Norte, Galinhos, São Miguel do Gostoso e Jandaíra), e 11 comunidades rurais, alcançando uma população, de aproximadamente 23.000 habitantes. Tem como fonte de suprimento, a lagoa de Boqueirão, localizada no município de Touros.

FOTO 01 - LAGOA DE BOQUEIRÃO



Fonte: João Vidal

MAPA 05 - SOLOS DO TERRITÓRIO RURAL DO MATO GRANDE



QUADRO 04 - TIPOS DE SOLOS E APTIDÃO AGRÍCOLA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	TIPOS DE SOLOS	APTIDÃO AGRÍCOLA
Bento Fernandes	Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico Abrupto Plínthico e Planossolo Solódico	Regular para lavouras e para pastagem plantada. Terras aptas para culturas especiais de ciclo longo, tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco.
Caiçara do Norte	Areias Quartzosas Distróficas e Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico Abrupto	A maior parte da área é indicada para preservação da flora e da fauna ou para a recreação, estando, também, apta para culturas especiais de ciclo longo, tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Aptidão regular (Nordeste) e restrita (pequena área ao Sul) para lavouras.
Ceará Mirim	Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico, Areias Quartzosas Distróficas e Solos Gley Eutrófico	Regular para lavouras e algumas áreas aptas para dois cultivos por ano. Aptidão boa para silvicultura. Terras aptas para culturas especiais de ciclo longo, tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Pequena faixa de terra com aptidão restrita para pastagem natural e pequenas áreas com aptidão regular para pastagem plantada e para culturas de ciclo curto. Terras indicadas para preservação da flora e da fauna ou para recreação.
Jandaíra	Cambissolo Eutrófico	Restrita para lavouras e uma pequena área isolada ao Norte, indicada para a preservação da flora e da fauna ou para recreação.
Jardim de Angicos	Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico Abrupto Plínthico e Planossolo Solódico	Regular para lavouras. Aptas para culturas especiais de ciclo longo tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Pequenas áreas ao Norte, com aptidão restrita para lavouras; regular e restrita para pastagem natural. Aptidão regular para pastagem plantada.
João Câmara	Areias Quartzosas Distróficas, Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico e Cambissolo Eutrófico	Regular para lavouras, terras aptas para culturas especiais de ciclo longo, tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Pequena faixa de terra com aptidão restrita para lavouras. Aptidão restrita para pastagem natural.
Maxaranguape	Areias Quartzosas Distróficas	Regular para silvicultura e para pastagem natural. Terras aptas para culturas especiais de ciclo longo, tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Aptidão regular para lavouras e para dois cultivos no ano (áreas de Latossolo). Nas áreas de ocorrência de Solos Orgânicos Eutróficos, aptidão regular para lavouras de ciclo curto. Terras indicadas para preservação da flora e da fauna, nas áreas de Dunas.
Parazinho	Cambissolo Eutrófico e Areias Quartzosas Distróficas	Regular e restrita para pastagem natural, apta para culturas especiais de ciclo longo tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Áreas restritas para lavouras e uma pequena porção isolada, ao Norte, indicada para preservação da flora e da fauna ou para recreação.
Pedra Grande	Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico Abrupto	Regular para lavouras e apta para culturas especiais de ciclo longo, tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco.
Poço Branco	Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico Abrupto Plínthico e Areias Quartzosas Distróficas	Regular para lavouras. Aptas para culturas especiais de ciclo longo, tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Pequena área com aptidão regular e restrita para pastagem natural.
Pureza	Areias Quartzosas Distróficas e Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico	Regular para silvicultura, pastagem natural e para lavouras. Pequena faixa de terra com aptidão para dois cultivos por ano. Pequena faixa de terra indicada para culturas de ciclo curto. Aptidão restrita para pastagem natural. Terras aptas para culturas especiais de ciclo longo tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco.
Rio do Fogo	Areias Quartzosas Distróficas	Regular para a silvicultura e para pastagem natural. Terras aptas para culturas especiais de ciclo longo, tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Aptidão regular para lavouras e para dois cultivos por ano (áreas de Latossolo). Nas áreas de ocorrência de Solos Orgânicos Eutróficos, aptidão regular para lavouras de ciclo curto. Terras indicadas para preservação da flora e da fauna, nas áreas de dunas.
São Bento do Norte	Areias Quartzosas Distróficas e Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico Abrupto	A maior parte da área é indicada para preservação da flora e da fauna ou para recreação e apta para culturas especiais de ciclo longo, tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Aptidão regular (ao Nordeste) e restrita (pequena área ao Sul) para lavouras.
São Miguel do Gostoso	Areias Quartzosas Distróficas	Restrita para pastagem natural. Regular para silvicultura, para pastagem natural (a Leste). Terras aptas para culturas especiais de ciclo longo, tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Aptidão regular para lavouras e apta para culturas de ciclo curto, nas áreas de várzea. Terras indicadas para preservação da flora e da fauna ou para recreação e pequena área ao Sudeste, correspondente a Solos Orgânicos Eutróficos, com aptidão regular para lavouras.

MUNICIPIOS	TIPOS DE SOLOS	APTIDÃO AGRÍCOLA
Taipu	Podzólico Vermelho Amarelo Equivalente Eutrófico, Planossolo Solódico, Bruno Não Cálcico e Areias Quartzosas Distróficas	Regular para lavouras. Aptidão regular e restrita para pastagem natural e regular para pastagem plantada. Terras aptas para culturas especiais de ciclo longo, tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Pequena faixa de terra indicada para culturas de ciclo curto.
Touros	Areias Quartzosas Distróficas	Restrita para pastagem natural. Aptidão regular para silvicultura, regular para pastagem natural a Leste. Terras aptas para culturas especiais de ciclo longo, tais como algodão arbóreo, sisal, caju e coco. Aptidão regular para lavouras e apta para culturas de ciclo curto, nas áreas de várzea. Terras indicadas para preservação da flora e da fauna ou para recreação e pequena área a Sudeste, correspondente a Solos Orgânicos Eutróficos, com aptidão regular para lavouras.

FONTE – IDEMA 2007 (Perfil do seu Município).

Segundo dados apresentados no quadro 04, destacam-se os principais solos com a indicação de seu nível de aptidão mais frequente para culturas de sequeiro e culturas irrigadas e respectivo uso atual dos solos.

A correlação entre os períodos geológicos e os diversos grupos de solos está de acordo com a seguinte esquematização: Solos Aluviais e Areias Quartzosas Marinhas (dunas), que ocorrem na faixa sedimentar estão relacionados com Holoceno, os Latossolos, Areias Quartzosas e Podzólicos, que são desenvolvidos a partir de sedimentos da Formação Barreiras, os Cambissolos, Rendzinas e Vertissolos, estão geralmente relacionados à Formação Jandaíra; os Brunos Não Cálcicos, Planossolos, Solonetz Solodizados e alguns Podzólicos abruptos.

Cabe destacar um aspecto importante relacionado com o desenvolvimento de projetos de irrigação no Território, do ponto de vista ambiental, é que a água obtida de poços tubulares do aquífero Jandaíra, devido à sua salinidade, não é apropriada para as irrigações sob condições normais, mas pode ser usada ocasionalmente em circunstâncias muito especiais. Os solos deverão ser muito permeáveis e com drenagem adequada, devendo ser aplicado excesso de água na irrigação para ter boa lixiviação. A água somente deve ser usada para plantas que sejam tolerantes aos sais (certas culturas comuns e hortaliças).

Caso não sejam levadas em consideração as condições físicas, bem como a drenabilidade do solo, a irrigação com água salina provocará a degradação do solo, ou seja, sua salinização, ocasionando degradação ambiental.

Devido às diferenças no que se refere ao clima, disponibilidade hídrica e manchas de solo, a área apresenta uma diversificação com relação ao uso agrícola.

As principais atividades são:

- Agropecuária de grande e pequeno porte, de corte e de leite;
- Fruticultura irrigada;
- Culturas climaticamente adaptadas;
- Culturas de subsistência na época de inverno regulares.

O maior impedimento ao uso intensivo de solos aráveis é a falta e irregularidade das precipitações pluviométricas. Por outro lado, não existem estudos detalhados nas áreas dos solos, que permitam um planejamento agrícola com uso racional e proteção do meio ambiente.

FOTO 02 - VEGETAÇÃO CARACTERÍSTICA DO TERRITÓRIO



Foto: Manoel Tavares

✓ VEGETAÇÃO

O Território apresenta uma cobertura florestal composta por resquícios de mata atlântica e mangue, protegidas por lei, e predominância de caatinga, caracterizada principalmente por duas tipologias: arbustiva arbórea densa e arbórea densa, porém ocorrendo uma terceira tipologia, definida como arbustiva arbórea aberta.

Nos últimos anos, esta vegetação vem sofrendo processos de desmatamentos desordenados em função de inúmeros projetos de assentamentos, causando grandes prejuízos ao ecossistema.

A vegetação existente no Território vem apresentando problemas, tais como: rebaixamento do lençol freático, aumento da salinidade das águas e solos, aumento de pragas nocivas à agricultura, aumento de processos erosivos e assoreamento dos rios e açudes, empobrecimento dos solos e baixa produtividade levados pela má utilização dos recursos naturais. Esses efeitos foram causados devido à falta de informações e orientação de técnicos qualificados, assim como, à exploração madeireira visando à obtenção de produtos florestais, tais como: vara, estaca, lenha e produção de carvão vegetal.

Estima-se que a participação dos produtos florestais no PIB do Rio Grande do Norte é de 9%, sendo 3% de forma direta e outros 6% indiretamente, principalmente através da produção industrial, que usa a lenha ou o carvão vegetal como energético. Porém, a maior importância consiste na criação de empregos, gerando renda de cerca de pelo menos 15%, ocupando, preponderantemente, trabalhadores não qualificados, notadamente no período de estiagem, que sempre ultrapassa a metade do ano, verificando-se, portanto, o caráter fixador do homem no campo.

A situação florestal do Território requer a tomada de medidas que visem ordenar os desmatamentos e a exploração dos recursos florestais, assegurando a continuidade da oferta de produtos florestais, conservando e preservando este valioso recurso natural.

✓ RELEVO

FIGURA 07 - PRINCIPAIS FALHAS GEOLÓGICAS DO RN



Local das principais falhas geológicas no RN (Foto: Editora de Arte/G1)

No Território existem duas falhas geológicas consideradas importantes. A falha de Samambaia que fica no município de João Câmara, tem cerca de 30 quilômetros de extensão por quatro quilômetros de largura e foi a responsável pelas atividades sísmicas de 1986, tendo como ponto de partida um abalo com magnitude de 5,1 graus na escala Richter. Essa fica ao lado da falha de Poço Branco, que é bem menor, mas também influi nos tremores na região. O Nordeste é a região com um dos maiores níveis de atividade sísmica do Brasil, segundo o Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da Universidade de São Paulo (USP).

Com respeito aos aspectos geomorfológicos e geológicos, o Território tem um relevo de dunas móveis e planície flúvio-marinha correspondendo à faixa litorânea, sendo o restante da área uma planície que abrange, em parte, os Tabuleiros Costeiros e, em parte, a Superfície Cárstica.

As principais formas do relevo do Território são:

Planície Costeira – estende-se por todo o litoral e é formada por praias que se limitam de um lado com o mar e do outro com os tabuleiros costeiros, apresentando, ainda, a formação de dunas. Em sua extensão se encontram as principais praias de nosso litoral: Rio do Fogo, Touros, São Miguel do Gostoso, Caiçara do Norte e São Bento do Norte.

Planícies Fluviais – terrenos baixos e planos, situados às margens dos rios. São conhecidos também por vales, como o Vale do Rio Ceará Mirim, e por várzea, inundados pela enchente do rio Ceará Mirim.

Tabuleiros Costeiros – também denominados de planaltos rebaixados, são formados basicamente por argila e possuem áreas planas e de baixa altitude. Estão localizados próximo ao litoral, às vezes chegando até o mar.

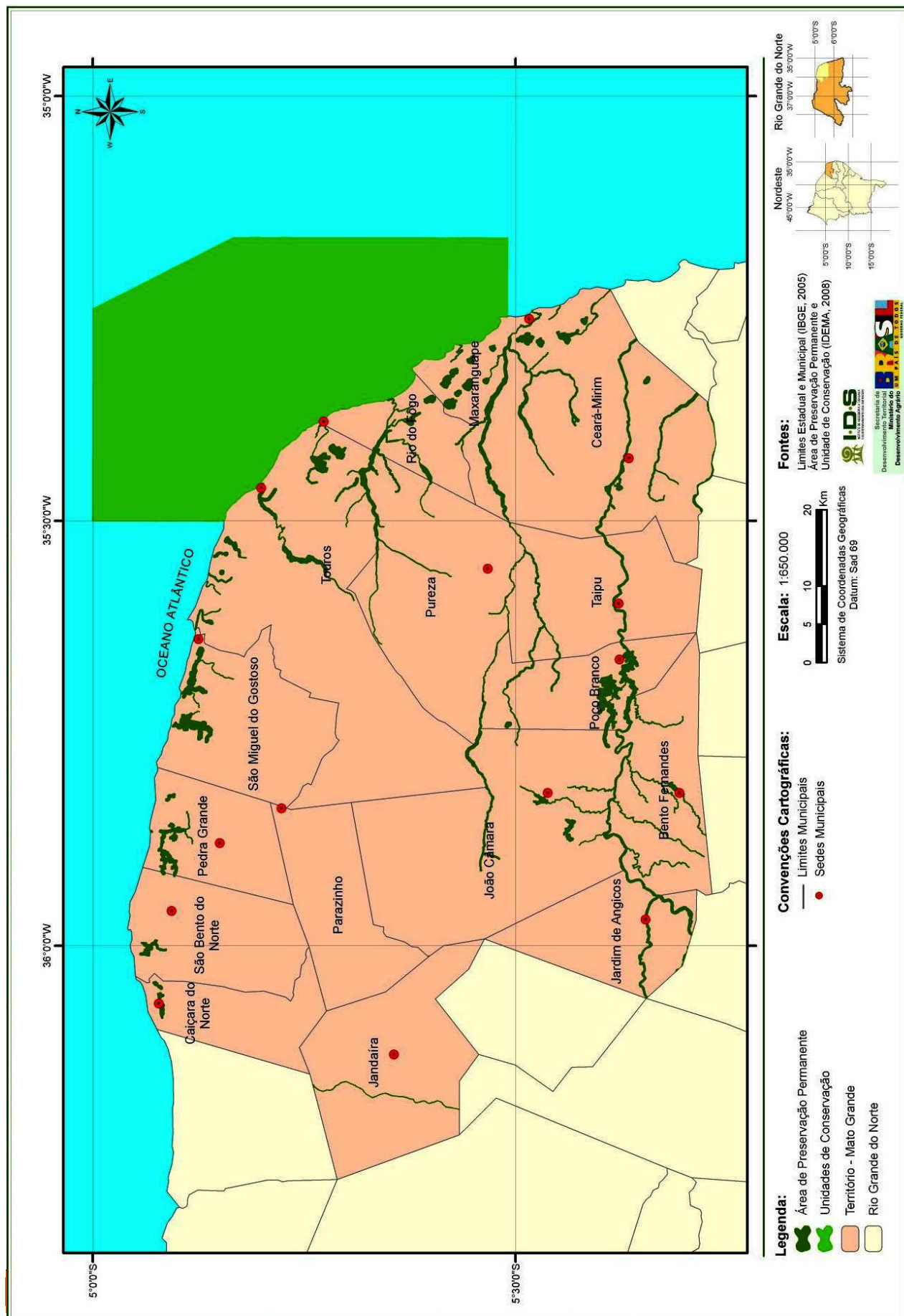
Chapada da Serra Verde – formação que também apresenta terrenos planos e ligeiramente elevados; localiza-se entre os Tabuleiros Costeiros e o relevo residual do chamado “Sertão de Pedras”, estendendo-se pelos municípios de João Câmara, Jandaíra e Parazinho.

Foto 03 - Relevo do Território



Fonte: João Vidal e Manoel Tavares

MAPA 06 – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE E UNIDADE DE CONSERVAÇÃO



O patrimônio ambiental do Território se caracteriza através de suas riquezas naturais e da diversificação de seus ecossistemas, das matas ciliares, das áreas de preservação e proteção ambiental, da sua flora e fauna, das riquezas e belezas das praias nos municípios litorâneos e dos biomas, o que contribui para o entendimento do tipo de exploração e atuação da população daqueles ambientes.

Estão presentes no Território o ecossistema de caatinga nos municípios de Jandaíra, Parazinho, e Poço Branco, destacando-se os municípios de Pureza e Touros, onde aparece associado a uma pequena faixa de cerrado e de ecossistemas costeiros, bem como associado ao cerrado e à floresta subcaducifólia.

Também é encontrado os ecossistemas costeiros e manguezais, localizados nos municípios de São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros. Esse ecossistema se caracteriza pela grande diversidade biológica existente e seu alto valor para o mercado turístico.

Os manguezais funcionam como criadouro natural dos camarões, caranguejos, mariscos, ostras e muitas espécies de peixes, mantendo um ciclo produtivo entre o estuário e o mar. O manguezal protege, também, a costa da erosão marinha e retém sedimentos, evitando o assoreamento de áreas circunvizinhas.

Além dos aspectos biológicos, os mangues se destacam pela sua importância social, econômica e cultural, constituindo-se em uma das principais fontes de renda para as comunidades costeiras, além de integrarem a reserva da Biosfera da Mata Atlântica, como ecossistema associado.

O ecossistema de dunas está localizado nos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, assentam a maior parte do seu território em terreno sedimentar, apresentando-se sob a forma de dunas, que ainda possuem formação do Grupo Barreiras. Os municípios de Pureza e Touros, possuidores do calcário Jandaíra, têm, nas consequências resultantes da extração desse mineral, um dos seus mais sérios problemas ambientais, onde, associada a esta atividade, se reconhece um dos quadros mais deploráveis de condição de vida humana da região.

A extração do calcário é realizada de forma artesanal, onde o pedregulho (rochas calcárias sedimentares) são postos em forno para tornarem-se mais frágeis e depois são quebradas e beneficiadas na cal que será utilizada na construção civil.

Segundo informações do IDEMA (2008), No Território do Mato Grande existe uma unidade de conservação denominada de Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Corais – APA DOS CORAIS, criada pelo Decreto de Lei Estadual nº 15. 476, de 06 de junho de 2001. A APA de Recifes de Corais envolve 03 municípios costeiros do Território e ocupa uma área de 18.000ha nos municípios de Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros.

Esta unidade de conservação delimita o uso dos recursos pesqueiros numa faixa de 7 milhas marítimas a partir da costa, estando sob a responsabilidade do IDEMA, mediante o Conselho Gestor que envolve várias instituições da sociedade civil , setor público e privado na gestão dos diversos usos da área dos recifes de corais.

Além da riqueza dos ecossistemas existentes, ressalta-se também o valioso patrimônio paleontológico, arqueológico e espeleológico existente no Território, os quais têm um papel fundamental para o desenvolvimento. As grutas e cavernas representam outros patrimônios localizados nos municípios do Território; as matas e cachoeiras; os sítios arqueológicos e paleontológicos existentes são memórias de um passado remoto, desconhecido, que reforça o grande potencial cultural e científico.

2.2.2 Características Antrópicas

As características antrópicas do Território, nas três últimas décadas, tornaram-se questionáveis, o que até então parecia evidente: o desenvolvimento em consonância com os seus propósitos sempre estiveram respaldados na visão da inesgotável oferta dos recursos naturais e na pressuposição da irrestrita capacidade humana de controlar os mesmos.

Neste sentido, os efeitos resultantes dos desequilíbrios refletem no cotidiano na vida do Território, sobretudo através das atividades econômicas (esgotamentos dos solos, agravamento dos diversos tipos de poluição e a consequente escassez dos recursos naturais) apontaram para a premência de uma análise dos custos sociais das alterações ambientais resultantes desse processo.

Frente a esta análise, de um lado, uma nova forma de tratar tais alterações, pautadas na dicotomia entre sociedade X natureza, considerando-se que o meio ambiente constitui um sistema integral que engloba os elementos físico-bióticos e sociais. Nessa perspectiva, os municípios que integram o Território, apresentam-se como amostra dos avanços e recuos no Estado do Rio Grande do Norte, apresentando diferentes ecossistemas alterados e fragilizados pela ação antrópica.

Neste contexto, os municípios de Pedra Grande, São Miguel do Gostoso, Touros, Pureza e Taipu constituem a maior porção do Território que compõem o terreno sedimentar, que se apresentam sob a forma de dunas. Estes ainda possuem formação do Grupo Barreiras juntamente com o município de Pureza, que apresenta um predomínio de Calcário Jandaíra.

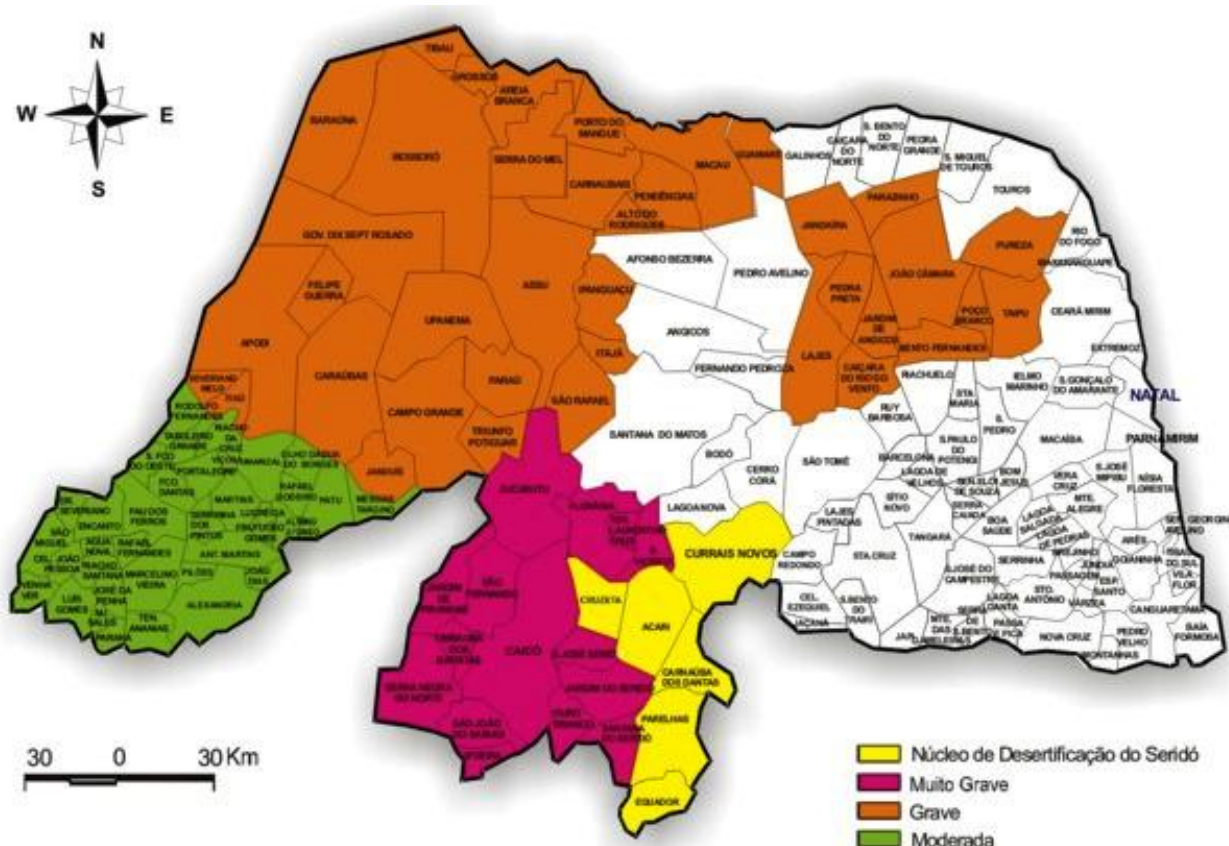
A extração do calcário do solo é feita em forma de pedregulho. Essas rochas calcárias sedimentar são postas em forno e, posteriormente, quebradas e ensacadas para serem utilizadas como cal na construção civil. As empresas de extração de calcário trabalham de forma precária, uma vez que os funcionários não usam máscaras para evitar a grande inalação do pó, nem equipamentos de segurança para reduzir os riscos de acidentes.

A agricultura é a maior atividade com participação na economia, estando presente no Rio Grande do Norte, ainda com uma agricultura de subsistência, sendo crescente o processo de agro-industrialização.

A tubulação do gasoduto corta os municípios de Jandaíra, Parazinho, João Câmara e Poço Branco, trazendo os riscos ambientais relevantes, em caso de acidente.

A área possui uma vegetação predominantemente de Caatinga. Jandaíra e Parazinho encontram-se sobre o terreno sedimentar de Calcário Jandaíra, onde se identifica a extração do calcário e produção da cal. Recebendo trecho do rio Ceará Mirim, João Câmara é uma das principais cidades do Rio Grande do Norte e é onde se registra a ocorrência dos seguintes minerais: diatomito e columbita.

FIGURA 09 - OCORRÊNCIA DE DESERTIFICAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE



Fonte: CARVALHO; GARIGLIO; BARCELLOS. Caracterização das áreas de ocorrência de desertificação no Rio Grande do Norte, 2000, p. 9.

As Áreas Susceptíveis à Desertificação do Rio Grande do Norte correspondem a 97,6% do território e abrigam 95,6% da população. Este elevado índice de inclusão dentre as áreas susceptíveis à desertificação decorre da inter-relação entre o meio natural e o homem, ao longo de séculos de ocupação e exploração do espaço.

A Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação - CCD (MMA) definiu que “por Desertificação entende-se a degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas.”

No Território, identificou-se uma intensa descaracterização da paisagem natural e colocando em risco a estabilidade dos ecossistemas. Exemplo disso é o crescente processo de desertificação que vem se alastrando ao longo do ecossistema da caatinga, transformando a paisagem de forma degradante e, em alguns casos, irreversível.

As paisagens naturais que possuem notável beleza cênica ou servem de berço de riqueza de aves e ainda se encontram em excelente estado de conservação, deverão ser protegidas através de instrumentos legais, com a criação de Unidades de Conservação, como por exemplo, a Área de Proteção Ambiental - APA.

Conforme a representação cartográfica da desertificação no RN, verificou-se que o Território está inserido na ASD atingindo 08 municípios se manifestando de forma mais grave em João Câmara, Jandaira, Parazinho, Jardim de Angicos, Bento Fernandes, Taipu, Pureza e Poço Branco.

Nas áreas susceptíveis a este processo, o clima prevalecente tem entre suas características marcantes: a ausência, escassez e má distribuição das precipitações pluviométricas, no tempo e no espaço, ou seja, a ocorrência da seca. A definição deste fenômeno remete a uma ocorrência que se verifica “naturalmente quando a precipitação registrada é significativamente inferior aos valores normais, provocando um sério desequilíbrio hídrico que afeta negativamente os sistemas de produção dependentes dos recursos da terra” (MMA).

Não é demais enfatizar que a circunscrição das ASD no Rio Grande do Norte corresponde a 97,6% de seu território e que a agropecuária ainda tem um papel importante no quadro econômico, principalmente na porção semiárida e subúmida seca, apesar da redução de sua participação na composição do PIB estadual.

No âmbito da agropecuária, é importante destacar sua inclusão dentre as atividades que podem está contribuindo para os processos de desertificação. De fato, é o manejo inadequado dos recursos naturais – solo, água e vegetação - para fins de práticas agropecuárias que torna a atividade degradante.

Este processo se materializa através de ações como os desmatamentos e as queimadas, realizados sem orientação técnica ou planejamento dos cultivos, nas margens de rios e outros ambientes, incluindo-se aqueles destinados à formação de pastagens; a irrigação que produz benefícios, mas está sendo realizada de forma inadequada. Acrescente-se à problemática em foco, o uso indiscriminado e inadequado de herbicidas.

O Território do Mato Grande apresenta evidentes agressões ao meio ambiente caracterizado por intermédio dos desmatamentos das áreas de vegetação nativas. A expansão da agropecuária, em particular da lavoura da cana-de-açúcar que praticamente devastou todo o ecossistema, restando apenas resquícios, fragmentos e alguns remanescentes protegidos pelo poder público.

A cobertura florestal nativa igualmente substituída pela agricultura e pela agropecuária, o que foi agravada pelas concentrações populacionais. A pressão antrópica sobre os remanescentes florestais, gerando problemas com consequências ambientais, econômicas e sociais.

Os riscos de poluição dos recursos hídricos por agrotóxicos que se apresentam a partir da implantação de empreendimentos e de explorações hidroagrícolas que, em consequência eleva o consumo de defensivos agrícolas e pelo escoamento superficial são levados pelos cursos d'água. Este fato contribui para a poluição dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, daí a importância de monitorar esses riscos, visto que cursos d'água e mananciais subterrâneos do Território têm como uso primordial o abastecimento humano.

Outro fator restritivo são os instrumentos legais inadequados em relação ao disciplinamento do uso dos recursos naturais. Justifica-se a necessidade de um monitoramento sistemático da qualidade e distribuição dos recursos naturais do Território.

De um modo geral, percebe-se que estão presentes diversos focos de poluição e contaminação dos mananciais de água existentes no Território. Essa poluição vem sendo ocasionada por um conjunto de fatores como: lixo sem o destino adequado; esgotamento sanitário e águas servidas sem tratamento descarregadas a céu aberto em riachos, rios, lagoas ou em fossas que estão contaminando o lençol freático.

O desmatamento indiscriminado e as queimadas, práticas comuns no preparo da terra para a agricultura, também estão presentes no Território e têm contribuído para a destruição da cobertura vegetal e da biodiversidade, comprometendo a manutenção da fauna silvestre, dos recursos hídricos naturais, a qualidade da água, o equilíbrio do clima e do solo (erosão e empobrecimento dos solos), afetando os rios e barragens com os assoreamentos.

A atividade mineradora, associada à extração desordenada de madeira da caatinga, resulta em fragilidades ambientais, partindo-se do pressuposto de que o meio torna-se vulnerável às ações naturais e, às vezes, sem a menor condição de reaproveitamento pelo homem que requer elevados custos à sua recuperação (o que raramente acontece).

Nesse contexto, não se deve esquecer os efeitos negativos resultantes da pesca artesanal e exploratória ou a prática da agricultura de subsistência, onde a queimada ainda é uma prática frequente e, também, das poucas e pequenas indústrias existentes que, desprovidas de assistência e fiscalização, se apresentam como importantes poluidoras dos riachos e das áreas de praia mais próximas.

A identificação dos problemas e fragilidades ambientais no Território constitui elementos de importância fundamental no estabelecimento de planos e políticas públicas para a região e são resumidas a seguir:

- Falta de coleta, tratamento e reciclagem do lixo;
- Baixos índices pluviométricos e elevados níveis de evapotranspiração da água (déficit hídrico);
- Elevada taxa de permeabilidade da maior parte dos solos;
- Degradação da cobertura vegetal dos solos (desmatamentos, queimadas, extração de madeira);
- Exploração agropecuária dos solos com baixos níveis de tecnologia, acentuando os processos de erosão e empobrecimento da camada agricultável;
- Volume insuficiente de represamento dos cursos d'água;
- Baixo nível de aproveitamento dos recursos hídricos subterrâneos disponíveis;
- Insuficiente exploração de essências florestais (desconhecimento da utilização);
- Exploração pouco expressiva dos recursos naturais em atividades de eco-turismo;
- Ocupação desordenada e sem planejamento dos municípios litorâneos;
- Os avanços do mar;
- Pesca predatória;
- Mau aproveitamento do potencial marinho.

A identificação dos problemas e fragilidades ambientais do Território constitui elementos de importância fundamental no estabelecimento de planos e políticas públicas. De modo geral, é baixo o índice de conscientização ambiental, necessitando de campanhas e atividades de educação ambiental, aliada a uma temática/disciplina que poderá ser tratado como um tema transversal no sistema de ensino formal e complementada com atividades informais.

Acerca da educação ambiental, é importante está presente em todos os momentos de implementação de programas e projetos de responsabilidade governamental e não-governamental. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de incrementar a pequena participação das empresas da região no desenvolvimento de programas de responsabilidade social. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de incrementar a pequena participação das empresas no desenvolvimento de programas de responsabilidade social.

Paralelo a isso, identifica-se o comprometimento desta população por meio de suas entidades representativas, no sentido de colaborar com o poder público na implementação de ações de sustentabilidade para a região, à medida da percepção de que, aplicadas isoladamente, isto é, sem a participação efetiva das comunidades, as ações governamentais correm sério risco de não produzirem os benefícios desejados.

2.2.3 Características Socioambientais

Saneamento básico é um conjunto de procedimentos adotados numa determinada região, que visa proporcionar uma situação higiênica saudável para os habitantes.

Entre os procedimentos do saneamento básico, podemos citar: tratamento de água, canalização e tratamento de esgotos, limpeza pública de ruas e avenidas, coleta e tratamento de resíduos orgânicos (em aterros sanitários regularizados) e materiais (através da reciclagem).

Com estas medidas de saneamento básico, é possível garantir melhores condições de saúde para as pessoas, evitando a contaminação e proliferação de doenças. Ao mesmo tempo, garante-se a preservação do meio ambiente.

O Rio Grande do Norte continua no atraso na oferta de saneamento básico. Dos nove Estados do Nordeste, o RN é o sexto com pior serviço de esgoto. Estando atrás da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Sergipe e Ceará e na frente apenas de Maranhão, Alagoas e Piauí. Menos de um quarto da população potiguar (16,52%) tem acesso a esgotamento sanitário, o que revela que grande parte dos habitantes está vulnerável a doenças provocadas pela falta de tratamento de esgoto.

A taxa de acesso à rede de esgotos no Rio Grande do Norte cresceu apenas 6,31% nos últimos 14 anos. Subiu de 10,21% em 1992 para 16,52% em 2006, mas o suficiente para pôr o RN como 15º Estado brasileiro, entre as 27 unidades da federação, com melhor oferta do serviço.

No Rio Grande do Norte, as obras de saneamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) estão em primeiro lugar no desempenho dos outros estados do Brasil, num valor superior a R\$ 524 milhões. Segundo dados da Caixa Econômica Federal já foram aplicados pelo Estado mais de 23,8% dos recursos previstos no programa.

TABELA 32 - DOMICÍLIOS PERMANENTES DE ACORDO COM ABASTECIMENTO, SANEAMENTO E COLETA DE LIXO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

Municípios	Abastecimento			Saneamento				Coleta de lixo			
	Rede geral	Poço ou nascente	Outra forma	Rede geral	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Não tem instalação sanitária	Coletado	Queimado	Jogado	Outro destino
Bento Fernandes	61,9	2,9	35,2	-	1,2	85,2	12,6	40,6	43,3	13,9	-
Caçara do Norte	29,2	43,9	27,0	0,5	0,6	82,3	16,5	88,6	6,2	4,8	-
Ceará Mirim	80,9	12,8	6,4	19,9	6,5	6,2	9,6	54,9	30,9	8,8	0,1
Jandaíra	80,3	10,7	9,0	-	0,2	78,2	20,6	61,1	17,0	20,8	-
Jardim de Angicos	41,3	4,0	54,7	0,4	87,2	1,8	9,8	27,4	31,2	35,4	-
João Câmara	71,9	6,5	21,6	1,0	0,4	85,3	12,2	64,7	18,4	10,9	0,1
Maxaranguape	85,0	10,1	4,9	0,5	1,2	87,0	10,7	52,1	26,6	8,2	0,1
Parazinho	54,6	3,6	41,8	0,1	0,7	74,7	23,8	66,1	22,8	7,2	0,3
Pedra Grande	30,3	34,7	35,1	-	13,0	54,6	32,2	53,7	30,2	10,1	-
Poço Branco	79,5	8,7	11,7	0,2	50,8	42,5	5,6	47,6	33,2	14,6	0,2
Pureza	84,9	8,9	6,2	3,6	1,9	86,8	7,7	28,5	57,2	5,1	0,1
Rio do Fogo	86,9	6,2	6,9	0,9	0,5	79,4	18,5	61,8	19,1	6,3	-
São Bento do Norte	11,1	23,2	65,7	0,8	5,2	88,1	5,4	32,2	31,2	27,1	-
São Miguel do Gostoso	55,6	25,1	19,4	-	9,5	76,1	13,6	36,7	50,9	2,7	-
Taipu	45,8	10,0	44,3	0,2	0,4	86,4	12,7	34,1	38,7	20,7	0,1
Touros	72,8	8,0	19,2	3,1	2,5	81,2	10,8	40,1	43,0	6,4	0,2
TERRITÓRIO	60,75	13,71	25,57	1,95	11,36	68,49	13,89	49,39	31,24	12,69	0,08

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 2006

O acesso da população aos serviços básicos relacionados com o abastecimento de água e esgotamento sanitário, além da coleta de lixo, constitui aspectos essenciais para o conhecimento das condições de vida da população, são condições essenciais para a definição de políticas e programas sociais. No que se refere à situação dos domicílios, foram considerados os aspectos relacionados com o abastecimento de água; os referentes ao esgotamento sanitário; e os relacionados com a coleta de lixo.

Quanto ao abastecimento de água, as informações disponíveis para 2006, com base no censo demográfico realizado pelo IBGE, consideram as diferentes formas de abastecimento: rede geral, poço ou nascente e outras formas de acesso à água. Cada uma dessas formas qualificada levou em conta a existência de canalização e os tipos que pode tomar.

As informações mais importantes a respeito do abastecimento de água, considerando as condições dos municípios do Território é sua comparação com a situação média do Rio Grande do Norte; que apresentou cerca de 78% dos domicílios ligados à rede geral, enquanto que os dados do Território apresenta um percentual de 60,75%.

No que se refere à situação de esgotamento sanitário, quando comparada com a do abastecimento de água, os indicadores do Território - acompanhando os do Estado - são mais graves. De fato, os investimentos em saneamento básico, em todo país e no Estado, estiveram mais voltados para o abastecimento de água do que para o esgotamento sanitário.

Chama a atenção o fato de 68,49% dos domicílios do Território terem como forma de esgotamento sanitário a fossa rudimentar, o que, somado aos que assinalaram não ter banheiro nem sanitário (13,89%) representam cerca de 82,38%. Esses percentuais são bem maiores que os do Estado, em média, que registrou, no total de domicílios, cerca de 47,5% com fossa rudimentar e cerca de 10,1% sem banheiro ou sanitário, perfazendo um total de 57,6%.

A Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte é o principal órgão responsável pelas ações de saneamento básico em termos de abastecimento de água no Território.

De acordo com os dados do IBGE, O Território apresentou uma situação favorável no que se refere a rede geral de distribuição, destacando com os maiores índices nos municípios de Ceará Mirim, Jandaira, Pureza e Rio do Fogo. Por outro lado, o município de São Bento do Norte detém o menor índice de abastecimento da rede geral, apresentando o maior índice de outras formas de abastecimento.

A grande deficiência de saneamento básico no conjunto do Território a exemplo do que ocorre em todo Estado, se registra ao nível de atendimento público do sistema de esgotamento sanitário.

As sedes municipais (Ceará Mirim, João Câmara e Touros) que integram o Território do Mato Grande não contam com sistema de esgotamento sanitário com exceção do município de Touros.

De acordo com os dados do IBGE (Censo Agropecuário 2006), verifica-se o predomínio do uso de fossas rudimentares com instalação sanitária e com a parcela de domicílios que contam com fossa séptica como infraestrutura sanitária.

QUADRO 05 – SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS PERMANENTES, QUANTO AO SANEAMENTO BÁSICO %

Abastecimento (média %)		
Rede geral	Poço ou nascente	Outra forma
60,75	13,71	25,57
Saneamento (média %)		
Rede geral	Fossa séptica	
1,95	11,36	
Fossa rudimentar	Não tem instalação sanitária	
68,49	13,89	
Coleta de lixo (média %)		
Coletado	Queimado	
49,39	31,24	
Jogado	Outro destino	
12,69	0,08	

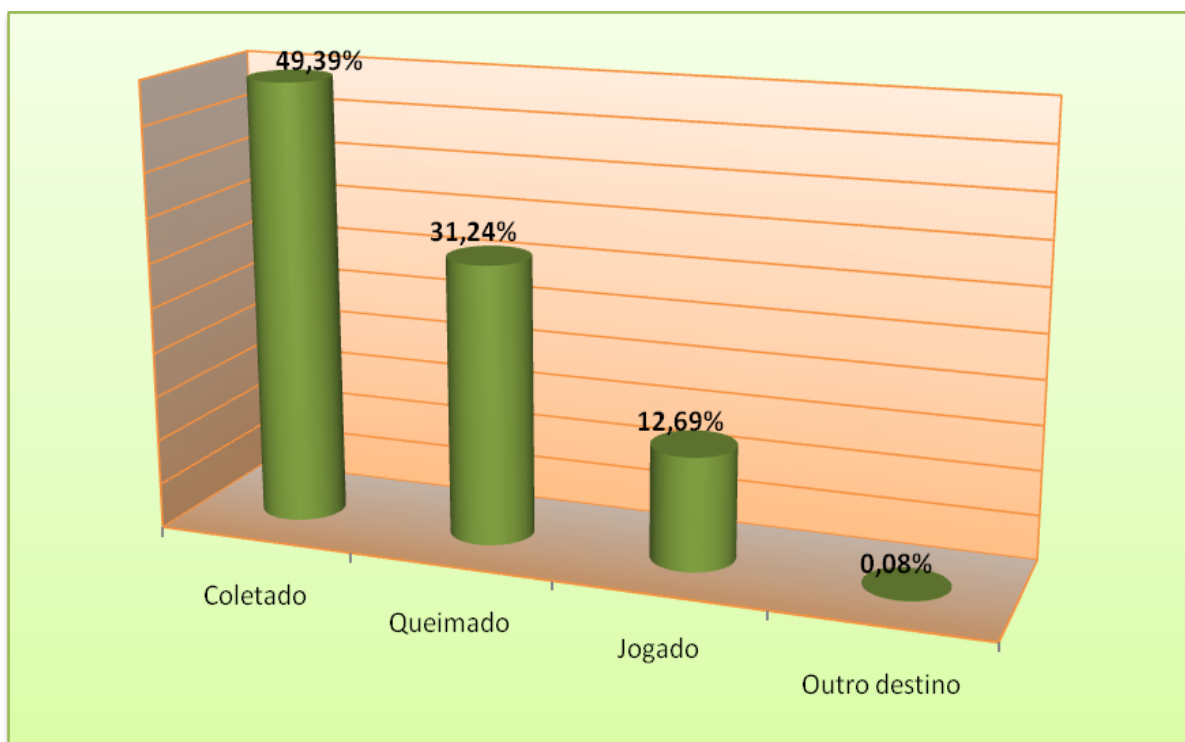
Fonte: Anuário Estatístico do IDEMA (Dados do IBGE) ano 2008

Neste sentido, houve avanços na oferta dos serviços no Território do que decorreu ao abastecimento de água, uma razoável cobertura quando se consideram os domicílios urbanos, apenas. Isso significa dizer que, parcelas significativas dos domicílios das comunidades rurais ainda se encontram em condições precárias de abastecimento, de acordo com as lideranças durante as discussões nas oficinas realizadas no Território. Além disso, não se pode deixar de considerar que os avanços ocorridos limitaram-se ao abastecimento de água, deixando de lado a questão do esgotamento sanitário, praticamente inexistente no Território.

Em relação ao abastecimento de água, há uma demanda muito intensa da parte da comunidade em relação à oferta de água, através de recuperação e ampliação de adutoras, reservatórios, barragens, perfuração de poços. Ao lado disso, foram apresentadas propostas no sentido de construção de barragens, açudes, cisternas, ampliação e disseminação de adutoras, aquisição de dessalinizadores e de carros-pipa. À insuficiência da oferta de água, sobretudo quando se consideram as comunidades rurais, existem problemas quanto à qualidade da água, considerada salobra, a solução seria a utilização de dessalinizadores. Há a reclamação no que se refere ao abastecimento de água nas escolas, situação certamente crítica pela convergência de populações para tais locais, constituída, em sua grande maioria, por crianças e jovens.

No que se refere ao aspecto sobre o lixo, pode ser definido como todo e qualquer resíduo oriundo das atividades diárias do homem em sociedade. Ele pode ser disposto no meio ambiente de várias formas. Todavia, a pior delas é o “lixão”, definido como o local no qual se deposita o lixo, sem projeto ou cuidado com a saúde pública e o meio ambiente, sem tratamento e sem qualquer critério de engenharia e operação.

GRÁFICO 20 - DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO TERRITÓRIO



Fonte: Anuário Estatístico do IDEMA (Dados do IBGE) ano 2008

A poluição ambiental tem sido a prática mais prejudicial ao homem e a natureza remetendo a um enorme desafio sanitário para o Brasil, em geral, e o Estado do Rio Grande do Norte, em particular, como se pode constatar analisando-se os dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, IBGE (2000), sobre os resíduos sólidos:

- No Brasil somente 17,3% dos distritos com serviço de limpeza urbana e coleta de lixo possuem aterros sanitários. No Nordeste este número cai para 4,9% dos distritos e no Rio Grande do Norte para 2,9%, ou seja, apenas 5 distritos.
- No Nordeste 88,0% dos distritos possuem serviço de limpeza urbana e coleta de lixo, com 93,8% destes distritos fazendo a destinação final em lixões e/ou áreas alagadas.
- No Rio Grande do Norte 91,9% dos distritos possuem serviço de limpeza urbana e coleta de lixo, sendo que 93,6% destes distritos o lançam em lixões e/ou áreas alagadas.

No Território, os indicadores relacionados com o destino do lixo, registraram situações díspares quando se considera o nível dos municípios. Iniciando com os percentuais associados à melhor condição - a de existência de coleta de lixo - verifica-se a ocorrência de cifras próximas a 60% a 90% para alguns municípios, sendo: Caiçara do Norte (88,6%), Parazinho (66,1%), João Câmara (64,7%). Por outro lado, se destacam com menores índices os municípios de Jardim de Angicos (27,4%) e Pureza (28,51%).

Entre as situações precárias nas quais se registra a frequência significativa de domicílios, deve-se destacar a do destino do lixo jogado em terrenos baldios e logradouros. Neste sentido, a participação de municípios como Jardim de Angicos (35,4%) e São Bento do Norte (27,1%) merece destaque.

FOTO 04 - ATERRO SANITÁRIO DE CEARÁ MIRIM



Fonte: www.nominuto.com/noticias/cidades

Foto: Melina França

O Território conta com um aterro sanitário que teve sua inauguração em junho de 2004, quando o Município do Natal, através da URBANA – Companhia de Serviços Urbanos de Natal que criou o aterro sanitário de Ceará Mirim. Entretanto, o aterro só passou a depositar a totalidade dos resíduos sólidos domiciliares coletados naquele sistema a partir de agosto de 2004. Este aterro está situado no Município de Ceará-Mirim, localizado na comunidade de Massaranduba, distante aproximadamente 30 Km da Capital.

Todos os resíduos sólidos domiciliares produzidos no Município do Natal eram encaminhados à área de destino final da Cidade Nova, que, por tratar-se de um lixão, recebia todos os tipos de resíduos sem qualquer critério de escolha, entre eles, comerciais, industriais, hospitalares.

Com o fechamento do lixão da área de Cidade Nova em Natal, a URBANA, passou a encaminhar os resíduos sólidos domiciliares para o aterro sanitário de Ceará Mirim, já que o mesmo foi licenciado ambientalmente para receber este tipo de resíduo, solucionando, dessa forma, um problema ambiental e de saúde pública, amplamente debatido pela população da Cidade do Natal.

A nova dinâmica de coleta e destinação final de resíduos sólidos da cidade do Natal gerou problemas de adaptação das empresas transportadoras e dos grandes geradores, que tiveram que aumentar os seus custos de transporte e de destinação final, com o consequente aumento das taxas cobradas, já que o Município recebia todos estes resíduos numa área central e sem cobrança de tarifa. Este novo quadro levou ao surgimento de depósitos de resíduos sólidos em locais inadequados como terrenos baldios e logradouros diversos.

O aterro de Ceará Mirim recebe, por dia, cerca de dois mil caminhões que despejam 700 toneladas de lixo, cada um. O terreno abrange 90 hectares, com capacidade para instalar 16 células, em 60 hectares de toda propriedade. As células são os locais onde o lixo é depositado a céu aberto formando pilhas que chegam a 22 metros de altura. Ainda podem ser encontradas substâncias químicas no lixo do aterro. O metano, ácido sulfídrico e o dióxido de carbono.

Nos últimos anos, a produção e destino dos resíduos sólidos e líquidos, tem causado sérios problemas ambientais com a proliferação de doenças e riscos à saúde. De acordo com o Ministério das Cidades cada habitante produz cerca de 500gm de lixo/dia. A presença dos resíduos sólidos nas residências e nas vias públicas, dispostos de maneira incorreta, os recipientes são deixados abertos, que em consequência promove a proliferação de vetores de doenças, gera maus odores e contamina o solo e a água.

A poluição é um dos principais fatores que prejudicam o meio ambiente, ela afeta o solo, a água e o mar. O Território do Mato Grande tem em sua composição 08 municípios que ocupa importante área de litoral, com grande atividade para exploração da pesca e turismo. Entretanto, têm nesses municípios, trechos banhados prejudicados pelo excesso de poluição no mar, a área considerada bastante prejudicial à sobrevivência da fauna aquática.

Como não poderia deixar de ser, toda essa ação de poluição da formação do lixo do mar se deve a ação humana, principalmente aos resíduos dos navios e petrolíferas. Resultado desta ação no Território, cerca de 90% de todo o lixo é constituído por plástico. Com isso, não são somente os peixes que estão sendo afetados, mas também uma ampla variedade de aves que encontram alimentos na área poluída.

2.3 Dimensão Socioeconômica

2.3.1 Indicadores Socioeconômicos

Um importante parâmetro para análise de qualidade de vida de uma região é o IDH que leva em conta para o seu cálculo além do PIB “per capita”, variáveis como expectativa de vida, longevidade e nível educacional.

Dentre os municípios do Território, Ceará Mirim é o que apresenta melhor desenvolvimento, seguido de São Bento do Norte. Porém, a situação de menor índice é o de São Miguel do Gostoso.

Apesar dos dados mais recentes serem referentes ao ano de 2000, podendo sofrer mudanças consideráveis ao longo da década, constituem, entretanto, uma importante referência das condições médias de vida das populações dos municípios do Território.

Nos dados alusivos ao Produto Interno Bruto, per capita, referentes ao ano de 2006, divulgados pelo IBGE/IDEMA em dezembro de 2007 verifica-se que o PIB do Território do Mato Grande registrou um montante de R\$ 61.727,00.

TABELA 33 - PIB PER CAPTA 2003 A 2006

MUNICIPIOS	2003	2004	2005	2006
Bento Fernandes	2.405	2.792	2.804	3.956
Caiçara do Norte	2.777	3.201	3.634	4.520
Ceará Mirim	2.407	2.589	3.009	3.511
Jandaíra	2.276	2.460	2.591	3.114
Jardim de Angicos	2.352	2.353	2.749	3.192
João Câmara	2.228	2.612	2.799	3.205
Maxaranguape	2.930	3.003	3.208	4.305
Parazinho	1.882	2.336	2.895	3.132
Pedra Grande	2.706	3.030	3.174	3.724
Poço Branco	1.604	1.801	2.232	2.612
Pureza	2.705	3.313	3.545	4.912
Rio do Fogo	1.979	2.223	2.449	2.879
São Bento do Norte	2.554	2.947	5.188	5.573
São Miguel do Gostoso	2.951	3.069	3.427	4.277
Taipu	3.570	3.492	3.968	4.216
Touros	3.097	3.332	3.507	4.599
Território	40.423	44.553	51.179	61.727
Rio Grande do Norte	4.626	5.260	5.950	6.753

Fonte: Anuário Estatístico do IDEMA (Dados do IBGE) ano 2007.

TABELA 34 - ÍNDICE DE POBREZA

Município	% de pobres
Bento Fernandes	77,33
Caiçara do Norte	67,84
Ceará Mirim	63,01
Jandaíra	69,94
Jardim de Angicos	69,96
João Câmara	64,22
Maxaranguape	69,75
Parazinho	74,33
Pedra Grande	75,26
Poço Branco	75,17
Pureza	74,95
Rio do Fogo	75,34
São Bento do Norte	69,81
São Miguel de Touros	81,00
Taipu	77,26
Touros	73,89
Território	72,44

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, ano 2000

Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e de acordo com os indicadores de pobreza e considerando os critérios de classificação adotados que insere na categoria de “pobres” aqueles com renda domiciliar mensal *per capita* inferior a 50% do salário mínimo. Verificou-se no Território, altos índices de pobreza, em todos os municípios o percentual de pobres é superior a 50% da população, chegando a alcançar 81%, sendo o maior índice em São Miguel do Gostoso e o menor em Ceará Mirim com 63.01% de pobres no ano 2000.

2.3.2 Estrutura Fundiária

A Estrutura Fundiária do Território Mato Grande se diferencia de acordo com as atividades econômicas da área, alternando em pequenas, médias e grandes propriedades.

Segundo dados do Censo Demográfico – Instituto Brasileiro de Geografia e Ciências (IBGE, 2006), contava com 8.397 estabelecimentos rurais, com uma área de 273.509 hectares, representando 9,27% da área total do Estado.

TABELA 35 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA, SEGUNDO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA OCUPADA

Grupo de Área	Estrutura Fundiária			
	Estabelecimentos		Área	
	Nº	%	Nº	%
Até 10,0 hectares	3.777	44,98%	11.946	4,37%
De 10,1 a 20 hectares	1.781	21,21%	24.970	9,14%
De 20,1 a 50,0 hectares	1.922	22,89%	51.723	18,92%
De 50,1 a 100,0 hectares	289	3,44%	18.862	6,90%
De 100,1 a 200,0 hectares	169	2,01%	21.999	8,05%
Mais de 200,1 hectares	459	5,47%	143.809	52,62%
Total	8.397		273.309	

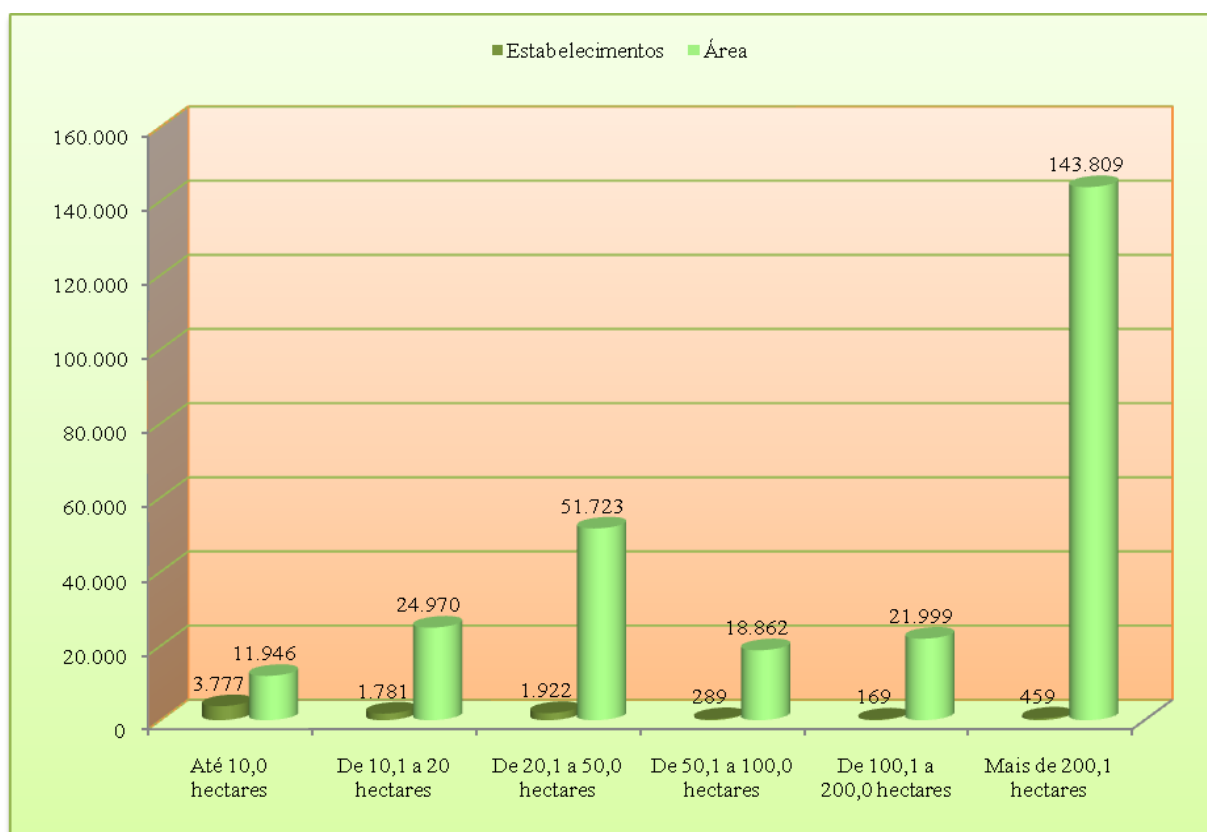
Fonte: Censo Agropecuário, 2006

Dados do perfil da estrutura fundiária do Território mostram que os imóveis com até dez hectares correspondiam a 44,98% dos estabelecimentos, destes os municípios com este perfil, destacam-se Touros (30,63%) e Ceará Mirim (21,55%). Observa-se que neste grupo é o que possui menor área ocupada. Os imóveis na faixa de 10 a 20 hectares correspondem a 21,21%.

As propriedades entre 20 a 50 hectares apresentam-se como o segundo grupo com maior numero de estabelecimentos e área ocupada, aproximadamente, 22,89% e 18,92%, respectivamente. No Território os municípios que se destacam são Touros (29,66%) e João Câmara (19,93%).

Por outro lado, os estabelecimentos rurais acima de 200,1 hectares representam 5,47% do total. No entanto, esse grupo de estabelecimentos são os que ocupam maior área com aproximadamente 52,62%. Destaque para os municípios de Ceará Mirim (21,13%) e João Câmara (18,95%).

GRÁFICO 21 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS RURAIS E ÁREA OCUPADA NO TERRITÓRIO



Fonte: Censo Agropecuário, 2006

TABELA 36 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR ESTABELECIMENTOS E ÁREA OCUPADA POR MUNICÍPIO

Municípios	Até 10,0 hectares		De 10,1 a 20 hectares		De 20,1 a 50,0 hectares		De 50,1 a 100,0 hectares		De 100,1 a 200,0 hectares		Mais de 200,1 hectares	
	Estabel	Área	Estabel	Área	Estabel	Área	Estabel	Área	Estabel	Área	Estabel	Área
Bento Fernandes	188	1116	161	1.952	126	3.337	19	1.333	20	2.789	21	8.622
Caçara do Norte	72	6	2	0	1	0	3	230	2	0	10	1.110
Ceará Mirim	814	3484	175	2.048	42	1.339	28	1.701	24	2.904	97	10.539
Jandaíra	14	49	35	451	202	5.386	42	2.979	19	2.454	31	20.381
Jardim de Angicos	189	427	34	442	46	1.359	34	2.287	13	1.718	23	15.272
João Câmara	313	1137	226	3.110	383	9.906	29	1.806	24	3.078	87	22.001
Maxaranguape	10	66	35	356	4	142	4	271	3	330	6	1.161
Parazinho	7	29	32	437	15	411	11	678	4	447	9	3.866
Rio do Fogo	105	326	21	282	15	494	2	0	3	435	19	3.910
Pedra Grande	52	180	26	330	71	1.856	9	578	4	598	14	5.321
Poço Branco	120	556	85	934	31	890	7	435	6	829	9	2.741
Pureza	191	788	199	2.597	93	2.621	22	1.505	10	1.381	18	6.758
São Bento do Norte	86	205	150	2.489	172	5.054	7	435	3	396	28	0
São Miguel do Gostoso	207	660	251	4.236	102	2.755	17	1.073	6	925	19	11.304
Taipu	252	1103	53	690	49	1.520	15	1.013	22	2.952	41	26.511
Touros	1157	1814	296	4.616	570	14.653	40	2.538	6	763	27	4.312
a) Total do Território	3.777	11.946	1.781	24.970	1.922	51.723	289	18.862	169	21.999	459	143.809
b) Rio Grande do Norte	43.666	12.8891	1.2314	169.414	11.870	346.208	5.306	341.194	2399	320.260	7497	1.881.934
c) %a/b	2,65	9,27	2,4	15	4,8	15	0,75	6	0,25	7	3,14	28

Fonte: Censo Agropecuário, 2006

TABELA 37 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA POR ESTABELECIMENTOS E ÁREA OCUPADA POR MUNICÍPIO %

Municípios	Até 10,0 hectares		De 10,1 a 20 hectares		De 20,1 a 50,0 hectares		De 50,1 a 100,0 hectares		De 100,1 a 200,0 hectares		Mais de 200,1 hectares	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Bento Fernandes	4,98	9,34	9,04	7,82	6,56	6,45	6,57	7,07	11,83	12,68	4,58	6,00
Caiçara do Norte	1,91	0,05	0,11	0,00	0,05	0,00	1,04	1,22	1,18	0,00	2,18	0,77
Ceará Mirim	21,55	29,16	9,83	8,20	2,19	2,59	9,69	9,02	14,20	13,20	21,13	7,33
Jandaíra	0,37	0,41	1,97	1,81	10,51	10,41	14,53	15,79	11,24	11,16	6,75	14,17
Jardim de Angicos	5,00	3,57	1,91	1,77	2,39	2,63	11,76	12,12	7,69	7,81	5,01	10,62
João Câmara	8,29	9,52	12,69	12,45	19,93	19,15	10,03	9,57	14,20	13,99	18,95	15,30
Maxaranguape	0,26	0,55	1,97	1,43	0,21	0,27	1,38	1,44	1,78	1,50	1,31	0,81
Parazinho	0,19	0,24	1,80	1,75	0,78	0,79	3,81	3,59	2,37	2,03	1,96	2,69
Rio do Fogo	2,78	2,73	1,18	1,13	0,78	0,96	0,69	0,00	1,78	1,98	4,14	2,72
Pedra Grande	1,38	1,51	1,46	1,32	3,69	3,59	3,11	3,06	2,37	2,72	3,05	3,70
Poço Branco	3,18	4,65	4,77	3,74	1,61	1,72	2,42	2,31	3,55	3,77	1,96	1,91
Pureza	5,06	6,60	11,17	10,40	4,84	5,07	7,61	7,98	5,92	6,28	3,92	4,70
São Bento do Norte	2,28	1,72	8,42	9,97	8,95	9,77	2,42	2,31	1,78	1,80	6,10	0,00
São Miguel do Gostoso	5,48	5,52	14,09	16,96	5,31	5,33	5,88	5,69	3,55	4,20	4,14	7,86
Taipu	6,67	9,23	2,98	2,76	2,55	2,94	5,19	5,37	13,02	13,42	8,93	18,43
Touros	30,63	15,18	16,62	18,49	29,66	28,33	13,84	13,46	3,55	3,47	5,88	3,00
Total do Território	100,01	99,98	100,01	100,00	100,01	100,00	99,97	100,00	100,01	100,01	99,99	100,01

Fonte: Censo Agropecuário, 2006

O Território Mato Grande concentra um número significativo de estabelecimentos rurais com até 10 hectares, totalizando 3.777. Destes estabelecimentos, 05 municípios se destacam, sendo eles, Caiçara do Norte (80%), Ceará Mirim (68,98%), Rio do Fogo (63,64%), Taipu (58,33%), Jardim de Angicos (55,75%) e Touros (55,20%).

Compreendendo o Grupo de Faixa, de 20 a 50 hectares, observa-se que 04 municípios do Território apresentaram os maiores números de estabelecimentos, sendo Jandaíra (58,89%), Pedra Grande (40,34%), São Bento do Norte (38,07%) e João Câmara (36,06%). Para os demais tipos de estabelecimentos por grupo de área, apresentou dados menos representativo para o Território.

TABELA 38 - ESTABELECIMENTOS QUANTO AO GRUPO DE ÁREAS

Municípios	Total	De 0 a 10 ha	De 10 a 20 ha	De 20 a 50 ha	De 50 a 100 ha	De 100 a 200 ha	Acima de 200 ha
Bento Fernandes	535	188	161	126	19	20	20
Caiçara do Norte	90	72	2	1	3	2	7
Ceará Mirim	1.180	814	175	42	28	24	33
Jandaíra	343	14	35	202	42	19	31
Jardim de Angicos	339	189	34	46	34	13	23
João Câmara	1.062	313	226	383	29	24	41
Maxaranguape	62	10	35	4	4	3	6
Parazinho	78	7	32	15	11	4	9
Rio do Fogo	165	105	21	15	2	3	8
Pedra Grande	176	52	26	71	9	4	14
Poço Branco	258	120	85	31	7	6	8
Pureza	533	191	199	93	22	10	18
São Bento do Norte	446	86	150	172	7	3	2
São Miguel do Gostoso	602	207	251	102	17	6	18
Taipu	432	252	53	49	15	22	36
Touros	2.096	1.157	296	570	40	6	14
a) Território	8397	3.777	1.781	1.922	289	169	288
b) Estado	83.052	43.666	12.314	11.870	5.306	2.399	3.118
c) % a/b	10,11	2,65	2,4	4,8	0,75	0,25	0,71

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário, 2006

Quanto à condição legal das terras, segundo os dados do IBGE (Censo Agropecuário 2006), está condicionada ao tipo de estabelecimento agrícola. Destes 64,27% são próprios, com maior concentração nos municípios de Touros (1.329), Ceará Mirim (762) e João Câmara (671).

Vale ressaltar que os estabelecimentos com assentados sem titulação da terra representavam 22,91% do total. Na condição de arrendatários, 0,73% e 1,25% eram estabelecimentos de parceiros.

TABELA 39 - CONDIÇÃO LEGAL DA PROPRIEDADE POR ESTABELECIMENTO RURAL

Município	Condição do Produtor por Estabelecimento						
	Total	Proprietário	Assentado sem titulação definitiva	Arrendatário	Parceiro	Ocupante	Produtor sem área
Bento Fernandes	535	328	184	3	-	19	1
Caiçara do Norte	90	24	-	1	1	61	3
Ceará Mirim	1.180	762	262	3	24	65	64
Jandaíra	343	218	123	2	-	-	-
Jardim de Angicos	339	193	48	1	21	76	-
João Câmara	1.062	671	325	5	2	13	46
Maxaranguape	62	38	19	-	-	5	-
Parazinho	78	38	38	1	-	1	-
Rio do Fogo	165	111	1	6	24	12	11
Pedra Grande	176	130	46	-	-	-	-
Poço Branco	258	252	1	-	-	4	1
Pureza	533	436	70	-	1	26	-
São Bento do Norte	446	372	42	1	-	5	26
São Miguel do Gostoso	602	201	281	1	-	118	1
Taipu	432	294	72	5	5	51	5
Touros	2.096	1.329	412	32	27	283	13
Território	8.397	5.397	1.924	61	105	739	171

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006

A proporção média do Território é de 03 pessoas por estabelecimento. Quanto ao pessoal ocupado, verificou-se que dos 8.391 estabelecimentos rurais residem 22.431 habitantes. Os municípios de Maxaranguape e Parazinho apresentam maior concentração de pessoas por local de estabelecimentos.

TABELA 40 - TOTAL DE PESSOAL OCUPADO NOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, CONFORME O SEXO

Município	Pessoas	Estabelecimentos	Relação Pessoa/ Estabelecimento	Sexo	
				Homens	Mulheres
Bento Fernandes	1.515	535	3	1.155	360
Caiçara do Norte	194	90	2	147	47
Ceará Mirim	3.517	1.180	3	2.846	671
Jandaíra	717	343	2	591	126
Jardim de Angicos	559	339	2	514	45
João Câmara	2.610	1.062	2	2.004	606
Maxaranguape	506	62	8	458	48
Parazinho	508	78	7	416	92
Rio do Fogo	411	165	2	344	67
Pedra Grande	565	176	3	410	155
Poço Branco	1.025	258	4	668	357
Pureza*	-	533	-	-	-
São Bento do Norte	1.105	446	2	759	346
São Miguel do Gostoso	1.710	602	3	1.345	365
Taipu	1.663	432	4	1.379	284
Touros	5.826	2.096	3	4.341	1.485
Território	22.431	8.397	3	17.377	5.054

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006

*Dados não informados

Em relação ao número total de pessoas, à representatividade quanto ao sexo representa apenas 39% de mulheres, predominando a participação do homem no meio rural. Um dos fatores determinantes do diferencial em relação ao sexo masculino, pode ser a falta de oportunidade de geração de emprego e renda para a mulher no campo, oportunizando estas a buscarem outras atividades na zona urbana.

TABELA 41 - ASSENTAMENTOS RURAIS DO GOVERNO FEDERAL (INCRA), POR ÁREA OCUPADA E FAMÍLIAS ASSENTADAS

Município	Projetos	Área total (ha)	Capacidade de famílias	Nº de famílias assentadas
Bento Fernandes	8	6.991	311	308
Caiçara do Norte	1	6.236	161	158
Ceará Mirim	11	11.379	936	903
Jandaíra	2	3.005	121	120
Jardim de Angicos*	-	-	-	-
João Câmara	14	22.201	833	817
Maxaranguape	3	5.946	185	185
Parazinho	4	2.680	116	113
Pedra Grande	2	3.935	124	124
Poço Branco	5	2.850	162	160
Pureza	5	8.998	253	249
Rio do Fogo	1	1.633	72	71
São Bento do Norte	5	11.274	338	330
São Miguel do Gostoso	5	7.791	360	356
Taipu	3	3.365	182	182
Touros	9	28.272	1.052	1.048
Território	78	126.557	5.206	5.124
Estado	275	519.529	20.018	19.718

Fonte: INCRA, 2009

*Dados não informados

O Rio Grande do Norte desde o ano de 1970 a agosto de 2009 tem implantado 275 projetos de reforma agrária, e uma área total de 519.529, com 19.718 famílias assentadas. (INCRA, 2009).

Existem no Território 5.124 famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A área total desses assentamentos é de 126.557 hectares. O Território, conta com assentamentos na maioria dos seus municípios, destacando-se o município de Jardim de Angicos que não conta com nenhum assentamento.

TABELA 42 - ASSENTAMENTOS RURAIS DO GOVERNO ESTADUAL (CRÉDITO FUNDIÁRIO), POR ÁREA OCUPADA E FAMÍLIAS ASSENTADAS

Município	Projetos	Área total (ha)	Capacidade de famílias	Nº de famílias assentadas
Ceará Mirim	8	1.182,30	131	131
Jandaíra	1	642,50	26	26
Jardim de Angicos	6	1.602,70	71	71
João Câmara	5	1.469,80	75	75
Maxaranguape	2	131,20	85	85
Parazinho	2	336,80	19	19
Poço Branco	3	1.217,70	54	54
Pureza	1	1740,00	10	10
Rio do Fogo	1	77,10	40	40
São Miguel do Gostoso	2	1.142,00	55	55
Taipu	4	770,90	71	71
Touros	5	1.020,30	88	88
Território	40	9.767,30	725	725

Fonte: SEARA, 2009

O Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF atua no Estado sob a gestão da Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio a Reforma Agrária – SEARA / Governo do Estado do RN. O PNCF oferece condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. O recurso ainda é usado na estruturação da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural. Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento pode tanto ser individual quanto coletivo.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário, de acordo com a Secretaria de Estado de Apoio a Reforma Agrária e Assuntos Fundiários (SEARA) - 2009, implantou 40 assentamentos nos municípios do Território do Mato Grande, ocupando uma área territorial de 9.767,30 hectares, assentando 100% da capacidade projetada, ou seja, 275 famílias. Os municípios de Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Pedra Grande e São Bento do Norte também tiveram projetos de assentamentos no mesmo período.

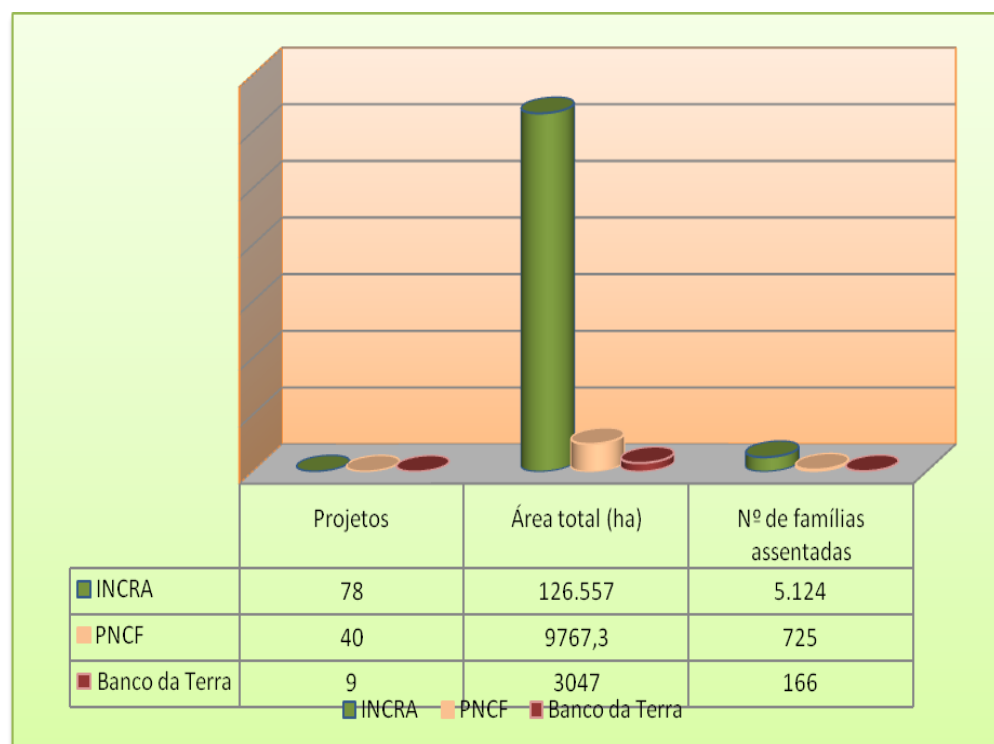
TABELA 43 - ASSENTAMENTOS RURAIS DO BANCO DA TERRA, POR ÁREA OCUPADA E FAMÍLIAS ASSENTADAS

Município	Projetos	Área total (ha)	Capacidade de famílias	Nº de famílias assentadas
Bento Fernandes	1	450	18	18
Ceará-Mirim	2	385	35	35
Parazinho	3	1.607	74	74
Pedra Grande	1	197	11	11
Pureza	2	408	28	28
Território	9	3.047	166	166

Fonte: INCRA, 2009

Com relação aos assentamentos implantados pelo Projeto Banco da Terra, estes apresentaram menos expressivos visto que, apenas 09 assentamentos foram implantados ocupando uma área de 3.047 hectares e 166 famílias. O município de Parazinho destaca-se com maior número de assentamentos, representando 45% das famílias assentadas do Território.

GRÁFICO 22 - RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE REFORMA AGRÁRIA DO TERRITÓRIO MATO GRANDE



Fonte: Base de Dados IDS/CTA, 2009

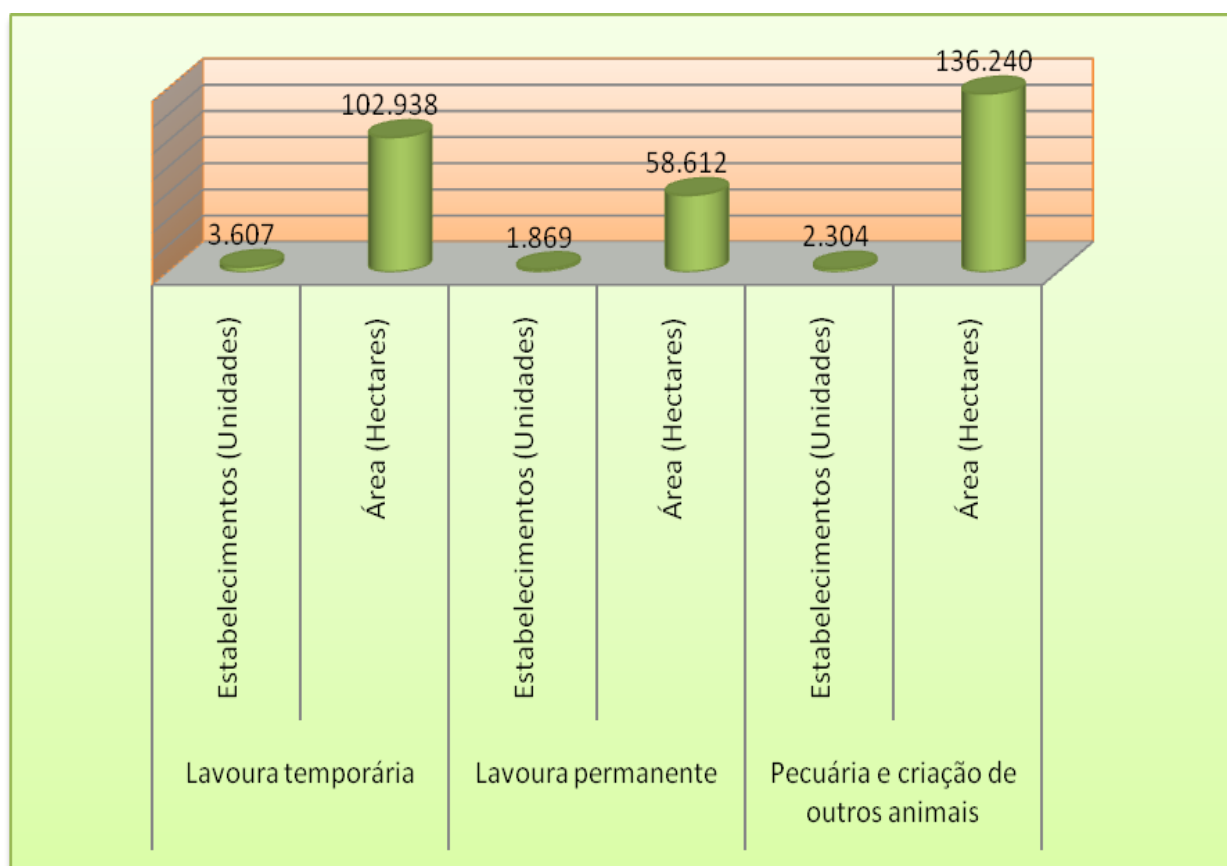
2.3.3 Principais Atividades Econômicas

As atividades de maior expressão no Território do Mato Grande são a agricultura de sequeiro, pecuária mista, apicultura, pesca e aquicultura e turismo.

Com relação a agricultura de sequeiro, de acordo com o Censo Agropecuário 2006, as lavouras temporárias de maior destaque foram: mandioca, feijão e milho, representando cerca de 43,82% de toda a produção do Território.

No que se refere às culturas da lavoura permanente, destacou-se no Território do Mato Grande a cajucultura com a finalidade de beneficiamento do fruto (castanha de caju) assim como coco da baía, com finalidade agroindustrial para produção de leite de coco e industrialização do coco desidratado e cultura da banana.

GRÁFICO 23 - PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS DO TERRITÓRIO



Fonte: Censo Agropecuário 2006

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

TABELA 44 - GRANDES GRUPOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA POR ESTABELECIMENTO RURAL E ÁREA OCUPADA - TERRITÓRIO DO MATO GRANDE, 2006

Município	Total		Lavoura temporária		Horticultura e floricultura		Lavoura permanente		Pecuária e criação de outros animais		Produção florestal - florestas plantadas		Produção florestal - florestas nativas	
	Estabelecimentos (Unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (Unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (Unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (Unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (Unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (Unidades)	Área (ha)	Estabelecimentos (Unidades)	Área (ha)
Bento Fernandes	535	20.349	88	1.578	1	0	6	84	382	17911	21	335	37	440
Caiçara do Norte	90	10.000	4	126	0	0	2	0	83	9573	0	0	0	0
Ceará Mirim	1.180	24.714	601	9.357	11	54	294	6.197	237	8378	16	195	7	192
Jandaíra	343	34.515	92	4.897	6	288	5	374	203	27075	34	1.765	3	117
Jardim de Angicos	339	25.375	228	11.769	0	0	30	629	79	9095	1	0	1	0
João Câmara	1.062	41.039	477	14.291	6	38	186	6.429	375	19958	15	249	3	75
Maxaranguape	62	3.835	5	335	1	0	43	2.933	13	524	0	0	0	0
Parazinho	78	8.838	24	1.902	0	0	3	1.675	50	5246	1	0	0	0
Pedra Grande	176	9.871	88	5.559	0	0	19	372	67	3783	0	0	2	0
Poço Branco	258	8.183	93	1.198	13	90	68	2.859	82	4019	2	0	0	0
Pureza	533	19.794	168	7.689	4	31	230	8.109	117	3786	11	143	2	0
Rio do Fogo	165	5.607	43	237	6	617	94	3.523	-	-	9	1.187	1	X
São Bento do Norte	446	10.185	155	3.882	44	721	70	1.729	171	3089	5	164	0	0
São Miguel do Gostoso	602	20952	211	7081	3	53	200	9132	135	3820	0	0	53	867
Taipu	432	37789	237	19345	6	136	38	868	149	17020	2	0	0	0
Touros	2096	35122	1136	13929	112	801	675	17222	161	2963	8	200	3	3
Território	8.397	316.168	3.650	103.175	213	2.829	1.963	62.135	2.304	136.240	125	4.238	112	1.694
Estado	83.052	3.187.902	31.627	724.904	1.407	17.364	8.622	249.984	5	31	38.371	2.062.309	1.058	42.892

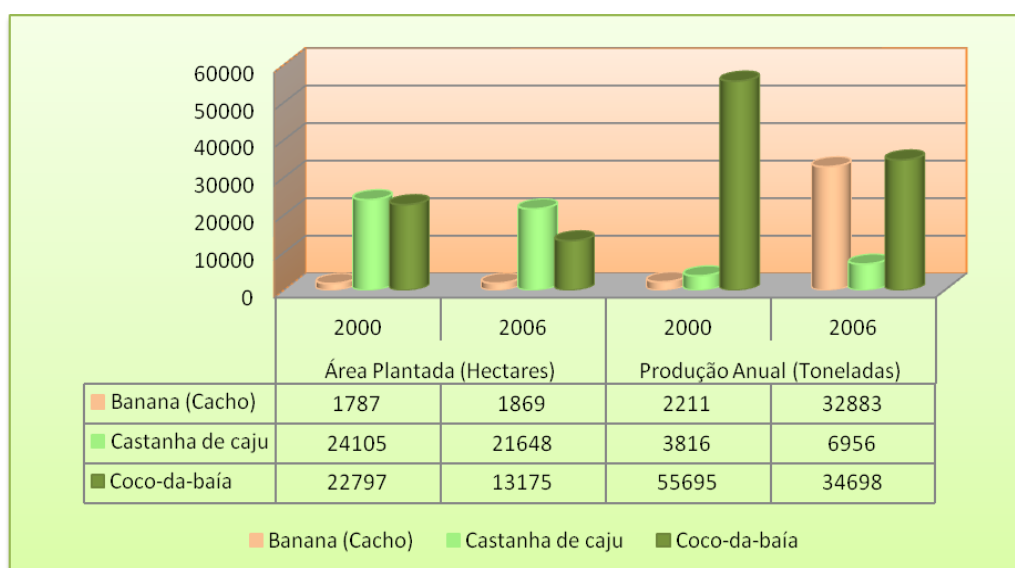
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006

A produção colhida, no período 2000 – 2007, para as culturas de banana em torno de 1.380%. É importante ressaltar que a área plantada apresentou um aumento. No Território do Mato Grande, em 2007, foram registrados 08 municípios que cultivam desta cultura, destacam com a produção os municípios de Touros (9.650) Rio do Fogo (7.640), Maxaranguape (6.630) e Ceará Mirim (5.422).

A produção de castanha de caju no Território Mato Grande apresentou durante este período um crescimento em torno de 82%, no entanto, ocorreu uma redução na área plantada, devido à incidência de doenças e pragas, intempéries climáticas. A produção de castanha de caju, em 2007, foi desenvolvida em todos os municípios do Território, com maior expressão em Pureza (1.950), João Câmara (1.800) e Touros (1.392).

A atividade produtiva de coco da baía destacou-se no Território como sendo a principal com 37,62% das demais culturas. No período de 2000 – 2006 observou-se um declínio na produção e na área plantada, no Estado do Rio Grande do Norte, como também no Território do Mato Grande. Verificou-se que no Território, houve uma queda na produção e da área plantada, que representou aproximadamente 135% e 60%, respectivamente. Em 2007, a redução da produção foi constatada nos municípios João Câmara, Pedra Grande, Pureza, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso e Touros.

GRÁFICO 23 - PRINCIPAIS LAVOURAS PERMANENTES – TERRITÓRIO MATO GRANDE



Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, ano 2007

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

QUADRO 06 - PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA PERMANENTE, POR PRODUÇÃO ANUAL (TONELADAS)

Município	Abacate	Banana (cacho)	Castanha de caju	Coco-da-baía	Goiaba	Laranja	Limão	Mamão	Manga	Maracujá	Sisal ou agave (fibra)
Bento Fernandes	0,00	0,00	37,17	34,51	0,00	0,00	0,00	0,00	28,32%	0,00	0,00
Caiçara do Norte	0,00	0,00	95,83	4,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
Ceará-Mirim	1,76	23,86	0,55	34,33	1,23	0,62	0,00	34,33	3,17%	0,14	0,00
Jandaíra	0,00	5,33	0,38	2,79	3,80	0,00	0,00	57,07	8,12%	4,76	17,76
Jardim de Angicos	0,00	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
João Câmara	0,00	0,00	57,32	10,70	0,00	0,00	0,38	0,00	11,46%	1,02	19,11
Maxaranguape	2,39	76,63	1,16	7,17	0,94	0,00	0,00	7,28	3,19%	1,25	0,00
Parazinho	0,00	48,97	9,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	41,30
Rio do Fogo	1,46	78,25	1,03	14,34	0,00	0,00	0,00	0,00	4,30%	0,61	0,00
Pedra Grande	0,00	0,00	1,92	40,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	57,69
Poço Branco	0,00	0,00	21,43	12,86	0,00	3,33	3,02	24,44	34,92%	0,00	0,00
Pureza	0,00	41,62	28,03	13,30	0,00	0,00	0,00	6,61	10,35%	0,00	0,09
São Bento do Norte	0,00	0,00	60,00	40,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00
São Miguel do Gostoso	0,25	0,00	8,66	83,53	0,00	0,00	0,00	0,00	7,21%	0,00	0,34
Taipu	0,00	55,93	9,89	21,19	0,00	0,00	0,00	2,82	10,17%	0,00	0,00
Touros	0,00	35,28	5,09	54,84	0,00	0,00	0,20	0,91	3,51%	0,00	0,17

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, ano 2006

O sisal (*Agave sisalana*) é cultivado em regiões semiáridas. No Brasil, os principais produtores são os estados da Paraíba e da Bahia, neste último, especialmente na região sisaleira, onde está localizado o maior pólo produtor e industrial do sisal do mundo, que é a cidade de Valente, no estado da Bahia.

Os principais produtos são os fios biodegradáveis utilizados em artesanato; no enfardamento de forragens; cordas de várias utilidades, inclusive navais; torcidos, terminais e cordéis. O sisal também é utilizado na produção de estofos; pasta para indústria de celulose; produção de tequila; tapetes decorativos; remédios; biofertilizantes; ração animal; adubo orgânico e sacarias. As fibras podem ser utilizadas também na indústria automobilística, substituindo a fibra de vidro.

A produção de sisal no Território Mato Grande se apresenta nos municípios de Jardim de Angicos, João Câmara, Parazinho, Pedra Grande, Pureza e Touros.

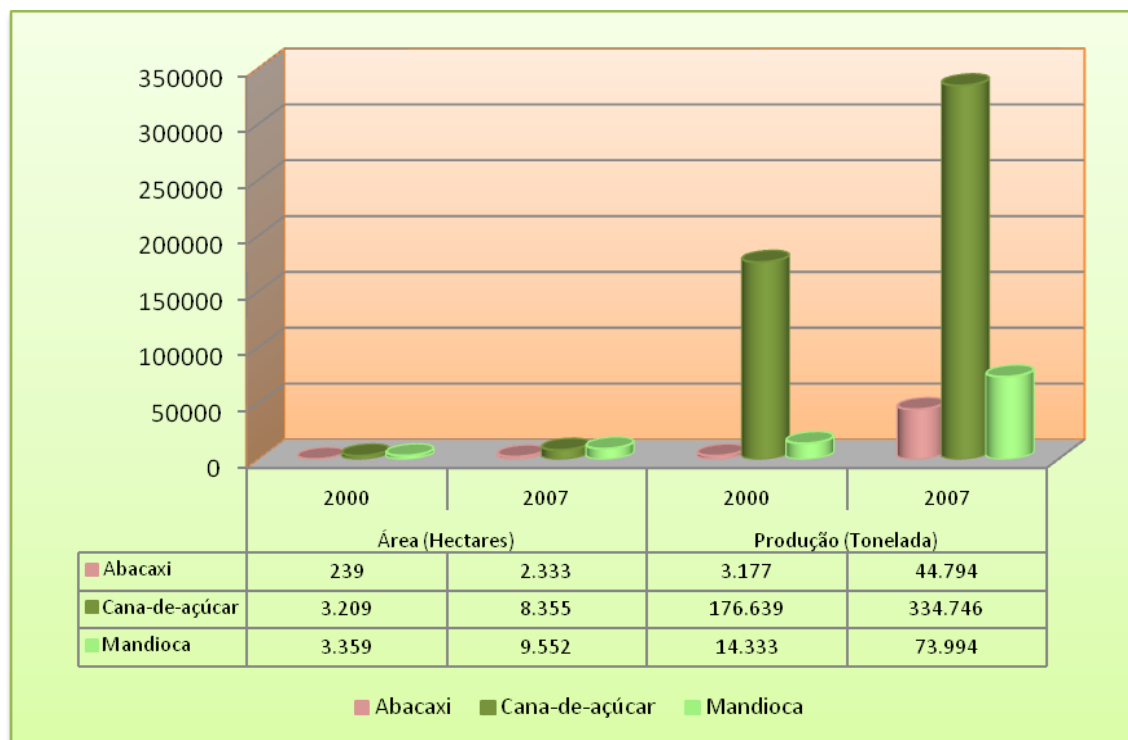
QUADRO 07 - PRINCIPAIS PRODUTORES DE SISAL DO TERRITÓRIO MATO GRANDE

Localidade	Município	Área (ha)	Fibra: Verde (800 kg/ha) (80%)	Resíduos: Kg (20%) do Total de de Fibra			
				Verde	Bucha (50%)	Pó (25%)	Líquido (25%)
Arueira	Jandaira	60	48.00	9.600	4.800	2.400	2.400
Terra Santa	Jandaira	30	24.000	4.800	2.400	1.200	1.200
Jandaira	Jandaira	40	32.000	6.400	3.200	1.600	1.600
Jandaira	Jandaira	40	32.000	8.000	3.200	2.000	2.000
Serrinha	Jardim de Angicos	60	48.000	5.600	4.800	2.400	2.400
Serrinha	Jardim de Angicos	40	32.000	6.400	3.200	1.600	1.600
Morada Nova	João Câmara	100	80.000	16.000	8.000	4.000	4.000
Oiticica	João Câmara	30	24.000	4.800	2.400	1.200	1.200
Oiticica	João Câmara	50	40.00	8.000	4.000	2.000	2.000
Oiticica	João Câmara	90	72.000	14.000	7.200	3.600	3.600
Marajó	João Câmara	30	24.000	4.800	2.400	1.200	1.200
Chuá	João Câmara	28	22.400	4.480	2.240	1.120	1.120
Riacho Seco	João Câmara	50	40.000	8.000	4.000	2.000	2.000
Riacho Sêco	João Câmara	30	24.000	16.000	2.400	1.200	1.200
Morada Nova	João Câmara	36	28.800	12.800	2.800	1.400	1.400
Mochotó	João Câmara	100	80.000	11.200	8.000	4.000	4.000
Santa Eliza	João Câmara	80	64.000	32.000	6.400	3.200	3.200
Maria da Paz	João Câmara	70	56.000	8.000	5.600	2.800	2.800
Morada Nova	João Câmara	30	24.000	4.800	2.400	1.600	1.600
Toco Preto	João Câmara	40	32.000	6.400	3.200	1.200	1.200
Limão	Parazinho	70	56.000	11.200	5.600	2.800	2.800
Limão	Parazinho	40	32.000	6.400	3.200	1.600	1.600
Carrasco	Parazinho	80	64.000	12.800	6.400	3.200	3.200
Pereiros	Parazinho	40	32.000	4.800	3.200	1.600	1.600
Pereiros	Parazinho	40	32.000	6.400	3.200	1.600	1.600
Parazinho	Parazinho	40	32.000	6.400	3.200	1.600	1.600
Parazinho	Parazinho	50	40.000	8.000	4.000	1.200	1.200
Pereiros	Parazinho	50	40.000	6.400	4.000	1.600	1.600
Pedra Grande	Pedra Grande	15	12.000	2.400	1.200	600	600
Pedra Grande	Pedra Grande	15	12.000	2.400	1.200	600	600
Pedra Grande	Pedra Grande	30	24.000	4.800	2.400	1.200	1.200
São Luiz	Pureza	70	56.000	11.200	5.600	2.800	2.800
Buraco Preto	Pureza	50	40.000	6.400	4.000	2.000	2.000
Zabelê	Touros	200	160.000	6.400	16.000	8.000	8.000

Fonte: Base de Dados IDS - 2009

Em relação à fruticultura, destacam-se quanto à lavoura temporária a cultura do abacaxi, a cana de açúcar e a mandioca, além de outras, com menor representatividade no Território como algodão herbáceo, batata doce, feijão, melancia, melão, milho e tomate.

GRÁFICO 25 - PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS QUANTO A ÁREA PLANTADA (HECTARES) E A PRODUÇÃO COLHIDA (TONELADAS) NO TERRITÓRIO MATO GRANDE



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, ano 2006

Em relação a cultura do abacaxi no Território, verificou-se que a produção em 2000 limitava-se apenas a dois municípios, Touros e Ceará Mirim com 3.103 e 74 toneladas, respectivamente. Enquanto que no ano de 2007, a produção intensificou-se nos municípios de Touros (34.200), Ceará Mirim (4.950), Pureza (4.200), Taipu (660), São Bento do Norte (270), Poço Branco (264) e Maxaranguape (250).

O cultivo de cana de açúcar no Território, em 2000, registrava com esta atividade 03 municípios, Ceará Mirim, Pureza e Taipu, acrescentando no ano de 2007 a estes citados o município de Poço Branco.

O cultivo da mandioca é desenvolvido em todos os municípios do Território, exceto em Jandaíra e Parazinho. A produção agrícola cresceu em torno de 330% no período 2000 – 2006. Tratando da atividade com maior área ocupada para o desenvolvimento da cultura, os municípios que apresentaram o maior número de área plantada por hectares destacaram-se São Miguel do Gostoso (2.050), Taipu (1.460), Touros (1.360) e Ceará Mirim (1.050).

TABELA 45 - PRINCIPAIS EFETIVOS DE REBANHOS, COMPREENDENDO TIPOS DE REBANHOS (CABEÇAS)

Municípios	Bovinos		Suínos		Caprinos		Ovinos	
	2000	2006	2000	2006	2000	2006	2000	2006
Bento Fernandes	5.631	6.140	728	1.072	2.800	1.404	3.657	2.253
Caiçara do Norte	685	1.270	101	402	603	666	1.674	1.008
Ceará Mirim	9.890	14.245	800	2.304	550	897	2.060	1.163
Jandaíra	3.127	4.673	206	526	1.152	1.668	3.159	1.491
Jardim de Angicos	4.415	2.514	331	470	3.060	3.017	5.011	1.994
João Câmara	12.625	12.117	3.352	2.871	6.000	2.790	8.700	5.910
Maxaranguape	3.520	4.611	750	1.149	570	990	2.043	1.053
Parazinho	1.572	1.451	81	201	632	719	2.193	1.474
Rio do Fogo	750	1.750	75	332	358	294	1.123	829
Pedra Grande	1.427	1.768	49	133	667	1.861	3.095	1.234
Poço Branco	4.400	10.093	545	1.095	540	957	3.147	2.190
Pureza	3.160	5.340	428	805	76	245	1.055	810
São Bento do Norte	1.212	1.419	378	417	1.076	1.503	2.714	1.211
São Miguel do Gostoso	1.150	4.062	160	395	1.080	1.655	2.309	654
Taipu	10.593	12.980	830	1.540	700	820	2.535	1.715
Touros	3.750	7.740	355	1.255	2.000	1.710	4.980	3.270
a) Território	67.907	92.173	9.169	14.967	21.864	21.196	49.455	28.259
b) Estado	803.948	1.010.238	130.900	182.998	325.031	401.510	915.734	514.224
c) % a/b	8,45	9,12	7	8,18	6,73	5,28	11	5,5

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal – 2001 e 2007

A bovinocultura registrou em 2006, 92.173 cabeças, representando 9,12% do total do Estado. O mais expressivo rebanho bovino do território encontra-se nos municípios de Ceará Mirim com um efetivo de 14.245 cabeças, seguido de Taipu com 12.980 e João Câmara com 12.717 cabeças.

O efetivo de bovinos destaca-se por gerar maior rendimento econômico em curto prazo, seja no beneficiamento do leite para a produção do queijo ou doce, ou até mesmo o leite “in natura” e o abate de animais para a comercialização da carne.

No Território do Mato Grande, segundo dados da Pesquisa da Pecuária Municipal, IBGE 2006, há registro de uma produção anual de leite da ordem de 20.414 litros/ano, sendo os maiores produtores os municípios de Ceará Mirim, João Câmara e Taipu.

TABELA 46 - PRODUÇÃO DE LEITE, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	VACAS ORDENHADAS	PRODUÇÃO DE LEITE	
		Quantidade (1.000 l)	Valor (R\$ 1.000,00)
Bento Fernandes	3.068	2.454	1.473
Caiçara do Norte	145	86	60
Ceará Mirim	3.611	3.214	2.250
Jandaíra	298	186	130
Jardim de Angicos	312	213	149
João Câmara	5.088	3.618	2.533
Maxaranguape	1.630	1.174	822
Parazinho	193	115	80
Pedra Grande	164	97	68
Poço Branco	2.875	2.588	1.682
Pureza	1.013	729	511
Rio do Fogo	435	274	192
São Bento do Norte	160	92	65
São Miguel do Gostoso	815	583	466
Taipu	4.064	3.292	2.633
Touros	2.360	1.699	1.189
a. Total do Território	26.231	20.414	14.303
b. Total do Estado	252.561	235.458	154.025
% a/b	10,39	8,67	9,29

FONTE - IBGE (Pesquisa da Pecuária Municipal - 2006).

A caprinovinocultura é uma atividade econômica de perfil marcadamente rural bastante difundida no Território. Segundo IBGE, o Território registra um rebanho de caprino e ovino da ordem de 49.455 cabeças, concentrando esta atividade nos municípios de João Câmara (8.700), Jardim de Angicos (5.011) e Touros (4.980) cabeças.

No Território destacou-se também a avicultura com 29,29% em relação ao total. Embora a avicultura apresente na região um número de animais expressivo, representa menor poder aquisitivo do que as demais criações, como suíno, bovino, caprino e ovino. Os municípios de Ceará Mirim e Touros registram 55% do número total de galináceos.

TABELA 47 - PRODUÇÃO DE PESCADO DESEMBARCADO, SEGUNDO O VALOR DA PRODUÇÃO

Município	Produção estimada(t)	Valor total da produção (R\$)
São Bento do Norte	22,50	128.481,18
Caiçara do Norte	1.425,40	5.557.971,88
Pedra Grande	371,90	1.657.174,77
São Miguel do Gostoso	265,00	998.740,70
Touros	1.460,50	6.590.885,42
Rio do Fogo	871,40	4.438.628,80
Maxaranguape	949,70	3.508.955,46
Ceará Mirim	280,00	1.627.247,93
Território	5.642,20	24.508.086,14

Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, 2009.
Dados de 2008

A pesca artesanal marítima no Território Mato Grande é uma tradicional atividade econômica, presente em 08 municípios costeiros com 13 colônias de pescadores, sendo 11 localizadas no litoral, nos municípios de Rio do Fogo, Caiçara do Norte, Pedra Grande, São Miguel do Gostoso e Touros, Ceará Mirim e Maxaranguape e dois municípios de águas interiores, Poço Branco e João Câmara. No Estado do Rio Grande do Norte, existem 30.447 pescadores, deste número, 8.192 se encontram no Território do Mato Grande com registro no Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, representando 27% dos pescadores do Estado. Observou-se que a participação da mulher nas atividades pesqueira foi de 38% do total dos pescadores.

Segundo dados do IBAMA - 2009, a produção de pescado no Território totalizou 5,6 milhões toneladas. Essa produção se refere a peixes e crustáceos, tendo como finalidade à comercialização e a subsistência.

Foto 05 - Tanque de Tilápia do Assentamento Rosário



Fonte: Base de Dados IDS - 2010

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

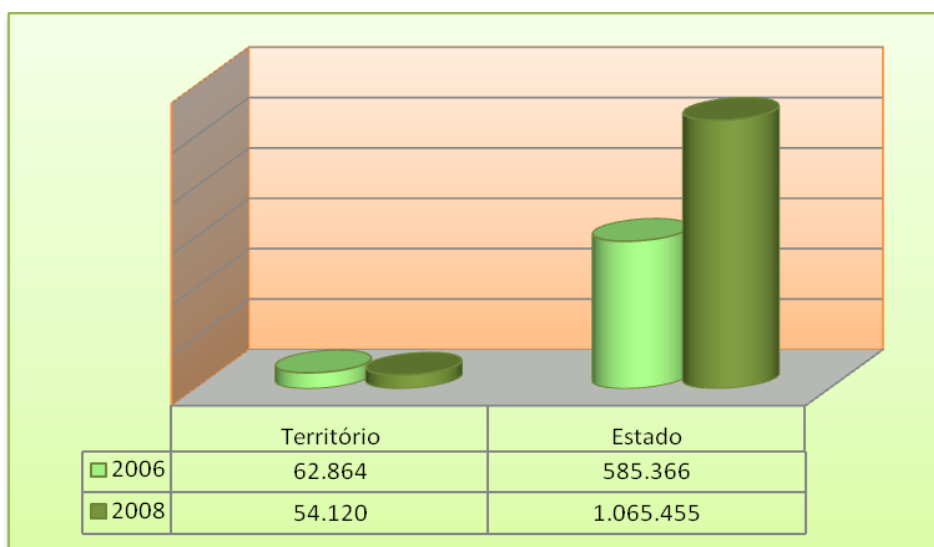
TABELA 48 - PRODUÇÃO (T) DE PESCADO MARÍTIMO E ESTUARINO, 2008

Espécies	Municípios								Território
	São Bento do Norte	Caçara do Norte	Pedra Grande	São Miguel do Gostoso	Touros	Rio do Fogo	Maxaranguape	Ceará Mirim	
Ariacó	2,7	41,9	23,1	12,8	74,3	11,9	32,2	8,5	207,4
Biquara	0,4	27,2	29,3	26,3	187,2	76,1	54,3	15	415,7
Camarão	6,3	5,1	4,2	1,7	24,3	3,5	7,2	1,9	54,1
Cioba	1,1	40,2	9,7	4,1	45,2	22,5	28	7,2	158
Dourado	0,5	128,3	3,7	0,6	3,2	4,1	3,6	1,4	145,4
Garajuba	0,7	25,7	15,2	16,5	68,6	21,2	34,8	13	195,7
Guaiuba	0,4	12,6	9,6	7,1	82,9	64,1	91,4	7,4	275,5
Lagosta	1,7	108,9	36,9	15,3	172,9	130,3	29,5	63,5	559,1
Peixe-voador	0	543,8	10,2	0	0	0	0	0	554,2
Polvo	0	8	3,7	0	20,2	84,8	36,9	10,4	164
Serra	0,1	52,7	39,4	26,6	61,5	5,8	27,3	20	233,5
Sirigado	0,1	76,7	11,8	4,1	29,6	23,7	17,3	8,3	171,5
Caicos	2	49,3	42,8	37,5	219,1	122,9	146,7	32,8	653
Budião	0	12,6	20,1	26,9	150,5	45,8	117,4	13,6	386,9
Total	15,9	1.133,00	259,9	179,5	1.139,60	616,6	626,6	202,9	4.173,90
%	0,4	27,1	6,2	4,3	27,3	14,8	15	4,9	100

Fonte: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, 2009.
Dados de 2008.

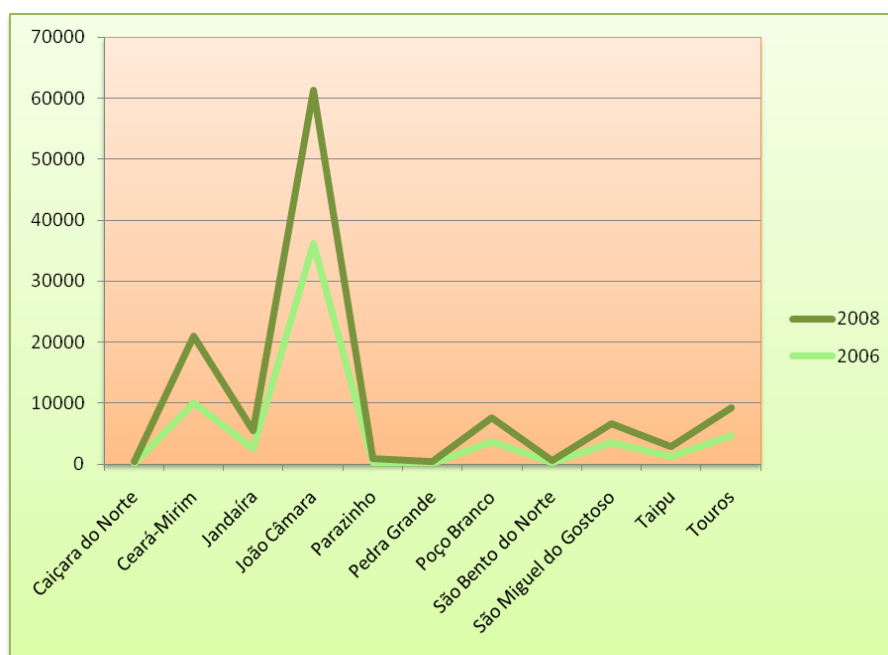
Além dessas atividades é importante ressaltar a apicultura, desenvolvida em 14 municípios. No Estado do Rio Grande do Norte, verifica-se um aumento na produção de mel no período 2006 – 2008 de aproximadamente 82%, enquanto no Território Mato Grande ocorreu uma queda da produção de 14%, no mesmo período. No ano de 2008, o Território Mato Grande apresentou uma produção equivalente a 54.120 toneladas de mel de abelha e os municípios de João Câmara e Ceará Mirim, registraram 66,7% do total do Território.

GRÁFICO 26 - PRODUÇÃO APÍCOLA NO TERRITÓRIO MATO GRANDE E NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



FONTE - IBGE (Pesquisa da Pecuária Municipal – 2006 e 2008)

GRÁFICO 27 - PRODUÇÃO APÍCOLA NO TERRITÓRIO, POR MUNICÍPIOS



FONTE - IBGE (Pesquisa da Pecuária Municipal – 2006 e 2008)

✓ Culturas Alternativas

O Território Mato Grande tem potencial para o cultivo de Girassol, por apresentar características edafoclimáticas adequadas para a cultura, a partir do zoneamento agrícola da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Na proposta de se inserir no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), os produtores agricultores familiares, se organizaram em grupos ou até mesmo individualmente.

As atividades iniciaram-se aos 12 de dezembro de 2007, primeiro com a assinatura do Termo de Cooperação, firmado entre a Cooperativa de Produtores de Canudo (COPEC) e a Petrobras, seguindo-se com o planejamento para o Plano Safra 2008/2009, aproveitando-se o cadastramento dos produtores, da safra 2007, no Território do Mato Grande, agregando mais alguns produtores com aceitação para a nova cultura e que se comprometeram com o programa.

O projeto abrangeu agricultores familiares dos assentamentos rurais do Programa de Reforma Agrária do INCRA e do Crédito Fundiário, na faixa máxima de 50 hectares por família. Aderiram ao projeto 20 assentamentos do INCRA e 15 Comunidades Rurais.

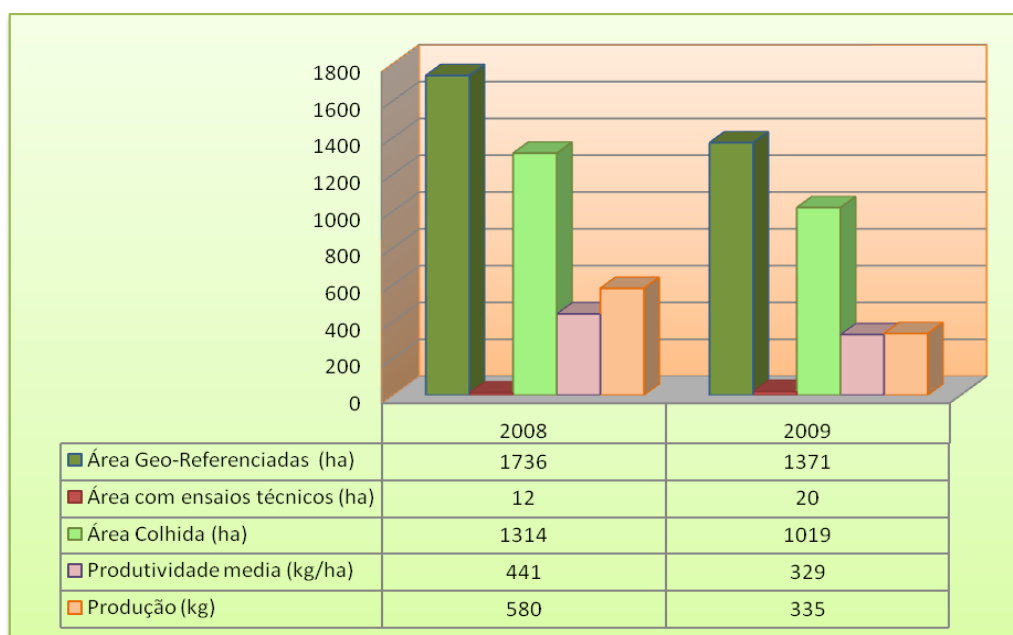
QUADRO 08 - PRODUÇÃO DE GIRASSOL NO TERRITÓRIO MATO GRANDE

Dados	2008	2009
Número de Famílias	250	130
Área Colhida (Hectares)	1.314	1.018
Municípios Envolvidos	Ceará-mirim, João Câmara, Jandaíra, São Bento do Norte, Pedra Grande, Touros, Pureza e Parazinho.	João Câmara, Jandaíra, São Bento do Norte, Pedra Grande, Parazinho e Caiçara do Norte.

Fonte: COPEC: Cooperativa dos Produtores de Canudos – 2009

*Dados não Informados

O decréscimo no número de famílias envolvidas, de um ano para o outro, deveu-se pelo melhor planejamento efetuado neste último ano, com a experiência obtida no ano anterior. Por exemplo, foram escolhidas aquelas áreas compatíveis com a cultura, num pré-zoneamento feito pela equipe, baseando-se nos resultados de 2008; além disto, foi dada a preferência por se cultivar em áreas maiores e contínuas, coletivas dos assentamentos envolvidos, para facilitar desde o preparo do solo à colheita. Tudo isto foi feito visando uma melhor produtividade da cultura nas áreas escolhidas.

GRÁFICO 28 - PRODUÇÃO DE GIRASSOL POR ÁREA E PRODUTIVIDADE

Fonte: COPEC: Cooperativa dos Produtores de Canudos – 2009

O Programa Biodiesel apresentou suas perspectivas para os agricultores familiares do Território do Mato Grande como geração de trabalho, emprego e renda no campo; melhoria para as famílias envolvidas no processo; média de área por família – 06 hectares; produtividade média estimada – 800 kg/ha (4.800 kg).

O Biodiesel é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis, que pode ser obtido por diferentes processos tais como o craqueamento, a esterificação ou pela transesterificação. Pode ser produzido a partir de gorduras animais ou de óleos vegetais, existindo dezenas de espécies vegetais no Brasil que podem ser utilizadas, tais como mamona, dendê (palma), girassol, babaçu, amendoim, pinhão manso e soja, dentre outros.

✓ Agroindústria

No Território do Mato Grande a interface entre os setores primários e secundários estimulam o desenvolvimento das atividades agroindustriais, notadamente nos municípios de Ceará Mirim, João Câmara e Touros, pelo fato de existir um expressivo número de estabelecimentos agroindustriais. Vale destacar as agroindústrias de açúcar, pesca, camarão, beneficiamento de milho, polpa de fruta, doces, castanha do caju, mel, dentre outras.

✓ Turismo

Segundo dados do IBGE - 2008, no Território existem 13 municípios que apresentam pontos turísticos com potencial de recursos naturais, tornando-se uma atividade econômica de geração de renda na área urbana e rural.

A presença de programas que integram o Pólo Costa das Dunas vem facilitando investimentos no setor, que requer a qualificação de pessoal e bons serviços de saúde, educação, comércio, mas a falta de planejamento prejudica o desenvolvimento turístico que pode gerar a exploração sexual, o uso de drogas e a violência. Tudo isso, demanda controle social, monitoramento da legislação ambiental, fortalecimento da RedeTraf, especialmente nos municípios litorâneos, onde existe uma maior implantação de empreendimentos.

✓ Programa de Turismo Rural

Está presente no Território a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar - Rede TRAF, que se define como uma articulação de técnicos, instituições e representações de agricultores que visam o desenvolvimento do TRAF no país, objetivando o desenvolvimento rural sustentável mediante a implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares.

O Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem a participação do MTur e Rede TRAF e visa promover o desenvolvimento rural sustentável, através da implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, agregando renda e gerando postos de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida.

O Território do Mato Grande dispõe de atrativos turísticos naturais para a exploração do turismo rural, expresso nas construções dos antigos engenhos de açúcar, casarios, igrejas/capelas e nas atividades desenvolvidas pela Agricultura Familiar que pode se articular para uma oferta deste serviço, dentro de uma perspectiva da estratégia de desenvolvimento territorial.

No Território do Mato Grande, percebe-se a tendência do setor no curto prazo e abertura de espaços de integração entre a população, os gestores públicos, e os empresários privados.

Outros processos de mudança serão desencadeados com a inauguração da ponte que liga a cidade de Natal aos municípios litorâneos do Território em articulação com os demais municípios.

O desenvolvimento do turismo com atividade sustentável, requer esforços combinados entre os órgãos públicos, da sociedade civil organizada e setores privados, procurando viabilizar economicamente a capacidade produtiva do mercado local, valorizando os recursos naturais e culturais da região e podendo abrir novas oportunidades e alternativas para a comunidade.

O Território tem como principal atrativo turístico o meio ambiente existente naturalmente, apresentando ecossistemas de grande diversidade e de extrema fragilidade ambiental com um baixo índice de exploração turística.

Os impactos causados pela atividade turística no Território podem vir a comprometer a integridade dos recursos naturais disponíveis, considerando que as atividades sejam desenvolvidas de forma irresponsável. Portanto, será necessário o estabelecimento de medidas capazes de prevenir esse quadro, através do planejamento consciente dessa atividade.

✓ Artesanato

Uma atividade geradora de renda é o artesanato da palha de carnaúba, tabua, junco, sisal rendado e trançado, fibra de coco, escultura de madeira, de barro. Um dos principais cartões de visita é o labirinto, tradicionalmente conhecido pela riqueza de detalhes. O artesanato no Território é trabalhado individualmente ou em grupos, e comercializado em lojas, eventos, feiras municipais, estaduais, nacionais e internacionais. Mesmo assim, não existe uma articulação entre os artesãos a produção, comercialização e a qualificação.

As rendas de almofadas de bilros ou os labirintos, as redes, os produtos em palha e os trabalhos feitos a partir de conchas são exemplos da espontaneidade criativa do artesão local. Turismo e artesanato são, evidentemente, atividades que têm toda uma potencialidade para crescerem juntas no Território.

Está presente no Território a cultura do sisal, mas não aparece com importância como atividade econômica. Existe um potencial natural e uma grande área ainda em produção em pequena escala. Neste sentido, com uma produção fragmentada em pequenas propriedades e os preços das fibras contribuem e facilitam a proliferação de atravessadores. Com base nestas informações, observou-se que existe, de forma ainda latente, uma iniciativa de revitalização da cultura do sisal, principalmente para os agricultores e agricultoras familiares que tradicionalmente trabalham nesta produção. Além disso, os vários grupos existentes de artesãos e artesãs que fazem o beneficiamento da fibra poderão realizar diversos trabalhos na produção de artesanato, potencializando e transformando numa atividade econômica rentável.

2.3.4 Comércio e Serviços

O setor de comércio e serviços são características de cidades de médio porte que polarizam o entorno dos demais municípios. Neste sentido, os municípios mais expressivos são Ceará Mirim, João Câmara e Touros, tendo em vista sua posição geográfica, em relação à malha viária, com fluxo intenso para a capital.

Um dos componentes monetários dos municípios são os salários dos funcionários municipais, seguido das aposentadorias e do comércio. Atualmente visualiza-se em perspectiva o crescimento dos serviços de turismo, com o aumento de pousadas nos municípios localizados na zona litorânea.

Os municípios de João Câmara, Ceará Mirim e Touros são os principais pólos de comercialização do Território, apresentando um quadro de pequenos negócios distribuídos entre lojas, mercearias, escritórios, garagens, dentre outros empreendimentos de prestação de serviços os mais diversos. O centro da cidade concentra um grande número de pequenos supermercados, armazéns, “bodegas”, locadoras, restaurantes no peso e sorveterias, que fortalecem à natureza dos municípios como pólos centrais do comércio da região.

A comercialização do Território do Mato Grande é realizada nos pólos centralizadores dos municípios de João Câmara, Ceará Mirim e Touros, apesar de todos os municípios contarem com feiras semanais.

2.3.5 Infraestrutura Produtiva

✓ Estradas

A infraestrutura do Território tem melhorado consideravelmente nos últimos anos, através da realização de programas de ampliação de estradas, serviços de energia e comunicações, embora ainda apresente problemas, alguns de relevância destacável, em diversos setores.

A estrutura de transportes no Território é considerada pela maioria da população como problemática, insuficiente e precária. Durante as oficinas territoriais foram apontadas dificuldades relativas às péssimas condições de manutenção das estradas vicinais, além da inexistência de acesso para várias localidades na região.

Nesse contexto, observa-se que o transporte rodoviário tem apresentado um crescimento importante, acentuado principalmente com a expansão e consolidação do sistema de transporte alternativo e do clandestino.

O Território do Mato Grande apresenta uma posição geopolítica estratégica, localizado no ponto mais próximo do continente europeu, é servida por três eixos rodoviários pavimentados: a BR-406, ligando a cidade de Natal a Macau; a BR-101, que foi estendida até o município de Touros, permitindo a ligação dos municípios litorâneos com o sul do Brasil; e a BR-304, que corta o espaço estadual no sentido leste-oeste, se estendendo a cidade de Fortaleza.

Todas as rodovias convergem para a estrutura portuária e aeroviária de Natal, possibilitando o transporte de produtos em poucas horas para o capital do Estado, além de contar com a rodovia estadual RN-023, que liga os municípios de Jardim de Angicos, João Câmara e Touros. A região de Touros ainda é servida pela BR-101, por 3 rodovias estaduais e diversas vicinais.

✓ Transportes

No que se refere ao sistema de transporte, foi identificado que os veículos que circulam no Território são comprados e registrados em outras cidades. Ainda assim, é visível o crescimento de veículos nos últimos anos, principalmente carros e motos. Em relação ao número de veículos para o Estado, o Território apresenta um número reduzidíssimo para todas as categorias de veículos. Sabe-se, entretanto, que muitos deles são registrados em outros municípios, o que dificulta a situação real dos transportes oriundos dos municípios da região. Acontece que, em relação à população e à renda dos habitantes do Território, o crescimento de veículos significa uma melhoria do poder aquisitivo das pessoas.

Neste sentido, percebe-se que o meio de transporte que mais cresceu foi o de motos. Com a abertura da economia, a política de estabilização e a facilidade de financiamento em prestações fixas estimularam a importação de motos, e refletiram no aumento do consumo. É importante ressaltar a consolidação do moto-taxi que, em muitos municípios do estado, ultrapassaram o transporte coletivo. O fenômeno do aumento da circulação das motos já é observado no Território, que concentra um importante número de motos circulando nas principais cidades. Com a carência e a ineficiência dos serviços de transporte público, a utilização das motos como meio de locomoção passou a ter importância fundamental. As regiões rurais mais distantes e fora das rotas do transporte tradicional são hoje cobertas pelos serviços das bestas, vans, kombis e moto -taxis que realizam trajetos individuais levando passageiros a qualquer destino.

Em João Câmara, um dos municípios do Território, existem 150 moto-taxis agrupados em 7 associações, além de outros moto-taxis não cadastrados que também trabalham realizando corridas para outras localidades próximas. De uma forma geral, verifica-se que em todo o Estado, particularmente nos municípios do interior, um crescimento desse tipo de veículo que vem se constituindo num novo segmento de ocupação para um contingente de desempregados, formado tanto por ex- trabalhadores rurais, quanto por desempregados de setores ligados ao comércio e à indústria. Pela facilidade de locomoção, muitos desses moto-taxistas percorrem estradas e chegam a lugares de difícil acesso para o transporte tradicional.

O transporte de passageiros é realizado pelo setor privado e as principais linhas de transporte que trafegam são:

- Interestaduais - Viação Nordeste, Viação Guanabara; e
- Intermunicipais - A Empresa Expresso Cabral é a principal linha que liga os municípios da região, abrangendo a quase totalidade deles.

Quanto ao Sistema de Transporte sobre Trilhos, outrora grande responsável pelo transporte da população, é composto por uma linha norte, que atende ao município de Ceará Mirim. O sistema que circula na linha norte é composta por uma locomotiva e 5 carros. A velocidade comercial média é de 32 km/h para todo o sistema. A linha Norte tem a extensão de 38 km e contempla 3 estações em Ceará Mirim.

✓ Energia elétrica

No que se refere à energia elétrica no Território, as áreas urbanas apresentam indicadores superiores, acompanhando o padrão estadual com cobertura satisfatória tanto para os consumidores residenciais quanto para os industriais. Vale destacar que o consumo residencial é superior ao consumo industrial. Se compararmos a cobertura nas zonas rurais, verifica-se que o consumo residencial é bem inferior ao consumo urbano. Por ocasião das oficinas territoriais, foram observadas reivindicações da população, no sentido de melhorar a oferta de serviços elétricos dos municípios, com especial destaque para as zonas rurais.

Mesmo assim, verifica-se um crescimento para quase todos os municípios tanto em relação ao número de consumidores quanto em relação do consumo medido em MWh.

De acordo com os dados, observa-se que a cobertura de energia elétrica na área rural tem uma cobertura bastante significativa em relação ao Estado. Os programas de eletrificação rural, como os do PCPR, LUZ PARA TODOS, permitiram ampliar a oferta de eletricidade nos últimos anos e melhorar a vida das famílias da zona rural.

TABELA 49 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 2007

MUNICÍPIOS	CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (mwh)							
	Total	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Poderes públicos	Iluminação pública	Outros
Bento Fernandes	1.605	957	4	83	256	99	191	15
Caçara do Norte	2.742	1.712	253	332	131	117	163	34
Ceará Mirim	44.221	17.141	3.867	4.169	13.245	2.083	1.767	1.949
Jandaíra	3.502	1.256	19	182	1.349	182	206	308
Jardim de Angicos	882	470	5	37	151	43	174	2
João Câmara	15.324	7.244	975	2.597	1.092	938	767	1.711
Maxaranguape	6.953	2.721	76	1.283	1.612	349	484	428
Parazinho	2.544	855	10	115	1.231	116	165	52
Pedra Grande	1.683	943	0	138	318	127	149	8
Poço Branco	3.747	2.324	34	190	489	252	455	3
Pureza	7.935	1.534	802	147	1.050	181	233	3.988
Rio do Fogo	5.388	3.095	64	505	933	156	310	325
São Bento do Norte	4.096	717	-	125	2.973	98	109	74
São Miguel do Gostoso	3.313	1.636	19	378	652	262	221	145
Taipu	4.975	2.220	602	159	1.362	212	358	62
Touros	25.022	7.199	492	2.228	10.341	814	1.070	2.878
a. Total do Território	133.932	52.024	7.222	12.668	37.185	6.029	6.822	11.982
b. Estado do RN	3.951.045	1.125.096	1.254.184	684.612	340.065	184.808	135.269	227.011
% a/b	18,68	13,84	6,81	17,59	27,81	13,50	15,68	24,02

FONTE - Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN.

✓ Comunicações

O processo de privatização da TELERN, a consolidação da telefonia móvel e a reestruturação produtiva ocorrido no setor das telecomunicações mudaram o cenário tradicional dos serviços desse segmento, não apenas no Estado, mas também para o Território.

O crescimento deste setor se deu, principalmente, entre 1997 e 1999 quando a política da TELEMAR de ampliar o número de consumidores, permitiu a aquisição de linhas para mais consumidores a preços reduzidos. Neste sentido, cresceu o número de telefones públicos instalados tanto nos municípios maiores como nos povoados mais distantes. A maior concentração desses terminais está em João Câmara que é responsável por 40% do total de terminais existentes na região.

Outro fator importante nas comunicações se deu coma expansão da telefonia móvel (celular) a partir das facilidades de adquirir um aparelho, assim como a aquisição de uma linha, seja ela pré paga ou pós paga. Isso garantiu um acesso no que se refere aos meios de comunicação no Território. Outro fator determinante nas comunicações se deu em função da ampliação do sinal das operadoras, chegando hoje a muitas áreas rurais, proporcionando uma melhoria do acesso na telefonia como também aos recursos de internet.

2.3.6 Assistência Técnica

✓ ATER

As atividades de assistência técnica e extensão rural que compõe o Território Mato Grande são prestadas às comunidades através da EMATER, dentro do programa nacional de ATER, e nos assentamentos são através de empresas privadas, cooperativas de prestação de serviços e organizações não governamentais.

No estado do Rio Grande do Norte, as atividades de assistência técnica e extensão rural desenvolvidas pela EMATER estão distribuídas entre 391 técnicos, sendo 29 no Território do Mato Grande, para atender 2.564 famílias. Destacando-se com maior número o município de João Câmara (07), onde está localizada a equipe regional.

Os técnicos que atuam no Território têm formação de nível superior e médio nas seguintes tipologias: Engenheiro Agrônomo, Biólogo, Veterinário, Nutricionista, Zootecnista, Sociólogo, Pedagogo, Assistente Social, Técnico Agrícola e Tecnólogo em Cooperativismo.

Vale destacar a participação dos Governos estadual e federal que incentivam e fortalecem a infraestrutura produtiva e que viabilizam aos assentamentos apoio técnico e financeiro, a exemplo do que ocorre com o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar – PRONAF.

✓ ATES

Segundo os dados do INCRA (2009), o principal foco da ATES é a busca pelo desenvolvimento rural sustentável numa perspectiva agroecológica, com o fortalecimento da economia solidária e a inserção de mulheres e jovens.

A orientação metodológica do INCRA pauta-se na perspectiva de um trabalho multidisciplinar que contribua para o desenvolvimento sustentável nas suas diversas dimensões; sociocultural e educacional, ambiental, sócio econômica.

Além das ações vinculadas ao desenvolvimento da produção, outras ações são consideradas e implementadas pela ATES como: o apoio à organização dos assentamentos com a criação de Fóruns Municipais e o fortalecimento de grupos de

mulheres e de jovens, que pode ser destacado como positivo na atuação da ATES. Os principais entraves da ATES é o número de técnicos insuficientes e a infra-estrutura deficitária das prestadoras de serviço.

No Território, o PRONAF é uma das linhas de crédito presente nos assentamentos como um todo, onde os técnicos são responsáveis pela elaboração do projeto. Observa-se que existe um forte investimento em projetos com apicultura, cajucultura e bovinocultura. No entanto, sabe-se que há limitações em função de que o financiamento é orientado pelo zoneamento agrícola.

De acordo com os dados do INCRA, o quadro de ATES no Estado do Rio Grande do Norte é composto por 139 técnicos, sendo 93 homens e 46 mulheres. Os técnicos são em sua maioria de empresas privadas e cooperativas de serviço e entre estes 12 são do quadro da EMATER. Atuam em 152 assentamentos com ações dirigidas para 11.198 famílias.

2.3.7 Crédito Rural - PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com objetivo de oferecer crédito de investimento e custeio para os agricultores e agricultoras detentores de Declaração de Aptidão do referido Programa, foi instituído pelo Governo Federal a partir da segunda metade da década de noventa (1995), após uma intensa e grande luta do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR, através da resolução do Conselho Monetário Nacional – Banco Central do Brasil nº 2.191, de 24/08/95, a partir das “Jornadas Nacionais de Lutas” que viria a se transformar no atual “Grito da Terra Brasil”, movimento que reúne milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais para reivindicar melhores condições de trabalho, acesso à políticas públicas, créditos, etc.

Com o PRONAF, milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais brasileiros conseguiram superar algumas dificuldades relacionadas a produção agrícola de suas unidades produtivas, como a falta de crédito subsidiado e com condições diferenciadas para um público excluído de qualquer programa público de apoio à pequena produção agrícola e à geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos agricultores e agricultoras familiares.

Desde sua criação, o PRONAF tem sido aperfeiçoado sistematicamente e atualmente se apresenta como a principal política pública de crédito, direcionado a um segmento produtivo que historicamente não era visualizado, contribuindo assim para o crescimento da produção dos principais produtos da agricultura brasileira.

Esse Programa se utilizado de forma adequada a realidade dos agricultores, a partir de projetos bem elaborados e executados, modificam a realidade social e econômica, produzindo riquezas, gerando trabalho, emprego e renda e consolidando a agricultura familiar como elemento promotora de conhecimento, tecnologia e organização refletindo no desenvolvimento rural sustentável.

Segundo as diretrizes, as vantagens do PRONAF para os produtores são: obtenção de financiamento de custeio e investimento com encargos e condições adequadas a realidade da agricultura familiar, de forma ágil e sem custos adicionais; O aumento de renda mediante melhoria de produtividade, do uso racional da terra e da propriedade; Melhoria das condições de vida do produtor e de sua família; Agilidade no atendimento; e Para os produtores que honrarem seus compromissos, garantia de recursos para a safra seguinte, com a renovação do crédito até 5 anos, no caso de custeio das atividades. Por outro lado, as vantagens para o país são: maior oferta de alimentos, principalmente dos que compõem a cesta básica: arroz, feijão, mandioca milho, trigo e leite; e estimula a permanência do agricultor no campo com mais dignidade e qualidade de vida.

QUADRO 09 - BENEFICIÁRIOS DO PRONAF

Grupos	Público
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do PROCERA ou com crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF; e beneficiados por programas de crédito fundiário do Governo Federal.
A/C	Agricultores familiares egressos do Grupo A, que se enquadrem nas condições do Grupo C e que se habilitem ao primeiro crédito de custeio isolado.
B	Agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas que obtêm renda bruta anual de até R\$ 2.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais.
C	Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive os egressos do PROCERA e/ou Grupo A, que obtêm renda bruta anual familiar acima de R\$ 2.000,00 e até R\$ 14.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais..
D	Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive os egressos do PROCERA e/ou Grupo A, que obtêm renda bruta anual familiar acima de R\$ 14.000,00 e até R\$ 40.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais.
E	Agricultores sociais e trabalhadores rurais egressos do PRONAF ou ainda beneficiários daquele programa, que obtêm renda bruta anual familiar de até R\$ 60.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Fonte: PRONAF -2009

- ✓ As novas linhas de crédito do PRONAF

Pronaf Alimentos: crédito especial para estimular a produção de cinco alimentos básicos da mesa dos brasileiros – arroz, feijão, mandioca, milho e trigo. Os agricultores terão 30% a mais de crédito para a produção dessas culturas.

Pronaf Mulher: crédito especial de investimento, relacionados com projetos específicos de interesse das esposas ou companheiras dos agricultores familiares, sempre que o projeto técnico ou a proposta contemplar atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar, observadas as condições previstas para os Grupos “C”, “D” e “E”, limitado a um crédito em cada grupo, independentemente dos tetos de investimentos já concedidos a unidade familiar.

Pronaf Jovem: crédito especial de investimento relacionados com projetos específicos de interesse de jovens, de 16 a 25 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de curso de formação profissional, filhos(as) dos agricultores familiares enquadrados nos Grupos “C”, “D” e “E”, que apresentem projeto técnico ou proposta contemplando as atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar, observadas as condições: juros 1% ao ano e prazo de pagamento de até 10 anos, com 5 anos de carência e teto máximo de R\$ 6.000,00, limitado a um crédito em cada grupo, independentemente dos tetos de investimentos já concedidos a unidade familiar.

Pronaf Semiárido: crédito especial para os agricultores da região do semiárido, enquadrados nos Grupos “C” e “D”, destinados à construção de pequenas obras hídricas, como cisternas, barragens para irrigação e dessalinização da água, com juros de 1% ao ano e prazo para pagamento de 10 anos, com até 3 anos de carência.

Pronaf Florestal: Crédito especial de investimento, destinados ao financiamento de projetos de silvicultura e sistemas agroflorestais e exploração extrativista sustentável, para produtores enquadrados nos Grupos “C” e “D”, observadas as condições de juros de 4% ao ano, com bônus de adimplência de 25% na taxa de juros; prazo de até 12 anos, com até 8 anos de carência; limites/tetos de R\$ 4.000,00 (Grupo C) e R\$ 6.000,00 (Grupo D), limitado a dois créditos por unidade familiar independentemente dos tetos de investimentos já concedidos a unidade familiar.

Pronaf Agroindústria: Créditos de investimento para Agregação de renda à atividade rural (agroindústria), destinado a produtores enquadrados nos Grupos “C”, “D” e “E”, cooperativas, associações ou outras pessoas jurídicas e que comprovam, em projeto técnico, que mais de 70% da matéria prima a ser beneficiada ou industrializada seja de produção própria ou de associados participantes, observadas as condições: juros de 4% ao ano, com bônus de adimplência de 25% na taxa de juros; prazo de pagamento de até 16 anos, quando envolvidos os recursos dos Fundos Constitucionais e até 8 anos, com até 5 anos de carência, quando envolver as demais fontes de recursos; limites/tetos de R\$ 18.000,00 por beneficiário em uma ou mais operações.

TABELA 50 - DADOS DO PRONAF, SEGUNDO CATEGORIAS, PERÍODO - 2000 A 2008

PRONAF	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
A	5.336.995,00	6.666.468,00	2.967.290,00	8.213.915,00	4.532.194,00	533.842,32	3.971.556,00	1.179.000,00	1.426.000,00	34.827.260,32
B	229.093,00	261.745,70	959.559,89	1.078.719,00	1.912.706,00	3.544.575,00	3.315.244,00	1.062.000,00	495.000,00	12.858.642,59
C	313.981,24	105.526,25	265.752,34	1.488.297,00	608.541,75	668.235,22	977.623,17	499.000,00	351.000,00	5.277.956,97
A/C	*	*	*	172.919,84	159.108,73	924.101,65	814.751,29	86.000,00	89.000,00	2.245.881,51
D e E	1.030.010,00	252.955,15	450.699,52	288.762,06	587.490,31	1.716.026,83	2.599.189,51	1.497.000,00	668.000,00	9.090.133,38
TERRITÓRIO	6.910.079,24	7.286.695,10	4.643.301,75	11.242.612,90	7.800.040,79	7.386.781,02	11.678.363,97	4.323.000,00	3.029.000,00	64.317.910,77

Fonte: PRONAF

*Sem informação

No geral, o acesso a essa linha de crédito teve uma oscilação, tendo uma evolução de crescimento apenas nos anos de 2003 e 2006, nos demais anos houve uma oscilação decrescente, sendo o ano de 2005 o mais expressivo.

Segundo os dados mostrados, que oferece uma visão da evolução das linhas de créditos operadas pelo PRONAF no Território do Mato Grande no período 2000 a 2008, em relação ao acesso a linha de crédito do PRONAF “A”, que teve uma oscilação com um crescimento apenas nos anos de 2001 e 2003, nos demais anos houve uma redução do acesso, sendo o ano de 2005 o mais expressivo. Depois de uma queda acentuada no ano de 2005, o acesso ao PRONAF “A” começa a dar sinais de crescimento, porém com significativa taxa uniforme.

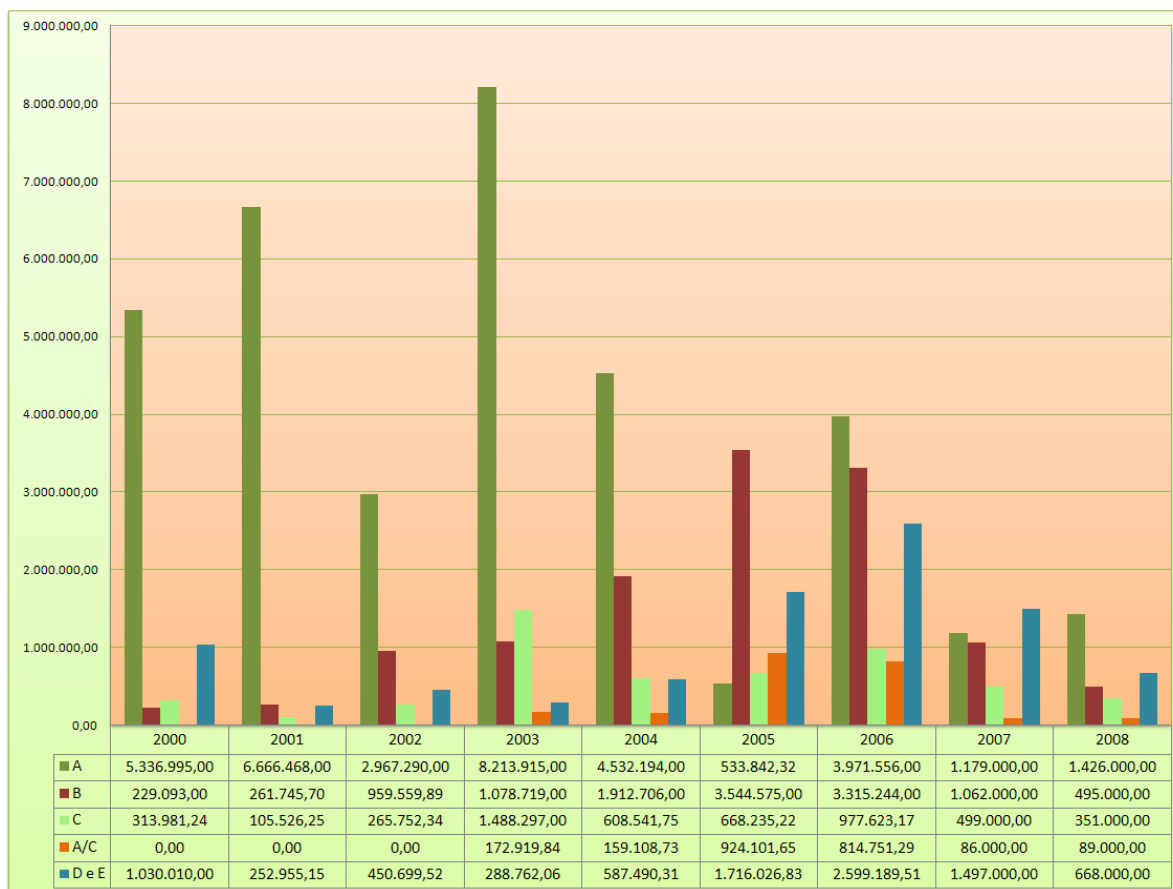
O PRONAF “B” foi uma das linhas que teve um acesso sempre positivo, conforme mostram os dados dos valores contratados. Os anos de 2005 e 2006 foram os anos em que aconteceu o maior acesso ao crédito. Entretanto, o acesso a essa linha de crédito sofreu uma grave redução no ano de 2008.

O acesso ao PRONAF “A/C” também teve um crescimento ascendente no período de 2003 a 2006, sendo que o crescimento no ano de 2005 foi de significativo aumento, atingindo um montante aproximadamente de 1 milhão de reais. A partir de 2006 o acesso a essa linha de financiamento começa a dar sinais de redução.

A linha do PRONAF “C”, teve uma curva irregular, atingindo um alto índice no ano de 2003, atingindo valor próximo de R\$ 1,5 milhão, depois entra numa curva descendente, trabalhando com valor inferior a 1 milhão de reais. A partir de 2006 começa dar sinais de crescimento quando se analisa os anos anteriores (2004/2005). Entretanto, verificou-se uma queda muita grande no ano de 2008.

No que se refere ao PRONAF “D” e “E” tem uma caracterização de acesso diferente das outras linhas, começa tendo um acesso na ordem de 1 milhão em 2000, início do período analisado e nos anos de 2001 a 2004 acontece uma oscilação em declínio em seu acesso, voltando a crescer a partir de 2006.

GRÁFICO 29 - EVOLUÇÃO DO PRONAF – PERÍODO DE 2000 A 2008



Fonte: PRONAF

Analisando esses dados do ponto de vista dos valores contratos que aconteceram em 2004 e os que aconteceram em 2005, 2006 e 2007, percebe-se um crescimento em torno de 100%. Por outro lado, no ano de 2008, houve uma redução do montante de recursos, se aproximando dos 700 mil. É necessário fazer uma análise maior dos motivos do pouco acesso a essa linha de crédito.

De acordo com as informações, não permitem fazer uma maior análise das tendências futuras de acessibilidade às linhas de créditos do PRONAF, pois se sabe que existem outros fatores que influenciam o acesso a essas linhas de financiamentos, como a inadimplência dos beneficiários, assistência técnica, excesso de burocracia, por parte dos agentes financiadores. É necessário fazer uma análise mais qualitativa desses outros fatores, do que apenas os números de acessibilidade as linhas de financiamento.

No que se refere o acesso do PRONAF, considerando os municípios, observa-se que os municípios de Ceará Mirim, João Câmara e Touros, que são os responsáveis pela maior parte da produção da agricultura, também são os campeões de contratos e montantes para o crédito PRONAF.

Neste sentido, cabe considerar ao discutir as linhas de ações prioritárias para a Agricultura Familiar do Território como, por exemplo: a apicultura, a cajucultura e mandiocultura; é importante destacar que os créditos do PRONAF desempenham um papel importante para o desenvolvimento destas atividades. O efeito de uma aplicação efetiva deste crédito pode ocasionar um reflexo positivo nas ações de dinamização sócio econômica no Território.

✓ Articulação dos agentes financiadores no Território.

A articulação dos agentes financeiros do Território é realizada através dos Bancos do Nordeste e do Brasil. De acordo com as informações sobre o crédito junto ao Banco do Nordeste e Banco do Brasil, com relação ao desempenho financeiro das linhas de crédito dirigidas para a Agricultura Familiar nas comunidades e assentamentos rurais, através das linhas do PRONAF.

As articulações dos bancos com o Território do Mato Grande são através das agências: Prudente de Moraes e Centro em Natal e, agência Macau para o município de Jandaíra. Além do PRONAF, o Banco abre espaço para negociar com todas as categorias de projetos.

✓ Programa Garantia Safra

Programa instituído pela Lei nº 10.420 de 10 de abril de 2002, alterado pela Lei nº 10.700, de 09 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 4.363, de 06 de setembro de 2002, tem como objetivo garantir renda mínima aos agricultores de localidades atingidas sistematicamente por situação de emergência ou calamidade pública por causa de estiagem ou excesso de chuvas. É um seguro para agricultores que sofrem a perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas.

Área de atuação: abrange os municípios localizados na região Nordeste, no norte do Estado de Minas Gerais (Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha) e no norte do Estado do Espírito Santo.

Como participar: é necessário aderir ao Garantia-Safra anualmente. Esta adesão deve ser feita pelos estados, municípios e agricultores. Recebem pagamentos os agricultores que aderiram nos municípios em que é detectada perda de pelo menos 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca e milho. Os benefícios são pagos diretamente aos agricultores, em parcelas mensais por meio de cartões eletrônicos disponibilizados pela Caixa Econômica Federal.

O Programa Garantia Safra está dentro do PRONAF, coordenado pelo governo Federal e executado pela Secretaria de Agricultura do Estado – SAPE.

É uma ação do PRONAF que visa contribuir para a tranquilidade e segurança de quem exerce a atividade agrícola na região semiárida do Nordeste. Caso o agricultor perca a safra por motivo de seca, recebendo uma renda por tempo determinado. É uma ação solidária, pois a contribuição de todos é utilizada para auxiliar aqueles que perderam a produção devido à seca.

O Fundo é composto com recursos dos agricultores, dos municípios, do Estado e da União, sendo, da União 20%, do Estado 10%, do Município 3%, e dos Agricultores 1%. O Fundo do Garantia Safra é para o pagamento dos benefícios, em situação de emergência reconhecida, onde houver seca (laudo da colheita e da perda). Se não houver chuva e não houver perda, o recurso permanece no Fundo, para ser utilizado para outros agricultores em outros municípios que tiveram perda.

Atualmente (2009/2010), no Estado do Rio Grande do Norte, aderiram ao Programa 94 municípios, sendo no Território do Mato Grande 11 municípios fizeram adesão.

TABELA 51 - RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COM DAP'S PARA O MDA

Município	Nº DAP TOTAL	Nº DAP EFETIVO
Bento Fernandes	711	697
Caiçara do Norte	46	46
Ceará Mirim	13	13
Jandaíra	-	-
Jardim de Angicos	116	115
João Câmara	612	603
Maxaranguape	-	-
Parazinho	-	-
Pedra Grande	207	204
Poço Branco	-	-
Pureza	2	2
Rio do Fogo	-	-
São Bento do Norte	226	225
São Miguel do Gostoso	939	923
Taipu	43	43
Touros	45	45
Total do Território	2.960	2.916

Fonte: Programa Garantia Safra 2009/2010

✓ Programa de Aquisição de Alimentos – PAA:

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do “Fome Zero” e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o PAA é desenvolvido com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). As diretrizes do PAA são definidas por um Grupo Gestor coordenado pelo MDS e composto por mais cinco Ministérios.

O PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos.

O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com isenção de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais. Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede sócio-assistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social.

Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.

O PAA é implementado por meio de 5 (cinco) modalidades, em parcerias com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), governos estaduais e municipais. Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A identificação é feita por meio de uma Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

✓ Compra Direta

A modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar permite a aquisição de alimentos para distribuição ou para formação de estoques públicos. Dessa forma, cumpre um importante papel na promoção da segurança alimentar e nutricional, na regulação de preços de alimentos e na movimentação de safras e estoques.

✓ Compra Direta Local com Doação Simultânea

A modalidade Compra Direta Local com Doação Simultânea do PAA adquire produtos da agricultura familiar para abastecer os equipamentos públicos de alimentação e nutrição e também as ações de acesso à alimentação, empreendidas por entidades da rede sócio-assistencial local. A modalidade é desenvolvida pelo Ministério do

Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com governos de estados e municípios.

✓ Formação de Estoques

A modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar foi criada para propiciar aos agricultores familiares, enquadrados no PRONAF, instrumentos de apoio à comercialização de seus produtos, sustentação de preços e agregação de valor.

✓ PAA Leite

A modalidade de Incentivo à Produção e Consumo de Leite (PAA Leite) foi criada para contribuir com aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e também incentivar a produção de agricultores familiares. O PAA Leite atua no território da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sendo beneficiados todos os estados da região Nordeste e também o norte de Minas Gerais

✓ Compra com Doação Simultânea

A modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea é a aquisição de alimentos de agricultores familiares organizados em grupos, associações ou cooperativas e destinados a entidades que compõem a Rede de Proteção e Promoção Social que tenham programas e ações de acesso à alimentação. Desenvolvida com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a modalidade é operada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

✓ O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Conhecido como Merenda Escolar, consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. O PNAE teve sua origem na década de 40. Mas foi em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, que o direito à alimentação escolar para todos os alunos do Ensino Fundamental foi assegurado.

Os beneficiários da Merenda Escolar são alunos da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, da educação indígena, das áreas remanescentes de quilombos e os alunos da educação especial, matriculados em escolas públicas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, ou em estabelecimentos mantidos pela União, bem como os alunos de escolas filantrópicas, em conformidade com o Censo Escolar realizado pelo INEP no ano anterior ao do atendimento.

TABELA 52 - RELAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PRODUTIVAS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

Município	Quantidade de Grupos por Município	Associações (n.º)	Cooperativas (n.º)	Grupos Informais (n.º)	Total de Entrevistados
Caiçara do Norte	9	7	0	0	7
Ceará Mirim	20	9	1	25	35
Jandaíra	7	7	0	0	7
João Câmara	25	10	0	1	11
Maxaranguape	15	1	1	0	2
Poço Branco	8	1	0	0	1
Pureza	25	4	0	0	4
Rio do Fogo	7	2	0	0	2
Taipu	8	8	0	0	8
Touros	15	15	0	0	15
TOTAL	139	64	2	26	92

Fonte: Grupos Organizados em Fóruns e Espaços Municipais

FOTO 06 - PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR



Fonte: João Vidal

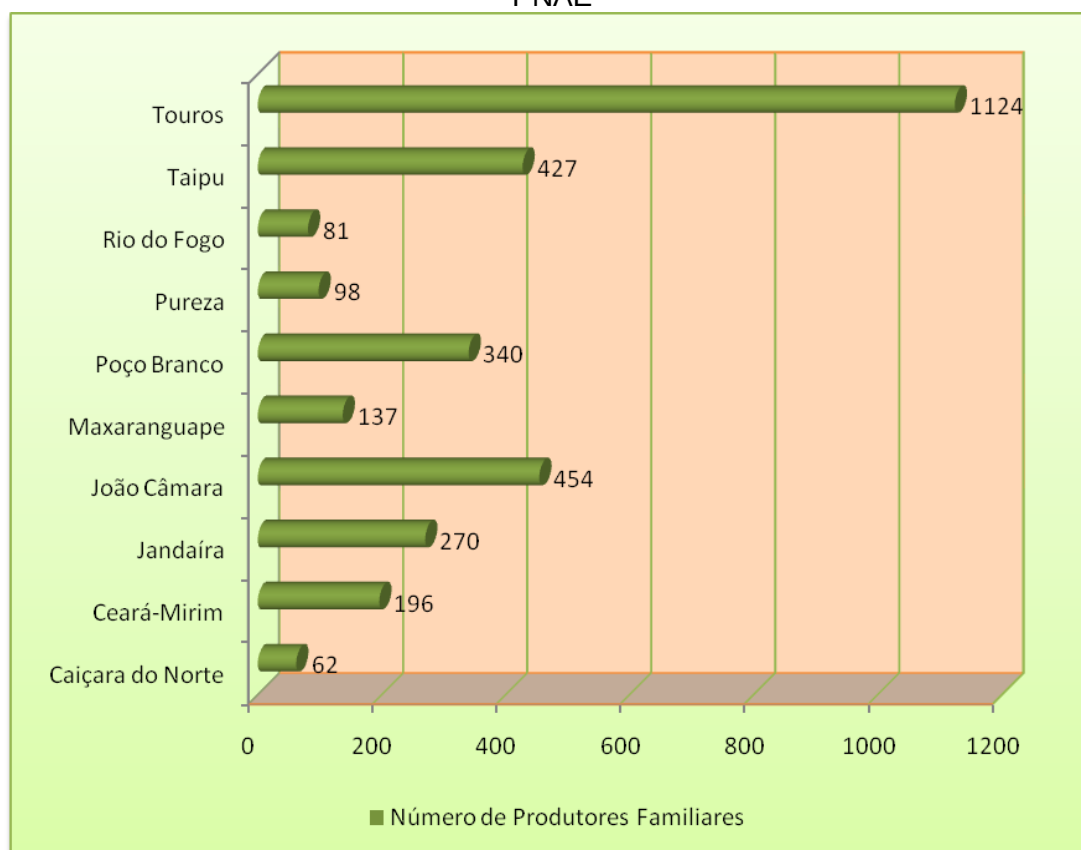
Foto A



Fonte: Base de Dados IDS

Foto B

GRÁFICO 30 - NÚMERO DE PRODUTORES FAMILIARES APTOS A FORNECEREM PRODUTOS PARA O PNAE



Fonte: Base de Dados IDS – 2010

FIGURA 10 - PRINCIPAIS PRODUTOS IDENTIFICADOS NO TERRITÓRIO



Fonte: Base de Dados Cartográfica IDS – 2010

2.4 Dimensão Político Institucional

O Território do Mato Grande, consolidado enquanto espaço de execução de programas e projetos de aplicação de políticas públicas, tem em sua constituição o Colegiado Territorial como instância de articulação e implementação das ações político institucional, de maneira que o trabalho das Câmaras Temáticas amplia e fortalece o colegiado, refletindo na dinâmica territorial.

A articulação institucional é fundamental dentro do processo de territorialização das políticas públicas, que envolve a participação de 48 entidades da sociedade civil e 32 do poder público nas diversas instâncias do Colegiado, compondo o arranjo institucional, setores do governo municipal, estadual e federal. Organizações Não Governamentais, Redes e Movimentos Sociais, Sindicatos, Associações, Fóruns e Conselhos.

Dos Conselhos, vale destacar o de Meio Ambiente, Saúde, Habitação, Assistência Social, Defesa Civil, Direitos da Criança e do Adolescente, Gestor da Escola Inclusão Digital, Alimentação Escolar, Direitos dos Idosos, Comissão do IBGE, Comissão Municipal do Programa 1 Milhão de Cisterna – P1MC.

O fortalecimento da governabilidade territorial perpassa pela garantia de recursos que asseguram o funcionamento das ações do Colegiado. É necessário estruturar equipes de pesquisa, formar banco de dados do Território, promover intercâmbios, implementar um sistema de comunicação colaborador com sistema de organização interna e externa.

Os dados do Território revelaram um espaço socioeconômico e político em constante transformação. As manifestações mais visíveis das mudanças ocorridas podem ser encontradas na introdução de novas atividades urbanas e rurais, como o turismo e a agricultura irrigada; no aumento do grau de urbanização; na implantação de um grande número de assentamentos de reforma agrária; no estabelecimento de novas relações público-privado; e, na emergência de uma consciência coletiva sobre a necessidade de promoção do desenvolvimento do espaço em bases sustentáveis.

As mudanças, no que se refere a infraestrutura física e social no Território é ainda deficitária. A agricultura de subsistência permanece como importante atividade para um grande número de famílias e, além disso, persistem os elevados níveis de subemprego, de desemprego e de exclusão social, com mais de 50% da população situada abaixo da linha de pobreza absoluta.

No campo institucional, existe uma complexidade formada por um grande número de organizações, de políticas públicas e de programas dos governos federal, estadual e municipais, atuando de forma paralela e superposta, pulverizando recursos e reduzindo a eficiência da ação governamental. Se devidamente coordenadas, essas organizações do Estado e da sociedade poderão contribuir, de forma bem mais efetiva, para a promoção do desenvolvimento sustentável nos âmbitos local e territorial.

Neste sentido, um dos grandes desafios para os cidadãos e cidadãs comprometidos com o Território é de natureza política e institucional, o que requer, para o seu enfrentamento, a constituição de um novo contrato social, de uma articulação de forças sociais de distintas orientações políticas e de diferentes segmentos socioeconômicos, em torno de uma proposta de desenvolvimento sustentável.

2.4.1 Características das Administrações Municipais

A partir da Constituição Federal de 1988 conferiram aos prefeitos e às prefeituras municipais, um papel renovado como responsáveis pela implementação de políticas públicas e de promoção do desenvolvimento local, quando as administrações municipais tiveram que ser ampliadas para assumir as novas responsabilidades que lhes foram sendo transferidas nos campos das políticas públicas e do desenvolvimento local, ainda que a descentralização fiscal e as arrecadações próprias não tenham ocorrido na mesma proporção, pois, na realidade, os municípios continuam altamente dependentes das transferências correntes, nas quais o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) tem uma importante contribuição.

No Território, a formação profissional ou a ocupação principal dos prefeitos é mais diversificada, incluindo agropecuaristas, comerciantes e profissionais liberais, o que tem implicações diretas na visão de mundo, nas prioridades e nos métodos de gestão pública, agora mais abertos às modernas tecnologias de gestão e à participação social na implementação das políticas públicas.

2.4.2 Conselhos Gestores de Políticas Públicas

Os principais tipos de conselhos existentes no Território tiveram a sua criação estimulada pelos órgãos gestores de políticas públicas a nível nacional e estadual ou por organismos internacionais de cooperação técnica e financiamento de programas de desenvolvimento local.

Os municípios do Território, na sua maioria, conta com a existência de conselhos nas áreas do desenvolvimento municipal, da saúde, da educação, da merenda escolar, da criança e adolescente e do FUNDEF, em função da exigência da criação de conselhos pelos órgãos setoriais dos governos federal e estadual, ou pelos organismos internacionais de financiamento de programas de desenvolvimento local.

De acordo com as informações, as principais utilidades dos conselhos foram a identificação de problemas e soluções relativas ao desenvolvimento; a priorização de investimentos comunitários; na colaboração na execução e no acompanhamento da ação pública; a utilização dos conselhos na divulgação e no fornecimento de informações; e no assessoramento à administração municipal.

Neste sentido, os conselhos muitas vezes são instâncias auxiliares da administração municipal, o que não corresponde à concepção oficial formulada para esses colegiados, cujo papel fundamental deveria ser a gestão, a avaliação e a fiscalização das políticas públicas. Portanto, os conselhos se configuram como unidades setoriais, repetindo a falta de articulação, o paralelismo e a superposição de funções que historicamente têm caracterizado a ação governamental. É necessário uma forte articulação dessas instituições em fóruns municipais que lhes garantam o seu papel fundamental de instâncias gestoras de políticas setoriais e de promoção do desenvolvimento.

2.4.3 Conselhos Municipais existentes no Território:

- Conselho de Saúde;
- Conselho de Assistência Social;
- Conselho de Direito da Criança e do Adolescente;
- Conselho de Educação;
- Conselho do Idoso;
- Conselho de Alimentação Escolar;
- Conselho do FUNDEB;
- Conselho do CONDEA;
- Conselho Tutelar;
- Conselho de Trabalho e Emprego;
- Conselho de Meio Ambiente;
- Conselho de Turismo;
- Conselho do Gestor da Escola de Inclusão Social;
- Conselho de Habitação;
- Conselho Anti-drogas;
- Conselho de trânsito e transportes;
- Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Conselho do FUMAC;
- Conselho do FUNDEF.

2.4.4 Instituições do Governo Federal, Estadual e Organizações Não-Governamental

Instituições do Governo Federal no Território:

- Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA);
- Fundação Nacional de Saúde (FUNASA);

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campos João Câmara (IFRN);
- Bancos Oficiais: Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal;

Instituições do Governo Estadual no Território:

- Secretarias de Estado;
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN);
- Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATERN);

Organizações não-governamentais.

- Associações civis, centros sociais e conselhos comunitários.

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Capítulo III

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

3.1 Marco Estratégico do PTDRS

O Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, propôs a implantação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, com o objetivo de aprimorar as capacidades e habilidades dos atores para realizarem a gestão compartilhada do desenvolvimento dentro dos princípios da gestão social.

O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Mato Grande - RN, construído em 2005/2006, foi fruto de um processo de amadurecimento social e político, resultado de articulações políticos institucionais, pesquisas e estudos elaborados, oficinas territoriais, que garantiu o envolvimento e a participação direta e indireta de diversos agentes e organizações locais de desenvolvimento, parceiros das ações territoriais e interministeriais, na construção do Plano.

Tendo em vista, a necessidade de qualificação do PTDRS, buscou-se ampliar as reflexões sobre a importância da promoção de ações que pudessem resultar num desenvolvimento endógeno, dinâmico e de caráter multidimensional.

3.2 Visão de Futuro

O desenvolvimento do Território do Mato Grande, no período 2010 a 2020, mobiliza iniciativas dos atores sociais organizados no Colegiado Territorial, na construção de um futuro promissor para o Território, vivenciado dentro de um processo coletivo em que os sonhos estimulam as tomadas de decisões, deliberações em consonância com a realidade, para o alcance de resultados na busca do desenvolvimento sustentável.

Nesta perspectiva, a visão de futuro construída na oficina de Planificação nos dias, 26 e 27 de fevereiro de 2010, como expressão de desejos, projetos individuais e coletivos, contemplam sonhos realizáveis a curto, médio e longo prazo dentro da seguinte compreensão:

“um Território ambientalmente equilibrado, economicamente viável, socialmente justo, culturalmente aceito, politicamente democrático e humanamente solidário”

A estratégia de atuação do Colegiado no Território terá o PTDRS como referência para a continuação de ações que vem sendo executados pelo poder público e sociedade civil, que comprovam a viabilidade de planejar a inclusão social, antes um sonho longe do alcançar.

O Território encara a realidade da inclusão digital, de parte da merenda escolar ser adquirida da agricultura familiar, da implantação de estruturas de produção e comercialização da pesca, da apicultura, da intervenção na gestão das políticas públicas que, entre outras situações, abrem as possibilidades de realização de sonhos passíveis de realizações, como impactos da visão de futuro do colegiado, que por sua vez, enfrenta o desafio de garantir o desenvolvimento com inclusão social, almejado pela população do Território.

Orientado por eixos, programas e projetos, o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável numa gestão participativa, interage com setores da sociedade civil e nas esferas dos governos municipal, estadual e federal.

Portanto, os eixos aqui apresentados integram a visão de futuro do Mato Grande que está conectada com a realidade local e articulada ao processo da vida em sociedade mais amplo que permite um redimensionamento na construção de novos olhares para um horizonte socialmente justo.

3.3 MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável nas suas diversas dimensões – Sociocultural e Educacional, Ambiental, Socioeconômica e Político Institucional, com equidade e inclusão social.

3.4 OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Valorizar as demandas da agricultura familiar articulada aos gestores públicos municipais;
- Organizar e implementar as propostas do PTDRS para o desenvolvimento, priorizando as ações estratégicas; e
- Executar o planejamento integrado das ações, visando o desenvolvimento sustentável.

3.5 EIXOS DO DESENVOLVIMENTO

Os programas e projetos aqui apresentados são resultados de um processo de construção coletiva para elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Mato Grande, baseado nos Eixos Estratégicos que foram construídos a partir das oficinas territoriais, de maneira que contribuiu para identificar programas e projetos em busca do desenvolvimento sustentável.

A construção do PTDRS teve como ponto de partida a realização de um diagnóstico, focado nas dimensões Sociocultural e Educacional, Ambiental, Socioeconômica e Político Institucional, contemplando diversos aspectos da realidade territorial, de maneira que possibilitou analisar os problemas e apontar soluções dentro de uma estratégia de ação capaz de contribuir com as articulações que projetam o futuro.

DIMENSÃO SOCIOCULTURAL E EDUCACIONAL

Eixo Estratégico: Justiça Social para todos os Habitantes do Território do Mato Grande.

DIMENSÃO AMBIENTAL

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

DIMENSÃO SOCIOECONOMICA

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território

DIMENSÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL

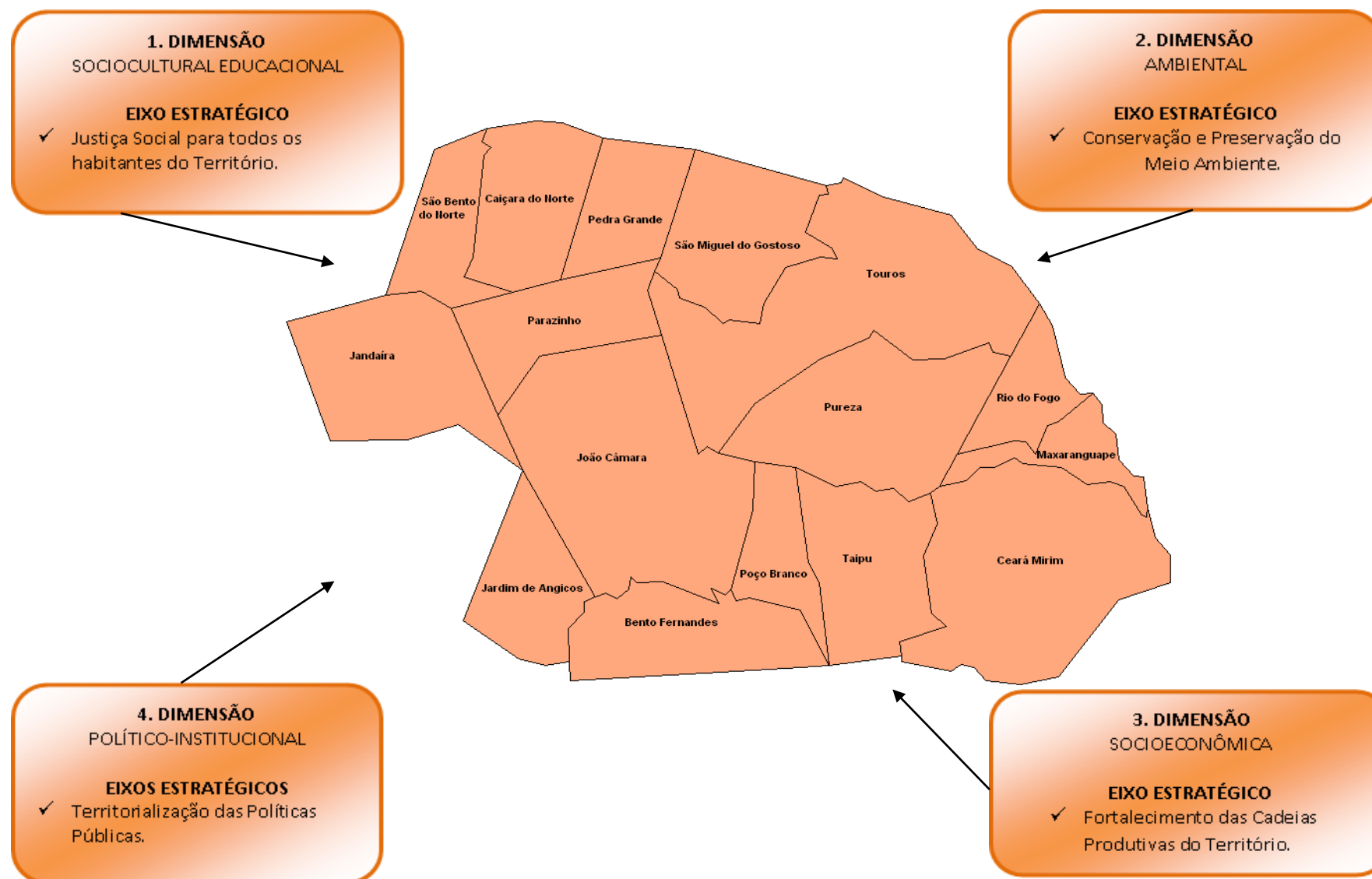
Eixo Estratégico: Territorialização das Políticas Públicas no Território

TABELA 45 - SÍNTESE DA DISTRIBUIÇÃO DOS EIXOS, PROGRAMAS E PROJETOS POR DIMENSÃO

DIMENSÃO	EIXOS	PROGRAMAS	PROJETOS
Sociocultural e Educacional	01	08	39
Ambiental	01	04	14
Socioeconômica	01	01	21
Político Institucional	03	05	11
TOTAL	06	17	84

Fonte: Base de dados do Colegiado Territorial

FIGURA 11 - ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO MATO GRANDE



EIXOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Capítulo IV

EIXOS, PROGRAMAS E PROJETOS

✓ Programação do Desenvolvimento

A partir da qualificação do diagnóstico, da análise sistêmica territorial e da multidimensionalidade do desenvolvimento territorial, o Território do Mato Grande definiu os eixos estratégicos articulados com programas e projetos estratégicos para o desenvolvimento.

4.1 Dimensão Sociocultural Educacional

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde, objetivando a conscientização e a participação efetiva dos seus membros.	Capacitação dos membros dos conselhos de saúde.	Governo Federal - Ministério da Saúde - Conselho Nacional de Saúde Governo Estadual - Secretaria de Saúde Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Conselhos de Saúde - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para capacitação dos membros dos conselhos de Saúde ✓ Recursos humanos para a capacitação dos membros dos conselhos de saúde Governo Estadual ✓ Assessoria a capacitação aos membros dos Conselhos de Saúde Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos cursos de capacitação. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar e para a participação nas capacitações.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Modernização com equipamentos e garantia do funcionamento dos postos de saúde já existentes;	Governo Federal - Ministério da Saúde Governo Estadual - Secretaria de Saúde Governo Municipal - Prefeituras Municipais – Secretarias de Saúde Sociedade Civil - ONGs e OSCIP; - Conselho de saúde - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiro para aquisição de equipamentos, instalações necessárias para a modernização e funcionamento dos postos de saúde Governo Estadual ✓ Orientação das normas, procedimentos para a modernização e funcionamento dos postos de saúde Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a implementação das ações de modernização e garantia do funcionamento dos posto de saúde Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Modernização dos hospitais existentes no Território para atendimento a média e alta complexidade.	Governo Federal - Ministério da Saúde Governo Estadual - Secretaria de Saúde Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Conselho de saúde - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiro para aquisição de equipamentos, instalações necessárias para a modernização dos hospitais para atendimento de média e alta complexidade Governo Estadual ✓ Orientação das normas, procedimentos para a modernização dos hospitais para atendimento de média e alta complexidade Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a modernização dos hospitais para atendimento de média e alta complexidade Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de . hospitais para atendimento de média e alta complexidade no Território

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Implantação de hospitais/maternidade em todas as sedes municipais.	Governo Federal - Ministério da Saúde Governo Estadual - Secretaria de Saúde Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Conselho de Saúde Sociedade Civil - Conselho de Saúde - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Deliberação para implantação de hospital/maternidade em todo Território; ✓ Estabelecimento de normas técnicas para a implantação dos hospitais /maternidades em todos os municípios do Território; ✓ Aporte de recursos financeiros para a implantação de hospitais maternidade em todas as sedes municipais. Governo Estadual ✓ Orientação das normas, procedimentos para a modernização dos hospitais para implantação de hospitais/maternidade em todas as sedes municipais do Território Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a modernização dos hospitais para implantação de hospitais/maternidade em todas as sedes municipais. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de implantação de hospitais/maternidade em todos os municípios.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Implantação e garantia do SAMU em todos os municípios do Território e ambulâncias do mar nos municípios litorâneos;	Governo Federal - Ministério da Saúde - Conselho de Saúde Governo Estadual - Secretaria de Saúde - Conselho de Saúde Governo Municipal - Prefeituras Municipais – Secretaria de Saúde Sociedade Civil - Conselho de Saúde - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Deliberação para implantação do SAMU nos municípios e Ambulância nas áreas litorâneas; ✓ Estabelecimento de normas técnicas para a implantação e garantia do SAMU nos municípios e Ambulância nas áreas litorâneas; ✓ Aporte de recursos financeiros para a implantação e garantia do SAMU nos municípios e Ambulância nas áreas litorâneas. Governo Estadual ✓ Orientação das normas, procedimentos para a modernização dos hospitais para implantação e garantia do SAMU nos municípios e Ambulância nas áreas litorâneas Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento das atividades de implantação do SAMU em todo Território e Ambulâncias nas regiões litorâneas do Território. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de implantação do SAMU nas cidades e Ambulância nas regiões litorâneas

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Construção de postos de saúde nos distritos e povoados, sem atendimento de saúde, de modo a atender de 200 até 500 habitantes;	Governo Federal - Ministério de Saúde - Conselho de Saúde Governo Estadual - Secretaria de Saúde - Conselho de Saúde Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Saúde - Conselho de Saúde Sociedade Civil - Conselho de Saúde; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Deliberação para implantação e construção de postos de saúde nos distritos e povoados sem atendimento de saúde; ✓ Aporte de recursos financeiros para a ✓ Construção de postos de saúde nos distritos e povoados sem atendimentos de saúde; ✓ Estabelecimento de normas e técnicas para a construção de postos de saúde nos distritos e povoados sem atendimento de saúde. Governo Estadual ✓ Orientação das normas, procedimentos para a modernização dos hospitais para a construção de postos de saúde em distritos e povoados sem atendimento de saúde Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento das atividades relacionadas a construção de postos de saúde nos distritos e povoados sem atendimento de saúde Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar, sensibilizar e fiscalizar todas as ações de construção de postos de saúde nos distritos e povoados ✓ Sem atendimento de saúde

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Ampliação dos profissionais de saúde, através da contratação de médicos traquimatologista, dentistas e ampliação das equipes de PSF com psicólogo, fisioterapeuta, bioquímicos, pediatra, cardiologista, urologista, geriatra, ginecologista e oftalmologista;	Governo Federal - Ministério da Saúde - Conselho de Saúde - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA Governo Estadual - Secretaria de Saúde - Conselho de Saúde Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Conselho de Saúde; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para a ampliação dos profissionais de saúde através de novas contratações e ampliação das equipes de PSF; Governo Estadual ✓ Orientação das normas e procedimentos para novas contratações de profissionais de saúde e ampliação das equipes de PSF; ✓ Financiamento para a contratação de novos profissionais de saúde e ampliação das equipes de PSF Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a contratação de novos profissionais de saúde e ampliação das equipes de PSF Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações referentes ao aumento das contratações dos profissionais de saúde e ampliação das equipes de PSF

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Valorização dos profissionais de saúde através da capacitação e melhoria salarial.	Governo Federal - Ministério da Saúde - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Saúde - Conselho de Saúde Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Saúde - Conselho de Saúde Sociedade Civil - Conselho de Saúde - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Recursos humanos para os treinamentos ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de valorização e capacitação dos profissionais de saúde através da melhoria salarial; ✓ Implantação de cursos técnicos na Grade Curricular do IFRN; ✓ Extensão de projetos de valorização e capacitação dos profissionais de saúde pela UFRN. Governo Estadual ✓ Aporte financeiro para a melhoria salarial e da capacitação dos profissionais de saúde. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a valorização dos profissionais de saúde através da capacitação e melhoria salarial Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de valorização profissional através da capacitação e melhoria salarial

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Ampliação e melhoria no atendimento aos pacientes com debilidade crônica (dependentes de hemodiálise, diabéticos, portadores de HIV/AIDS, hemofílicos, neoplasias, entre outros)	Governo Federal - Ministério da Saúde; - Conselho de Saúde; - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; - Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Governo Estadual - Secretaria de Saúde - Conselho de Saúde Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Saúde - Conselho de Saúde Sociedade Civil - Conselho de Saúde - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos com novas especialidades médicas, equipamentos, estruturas para ampliação e melhoria no atendimento aos pacientes com debilidade crônica; ✓ Projetos de Atendimento de alta complexidade aos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar pelo Hospital Universitário - UFRN. Governo Estadual ✓ Formalização de parcerias para a melhoria do atendimentos aos pacientes com debilidade crônica; ✓ Normas e procedimentos para ampliação e melhoria no atendimento aos pacientes com debilidade crônica; Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento das ações sobre a ampliação e melhoria no atendimento dos pacientes com debilidade crônica nos hospitais do Território. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar, sensibilizar e fiscalizar todas as ações de ampliação e melhoria no atendimento de pacientes com debilidade crônica.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Ampliação da Gestão Plena da atenção básica de modo a atender 100% da população rural	Governo Federal - Ministério da Saúde - Secretaria de Saúde - Conselho de Saúde Governo Estadual - Secretaria de Saúde - Conselho de Saúde Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Saúde - Conselho de Saúde Sociedade Civil - Conselho de Saúde - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para ampliação da Gestão Plena para atendimento de toda população Rural do Território; ✓ Estabelecimento de normas para o atendimento de 100% da população rural; Governo Estadual ✓ Orientação das normas de ampliação da Gestão Plena da atenção básica para atender toda a população Rural Territorial Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a ampliação da Gestão Plena da Atenção Básica para atender toda a população rural do Território Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar, sensibilizar e fiscalizar as ações relacionadas com ampliação da Gestão Plena de Atenção Básica para toda a população rural do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Atendimento a 100% da população rural de modo a erradicar a mortalidade infantil e a mortalidade materna.	Governo Federal - Ministério da Saúde - Secretaria de Saúde - Conselho de Saúde - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Saúde - Conselho de Saúde Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Conselho de Saúde - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de campanhas educativas para o combate a mortalidade materna e infantil ✓ Extensão de projetos de pesquisa voltadas para o combate e erradicação da mortalidade materna e infantil pela UFRN no Território. Governo Estadual ✓ Capacitação dos profissionais de saúde em prol do combate e erradicação da mortalidade infantil e materna ✓ Investimento em campanhas educativas sobre a mortalidade materna e infantil ✓ Apoio financeiro, técnico e infraestrutura as ações de combate e erradicação a mortalidade materna e infantil Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento das ações de combate a mortalidade materna e infantil ✓ Desenvolvimento de campanhas educativas para o combate e erradicação da mortalidade materna e infantil Sociedade Civil ✓ Notificação das mortes maternas, comprometimento na realização do pré-natal, amamentação e acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de combate e erradicação da mortalidade materna e infantil desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Ampliação e melhoramento dos serviços de abastecimento d'água particularmente na área rural com a implantação em 100% dos distritos rurais, de modo a atingir de 300 a 1.000 habitantes.	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA - Ministério do Meio Ambiente - MMA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA Governo Estadual - Secretaria de Recursos Hídricos - Secretaria de Agricultura - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de abastecimento d'água na área rural; ✓ Elaboração projeto técnico para abastecimento d'água na área rural - IFRN; Governo Estadual ✓ Viabilização técnica e financeira dos projetos de abastecimento d'água na área rural do Território ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento das atividades de abastecimento d'água no Território Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar, sensibilizar e fiscalizar todas as ações de abastecimento d'água desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Implantação de sistemas de esgotamento sanitário, particularmente na área rural, com a implantação em 100% dos distritos rurais, entre 300 a 1.000 habitantes.	Governo Federal - Ministério do Meio Ambiente - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN Governo Estadual - Secretaria da Agricultura - Secretaria de Recursos Hídricos - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria da Agricultura Sociedade Civil - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para a implantação de sistema de esgotamento sanitário, particularmente na área rural ; ✓ Elaboração de projeto técnico para a implantação de esgotamento sanitário - IFRN; Governo Estadual ✓ Viabilização técnica e financeira dos projetos de abastecimento de implantação de sistema de esgotamento sanitário, particularmente na área rural do Território ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento das atividades de implantação de sistema de esgotamento sanitário, particularmente na área rural. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar, sensibilizar e fiscalizar todas as ações de implantação de sistema de esgotamento sanitário, particularmente na zona rural, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Construção de escolas nos distritos e povoados, de modo a atender ao ensino fundamental;	Governo Federal - Ministério da Educação - Conselho de Educação - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA Governo Estadual - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Saúde - Conselho de Educação Sociedade Civil - Conselho de Educação - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para a construção de escolas nos distritos e povoados de modo a atender ao ensino fundamental; ✓ Estabelecimento das normas para a construção de escolas nos distritos e povoados de modo a atender ao ensino fundamental Governo Estadual ✓ Orientação dos procedimentos para a construção de escolas nos distritos e povoados de modo a atender ao ensino fundamental Governo Municipal ✓ Apoio logístico, financeiro e técnico aos projetos de construção de escolas nos distritos e povoados, de modo a atender ao ensino fundamental Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar, sensibilizar e fiscalizar todas as ações de construção de escolas nos distritos e povoados, de modo a atender ao ensino fundamental municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Redução da taxa de abandono no ensino fundamental e no ensino médio.	Governo Federal - Ministério da Educação - Secretaria de Educação - Conselho de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Saúde - Conselho de Educação Sociedade Civil - Conselho de Educação - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de projetos de Redução da taxa de abandono no ensino médio e fundamental; ✓ Projeto de Extensão para a redução da taxa de abandono no ensino médio e fundamental - UFRN. Governo Estadual ✓ Estabelecimento de estratégias para a redução do abandono no ensino médio e fundamental de acordo com a realidade territorial Governo Municipal ✓ Apoio logístico, técnico e financeiro para as ações de redução do abandono no ensino médio e fundamental. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de redução do abandono no ensino médio e fundamental, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Elevação da taxa de matrícula no ensino médio (15 a 17 anos)	Governo Federal - Ministério da Educação - Secretaria de Educação - Conselho de Educação - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN Governo Estadual - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Sociedade Civil - Conselho de Educação - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos, técnicos e financeiros para elevação da taxa de matrícula no ensino médio ✓ Elaboração de projetos estratégicos para subsidiar ações de elevação da taxa de matrícula no ensino médio - IFRN Governo Estadual ✓ Orientação técnica e pedagógica para as ações de elevação da taxa de matrícula no ensino médio Governo Municipal ✓ Apoio logístico, técnico e financeiro para as ações de elevação da taxa de matrícula no ensino médio desenvolvidas no Território. Sociedade Civil ✓ Orientar os jovens na matrícula do ensino médio, acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de elevação da taxa de matrícula desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Alfabetização de jovens de 15 a 24 anos 100% do total da faixa, em todos os municípios.	Governo Federal - Ministério da Educação - Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Saúde - Conselho de Saúde Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Sociedade Civil - Conselho de Educação; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de projetos alfabetização de todos os jovens de 15 a 24 anos no Território; ✓ Elaboração de projeto de alfabetização dos jovens entre 15 e 24 anos do Território - IFRN; ✓ Projeto de Extensão para alfabetização de todos os jovens entre 15 e 24 anos do Território - UFRN. Governo Estadual ✓ Estabelecimento com as orientações técnicas sobre projetos de alfabetização de todos os jovens entre 15 e 24 anos do Território Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para as ações dos projetos de alfabetização dos jovens entre 15 e 24 anos Sociedade Civil ✓ Orientar os jovens para a necessidade de participarem do projeto de alfabetização dos jovens do Território e fazer o acompanhamento, mobilização e sensibilização para a participação em todas as ações de alfabetização dos jovens, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Correção da distorção idade-série no ensino fundamental	Governo Federal - Ministério da Educação - Secretaria da Educação - Conselho de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Sociedade Civil - Conselho de Educação - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de projetos de correção da distorção idade-série no ensino fundamental; ✓ Estudos, Projetos e pesquisas que subsidiem as ações voltadas para a correção da distorção idade-série - UFRN. Governo Estadual ✓ Orientação para implantação de projetos de correção da distorção idade-série no ensino fundamental Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento das ações voltadas para a correção da distorção idade-série no ensino fundamental Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de correção da distorção idade-série no ensino fundamental desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Recuperação aceleração da escolaridade: inserir crianças no sistema formal de ensino, de modo adequado em relação á idade.	Governo Federal - Ministério da Educação - Secretaria de Educação - Conselho de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Sociedade Civil - Conselho de Educação; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento da recuperação e aceleração da escolaridade no ensino formal de acordo com a idade; ✓ Estabelecimento de estratégias para a recuperação aceleração da escolaridade de com inserção no ensino formal de acordo com a idade ✓ Extensão de projetos de capacitação para recuperação aceleração da escolaridade com inserção no ensino formal de acordo com a idade -UFRN. Governo Estadual ✓ Direcionamento das ações de recuperação aceleração da escolaridade com inserção no ensino formal de acordo com a idade Governo Municipal ✓ Apoio logístico, técnico e financeiro para o desenvolvimento da recuperação aceleração da escolaridade com inserção no ensino formal de acordo com a idade Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de recuperação e aceleração da escolaridade com a inserção no ensino fundamental de acordo com a idade, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Melhoria da capacidade didático-pedagógica das escolas rurais.	Governo Federal - Ministério da Educação - Secretaria de Educação - Conselho de Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Educação Sociedade Civil - Conselho de Educação - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de melhoria da capacidade didático-pedagógico das escolas rurais ✓ Extensão de projetos de capacitação para profissionais de educação do Território pela UFRN. Governo Estadual ✓ Ações orientadoras de implantação de projetos de melhoria da capacidade didático-pedagógica das escolas rurais Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento das ações de melhoria da capacidade didático-pedagógica das escolas rurais do Território Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de melhoria da capacidade didático-pedagógica das escolas rurais desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Implantação de cursos no ensino técnico-profissionalizante adequados a realidade do Território (pedagogia da alternância)	Governo Federal - Ministério da Educação - Conselho de Educação - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN Governo Estadual - Secretaria de Educação - Conselho de educação Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Sociedade Civil - Conselho de educação - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de implantação de cursos profissionalizantes de acordo com a realidade do Território ✓ Implantação de cursos profissionalizantes na grade curricular do IFRN de acordo com a realidade de cada do Território considerando a pedagogia da alternância; Governo Estadual ✓ Suporte técnico para a implantação dos cursos técnico profissionalizante de acordo com a realidade do território, considerando a pedagogia da alternância Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para as ações de desenvolvimento da implantação de cursos de ensino profissionalizante de acordo com a realidade do Território, a considerar a pedagogia da alternância Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações implantação de cursos profissionalizantes adequadas a realidade Territorial considerando a pedagogia da alternância.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Adequação/adaptação dos currículos escolares a realidade local.	Governo Federal • Ministério da Educação • Secretaria de Educação • Conselho de Educação • Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN • Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual • Secretaria de Educação • Conselho de Educação Governo Municipal • Prefeituras Municipais • Secretaria de Educação Sociedade Civil • Conselho de Educação; • ONGs e OSCIP; • Associações Comunitárias; • Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; • Articulação do Semiárido – ASA; • Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de projetos de adequação/adaptação dos currículos escolares à realidade local; ✓ Desenvolvimento de pesquisa para adequação/adaptação dos currículos escolares a realidade local - IFRN; ✓ Elaboração de projeto de adequação/adaptação dos currículos escolares a realidade de cada município do Território - UFRN. Governo Estadual ✓ Normas e procedimentos de implantação dos currículos com adequação/adaptação a realidade local Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento das atividades relativas a adequação/adaptação dos currículos escolares a realidade local Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de adequação/adaptação dos currículos escolares a realidade local, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Implantação de programas que visem a elevação da escolaridade e o acesso ao ensino superior.	Governo Federal - Ministério da Educação - Secretaria de Educação - Conselho de Educação - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Sociedade Civil - Conselho de Educação - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para implantação de programas que visem a elevação da escolaridade e o acesso ao ensino superior ✓ Elaboração de estudos e projetos com a perspectiva da elevação da escolaridade e acesso ao ensino superior - IFRN; ✓ Execução de programas com o objetivo elevar a escolaridade e o acesso ao ensino superior - UFRN Governo Estadual ✓ Apoio as ações de implantação de programas para elevação da escolaridade e o acesso ao ensino superior Governo Municipal Comprometimento com as atividades de implantação de programas que visem a elevação da escolaridade e o acesso ao ensino superior Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de implantação de programas que visem a elevação da escolaridade e o acesso ao ensino superior, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Implantação de programa multi-setorial para a juventude, objetivando a melhoria das condições de vida dos jovens pela capacitação profissional, cultura e esporte.	Governo Federal - Ministério da Educação, Desportos e Lazer - Ministério da Cultura - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Ministério do Trabalho e Emprego – MTE - Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN Governo Estadual - Secretaria da Educação - Conselho de Educação - Secretaria de esporte - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de educação - Conselho de Educação Sociedade Civil - Conselho de Cultura - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de projetos de implantação de programas multi-setorial para melhoria das condições de vida dos jovens através da capacitação profissional, cultura e esporte ✓ Elaboração e execução de projetos de implantação de programa multi-setorial com objetivo de melhorar as condições de vida dos jovens através da capacitação profissional, cultura e esporte - IFRN Governo Estadual ✓ Subsídios para a implantação de programa multi-setorial para a juventude, objetivando a melhoria da sua condição de vida através da capacitação profissional, cultura e esporte Governo Municipal ✓ Apoio logístico técnico e financeiro para o desenvolvimento das ações de implantação de programa multi-setorial para a juventude visando à melhoria das condições de vida através da capacitação profissional, cultura e esporte Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de implantação da implantação de programa multi-setorial para a melhoria das condições de vida dos jovens através da capacitação profissional, cultura e esporte, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Articulação com diversos programas focando prioritariamente as famílias com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Ministério do Trabalho e Emprego - MTE Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; - Banco do Nordeste Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnico e financeiros para o desenvolvimento de projetos de articulação com diversos programas que priorize famílias com renda per capita de até meio salário mínimo; ✓ Realização de ações de articulação com diversos programas para viabilização de programas que priorizam famílias com renda per capita de até meio salário Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e apoio a articulação com diversos programas com prioridade para as famílias com até meio salário mínimo através de capacitação para a agricultura familiar – EMATER ✓ Apoio técnico e financeiro aos programas de produção voltados para as famílias com renda per capita de até meio salário mínimo Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para articulação com diversos programas com foco em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar, sensibilizar e fiscalizar todas as ações de articulação com diversos programas com foco em famílias com renda per capita de até meio salário mínimo, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento	Formação de convênios com o SEBRAE, SENAC, SENAI, escolas técnicas e outros parceiros para formação de cursos profissionalizantes como: empreendedorismo, cooperativismo/associativismo, desenvolvimentos de negócios, promoção, vendas e marketing.	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Ministério do Trabalho e Emprego – TEM - Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Serviço Nacional da Indústria – SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC Governo Estadual - SENAI, SENAC - Secretaria de Trabalho e Ação Social - Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social Sociedade Civil - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnico, financeiros e orientadores para a formação de convênios para a formação de cursos profissionalizantes em diversas áreas profissionais; ✓ Estabelecimento de normas de inserção no mercado de trabalho com base na participação nos programas de capacitação profissional com base na formação de convênios com SEBRAE, SENAC, SINA, IFRN. ✓ Elaboração de projetos para viabilização de convênios para a formação de cursos profissionalizantes - IFRN; Governo Estadual ✓ Orientação na formação de convênio para capacitação profissional; ✓ Celebração de convênios de formação profissional Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a formação de convênios dos cursos de capacitação profissional Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de capacitação profissional desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento	Valorização do magistério: formação continuada de professores e concurso público.	Governo Federal - Ministério da Educação - Conselho de Educação - Universidade Federal do RN - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Educação Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Sociedade Civil - Conselho de Educação - Sindicato dos Trabalhadores/as na Educação - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de projetos de valorização do magistério com a formação continuada de professores e concurso público; ✓ Deliberação sobre a realização dos concursos públicos ✓ Extensão de projetos de formação continuada para professores, pela UFRN. Governo Estadual ✓ Determinação da realização de concursos públicos; ✓ Orientação para a formação continuada de professore/as Governo Municipal ✓ Apoio logístico, técnico e financeiro para o desenvolvimento das atividades de formação continuada de professore/as e de concursos público Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar, sensibilizar e fiscalizar todas as ações de formação continuada de professore/as e da realização de concursos públicos, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento	Utilização da estrutura da Escola Agrícola de Ceara - Mirim para implantação de núcleo técnico profissional voltado para agricultura familiar e pesca artesanal, incluindo os cursos de agronomia, ciências agrárias e engenharia de pesca.	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Ministério da Educação - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN Governo Estadual - Secretaria da Agricultura - Secretaria da Educação - Conselho de Educação Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Sociedade Civil - Conselho de Educação - Sindicato de trabalhadores/as na Educação - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de utilização da estrutura da Escola Agrícola de Ceará-Mirim para implantação de núcleo técnico profissional da agricultura familiar e da pesca artesanal ✓ Implantação de cursos técnicos para implantação de núcleo técnico profissional para a agricultura familiar, utilizando a estrutura da Escola Agrícola de Ceará-Mirim - IFRN; Governo Estadual ✓ Viabilização de projetos de utilização da estrutura da Escola Agrícola de Ceará-Mirim para implantação de núcleo profissional voltado para a Agricultura familiar Governo Municipal ✓ Apoio logístico, técnico e financeiro para a utilização da estrutura da Escola Agrícola de Ceará Mirim para implantação de núcleo técnico profissional da agricultura familiar. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a utilização da estrutura da Escola Agrícola de Ceará-Mirim para a implantação do núcleo técnico profissional voltado para a agricultura familiar do Território

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento	Implantação de laboratórios de inclusão digital e informatização das escolas rurais de modo a garantir o funcionamento adequado.	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Ministério da Educação - Conselho de Educação - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Conselho de Educação - Sindicato dos trabalhadores/as na Educação - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Sindicato de Trabalhadores/as na Educação - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de implantação de laboratórios de inclusão digital e informatização das escolas rurais garantindo seu funcionamento; ✓ Elaboração de projetos de Implantação de laboratórios de inclusão digital e informatização das escolas rurais garantindo seu funcionamento - IFRN; ✓ Extensão de projetos de implantação de laboratórios de inclusão digital e informatização das escolas rurais de modo a garantir seu funcionamento adequado - UFRN. Governo Estadual ✓ Apoio técnico e financeiro na implantação de laboratórios de inclusão digital e informatização das escolas rurais, garantindo seu funcionamento adequado Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a implantação de laboratórios de inclusão digital e informatização das escolas rurais com a garantia de seu funcionamento adequado. Sociedade Civil ✓ Reivindicar, acompanhar, mobilizar, sensibilizar e fiscalizar as ações de implantação de laboratórios de inclusão digital e informatização das escolas rurais com a garantia de seu funcionamento adequado, que forem desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento	Criação de escolas regionais de arte, cultura e teatro.	Governo Federal - Ministério da Educação - Conselho de Educação - Ministério da Cultura - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Educação e Cultura - Conselho de Educação - Fundação José Augusto Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Educação Sociedade Civil - Conselho de Educação - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Sindicato de Trabalhadores e trabalhadoras na Educação - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de criação de escolas regionais de arte, cultura e teatro; ✓ Implantação de projeto de capacitação para a criação de escolas regionais de arte, cultura e teatro ✓ Extensão de projetos de criação de escolas regionais de arte, cultura e teatro - UFRN. Governo Estadual ✓ Apoio logístico e financeiro para a criação de escolas regionais de arte, cultura e teatro Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a criação de escolas regionais de arte, cultura e teatro. Sociedade Civil ✓ Solicitar, acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de criação de escolas regionais de arte, cultura e teatro, que forem desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação, objetivando a conscientização e a participação efetiva dos seus membros;	Capacitação dos membros dos conselhos de educação.	Governo Federal - Ministério da Educação - Conselho de Educação - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Educação - Conselho de Educação Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de educação - Conselho de Educação Sociedade Civil - Conselho de Educação - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Educação; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de projetos de capacitação dos membros dos conselhos de educação ✓ Promoção de cursos de capacitação conforme necessidade dos membros do conselho - IFRN; ✓ Extensão de projetos de capacitação dos membros do conselho de educação -UFRN. Governo Estadual ✓ Viabilização do processo de capacitação dos membros dos conselhos de educação Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento das atividades de capacitação dos membros do conselho de Educação. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de capacitação dos conselhos de educação que forem desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Valorização dos profissionais de educação com formação contínua;	Implantação de normas legais para estabelecimento da remuneração digna dos profissionais da área de educação.	Governo Federal • Ministério da Educação • Secretaria de Educação • Conselho de Educação Governo Estadual • Secretaria de Educação • Conselho de Educação Governo Municipal • Prefeituras Municipais • Conselho de Educação Sociedade Civil • Conselho de Educação; • ONGs e OSCIP; • Associações Comunitárias; • Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Educação; • Articulação do Semiárido – ASA; • Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros para a implantação de normas legais para estabelecimento de remuneração digna dos profissionais da área da saúde; Governo Estadual ✓ Assistência na implantação de normas legais para estabelecimento da remuneração digna dos profissionais da área da educação Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento da implantação de normas legais para estabelecimento da remuneração digna dos profissionais da área de educação. Sociedade Civil ✓ Reivindicar, acompanhar, mobilizar e sensibilizar todas as ações de implantação de normas legais para estabelecimento de remuneração digna dos profissionais da área de educação que forem desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Segurança Pública e Defesa Social do Território.	Reforço policial das rodovias federal, estadual e municipais.	Governo Federal - Ministério da Justiça - Ministério dos Transportes - Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA Governo Estadual - Secretaria de Segurança e Justiça - Secretaria de Transporte Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Segurança e Justiça Sociedade Civil - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de Reforço policial das rodovias federal, estadual e municipais Governo Estadual ✓ Viabilização técnica e econômica dos projetos de reforço policial das rodovias federais, estaduais e municipais Governo Municipal ✓ Apoio logístico, técnico e financeiro para o desenvolvimento das ações de reforço policial das rodovias federais, estaduais e municipais. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de reforço policial das rodovias federais, estaduais e municipais que forem desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Segurança Pública e Defesa Social do Território.	Implantação de núcleos de segurança comunitária, priorizando os municípios com maior número de homicidas.	Governo Federal - Ministério da Justiça - Ministério de Governo Estadual - Secretaria de Segurança e Justiça Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de segurança Sociedade Civil - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnico e financeiro para a implantação de núcleos de segurança comunitária, priorizando os municípios com maior número de homicidas Governo Estadual ✓ Assistência técnica e financeira para a implantação de núcleos de segurança comunitária com prioridade para os municípios com maior número de homicidas Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a implantação de núcleos de segurança comunitária, priorizando os municípios com maior número de homicidas do Território Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de implantação de núcleos de segurança comunitária, priorizando os municípios com maior número de homicidas do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Segurança Pública e Defesa Social do Território.	Capacitação da sociedade civil para participação efetiva no combate a criminalidade através de campanhas educativas.	Governo Federal • Ministério da Justiça • Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA • Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA • Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA • Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN • Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual • Secretaria de Segurança e Justiça • Secretaria de agricultura • Secretaria de Educação • Delegacia do MDA Governo Municipal • Prefeituras Municipais • Secretaria de segurança • Secretaria de Educação Sociedade Civil • Conselho de Educação • ONGs e OSCIP; • Associações Comunitárias; • Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; • Articulação do Semiárido – ASA; • Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnico e financeiros para capacitação da sociedade civil para participação efetiva no combate a criminalidade através de campanhas educativas; ✓ Promoção de campanhas educativas para o combate a criminalidade ✓ Elaboração de projeto de capacitação da sociedade civil para o combate a criminalidade - IFRN; ✓ Extensão de projetos de capacitação da sociedade civil para o combate da criminalidade - UFRN. Governo Estadual ✓ Lançamento de campanhas educativas para o combate a criminalidade ✓ Viabilização técnica e econômica para a capacitação da sociedade civil para a participação efetiva no combate a criminalidade Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento de capacitação e de campanhas educativas para o combate a criminalidade. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em campanhas educativas e capacitação da sociedade civil para a participação efetiva no combate a criminalidade no Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Segurança Pública e Defesa Social do Território.	Criação de um sistema compartilhado de segurança, onde atuem a polícia civil, militar, poder judiciária, científica e ministério público.	Governo Federal - Ministério da Justiça Governo Estadual - Secretaria de segurança e justiça Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de segurança e Justiça Sociedade Civil - ONGs e OSCIP; - Conselhos; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de criação de um sistema compartilhado de segurança entre a polícia civil, militar, poder judiciário e ministério público ✓ Estabelecimento de normas para a de implantação de projeto de criação de um sistema compartilhado de segurança entre a polícia civil, científica, militar, o judiciário, e o Ministério público Governo Estadual ✓ Orientação sobre a criação de um sistema compartilhado de segurança, onde atuem a polícia civil, militar, científica, poder judiciário e ministério público Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos cursos de capacitação. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de sistema compartilhado de segurança onde atuem polícia civil, militar, poder judiciária, científica e ministério público, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Segurança Pública e Defesa Social do Território.	Criação da guarda municipal, segurança para o mar, municipalização da policia civil, guarda ambiental, guarda marítima e patrimonial	Governo Federal - Ministério da Justiça - Ministério da Pesca - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA - IBAMA - IDEMA Governo Estadual - Secretaria de Segurança - Secretaria de Meio Ambiente - Secretaria da Pesca Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Agricultura - Secretaria do Meio Ambiente Sociedade Civil - Comitês de Bacia - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para a criação da Criação da guarda municipal, segurança para o mar, municipalização da policia civil, guarda ambiental, guarda marítima e patrimonial ✓ Elaboração de estudos das ações estratégicas para a viabilização da Criação da guarda municipal, segurança para o mar, municipalização da policia civil, guarda ambiental, guarda marítima e patrimonial - IFRN - UFRN ✓ Estudo propositivo da criação da guarda municipal, segurança para o mar, municipalização da policia civil, guarda ambiental, guarda marítima e patrimonial – IDEMA - IBAMA Governo Estadual ✓ Viabilização das ações de Criação da guarda municipal, segurança para o mar, municipalização da policia civil, guarda ambiental, guarda marítima e patrimonial no Território Governo Municipal ✓ Apoio logístico, técnico e financeiro para o desenvolvimento das ações de . Criação da guarda municipal, segurança para o mar, municipalização da policia civil, guarda ambiental, guarda marítima e patrimonial Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações Criação da guarda municipal, segurança para o mar, municipalização da policia civil, guarda ambiental, guarda marítima e patrimonial que forem desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Segurança, objetivando a conscientização e a participação efetiva dos seus membros;	Capacitação dos membros dos conselhos de segurança.	Governo Federal - Ministério da Justiça - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Segurança - Conselho de segurança Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Segurança Sociedade Civil - Conselho de Segurança; - Comitês de Bacias - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros Capacitação dos membros dos conselhos de segurança; ✓ Extensão de projetos de capacitação para os membros dos conselhos de segurança do Território - UFRN. Governo Estadual ✓ Assegurar a realização da capacitação dos membros dos conselhos de segurança com aporte técnico e financeiro Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para capacitação dos membros dos conselhos de segurança do Território. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de capacitação dos membros dos conselhos de segurança desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Valorização dos profissionais de segurança com formação continua;	Implantação de normas legais para estabelecimento da remuneração digna dos profissionais da área de segurança.	Governo Federal - Ministério da Justiça - Conselho de Justiça Governo Estadual - Secretaria de Segurança - Conselho de Segurança Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Segurança - Conselho de Saúde Sociedade Civil - Conselho de Segurança - Comitês de Bacia; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para Implantação de normas legais para estabelecimento da remuneração digna dos profissionais da área de segurança; ✓ Estabelecimento de normas legais para a remuneração dos profissionais de segurança nos municípios do Território; Governo Estadual ✓ Encaminhamento das normas legais estabelecidas para a remuneração digna dos profissionais da área de segurança Governo Municipal Apoio logístico e financeiro para implantação de normas legais para estabelecimento da remuneração digna dos profissionais da área de segurança. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de implantação de normas legais para o estabelecimento da remuneração digna dos profissionais de segurança, desenvolvidas nos municípios do Território.

4.1.1 Cronograma de Implementação das Ações da Dimensão Sociocultural Educacional

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde, objetivando a conscientização e a participação efetiva dos seus membros.	Formação continuada para os membros dos conselhos de saúde.										
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Modernização com equipamentos e garantir o funcionamento dos postos de saúde já existentes;										
	Modernização dos hospitais existentes no Território para atendimento a média e alta complexidade.										
	Implantação de hospitais/maternidade em todas as sedes municipais.										
	Implantação e garantia do SAMU em todos os municípios do Território e ambulâncias do mar (ambulanchas) nos municípios litorâneos;										
	Construção de postos de saúde nos distritos e povoados, sem atendimento de saúde, de modo a atender de 200 até 500 habitantes;										
	Ampliação dos profissionais de saúde, através da contratação de médicos traquimatologista, dentistas e ampliação das equipes de PSF com psicólogo, fisioterapeuta, bioquímicos, pediatra, cardiologista, urologista, geriatra, ginecologista e oftalmologista;										
	Valorização (formação continuada; condições de trabalho; e remuneração) dos profissionais de saúde.										
	Ampliação e melhoria no atendimento aos pacientes com debilidade crônica (dependentes de hemodiálise, diabéticos, portadores de HIV/AIDS, hemofílicos, neoplasias, entre outros)										
	Ampliação da Gestão Plena da atenção básica de modo a atender 100% da população rural										
	Atendimento a 100% da população rural de modo a erradicar a mortalidade infantil e a mortalidade materna.										
	Ampliação e melhoramento dos serviços de abastecimento d'água particularmente na área rural com a implantação em 100% dos distritos rurais, de modo a atingir de 300 a 1.000 habitantes.										
	Implantação de sistemas de esgotamento sanitário, particularmente na área rural e estuários, com a implantação em 100% dos distritos rurais, entre 300 a 1.000 habitantes.										

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Construção de escolas nos distritos e povoados, de modo a atender a educação infantil e ao ensino fundamental;										
	Redução da taxa de abandono no ensino fundamental e no ensino médio.										
	Elevação da taxa de matrícula no ensino médio (15 a 17 anos)										
	Alfabetização de jovens de 15 a 24 anos 100% do total da faixa, em todos os municípios.										
	Recuperação aceleração da escolaridade: Correção da distorção idade-série no ensino fundamental										
	Formação continuada para melhoria didático-pedagógica nas escolas rurais, incluindo o programa Escola Ativa.										
	Implantação/ampliação de cursos de ensino técnico-profissionalizante adequados a realidade do Território (pedagogia da alternância), técnico em agropecuária, geração de energia renováveis...										
	Adequação/adaptação dos currículos escolares a realidade local.										
	Implantação de programas que visem a elevação da escolaridade e o acesso ao ensino superior.										
	Implantação de programa multi-setorial para a juventude, objetivando a melhoria das condições de vida dos jovens pela formação profissional, cultura e esporte.										
	Articulação com diversos programas focando prioritariamente as famílias com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo.										
	Formação de convênios com o SEBRAE, SENAC, SENAI, escolas técnicas e outros parceiros para formação de cursos profissionalizantes como: empreendedorismo, cooperativismo/associativismo, desenvolvimentos de negócios, promoção, vendas e marketing.										
	Valorização (formação continuada; condições de trabalho; e remuneração) do magistério: formação continuada de professores e concurso público.										
	Utilização da estrutura da Escola Agrícola de Ceara - Mirim para implantação de núcleo técnico profissional voltado para agricultura familiar e pesca artesanal, incluindo os cursos de técnico em agropecuária, agronomia, ciências agrárias e engenharia de pesca.										
	Implantação de laboratórios de inclusão digital e informatização das escolas rurais de modo a garantir o funcionamento adequado.										
	Criação de escolas regionais de arte, cultura e teatro.										

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação, objetivando a conscientização e a participação efetiva dos seus membros;	Formação continuada para os membros dos conselhos de educação.										
Valorização dos profissionais de educação com formação continua;	Implementação de melhoria salarial posta na lei do FUNDEB para estabelecimento da remuneração digna dos profissionais da área de educação.										
Segurança Pública e Defesa Social do Território.	Implantação e ampliação do reforço policial das rodovias federal, estadual e municipais.										
	Implantação de núcleos de segurança comunitária, priorizando os municípios com maior número de homicidas.										
	Formação da sociedade civil para participação efetiva no combate a criminalidade através de campanhas educativas.										
	Criação de um sistema compartilhado de segurança, onde atuem a polícia civil, militar, poder judiciário, científica e ministério público.										
	Criação da guarda municipal, segurança para o mar, municipalização da polícia civil, guarda ambiental, guarda marítima e patrimonial										
	Implantar delegacia da mulher nos municípios do Território.										
Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Segurança, objetivando a conscientização e a participação efetiva dos seus membros;	Formação continuada para os membros dos conselhos de segurança.										
Valorização dos profissionais de segurança com formação continua;	Implantação de normas legais para estabelecimento da remuneração digna dos profissionais da área de segurança.										

4.2 Dimensão Ambiental

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Combate a desertificação no Território.	Criar incentivos aos produtores da agricultura familiar para o planejamento do uso sustentável dos recursos naturais (sistema de produção, manejo, utilização de máquinas e equipamentos e defensivos agrícolas).	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - IDEMA - IBAMA Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Agricultura Sociedade Civil - Comitês de Bacias - Conselho de Desenvolvimento - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros para criar incentivos aos produtores da agricultura familiar para o planejamento do uso sustentável dos recursos naturais ✓ Elaboração de projetos de criação de incentivos aos trabalhadores da agricultura familiar para o uso sustentável dos recursos naturais - IFRN; Governo Estadual ✓ Assistência Técnica na criação de incentivos na agricultura familiar, ao uso sustentável dos recursos naturais- EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de incentivos aos produtores da agricultura familiar para o uso sustentável dos recursos naturais /PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a criação de incentivos na agricultura familiar para o uso sustentável dos recursos naturais. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de incentivo na agricultura familiar do uso sustentável dos recursos naturais que foram desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Combate a desertificação no Território.	Recuperação de áreas degradadas.	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - INCRA - IDEMA - IBAMA Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de agricultura Sociedade Civil - Conselhos de desenvolvimento - Comitês de Bacias - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros para a recuperação de áreas degradadas; ✓ Estudos para ações estratégicas de recuperação de áreas degradadas; Governo Estadual ✓ Assistência Técnica recuperação de áreas degradadas - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de recuperação de áreas degradadas - PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. ✓ Estudos ambientais para recuperação das áreas degradadas Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento das ações de recuperação de áreas degradadas. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de recuperação de áreas degradadas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Combate a desertificação no Território.	Criar consórcios municipais para a formação de aterros sanitários centrais de recolhimento de resíduos sólidos e líquidos.	Governo Federal - Ministério do Meio Ambiente - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Agricultura - Secretaria do Meio ambiente - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de agricultura - Secretaria do Meio Ambiente Sociedade Civil - Conselho de Desenvolvimento - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para criar consórcios municipais para a formação de aterros sanitários centrais de recolhimento de resíduos sólidos e líquidos no Território; ✓ Elaboração de projetos para criação de consórcios municipais para a formação de aterros sanitários centrais de recolhimento de resíduos sólidos e líquidos; ✓ Estudo de viabilidade econômica ,sem danos ao meio ambiente, para a criação de consórcios municipais para a formação de aterros sanitários centrais de recolhimento de resíduos sólidos e líquido do Território Governo Estadual ✓ Assistência Técnica na criação de criação de consórcios municipais a formação de aterros sanitários centrais de recolhimento de resíduos sólidos e líquidos; ✓ Assessoria ao processo de criação dos consórcios municipais de aterro sanitário centrais de recolhimento de resíduos sólidos e líquidos; ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico, técnico e financeiro para a criação de consórcios municipais para a formação de aterros sanitários centrais de recolhimento de resíduos sólidos e líquidos Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de criação de consórcio municipal para a formação de aterros sanitários centrais de recolhimento de resíduos sólidos e líquidos, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Combate a desertificação no Território.	Promoção de campanhas de conscientização da população do Território para destino correto do lixo tóxico.	Governo Federal - Ministério do Meio Ambiente - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - IDEMA - IBAMA Governo Estadual - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros para a promoção de campanhas de conscientização da população Territorial sobre o destino do lixo tóxico; ✓ Implantação de cursos técnicos para a população conhecer o destino correto do lixo tóxico; ✓ Elaboração e promoção de campanhas de conscientização da população sobre o destino correto do lixo tóxico Governo Estadual ✓ Desenvolvimento de campanhas de conscientização, sobre o destino correto do destino do lixo tóxico do Território – PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico, técnico e financeiro para a promoção de campanhas de conscientização da população do Território para o destino correto do lixo tóxico Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de promoção de campanhas de conscientização sobre o destino correto do lixo tóxico, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Combate a desertificação no Território.	Instalar e/ou fortalecer os Conselhos Municipais de Meio Ambiente.	Governo Federal - Ministério do Meio Ambiente - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN - IBAMA - IDEMA Governo Estadual - Secretaria de Meio Ambiente - Secretaria de Agricultura - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Agricultura - Secretaria do Meio Ambiente Sociedade Civil - Comitês de Bacias - Conselhos de Desenvolvimento; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros para e/o fortalecer os conselhos municipais de Meio Ambiente ; ✓ Extensão de projetos de capacitação para os conselhos municipais de meio ambiente - UFRN. ✓ Subsídios impresso, audiovisual para capacitação dos conselhos de Meio Ambiente Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e formação através de cursos - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de capacitação dos conselhos de Meio Ambiente - PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos cursos de capacitação para os conselhos municipais de meio ambiente. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de capacitação dos conselhos de meio ambiente, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Combate a desertificação no Território.	Criar instrumentos de monitoramento as atividades produtivas minerais (caieiras e pedreiras)	Governo Federal - Ministério do Meio Ambiente - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Agricultura - Secretaria do Meio Ambiente - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Agricultura - Secretaria de Meio Ambiente Sociedade Civil - Comitês de Bacias - Conselho de desenvolvimento - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnico e financeiros para criar instrumentos de monitoramento das atividades produtivas minerais no Território; ✓ Extensão de projetos de capacitação para a criação de instrumentos de monitoramento das atividades produtivas minerais –UFRN - IFRN Governo Estadual ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. ✓ Viabilização técnica e econômica da criação de instrumentos de monitoramento das atividades produtivas minerais no Território Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para criar instrumentos de monitoramento das atividades produtivas minerais. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de criação de instrumentos de monitoramento das atividades produtivas minerais, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Combate a desertificação no Território.	Utilização da Escola Agrícola de Ceará Mirim como Centro Técnico de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal numa perspectiva de desenvolvimento sustentável com áreas demonstrativas de culturas orgânicas.	Governo Federal - Ministério da Educação - Ministério do Meio Ambiente - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Educação - Secretaria de Agricultura - IBAMA - IDEMA Governo Municipal - Prefeituras Municipais - Secretaria de Agricultura - Secretaria de Educação Sociedade Civil - Conselho de Educação - Comitês de Bacias - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para utilização da Escola Agrícola de Ceará-Mirim como Centro Técnico de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal para o desenvolvimento sustentável com áreas demonstrativas de culturas orgânicas ✓ Estudos sobre as culturas orgânicas- IFRN; ✓ Extensão de projetos de capacitação para o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar com demonstração de culturas orgânicas - UFRN. Governo Estadual ✓ Suporte técnico e financeiro para a utilização da Escola Agrícola de Ceará-Mirim como centro técnico de Agricultura Familiar e Pesca artesanal na perspectiva d desenvolvimento sustentável com áreas demonstrativas de culturas orgânicas. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para Utilização da Escola Agrícola de Ceará Mirim como Centro Técnico de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal numa perspectiva de desenvolvimento sustentável com áreas demonstrativas de culturas orgânicas Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de utilização da escola agrícola de Cera-Mirim para áreas demonstrativas de culturas orgânicas com vistas ao desenvolvimento sustentável na agricultura familiar e da pesca artesanal, desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Apoio a Gestão Ambiental	Criação de Comitês de Bacias (Ceara Mirim, Punaú, Boqueirão, Maxaranguape e Doce) e monitoramento de matas ciliares, encostas, corpos d'água e mangues.	Governo Federal - Ministério do Meio Ambiente - MME; - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA; - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Governo Estadual - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA; - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH; Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para a criação dos comitês; ✓ Aporte de recursos financeiros e humanos; ✓ Aporte de recurso para apoio de projetos. Governo Estadual ✓ Desenvolvimento e implantação dos comitês de Bacias; ✓ Aporte financeiro e humano para apoio aos comitês; Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos comitês. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação e o controle social dos comitês nos municípios contemplados no Território.

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Apoio a Gestão Ambiental	Criação e/ou reorganização das secretarias municipais de meio ambiente e conselhos municipais de meio ambiente;	Governo Federal - Ministério do Meio Ambiente - MME; - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA; - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Governo Estadual - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA; - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH; Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para os conselhos municipais; ✓ Aporte de recursos financeiros e humanos; ✓ Aporte de recurso para apoio de projetos. Governo Estadual ✓ Desenvolvimento e implantação dos conselhos municipais; ✓ Aporte financeiro e humanos para apoio aos conselhos; Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos conselhos. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação e o controle social dos conselhos municipais nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Apoio a Gestão Ambiental	Implementação de instrumentos de apoio a gestão ambiental na área semiárida do Território	Governo Federal - Ministério do Meio Ambiente - MME; - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA; - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Governo Estadual - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA; - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH; Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos; ✓ Aporte de recursos financeiros e humanos; ✓ Aporte de recurso para apoio de projetos. Governo Estadual ✓ Desenvolvimento e implementação de projetos sustentáveis; ✓ Aporte financeiro e humano para apoio a projetos; Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos projetos. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação e o controle social em todas as ações desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Apoio a Gestão Ambiental	Implantação de instrumentos de planejamento e gestão, específicos para o Turismo Ecológico – dunas na Praia dos Marcos no Município de São Miguel do Gostoso, Corais de Maracajaú no Município de Maxaranguape, Olho D'água no Município de Pureza e dunas no Morro do Ronca no Município de Caiçara do Norte.	Governo Federal - Ministério do Turismo; - Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; - UFRN. Governo Estadual - Secretaria de Estado do Turismo - SETUR; Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos; ✓ Apoio financeiro para implantação de projetos; ✓ Desenvolvimento de projetos de extensão. Governo Estadual ✓ Aporte de recursos financeiros e humanos para o desenvolvimento de projetos; Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos projetos. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação e controle social para efetivação de todas as ações desenvolvidas nos municípios contemplados pelos projetos no Território.

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Apoio a Gestão Ambiental	Instalação de comissão regional – João Câmara - de defesa civil (seca, enchentes e abalos sísmicos).	Governo Federal - Ministério da Defesa – MD; - Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN; - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJUC; Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos; ✓ Aporte de recursos financeiros para apoio aos projetos; ✓ Extensão de projetos de extensão para estudos acerca das temáticas; ✓ Desenvolvimento de projetos de extensão para estudos e pesquisas. Governo Estadual ✓ Apoio financeiro e de recursos humanos. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a instalação da comissão. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação para instalação da comissão.

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Apoio a Gestão Ambiental	Instalação de equipamentos de fiscalização no controle do lixo do mar.	Governo Federal - Ministério do Meio Ambiente - MME; - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA; - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Governo Estadual - Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA; - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH; Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos; ✓ Aporte de recursos financeiros e humanos; ✓ Aporte de recurso para apoio de projetos. Governo Estadual ✓ Desenvolvimento e implementação de projetos sustentáveis; ✓ Aporte financeiro e humanos para apoio a projetos; Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos projetos. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação e o controle social em todas as ações desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Educação ambiental para o sistema de ensino em todos os níveis;	Capacitação e conscientização das ATER's, agricultores e suas famílias para a prática da agricultura agroecológica e ao consumo consciente;	Governo Federal - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado de Educação, da Cultura e do Desporto; Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de capacitação; ✓ Implantação de cursos técnicos na Grade Curricular do sistema de ensino; ✓ Extensão de projetos de capacitação para a agricultura familiar pela UFRN. Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e formação através de cursos - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de capacitação através da Secretaria de Educação; Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos cursos de capacitação. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de capacitação desenvolvidas nos municípios do Território.

4.2.1 Cronograma de Implementação das Ações da Dimensão Ambiental

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Combate a desertificação no Território.	Criação de incentivos para os produtores da agricultura familiar e da pesca artesanal, com ênfase para o planejamento do uso sustentável dos recursos naturais, especialmente na recuperação, preservação e conservação de áreas degradadas (sistema de produção, manejo, utilização de máquinas e equipamentos e defensivos agrícolas).										
	Criação de consórcios municipais para a formação de aterros sanitários centrais de recolhimento de resíduos sólidos e líquidos.										
	Promoção de campanhas de conscientização da população do Território para destino correto do lixo tóxico.										
	Instalação e/ou fortalecimento dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.										
	Criação de instrumentos de monitoramento as atividades produtivas minerais (caieiras e pedreiras)										
	Utilização da Escola Agrícola de Ceará Mirim como Centro Técnico de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal numa perspectiva de desenvolvimento sustentável com áreas demonstrativas de culturas orgânicas.										
Apoio a Gestão Ambiental.	Criação de Comitês de Bacias (Ceará Mirim, Punaú, Boqueirão, Maxaranguape e Doce) e monitoramento de matas ciliares, encostas, corpos d'água e mangues.										
	Criação e/ou reorganização das secretarias municipais de meio ambiente e conselhos municipais de meio ambiente;										
	Implementação de instrumentos de apoio a gestão ambiental na área semiárida do Território										
	Implantação de instrumentos de planejamento e gestão específicos para o Turismo Ecológico – dunas na Praia dos Marcos no Município de São Miguel do Gostoso, Corais de Maracajaú no Município de Maxaranguape, Olho D'água no Município de Pureza e dunas no Morro do Ronca no Município de Caiçara do Norte.										
	Instalação de comissão regional – João Câmara - de defesa civil (seca, enchentes e abalos sísmicos).										
	Instalação de equipamentos de fiscalização no controle do lixo do mar para recolhimento, seleção e sistematização do lixo recolhido e encaminhamento para instituições de ensino e pesquisa.										
Educação ambiental para o sistema de ensino em todos os níveis.	Inclusão da disciplina Educação Ambiental nos sistemas de ensino municipal e estadual.										

4.3 Dimensão Socioeconômica

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas.	Capacitação e qualificação de agricultores familiares no manejo, produção e comercialização nas cadeias produtivas: Fruticultura; Apicultura; Mandiocultura; Aquicultura (pesca artesanal e piscicultura).	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de qualificação; ✓ Implantação de cursos técnicos na Grade Curricular do IFRN; ✓ Extensão de projetos de capacitação para a agricultura familiar pela UFRN. Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e formação através de cursos - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de qualificação e capacitação através do PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos cursos de capacitação. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas.	Capacitação dos Agricultores Familiares para adesão ao Programa de Merenda Escolar	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Ministério do Trabalho e Emprego - MTE - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de qualificação; ✓ Implantação de cursos técnicos na Grade Curricular do IFRN; ✓ Extensão de projetos de capacitação para a agricultura familiar pela UFRN. Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e formação através de cursos - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de qualificação e capacitação através do PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos cursos de capacitação. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas.	Criação de linhas de crédito adequado as cadeias produtivas do Território.	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS - Banco do Nordeste do Brasil – BNB - Banco do Brasil Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - ONGs e OSCIP; - Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de qualificação; ✓ Elaboração e assistência técnica aos projetos Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e elaboração de Projetos - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de produção através do PDS – SETH ✓ Liberação de créditos Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos Projetos. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas.	Criação de linhas de crédito para aquisição e melhoramento do padrão genético de animais bovino, caprino e ovino.	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos; ✓ Extensão de projetos de pesquisa para a melhoramento do padrão genético de animais de criação na agricultura familiar. ✓ Elaboração e assistência técnica aos projetos Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e formação através de cursos - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de qualificação e capacitação através do PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos projetos. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de melhoramento do padrão genético dos animais desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas.	Fomentar a produção de forragem artificial	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de projetos de produção artificial de forragem; Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e formação através de cursos - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de produção artificial de forragem através do PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos projetos de produção artificial de forragem. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de produção artificial de forragem desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Implantação de unidades de beneficiamento de polpas de frutas	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de beneficiamento de polpa de frutas no Território; Governo Estadual ✓ Assistência Técnica - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de qualificação e capacitação através do PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos projetos. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de beneficiamento de poupa de frutas desenvolvidas no Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Implantação de unidades de beneficiamento de leite	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN - ANVISA/VIGILANCIA SANITÁRIA Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para implantação de unidades de beneficiamento do leite ; ✓ Cursos de treinamento de mão de obra Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e formação através de cursos - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de qualificação e capacitação através do PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos projetos de beneficiamento de leite. Sociedade Civil ✓ Execução das atividades ✓ Mão de obra qualificada ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Implantação de casas de mel	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais – Secretaria da Agricultura Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de Apicultura; ✓ Extensão de projetos de capacitação em Apicultura para a agricultura familiar pela UFRN. Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e formação através de cursos - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de apicultura através do PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento da produção apícola. Sociedade Civil ✓ Execução das atividades de produção apícola ✓ Mão de obra qualificada ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas nos municípios do Território. ✓ Articulação em redes para expansão da produção e comercialização

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Construção de abatedouros e mercados públicos, com destinação adequada dos resíduos sólidos e líquidos em todas as sedes municipais.	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Ministério do Meio Ambiente - MMA Governo Estadual - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN - ANVISA/VIGILANCIA SANITÁRIA Governo Municipal - Prefeituras Municipais – Secretaria de saúde, da agricultura e do Meio Ambiente Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de construção de abatedouros e mercados públicos; Governo Estadual ✓ Desenvolvimento de projetos de qualificação e capacitação através do PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. ✓ Assistência técnica Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos cursos de capacitação. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas nos municípios do Território. ✓ Execução das atividades ✓ Mão de obra qualificada

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Dar destinação econômica a produção de couros e peles dos abatedouros	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA Governo Estadual - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de comercialização; Governo Estadual ✓ Desenvolvimento de projetos de comercialização através do PDS - SETHAS Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a comercialização do produto. Sociedade Civil ✓ Comercialização dos produtos ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Implantação de unidades de beneficiamento de peixe (defumado, lingüiça, hambúrguer)	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de beneficiamento do peixe; ✓ Extensão de projetos de capacitação para a para o beneficiamento do peixe pela UFRN. Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e formação através de cursos de beneficiamento do peixe - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de beneficiamento do peixe através do PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a implantação das unidades de beneficiamento do peixe. Sociedade Civil ✓ Execução das atividades com mão de obra qualificada ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de implantação de unidades de beneficiamento do peixe no Território. ✓

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Implantação de câmaras frigoríficas para pesca artesanal em todas as sedes municipais litorâneas.	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA Governo Estadual - Secretaria Estadual da Pesca - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; Governo Municipal - Prefeituras Municipais – secretaria da Pesca Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de implantação de câmaras frigoríficas para a pesca artesanal; Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e formação através da Secretaria da pesca ✓ Desenvolvimento de projetos de implantação de câmaras frigoríficas para a pesca artesanal através do PDS - SETHAS Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para implantação de câmaras frigoríficas para a pesca artesanal. Sociedade Civil ✓ Mão de obra qualificada ✓ Realização das atividades Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Criação de um centro integrado de produção e comercialização da pesca na sede do município de Caiçara do Norte	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA - Ministério da Pesca - Universidade Federal do RN Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; <u>Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN</u> – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais – secretaria da pesca Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de Criação de um centro integrado de produção e comercialização da pesca; ✓ Projeto de Extensão sobre centro integrado de produção e comercialização da pesca Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e formação através de cursos - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de qualificação e capacitação através do PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a criação do centro integrado de produção e comercialização da pesca. Sociedade Civil ✓ Realização das atividades ✓ Mão de obra qualificada ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Instalação de infra-estrutura de apoio a construção de embarcações;	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; Governo Municipal - Prefeituras Municipais secretaria da Pesca Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de instalação de infraestrutura de apoio a construção de embarcações; Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e formação através de cursos - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de instalação de infraestrutura de apoio a construção de embarcações através do PDS - SETHAS Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a instalação de infraestrutura de apoio a construção de embarcações Sociedade Civil ✓ Execução das atividades ✓ Mão de obra qualificada ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas no Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Melhoramento das rodovias estaduais e vicinais favorecendo a articulação e conectividade no Território.	Governo Federal - Ministério dos Transportes Governo Estadual - Secretaria Estadual de transporte Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para melhoramento das rodovias estaduais e vicinais favorecendo a articulação e conectividade no território ✓ Execução das obras Governo Estadual ✓ Secretaria de Transporte Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos cursos de capacitação. Sociedade Civil ✓ Apresentação projetos de construção e/ou melhoramento das estradas ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Implantação de mecanismos para a atuação integrada dos municípios do Pólo de Turismo Costa das Dunas.	Governo Federal - Ministério do Truísmo - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Turismo Governo Municipal - Prefeituras Municipais – secretaria de turismo Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; - Empresário - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos de Implantação de mecanismos para atuação integrada dos municípios do pólo de Turismo Costa das Dunas; ✓ Implantação de cursos técnicos para atuação no turismo - IFRN ✓ Projeto de extensão sobre mecanismos para atuação integrada do Território Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e elaboração dos roteiros turísticos – EMATER ✓ Treinamento profissional Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento das ações voltadas para o turismo. ✓ Campanhas turísticas Sociedade Civil ✓ Qualificação da mão de obra ✓ Elaboração de projetos turísticos ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Implantação de sinalizações turísticas informativas e educativas, incluindo a implantação de quiosques.	Governo Federal • Ministério do Turismo • Ministério dos transportes • Universidade Federal do RN Governo Estadual • Secretaria de Turismo • Departamento de Estradas e rodagens Governo Municipal • Prefeituras Municipais – Secretaria de Turismo Sociedade Civil • Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE; • Empresários • ONGs e OSCIP; • Associações Comunitárias; • Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; • Articulação do Semiárido – ASA; • Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos turísticos; ✓ Extensão de projetos de roteiros turísticos para atuação integrada no Território considerando os atrativos naturais, culinária, tradições pela UFRN Governo Estadual ✓ Assistência Técnica na elaboração das sinalizações turísticas - EMATER Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento das atividades. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de sinalização turística desenvolvidas no Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Implantação de roteiros turísticos integrados no Pólo de Turismo Costa das Dunas consubstanciados por demanda de turismo de praia, cultural, rural, lazer, ecológico, arqueológico.	Governo Federal - Ministério do Turismo - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; Governo Municipal - Prefeituras Municipais – secretarias de turismo Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE; - Empresários - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento de roteiros turísticos; ✓ Elaboração do potencial e demandas turísticas do Território - IFRN; ✓ Pesquisa para elaboração de roteiros turísticos-UFRN ✓ Mapeamento da mão de obra, produtos, equipamentos turísticos que possam atuar de forma integrada no Pólo Costa das Dunas Governo Estadual ✓ Assistência Técnica na elaboração de roteiros turísticos - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de qualificação e capacitação através do PDS - SETHAS Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para execução de atividades turísticas ✓ Mão de obra qualificada. Sociedade Civil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações turísticas desenvolvidas nos municípios do Território. ✓ Realização de atividade com mão de obra qualificada

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Implantação e apoio a produção e uso do biodiesel através da cultura do girassol e da cana de açúcar (etanol).	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN Governo Estadual - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; - Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN – EMPARN Governo Municipal - Prefeituras Municipais – secretaria de agricultura Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para o desenvolvimento das ações do biodiesel; ✓ Capacitação para a produção para o biodiesel - IFRN; ✓ Extensão de projetos de produção do girassol para a agricultura familiar pela UFRN. Governo Estadual ✓ Assistência Técnica na produção para o biodiesel - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de qualificação e capacitação através do PDS - SETHAS ✓ Disponibilização de pesquisas científicas, e dados estatísticos - EMPARN. Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para o desenvolvimento dos cursos de capacitação. Sociedade Civil ✓ Realização das ações voltadas para o biodiesel ✓ Qualificação da mão de obra ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Instalação de unidade de crédito Banco do Nordeste no município sede de João Câmara.	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA Governo Estadual - Banco do Nordeste - Delegacia do MDA - INCRA Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micros e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para a instalação de uma unidade de crédito BNB; Governo Estadual ✓ Deliberação para instalação de uma agencia Banco do Nordeste em João Câmara ✓ Negociação a partir da demanda Governo Municipal ✓ Apoio logístico para a instalação de unidade de crédito do BNB em João Câmara Sociedade Civil ✓ Fazer a solicitação ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações relacionadas a instalação de uma agência do BNB em João Câmara.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Implementação de linhas de crédito do Banco do Brasil para a agricultura familiar.	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Banco do Brasil Governo Estadual - Banco do Brasil - Delegacia do MDA - INCRA Governo Municipal - Prefeituras Municipais Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Estabelecimento de linhas de crédito através do Banco do Brasil ✓ Aporte de recursos financeiros para a implementação de linhas de crédito para a agricultura familiar; Governo Estadual ✓ Deliberação para implementação de linhas de crédito do Banco do Brasil ✓ Negociação a partir da demanda Governo Municipal ✓ Apoio logístico para a implementação de linha de crédito do Banco do Brasil. Sociedade Civil ✓ Apresentar as demandas ao Banco do Brasil ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas nos municípios do Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCERIAS	ATRIBUIÇÕES
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Implantação e apoio de centros culturais de artesanato nos municípios com destino turístico, contemplando a produção territorial.	Governo Federal - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Ministério do desenvolvimento Agrário – MDA - Ministério do Turismo Governo Estadual - Secretaria de Turismo - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do RN – EMATER - Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; Governo Municipal - Prefeituras Municipais – secretaria de turismo, Secretaria da Agricultura, Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social Sociedade Civil - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; - Empresários - ONGs e OSCIP; - Associações Comunitárias; - Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR; - Articulação do Semiárido – ASA; - Cooperativas.	Governo Federal ✓ Aporte de recursos financeiros para implantação e apoio de centros culturais de artesanato nos municípios com destino turístico; ✓ Apoio com normas de implantação de centros culturais de artesanato Governo Estadual ✓ Assistência Técnica e formação através de cursos - EMATER ✓ Desenvolvimento de projetos de qualificação e capacitação através do PDS - SETHAS Governo Municipal ✓ Apoio logístico e financeiro para a implantação e apoio de centros culturais de artesanato Sociedade Civil ✓ Realização das atividades ✓ Acompanhar, mobilizar e sensibilizar para a participação em todas as ações de qualificação desenvolvidas nos municípios do Território.

4.3.1 Cronograma de Implementação das Ações da Dimensão Socioeconômica

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas.	Formação de agricultores familiares no manejo, produção e comercialização nas cadeias produtivas: Fruticultura; Apicultura; Mandiocultura; Aquicultura (pesca artesanal e piscicultura). Observando a vocação local.										
	Fundação de cooperativa de crédito no Território.										
	Criação de linhas de crédito para aquisição e melhoramento do padrão genético de animais bovino, caprino e ovino.										
	Fomentar a produção de forragem artificial										
	Ampliação das unidades de resfriamento do leite.										
	Implantação de 01 unidade de beneficiamento (pasteurização) de leite										
	Implantação de casas de mel e modernização das já existentes.										
	Construção e modernização de abatedouros e mercados públicos, com destinação adequada dos resíduos sólidos e líquidos em todas as sedes municipais.										
	Aproveitamento e destinação econômica a produção de couros e peles dos abatedouros										
	Implantação de roteiros turísticos integrados no Pólo de Turismo Costa das Dunas consubstanciados por demanda de turismo de praia, cultural, rural, lazer, ecológico e arqueológico, com melhoramento das rodovias estaduais e vicinais; modernização das sinalizações turísticas informativas e educativas; e apoio na criação/ampliação aos centros culturais de artesanato nos municípios com destino turístico.										
	Implantação e apoio a produção e uso do biodiesel através da cultura do girassol, gergelim e da cana de açúcar (etanol) e inclusão do LCC (líquido da castanha de caju)										
	Instalação de unidade de crédito Banco do Nordeste no município sede de João Câmara.										
	Implementação de linhas de crédito do Banco do Brasil para a agricultura familiar.										
	Sensibilização dos Agricultores Familiares para adesão ao Programa de Merenda Escolar, como também para atender ao mercado.										
	Criação de linhas de crédito adequado as cadeias produtivas do Território.										
	Implantação e modernização das unidades de beneficiamento de polpas de frutas										
	Implantação de câmaras frigoríficas para pesca artesanal em todas as sedes municipais litorâneas.										
	Implantação de unidades de beneficiamento de peixe (defumado, lingüiça, hambúrguer) para armazenagem e comercialização.										
	Criação de um centro integrado de produção e comercialização de pescado na sede do município de Caiçara do Norte, integrando todos os municípios litorâneos.										
	Instalação de infra-estrutura de apoio a construção de embarcações – Escola Estaleiro.										
	Melhoramento das rodovias estaduais e vicinais favorecendo a articulação e conectividade no Território.										

4.4 Dimensão Político Institucional

Eixo Estratégico: Participação e Compromisso no Território

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Fortalecimento da Estrutura de Funcionamento do Colegiado	Garantia do funcionamento integral de cada instancia com recursos para reuniões, eventos, deslocamento e eventual ajuda de custo.	SOCIEDADE CIVIL Movimento Sindical, Fóruns Municipais, Movimentos e Redes	Reuniões específicas dos segmentos com apoio logístico
		PODER PÚBLICO Prefeituras Municipais e Câmaras Municipais	Reuniões específicas desses poderes para discutir a participação no território
		Governo Estadual/Federal	Reuniões temáticas para apresentação das ações e discussão no colegiado
		Poder legislativo	Propor uma audiência pública com o judiciário para denunciar irregularidades e aproximá-lo como parceiro do FOMAG.
Fortalecimento da Estrutura de Funcionamento do Colegiado	Monitoramento da execução do PTDRS	Sociedade Civil e Poder Público	Acompanhar as ações do PTDRS Divulgação na Rede do FOMAG cada passo do PTDRS para contribuições. O colegiado deve identificar informações e dimensões que possam contribuir com o PTDRS. Divulgar as oficinas do PTDRS nos sindicatos e Rádios.
Ampliação do processo de mobilização e empoderamento do Colegiado Territorial, Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico e das Câmaras Temáticas	Criação de uma comissão de Articulação Territorial	Sociedade Civil e do Poder Público que Integram o FOMAG	Articulação, negociação e implementação das ações institucionais

Eixo Estratégico: Territorialização das Políticas Públicas no Território

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Apropriação e Acompanhamento da Matriz on-line.	Capacitação para Monitoramento da Matriz on-line	Sociedade Civil e Poder Público	Chamar as instituições executoras para apresentar as ações e recursos executados no território e validá-las; Monitoramento das políticas públicas que chegam PROINF, PDS, Documentação, Editais de seleção
Conhecimento, estruturação e articulação do Poder Local e Territorial	Mapeamento das administrações no executivo e legislativo local	Sociedade Civil e Poder Público que participam do Colegiado	O colegiado ter conhecimento do quadro e perfil político das administrações e legislativo local;
	Conhecimento, Mobilização e Participação das Redes e Movimentos Sociais presentes no Território	Redes e Movimentos Sociais Presentes no Território	Apresentação das Redes e Movimentos sociais e elaborar parcerias
	Revitalização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural	Poder público local Movimentos Sociais	Mobilização, sensibilização para atuação conjunta
	Implantar delegacias para as mulheres nos municípios	Governo Federal – Ministério... Governo Estadual – Secretaria Especial das Mulheres/Sec. De Segurança Governo Municipal – Prefeitura e Câmara Sociedade Civil	- Normas e procedimentos - Recursos Humanos e financeiros - Elaboração, aprovação do projeto, estrutura para funcionamento da Delegacia Especial das Mulheres - Reivindicação, Mobilização, sensibilização para a implantação do projeto da Delegacia Especial da Mulher nos municípios do Território

Eixo Estratégico: Efetividade na Atuação do FOMAG

PROGRAMAS	PROJETOS	EXECUÇÃO	
		PARCEIROS	ATRIBUIÇÕES
Criar sistema de comunicação. Sistema Integrado de Comunicação – SICOM	Implantação de Boletim impresso com as ações territoriais e síntese do território	Prefeitura – Secretaria de Comunicação Sociedade Civil	Apoio institucional, logístico e treinamento de pessoal Recursos humanos para execução das atividades; Integração da sociedade civil no controle social da região do Mato Grande, (unidade) na política territorial;
	Criação de rádio itinerante, blog, boletim eletrônico, grupos na internet, informativo.	Ministério das Comunicações Prefeitura – Secretaria de Comunicação Sociedade Civil	- Apoio com equipamentos - Apoio logístico Mobilização e operacionalização das ações
	Democratização das Rádios comunitárias do Território	Ministério das Comunicações Governo do Estado Prefeitura Sociedade Civil	Estabelecimento de normas e técnicas Adoção das normas e técnicas Apoio institucional Mobilização, articulação e sensibilização

4.4.1 Cronograma de Implementação das Ações da Dimensão Político Institucional

Eixo Estratégico: Participação e Compromisso no Território

PROGRAMAS	PROJETOS	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Fortalecimento da Estrutura de Funcionamento do Colegiado	Garantia do funcionamento integral de cada instância do colegiado, com recursos financeiros e didático-pedagógicos para reuniões, eventos em geral, deslocamento, alimentação, hospedagem e eventual ajuda de custo.										
	Monitoramento da execução do PTDRS.										
	Implantação de um núcleo de estudos e pesquisa do colegiado para alimentação de um banco de dados sobre informações territoriais.										
Ampliação do processo de mobilização e empoderamento do Colegiado Territorial, Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico e das Câmaras Temáticas	Criação de uma comissão de Articulação Territorial										

Eixo Estratégico: Territorialização das Políticas Públicas no Território

PROGRAMAS	PROJETOS	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Apropriação e Acompanhamento da Matriz on-line das políticas públicas que chegam ao Território: documentação, editais, seleção, PROINF, PCPR, Bolsa Escola, Bolsa Família...	Formação para Monitoramento da Matriz on-line com acesso através da internet banda larga.										
Conhecimento, estruturação e articulação do Poder Local e Territorial	Mapeamento das administrações no executivo e legislativo local										
	Conhecimento, Mobilização e Participação das Redes e Movimentos Sociais presentes no Território										
	Revitalização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.										

Eixo Estratégico: Efetividade na Atuação do FOMAG

PROGRAMAS	PROJETOS	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8	Ano 9	Ano 10
Criação do sistema de comunicação. Sistema Integrado de Comunicação – SICOM.	Implantação de Boletim impresso com as ações territoriais e síntese do território										
	Criação de rádio itinerante, blog, boletim eletrônico, grupos na internet, informativo.										
	Democratização das Rádios comunitárias do Território										

SISTEMA DE GESTÃO

Capítulo V

SISTEMA DE GESTÃO

5.1 Pressupostos e Diretrizes

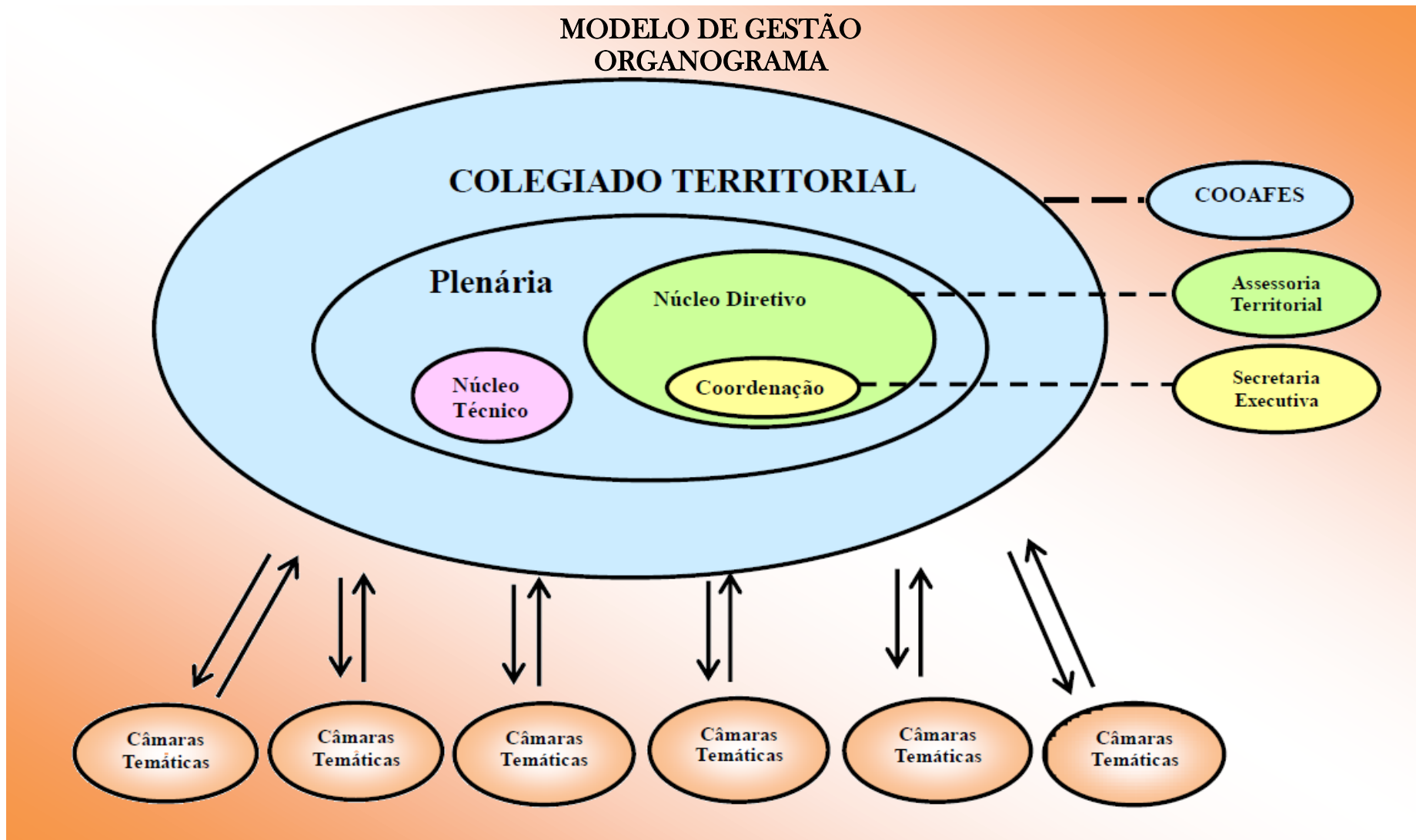
O Modelo de Gestão do Colegiado Territorial do Mato Grande para o PTDRS foi definido a partir dos seguintes pressupostos:

- Proporcionar a integração entre todos os parceiros do Colegiado Territorial, de forma a favorecer uma troca contínua de informações;
- Promover o monitoramento das ações e a constante avaliação dos resultados;
- Proporcionar maior agilidade na execução das ações propostas;
- Diagnosticar as ações de interesse no nível municipal que poderão ser articulados ao PTDRS, compartilhando metas e aplicação de recursos;
- Fortalecimento do Colegiado Territorial a partir da implementação das ações estratégicas;

O Sistema de Gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Mato Grande está fundamentado no desenho institucional da qual participam entidades do poder público e da sociedade civil, comprometidas com a construção de um novo pacto para alcançar os resultados do desenvolvimento, pautado nas diversas dimensões da sustentabilidade, articulando as seguintes diretrizes:

- Planejamento anual e plurianual;
- Execução de programas e projetos de aplicação de políticas públicas, alinhados com as prioridades do Território;
- Coordenação das ações de políticas públicas a serem implantadas no Território, a nível municipal, estadual e federal, com o objetivo de evitar superposição de recursos financeiros e duplicação de ações;
- Articulação entre as instancias de democracia representativa e democracia participativa, objetivando a elaboração de propostas, requerimentos e projetos de interesse no âmbito do Desenvolvimento Territorial.

5.2 Modelo de Gestão



5.3 Estrutura de Gestão

O contexto da construção do diagnóstico promoveu um Modelo de Gestão para a implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Mato Grande, que deverá adotar uma estrutura operativa, que possibilite a construção de uma estratégia constituída por uma aglomeração de forças que asseguram a realização das ações territoriais. Para isso, é importante a divisão de responsabilidades das instâncias do Colegiado.

Colegiado Territorial – Fórum de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande (FOMAG)

O Colegiado é a instância máxima das ações territoriais e tem o papel político na tomada de decisões estratégicas ligadas ao PTDRS.

- Espaço deliberativo/consultivo;
- Pensar, criar, discutir e encaminhar políticas públicas das ações do PTDRS para o Território;
- Descentralizar ações e dividir responsabilidades do Plano;
- Priorizar os eixos e perspectivas do PTDRS para o Território;
- Garantir a participação da sociedade civil na gestão do Plano.

Núcleo Diretivo

O Núcleo Diretivo tem a função de coordenar as ações definidas no Plano, articular atores sociais, instituições e políticas públicas para a execução do Plano.

- Coordenação (ARCO Mato Grande e AACC);
- Coordenar as ações do Plano junto ao Colegiado, Núcleo Técnico e Câmaras Temáticas;
- Representar o colegiado nos espaços de negociação, articulação e tomada de decisões relativas ao Plano;
- Encaminhar decisões da plenária;
- Deliberar a execução das ações do PTDRS;
- Direcionar ações para o Núcleo Técnico, Secretaria Executiva e Câmaras Temáticas;

- Divulgar, sensibilizar, mobilizar, fiscalizar as ações do PTDRS;
- Articulação institucional junto a Secretaria Executiva.

Núcleo Técnico

O Núcleo Técnico é a instância de apoio técnico aos projetos territoriais.

- Elaboração e assessoria técnica aos projetos territoriais (PTDRS);
- Acompanhar a execução das ações dos projetos territoriais (PTDRS);
- Desenvolver instrumentos de monitoramento, acompanhamento, gestão e controle social em conjunto com o Núcleo Diretivo e Câmaras Temáticas;
- Instância consultiva aos projetos (PTDRS).

Secretaria Executiva

A Secretaria Executiva tem a responsabilidade de articular a implementação das ações do Plano.

- Apoiar e monitorar a implementação do PTDRS;
- Acompanhar a articulação das ações do PTDRS junto aos órgãos parceiros;
- Sistematizar e socializar as informações acerca da execução das ações do PTDRS.

Câmaras Temáticas

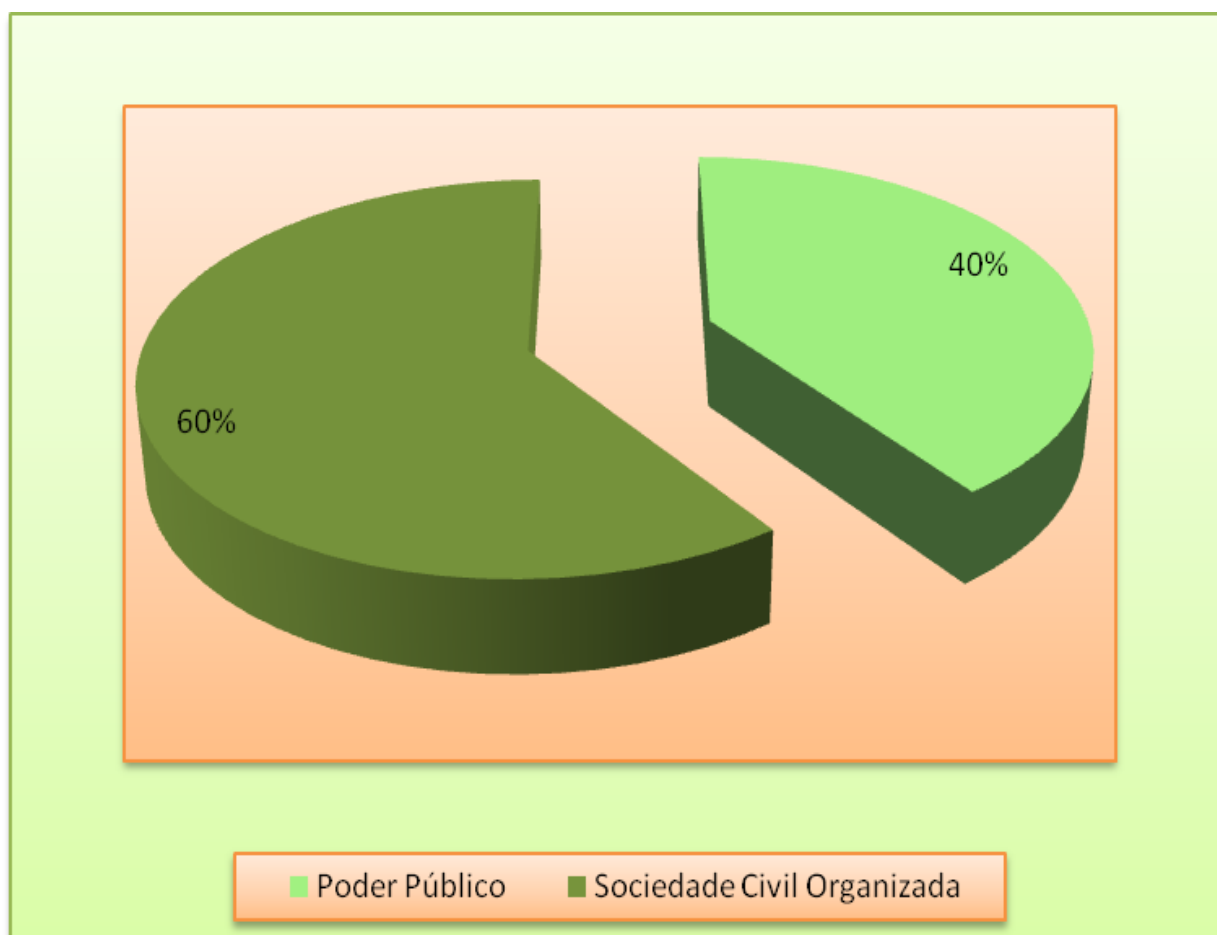
As Câmaras Temáticas são espaços criados pelo Colegiado e tem o papel de propor, dialogar e articular temas específicos relacionados ao Plano.

- Suporte temático das ações do Colegiado para implementação do PTDRS;
- Propor, discutir, sugerir, orientar, encaminhar ações de apoio a execução dos projetos territoriais (PTDRS).

5.4 Estrutura Colegiada Territorial

O Colegiado do Território do Mato Grande é composto pelos atores sociais do Poder Público/Orgãos Governamentais e pela Sociedade Civil Organizada, representando Fóruns, Conselhos, Prefeituras, Associações, Sindicatos, Órgãos Públicos das esferas municipais, estadual e federal, voltadas para a estratégia de desenvolvimento territorial. Desta forma, a composição do Colegiado Territorial compreende 32 representações do Poder Público/Órgãos Governamentais e 48 da sociedade civil organizada, dos 16 municípios.

GRÁFICO 45 - COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO TERRITÓRIO DO MATO GRANDE



Fonte: Colegiado Territorial do Mato Grande

COLEGIADOTERRITORIAL (Plenária)

PODER PÚBLICO/ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

- | | | | |
|----|---|----|--|
| 1 | Prefeitura Municipal de Bento Fernandes | 17 | Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER REGIONAL |
| 2 | Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte | 18 | Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio a Reforma Agrária - SEARA |
| 3 | Prefeitura Municipal de Ceará Mirim | 19 | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA |
| 4 | Prefeitura Municipal de Jandaíra | 20 | Banco do Brasil – BB |
| 5 | Prefeitura Municipal de Jardim de Angicos | 21 | Banco do Nordeste do Brasil – BNB |
| 6 | Prefeitura Municipal de João Câmara | 22 | Caixa Econômica Federal - CEF |
| 7 | Prefeitura Municipal de Maxaranguape | 23 | Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA |
| 8 | Prefeitura Municipal de Parazinho | 24 | Programa Desenvolvimento Solidário - PDS |
| 9 | Prefeitura Municipal de Pedra Grande | 25 | Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH |
| 10 | Prefeitura Municipal de Poço Branco | 26 | Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e da Pesca - SAPE/PRONAF |
| 11 | Prefeitura Municipal de Pureza | 27 | Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente - IDEMA |
| 12 | Prefeitura Municipal de Rio do Fogo | 28 | Empresa de Pesquisa Agropecuária - EMPARN |
| 13 | Prefeitura Municipal de São Bento do Norte | 29 | Câmara Municipal de João Câmara |
| 14 | Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso | 30 | III Unidade Regional de Saúde Pública – URSAP |
| 15 | Prefeitura Municipal de Taipu | 31 | Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado do Rio Grande do Norte - DFDA |
| 16 | Prefeitura Municipal de Touros | 32 | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFRN |

1	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Bento Fernandes	25	Centro de Apoio Técnico aos Assent. e Com. rurais e urbanas da região do Mato Grande - CEATEC
2	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Ceará Mirim	26	Instituto de Debate Econômico - IDE
3	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Jandaíra	27	Agência Regional de Comercialização do Mato Grande - ARCO MATO GRANDE
4	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Jardim de Angicos	28	Associação dos Assentamentos
5	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de João Câmara	29	Associação dos Criadores de Abelha do Município de Touros - ACAMT
6	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Maxaranguape	30	Associação dos Produtores Agrícolas de Bebida Velha - APABEV
7	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Parazinho	31	Cooperativas dos Agricultores das Frutas da Paz - COOAPAZ
8	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Poço Branco	32	Marcha Mundial das Mulheres - MMM
9	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Pedra Grande	33	Cooperativa de Agric. Familiares e Pescadores Artesanais da Economia Solidária - COOAFES
10	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Pureza	34	Fórum de Políticas Públicas de Taipu
11	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Rio do Fogo	35	Fórum de Associações de São Bento do Norte
12	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de São Bento do Norte	36	Conselho Comunitário de Matas
13	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de São Miguel do Gostoso	37	Associação de Juventude Riacho Da Goiabeira – Ceará Mirim
14	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Taipu	38	Fundo Municipal de Apoio as Associações Comunitárias – FUMAC Ceará Mirim
15	Sindicatos dos Trabalhadores/as Rurais de Touros	39	Associação Norte-riograndense de Apicultores – ANA
16	Federação dos trabalhadores na Agricultura do Estado do RN - FETARN	40	Associação Comunitária de Amarelão
17	Movimento Sem Terras - MST	41	Fórum de Associações de João Câmara
18	Movimento de Libertação dos Sem Terras - MLST	41	Grupo de Artesanato Indígena Motyrum Caaçu
19	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF	43	Associação dos Criadores de Abelhas de Jandaíra
20	Associação de Apoio as Comunidades do Campo - AACC	44	Associação dos Produtores da Cajucultura do Matão de Iracema
21	Assessoria de Projetos Técnicos e Agroindústria Ltda - APICE	45	Associação dos Apicultores do P.A. Brinco de Ouro
22	Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza - CEAHS	46	Associação do PA Jerusalém
23	Associação de Desenvolvimento do Gostoso - ADG	47	Fórum de Desenvolvimento de Bento Fernandes
24	Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar - TECHNE	48	Fórum de Associações Comunitárias de Bento Fernandes

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

NOME DO COLEGIADO/TERRITÓRIO	Fórum de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande – FOMAG	Fórum de Desenvolvimento Territorial do Mato Grande – FOMAG
NOME DO COORDENADOR	Carlos André da Costa e Silva	Edmundo Sinedino
ENDEREÇO	Assentamento Rosário, Agrovila Canudos	Rua Dr. Múcio Galvão, 449, Lagoa Seca - Natal/RN
FONE	84 9109-0100	84 9177-3235
E-MAIL	andrecarlos74@hotmail.com	edmundoo@aaccrn.org.br
ENTIDADE/INSTITUIÇÃO	Agência Regional de Comercialização do Mato Grande	Associação de Apoio as Comunidades do Campo
SIGLA	ARCO MATO GRANDE	AACC

NÚCLEO DIRETIVO

PODER PÚBLICO / ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca - Sape
Prefeitura Municipal de Ceará Mirim
Prefeitura Municipal de Taipu
Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte
Prefeitura Municipal de Bento Fernandes
Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Agência Regional de Comercialização do Mato Grande - ARCO MATO GRANDE
Associação de Apoio as Comunidades do Campo - AACC
Fórum de Políticas Públicas de Taipu
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do RN – FETARN
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF
PRODUTEC

NÚCLEO TÉCNICO

PODER PÚBLICO / ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Instituto de Assistência Técnica e Extensão - EMATER

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Associação de Apoio as Comunidades do Campo - AACC
PRODUTEC
Cooperativa de Trabalho Multidisciplinar Potiguar - TECHNE
Instituto Debate Econômico - IDE

CÂMARAS TEMÁTICAS

ORGANIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA PRODUÇÃO

PODER PÚBLICO E ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Prefeitura Municipal de Maxaranguape

Prefeitura Municipal de Taipu

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Agência Regional de Comercialização do Mato Grande - ARCO MATO GRANDE

Cooperativa de Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais da Economia Solidária - COOAFES

Associação dos Produtores Agrícolas de Bebida Velha - APABEV

Fórum de Associações de São Bento do Norte

STR de Jandaíra

PRODUTEC

EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE

PODER PÚBLICO E ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Prefeitura Municipal de Ceará Mirim

Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado do RN - DFDA

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Fórum de Políticas Públicas de Taipu

STR de Jandaíra

Grupo Selva e Mar - SELMAR

VALEAMAR

SAÚDE E ACESSO A ÁGUA

PODER PÚBLICO E ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Prefeitura Municipal de São Miguel do Gostoso

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

STR João Câmara

STR Pedra Grande

Associação do Assentamento Riachão

PESCA E AQUICULTURA

PODER PÚBLICO E ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Secretaria da Pesca de Caiçara do Norte

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Colônia de Pescadores Z 43 – Poço Branco

Colônia de Pescadores Z 42 – João Câmara

Agência Regional de Comercialização do Mato Grande - ARCO MATO GRANDE

DIREITOS, IGUALDADE DE GÊNERO E CIDADANIA

PODER PÚBLICO E ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Prefeitura Municipal de Caiçara do Norte

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Marcha Mundial das Mulheres - MMM

FUMAC Poço Branco

STR de Maxaranguape

STR de Parazinho

Fórum de Políticas Públicas de Taipu

Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF

INFRA ESTRUTURA BÁSICA

PODER PÚBLICO E ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

Prefeitura Municipal de Ceará Mirim

Câmara Municipal de Maxaranguape

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Fórum de Políticas Públicas de Taipu

Fórum de Associações de João Câmara

STR de Parazinho

Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária e Agricultura Familiar - ANGRA

5.5 Rede Estadual de Colegiados Territoriais

A Rede Norte-riograndense dos Colegiados Territoriais é uma rede de governança, integrante da Rede Nacional de Colegiados Territoriais, sendo composta por todos os Colegiados Territoriais no Estado do Rio Grande do Norte (RN), comprometidos com o processo de gestão social de políticas de desenvolvimento rural sustentável com enfoque territorial.

A Rede organizar-se-á para cumprir o papel a ela designado pelos Colegiados Territoriais membros, para representar politicamente os Colegiados Territoriais, junto de instituições públicas, privadas, da sociedade civil e organismos internacionais, participando ativamente nos debates sobre promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário, com enfoque territorial, considerando e prezando pela participação e por sua autonomia política.

A gestão social e controle das políticas públicas é uma responsabilidade política dos colegiados territoriais em Rede, sobretudo no Planejamento o qual envolve a elaboração, o aprofundamento e a atualização dos PTDRS com Projetos Estratégicos bem definidos, bem como os instrumentos derivados de seus eixos estratégicos para o Desenvolvimento Sustentável, caso dos Planos Territoriais de Cadeias produtivas, Planos Safras Territoriais, Estudos Básicos, Planos Regionais de Desenvolvimento, etc. Neste sentido, a dimensão do controle social envolve critérios políticos, de efetividade das políticas públicas e eficácia do estado, da transparência e da sustentabilidade.

De todo modo, o Sistema Integral de gestão e controle social do planejamento territorial definirá os compromissos e a agenda comum pactuados entre os agentes públicos do estado com seus instrumentos de oferta de políticas públicas nas suas três esferas federativas, União, Estados e Municípios, e seus planos ministeriais, de secretarias estaduais e setoriais e planos diretores municipais. De outro lado, os colegiados articulados em Rede no nível Nacional e Estadual e no território no conjunto das organizações e instituições da sociedade civil e do poder público, mediados pelo PTDRS e suas ferramentas derivativas do detalhamento de seus eixos, programas e projetos terá plenas condições da negociação dos interesses contidos no Plano.

A Rede Norte-riograndense dos Colegiados Territoriais é composta de instâncias decisórias do plano político-institucional que garante a legitimidade dos colegiados territórios e das demandas estratégicas do território, constitutivamente formado em Rede.

As instâncias são estas: Plenária – composto por 60 (sessenta) representantes dos 10 (dez) territórios, Coordenação Política em âmbito estadual com membros legitimamente advindas das coordenações territoriais dos colegiados com 20 componentes, entre titulares e suplentes; a Secretaria Executiva servirá como secretaria da Rede no tocante a execução de suas ações, e atuar como mobilizadora e animadora dos processos.

5.6 Plano Estadual de Ações Estratégicas

O Plano Estadual de Ações Estratégicas de Desenvolvimento Territorial tem por fim servir qual ferramenta de negociação no nível estadual e federal incluindo os Projetos Estratégicos de cada dimensão dos PTDRS dos territórios do Rio Grande do Norte (RN).

O Plano Estadual servirá de Acompanhamento e de Monitoramento dos Planos Territoriais e Projetos Estratégicos, conduzidos pelos componentes da Rede Norte-riograndense de Colegiados Territoriais, como representantes das coordenações dos colegiados territoriais.

As negociações se darão em estreito diálogo com os documentos já existentes, resultados de planejamento público do poder executivo e de setores deste, a exemplo dos Planos Plurianuais (PPA) dos estados e da federação, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), matriz de ações do Programa Territórios da Cidadania (PTC), Programa de Ação Estadual de Combate a Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca no RN, Planos Safras Anuais e Territoriais, entre outros das ações estaduais e federais.

Os diálogos permanentes e as articulações político-institucionais se darão nos espaços legítimos como o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS), Comitê de Articulação Estadual (CAE), entre outros conselhos e fóruns setoriais.

Com os resultados do processo de Negociação estabelecerá Agenda de Compromissos entre a Coordenação Política da Rede Estadual e os agentes públicos gestores das políticas públicas, relacionados as temáticas e setores de interesse no estado e no âmbito nacional.

Os componentes do Plano Estadual contemplam as ações estratégicas dos Planos Territoriais, ações de caráter estadual contidas na Matriz Estadual, ações de caráter federal contidas na Matriz Federal do PTC, e os componentes públicos como PPA, PAC, e Consórcios Municipais.

MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES

Capítulo VI

MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO DAS AÇÕES

✓ Monitoramento

O processo de acompanhamento do PTDRS se dará com o monitoramento de informações quantitativas que indicarão o andamento da execução em nível de programas e projetos materializados em unidades de medidas (número, percentuais) indicativos da evolução da implantação relacionados com o público alvo (beneficiário direto do MDA) e os objetivos pactuados.

Aliados as informações executivas das ações se faz necessária a qualificação de tais, observando os resultados enquanto produto da gestão, indicados no grau de participação, de envolvimento dos atores sociais do colegiado e dos grupos beneficiados e interessados diretamente, e, do processo enquanto impactos sociais, econômicos e ambientais, para as comunidades, os grupos sociais, os municípios e a região, descritos a partir de mecanismos de controle social (espaços coletivos), com o público de interesse e periodicidade definida, bem como com as instâncias dos colegiados temáticas responsáveis pelo monitoramento qualitativo.

✓ Avaliação

A avaliação consiste no processo de acompanhamento do que foi programado e executado de forma periódica dentro dos indicadores do monitoramento com estratégia de Verificação das metas estabelecidas em Planejamento Operacional.

O mecanismo para discussão com as bases se dará pelas instancias temáticas e setoriais do colegiado.

Os subsídios necessários serão os relatórios de gestão periódicos das câmaras e comitês temáticos juntamente com os grupos gestores.

Deve estabelecer ou indicar uma proposta detalhada de acompanhamento e providências do PTDRS, de modo que o mesmo possa ser constantemente revisto e aprimorando, incorporando os acúmulos proporcionados pela aprendizagem do processo de planejamento, que deve ser contínuo e permanente.

6.1 Dimensão Sociocultural Educacional

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	MONITORAMENTO		MEIO DE VERIFICAÇÃO
		INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	
Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Saúde, objetivando a conscientização e a participação efetiva dos seus membros.	Capacitação dos membros dos conselhos de saúde.	100% dos conselheiros	Nº de conselheiros	Nº de profissionais capacitados e implantação do plano de carga, carreira e salários dos profissionais de saúde.
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Modernização com equipamentos e garantia do funcionamento dos postos de saúde já existentes;	100% das unidades de saúde	Unidades de saúde	Postos de saúde em funcionamento com equipamentos em pleno atendimento a população do Território.
	Modernização dos hospitais existentes no Território para atendimento a média e alta complexidade.	100% dos hospitais	03 Hospitais: João Câmara, Ceará Mirim e Touros.	Hospitais regionais modernizados, para pronto atendimento a médias e alta complexidade para toda população do Território.
	Implantação de hospitais/maternidade em todas as sedes municipais.	100% de hospitais implantados	Municípios do Território	Hospitais/maternidades implantados em funcionamento em todos os municípios do Território.
	Implantação e garantia do SAMU em todos os municípios do Território e ambulâncias do mar nos municípios litorâneos;	100% municípios atendidos	Nº de municípios	Serviços de SAMU implantado e em funcionamento e as ambulâncias do mar nos municípios litorâneos.
	Construção de postos de saúde nos distritos e povoados, sem atendimento de saúde, de modo a atender de 200 até 500 habitantes;	100% distritos e povoados	Postos de saúde	Construção de postos de saúde e em funcionamento em todos os municípios, de modo a tender em média de 200 a 500 pessoas por unidade.
	Ampliação dos profissionais de saúde, através da contratação de médicos traquimatologista, dentistas e ampliação das equipes de PSF com psicólogo, fisioterapeuta, bioquímicos, pediatra, cardiologista, urologista, geriatra, ginecologista e oftalmologista;	100% de profissionais contratados	Profissionais contratados	Profissionais de saúde contratados para atendimento especializado de acordo com as especificidades de cada profissional.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	MONITORAMENTO		MEIO DE VERIFICAÇÃO
		INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	
Construção/ampliação e/ou melhoria da estrutura dos serviços de saúde.	Valorização (formação continuada, condições de trabalho e remuneração) dos profissionais de saúde.	100% de valorização dos profissionais	Profissionais	Implantação do plano de cargos, carreira e salários dos profissionais de saúde
	Ampliação e melhoria no atendimento aos pacientes com debilidade crônica (dependentes de hemodiálise, diabéticos, portadores de HIV/AIDS, hemofílicos, neoplasias, entre outros)	100% pacientes atendidos	Pacientes atendidos	Ampliação e melhoria para atendimento a 100% da população, pacientes com debilidade crônica.
	Ampliação da Gestão Plena da atenção básica de modo a atender 100% da população rural	100% população atendida	População rural	Ampliação da atenção básica de modo atender a toda população rural.
	Atendimento a 100% da população rural de modo a erradicar a mortalidade infantil e a mortalidade materna.	100% população atendida	População rural atendida	Erradicação da mortalidade infantil e materna de toda a população rural.
	Ampliação e melhoramento dos serviços de abastecimento d'água particularmente na área rural com a implantação em 100% dos distritos rurais, de modo a atingir de 300 a 1.000 habitantes.	100% distritos rurais	Serviços de abastecimento	Domicílios da área rural 100% atendidos com serviços de abastecidos d'água.
	Implantação de sistemas de esgotamento sanitário, particularmente na área rural, com a implantação em 100% dos distritos rurais, entre 300 a 1.000 habitantes.	100% distritos atendidos	Sistema de esgotamento sanitário	Domicílios da área rural 100% atendidos com serviços de saneamento básico.
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Construção de escolas nos distritos e povoados, de modo a atender ao ensino fundamental;	100% escolas construídas	Escolas	Construção de estabelecimentos de ensino fundamental em todos os distritos e povoados.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	MONITORAMENTO		MEIO DE VERIFICAÇÃO
		INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Redução da taxa de abandono no ensino fundamental e no ensino médio.	100% redução da taxa	Nº de matrículas	Relatório das escolas relacionando o nº de matrícula inicial e final de cada ano, além de implantar condições para melhorar a auto estima dos alunos.
	Elevação da taxa de matrícula no ensino médio (15 a 17 anos)	100% elevação da taxa	Nº de matrículas	Relatório das escolas relacionando o nº de matrícula inicial e final de cada ano, além de implantar condições para incentivar a matrícula dos alunos.
	Alfabetização de jovens de 15 a 24 anos 100% do total da faixa, em todos os municípios.	100% taxa	Nº de matrículas	Implantação de Programas de Educação de Jovens e adultos de modo a atender 100% desta faixa.
	Correção da distorção idade-série no ensino fundamental	100% correção	Nº de alunos aprovados	Relatório das escolas relacionando o nº e matrícula inicial e final de cada ano que foram inseridos em programas de correção de distorção idade-série no ensino fundamental.
	Recuperação aceleração da escolaridade: inserir crianças no sistema formal de ensino, de modo adequado em relação á idade.	100% das crianças	Nº de alunos inseridos	Implantação de estratégia de educação de modo a viabilizar a inserção de crianças, adequando o ensino a idade.
	Melhoria da capacidade didático-pedagógica das escolas rurais.	100% escolas atendidas	Nº de escolas	Implantação e execução de Projeto Político Pedagógico em todas as escolas rurais.
	Implantação/ampliação de cursos no ensino técnico-profissionalizante adequados a realidade do Território (pedagogia da alternância), técnico em agropecuária, geração de energias renováveis...	100% de cursos implantados e/ou ampliados	Nº de cursos	Cursos implantados e em funcionamento.
	Adequação/adaptação dos currículos escolares a realidade local.	100% das escolas	Currículos adequados e/ou adaptados	Currículos escolares adaptados a realidade local.
	Implantação de programas que visem a elevação da escolaridade e o acesso ao ensino superior.	100% de programas implantados	Programas	Programas implantados em funcionamento de modo atender a elevação da escolarização dos alunos ao ensino superior em todo Território.
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento.	Implantação de programa multi-setorial para a juventude, objetivando a melhoria das condições de vida dos jovens pela capacitação profissional, cultura e esporte.	100% dos programas implantados	Programas	Programas implantados de modo a contribuir na capacitação profissional da juventude.
	Articulação com diversos programas focando prioritariamente as famílias com renda familiar per capita de até ½ salário mínimo	100% programas	Programas	Consolidação da articulação de diversos programas educacionais, favorecendo o público de até ½ salário mínimo.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	MONITORAMENTO		MEIO DE VERIFICAÇÃO
		INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	
Ampliação e democratização da educação e do conhecimento	Formação de convênios com o SEBRAE, SENAC, SENAI, escolas técnicas e outros parceiros para formação de cursos profissionalizantes como: empreendedorismo, cooperativismo/associativismo, desenvolvimentos de negócios, promoção, vendas e marketing.	100% cursos profissionalizantes	Convênios	Convênios firmados para realização de cursos profissionalizantes no Território.
	Valorização (formação continuada, condições de trabalho e remuneração) do magistério: formação continuada de professores e concurso público.	100% formação	Profissionais	Implantação do plano de cargos, carreira e salários dos profissionais de educação.
	Utilização da estrutura da Escola Agrícola de Ceará Mirim para implantação de núcleo técnico profissional voltado para agricultura familiar e pesca artesanal, incluindo os cursos de agronomia, ciências agrárias e engenharia de pesca.	100% cursos implantados	Cursos	Núcleo técnico implantado e funcionando com cursos profissionalizantes.
	Implantação de laboratórios de inclusão digital e informatização das escolas rurais de modo a garantir o funcionamento adequado.	100% equipamentos de informática	Equipamentos	Laboratórios de inclusão digital funcionando e informatização de todas as escolas rurais.
	Criação de escolas regionais de arte, cultura e teatro.	100% escolas	Escolas regionais	Escolas regionais de arte, cultura e teatro em funcionamento nos municípios de João Câmara, Ceará Mirim e Touros.
Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação, objetivando a conscientização e a participação efetiva dos seus membros;	Capacitação dos membros dos conselhos de educação.	100% membros dos conselhos de educação	Conselheiros	Conselheiros de educação capacitados para participarem ativamente dos processos de elaboração de políticas públicas.

Eixo Estratégico: Justiça social para todos os habitantes do Território do Mato Grande.

PROGRAMAS	PROJETOS	MONITORAMENTO		MEIO DE VERIFICAÇÃO
		INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	
Valorização dos profissionais de educação com formação contínua;	Implantação de normas legais para estabelecimento da remuneração digna dos profissionais da área de educação.	100% de normas implantadas	Profissionais de educação	Normas legais implantadas, para atendimento a todos os profissionais de educação do Território.
Segurança Pública e Defesa Social do Território.	Reforço policial das rodovias federal, estadual e municipais.	100% das rodovias	Policiais	Monitoramento sistemático das rodovias para reduzir os índices de violência e acidentes nas estradas.
	Implantação de núcleos de segurança comunitária, priorizando os municípios com maior número de homicídios.	100% dos municípios	Municípios	Implantação e monitoramento de núcleos de segurança, com destaque para atuação das delegacias de polícia dos municípios com maior índice de homicídios,
	Capacitação da sociedade civil para participação efetiva no combate a criminalidade através de campanhas educativas.	100% da população	População	Capacitação e qualificação da população do Território para o combate a criminalidade, a partir de uma efetiva campanha de educação, principalmente nos espaços públicos.
	Criação de um sistema compartilhado de segurança, onde atua a polícia civil, militar, poder judiciário, científica e ministério público.	100% de Sistema integrado de segurança	Policiais	Sistema integrado de segurança publica em todos os municípios do Território.
	Criação da guarda municipal, segurança para o mar, municipalização da polícia civil, guarda ambiental, guarda marítima e patrimonial	100% Criação e/ou ampliação da municipalização da segurança publica	Policiais	Municipalização da polícia no Território, com a criação da guarda municipal, ambiental, marítima e patrimonial e efetiva atuação no Território.
Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Segurança, objetivando a conscientização e a participação efetiva dos seus membros;	Formação continuada dos membros dos conselhos de segurança.	100% dos conselhos	Conselheiros	Conselheiros capacitados para atuarem de forma efetiva na elaboração de políticas públicas.
Valorização dos profissionais de segurança com formação contínua;	Implantação de normas legais para estabelecimento da remuneração digna dos profissionais da área de segurança.	100% das normas legais implantadas	Profissionais de segurança	Implantação de normas legais e em funcionamento para todos os profissionais de segurança do Território.

6.2 Dimensão Ambiental

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	MONITORAMENTO		MEIO DE VERIFICAÇÃO INDICADOR
		INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	
Combate a desertificação no Território.	Criação de incentivos para os produtores da agricultura familiar e da pesca artesanal, com ênfase para o planejamento do uso sustentável dos recursos naturais, especialmente na recuperação, preservação e conservação de áreas degradadas (sistema de produção, manejo, utilização de máquinas e equipamentos e defensivos agrícolas).	100% de incentivos	Produtores	Execução de planejamento para o uso sustentável dos recursos naturais em todos os municípios do Território.
	Recuperação de áreas degradadas.	100% das áreas	Áreas recuperadas (hectares)	Implantação de projetos de recuperação das áreas degradadas do Território.
	Criar consórcios municipais para a formação de aterros sanitários e centrais de recolhimento de resíduos sólidos e líquidos.	100% formação de consórcios	Consórcios municipais	Consórcios municipais e sistemas integrados de resíduos sólidos e líquidos, assim como centrais de recolhimento.
	Promoção de campanhas de conscientização da população do Território para destino correto do lixo tóxico.	100% campanhas realizadas	Lixo	Realização de campanhas de conscientização da população para o destino correto do lixo tóxico.
	Instalar e/ou fortalecer os Conselhos Municipais de Meio Ambiente.	100% dos conselhos	Conselhos instalados	Conselhos municipais de meio ambiente em funcionamento em todos os municípios do Território.
	Criar instrumentos de monitoramento as atividades produtivas minerais (caieiras e pedreiras)	100% das unidades produtoras	Unidades produtoras	Implementação e funcionamento do monitoramento das atividades de extração mineral do Território.
	Utilização da Escola Agrícola de Ceará Mirim como Centro Técnico de Agricultura Familiar e Pesca Artesanal numa perspectiva de desenvolvimento sustentável com áreas demonstrativas de culturas orgânicas.	100% utilização da escola	Centro técnico	Funcionamento de centro técnico de agricultura familiar para o desenvolvimento de áreas demonstrativas de culturas orgânicas.

Eixo Estratégico: Conservação e Preservação do Meio Ambiente.

PROGRAMAS	PROJETOS	MONITORAMENTO		MEIO DE VERIFICAÇÃO INDICADOR
		INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	
Apoio a Gestão Ambiental	Criação de Comitês de Bacias (Ceará Mirim, Punaú, Boqueirão, Maxaranguape e Doce) e monitoramento de matas ciliares, encostas, corpos d'água e mangues.	100% comitês criados	Comitês	Apoio a organização e criação de comitês de bacias para intensificar o monitoramento as áreas de preservação, proteção e conservação.
	Criação e/ou (re)organização das secretarias municipais de meio ambiente e conselhos municipais de meio ambiente;	100% conselhos e secretarias	Secretarias e conselhos	Conselhos e secretarias municipais de meio ambiente atuando efetivamente no monitoramento das ações relacionadas ao meio ambiente.
	Implementação de instrumentos de apoio a gestão ambiental na área semiárida do Território	100% de instrumentos implementados	Instrumentos	Apoio a implementação de instrumentos para execução de ações relacionadas a gestão ambiental das áreas susceptíveis a desertificação em razão do Território está inserida no semi árido.
	Implantação de instrumentos de planejamento e gestão, específicos para o Turismo Ecológico – dunas na Praia dos Marcos no Município de São Miguel do Gostoso, Corais de Maracajaú no Município de Maxaranguape, Olho D'água no Município de Pureza e dunas no Morro do Ronca no Município de Caiçara do Norte.	100% dos instrumentos de planejamento e gestão implantados	Instrumentos	Apoio a implementação de instrumentos de planejamento e gestão para execução de ações relacionadas ao turismo ecológico.
	Instalação de comissão regional – João Câmara - de defesa civil (seca, enchentes e abalos sísmicos).	100% da comissão regional instalada	Comissão regional	Criação, instalação e funcionamento de comissão regional de defesa civil em João Câmara (município pólo) para realização de ações de prevenção e convivência com a seca, enchentes e abalos sísmicos.
	Instalação de equipamentos de fiscalização no controle do lixo do mar.	100% de equipamentos instalados	Instrumentos	Iniciativas de apoio a instalação e funcionamento de equipamentos de fiscalização no combate e controle do lixo do mar.
Educação ambiental para o sistema de ensino em todos os níveis;	Capacitação e conscientização das ATER's, agricultores e suas famílias para a prática da agricultura agroecológica e ao consumo consciente;	100% das pessoas capacitadas	Nº pessoas	Realização de capacitação dos diversos atores sociais (ATER, ATERs, agricultores familiares e famílias) do Território para a prática da agricultura agroecológica e ao consumo sustentável.

6.3 Dimensão Socioeconômica

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território

PROGRAMAS	PROJETOS	MONITORAMENTO		MEIO DE VERIFICAÇÃO INDICADOR
		INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Formação de agricultores familiares no manejo, produção e comercialização nas cadeias produtivas: Fruticultura; Apicultura; Mandiocultura; Aquicultura (pesca artesanal e piscicultura). Observando a vocação local.	100% de agricultores familiares	Agricultores familiares	Realização de formação de agricultores familiares na produção, manejo e comercialização das principais cadeias produtivas do Território, observando a vocação local para o desenvolvimento de atividades.
	Fundação de cooperativa de crédito no Território.	100% cooperativa fundada	Cooperativa	Fundação e funcionamento de cooperativa de crédito no Território de modo a facilitar as operações de crédito para os agricultores familiares.
	Criação de linhas de crédito para aquisição e melhoramento do padrão genético de animais bovino, caprino e ovino.	100% linhas de crédito	Linhas de crédito	Abertura de linhas de crédito para agricultores familiares no sentido de aquisição e melhoramento genético de animais bovino, caprino e ovino.
	Fomentar a produção de forragem artificial	100% produção	Forragem artificial	Estimular, incentivar e fomentar a produção de forragem artificial em todos os municípios do Território, no sentido de melhorar das pastagens.
	Ampliação das unidades de resfriamento do leite.	100% das unidades de resfriamento	Litros de leite	Ampliação e/ou implantação de unidades de resfriamento de leite nos municípios com aptidão para a produção de gado de leite.
	Implantação de 01 unidade de beneficiamento (pasteurização) de leite	100% das unidades de beneficiamento	Unidade de beneficiamento	Implantação e funcionamento de 01 unidade de beneficiamento (pasteurização) de leite no município com potencial para absorver toda a produção do Território.
	Implantação de casas de mel e modernização das já existentes.	100% casas de mel atendidas	Litros de mel	Implantação de funcionamento de casas de mel, segundo o potencial de localidade. Modernização das casas de mel existentes do Território, de modo a favorecer o beneficiamento e comercialização da produção de mel do Território.
	Construção e modernização de abatedouros e mercados públicos, com destinação adequada dos resíduos sólidos e líquidos em todas as sedes municipais.	100% abatedouros e mercados públicos atendidos	Abatedouros e mercados públicos	Abatedouros e mercados públicos modernizados, com destinação adequada dos resíduos sólidos e líquidos em todas as sedes municipais do Território.
	Aproveitamento e destinação econômica a produção de couros e peles dos abatedouros	100% couros e peles	Kg	Aproveitamento de 100% e destinação econômica da produção de couros e peles dos abatedouros do Território.

Eixo Estratégico: Fortalecimento das Cadeias Produtivas do Território

PROGRAMAS	PROJETOS	MONITORAMENTO		MEIO DE VERIFICAÇÃO INDICADOR
		INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	
Expansão e fortalecimento das cadeias produtivas	Implantação de roteiros turísticos integrados no Pólo de Turismo Costa das Dunas consubstanciados por demanda de turismo de praia, cultural, rural, lazer, ecológico e arqueológico, com melhoramento das rodovias estaduais e vicinais; modernização das sinalizações turísticas informativas e educativas; e apoio na criação/ampliação aos centros culturais de artesanato nos municípios com destino turístico.	100% de roteiros turísticos implantados	Roteiros turísticos	Roteiros turísticos totalmente implantados com toda a infra estrutura de apoio necessária a exploração sustentável nos municípios com destinos turísticos.
	Implantação e apoio a produção e uso do biodiesel através da cultura do girassol, gergelim e da cana de açúcar (etanol) e inclusão do LCC (líquido da castanha de caju)	100% apoio a produção de biodiesel	Produção de biodiesel	Atendimento a implantação e apoio a produção do biodiesel no Território.
	Instalação de unidade de crédito Banco do Nordeste no município sede de João Câmara.	100%	Unidade	Bando do Nordeste instalado e em funcionamento no município de João Câmara.
	Implementação de linhas de crédito do Banco do Brasil para a agricultura familiar.	100% agricultores familiares atendidos	Agricultores familiares atendidos	Bando do Brasil operando com linhas de crédito para atendimento a 100% dos agricultores familiares.
	Sensibilização dos Agricultores Familiares para adesão ao Programa de Merenda Escolar, como também para atender ao mercado.	100% Adesão dos agricultores	Agricultores atendidos	100% de adesão dos agricultores familiares em adesão os Programa de Merenda Escolar.
	Criação de linhas de crédito adequado as cadeias produtivas do Território.	100% de linhas de crédito	Linhas de crédito	Criação de linhas de crédito para atendimento a 100% das cadeias produtivas do Território.
	Implantação e modernização das unidades de beneficiamento de polpas de frutas	100% unidades de beneficiamento	Unidades atendidas	Unidades de beneficiamento de polpa de frutas implantadas e modernizadas as já existentes.
	Implantação de câmaras frigoríficas para pesca artesanal em todas as sedes municipais litorâneas.	100% municípios atendidos	Câmaras frigoríficas	Câmaras frigoríficas para a pesca artesanal implantadas em todos os municípios litorâneos do Território.
	Implantação de unidades de beneficiamento de peixe (defumado, lingüiça, hambúrguer) para armazenagem e comercialização.	100% unidades implantadas	Unidades	Unidades de beneficiamento de peixe e pescado, implantadas, para armazenagem e comercialização.
	Criação de um centro integrado de produção e comercialização de pescado na sede do município de Caiçara do Norte, integrando todos os municípios litorâneos.	100% centro integrado	Unidade	Centro integrado para produção e comercialização de pescado em funcionamento, integrando todos os municípios litorâneos.
	Instalação de infra-estrutura de apoio a construção de embarcações – Escola Estaleiro.	100% escola estaleiro	Unidade	Escola estaleiro em funcionamento para apoio a construção de embarcações.
	Melhoramento das rodovias estaduais e vicinais favorecendo a articulação e conectividade no Território.	100% rodovias e estradas vicinais	Km	Rodovias estaduais e das estradas vicinais em condições favoráveis ao tráfego, favorecendo a articulação e conectividade na Território.

6.4 Dimensão Político Institucional

Eixo Estratégico: Participação e Compromisso no Território

PROGRAMAS	PROJETOS	MONITORAMENTO		MEIO DE VERIFICAÇÃO INDICADOR
		INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	
Fortalecimento da Estrutura de Funcionamento do Colegiado	Garantia do funcionamento integral de cada instância com recursos para reuniões, eventos, deslocamento e eventual ajuda de custo.	100% recursos	R\$	Garantia de recursos para funcionamento integral de cada instância do Colegiado Territorial como reuniões, eventos, deslocamento e ajuda de custo.
	Monitoramento da execução do PTDRS	100% monitoramento	Relatórios	Elaboração de relatórios de monitoramento da execução das ações do PTDRS.
Ampliação do processo de mobilização e empoderamento do Colegiado Territorial, Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico e das Câmaras Temáticas	Criação de uma comissão de Articulação Territorial	100%	Comissão	Instalação de uma comissão de articulação para o processo de mobilização e empoderamento do Colegiado Territorial, Núcleo Diretivo, Núcleo Técnico e das Câmaras Temáticas.

Eixo Estratégico: Territorialização das Políticas Públicas no Território

PROGRAMAS	PROJETOS	MONITORAMENTO		MEIO DE VERIFICAÇÃO INDICADOR
		INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	
Apropriação e Acompanhamento da Matriz on-line.	Capacitação para Monitoramento da Matriz on-line	100% da matriz on-line	Relatórios de monitoramento	Relatórios de monitoramento da formação continuada da matriz on-line para apropriação e acompanhamento.
Conhecimento, estruturação e articulação do Poder Local e Territorial	Mapeamento das administrações no executivo e legislativo local	100% do mapeamento	Relatórios de acompanhamento	Relatórios de acompanhamento do mapeamento das ações das administrações do poder executivo e legislativo municipal de todos os municípios do Território.
	Conhecimento, Mobilização e Participação das Redes e Movimentos Sociais presentes no Território	100% de mobilização	Relatórios de acompanhamento	Relatórios de acompanhamento acerca da mobilização e participação das redes e movimentos sociais presentes do Território.
	Revitalização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável	100% de revitalização dos conselhos	Unidades	Relatórios de monitoramento acerca da revitalização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.
	Implantar delegacias para as mulheres nos municípios	100% delegacias implantadas	Unidades	Delegacias para as mulheres implantadas e em funcionamento em todos os municípios do Território.

Eixo Estratégico: Efetividade na Atuação do FOMAG

PROGRAMAS	PROJETOS	MONITORAMENTO		MEIO DE VERIFICAÇÃO INDICADOR
		INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	
Criar sistema de comunicação. Sistema Integrado de Comunicação – SICOM	Implantação de Boletim impresso com as ações territoriais e síntese do território	100% boletins impressos	Unidades	Quantidades de boletins, trimestral, impressos com uma síntese das ações territoriais realizadas e futuras.
	Criação de rádio itinerante, blogs, boletins eletrônicos, grupos na internet, informativos.	100% instrumentos de comunicação	Unidade	Instrumentos de comunicação, com 100% de funcionamento, com a criação de radio itinerante, blogs, boletins eletrônicos, grupos da internet, informativos.
	Democratização das Rádios comunitárias do Território	100% das rádios	Unidades	Utilização democrática no nível de parceria de todas as rádios comunitárias do Território.

AÇÕES PARA GESTÃO DO PTDRS

Capítulo VII

AÇÕES PARA A GESTÃO DO PTDRS

7.1 Ações para a Gestão do PTDRS

Na perspectiva de implantar os projetos específicos do Território Mato Grande demandados e deliberados em Plenária. O Colegiado Territorial elaborou uma estratégia para garantir a execução e funcionamento dos mesmos, a cada etapa de execução, os arranjos institucionais divergem de acordo com a atividade realizada. O Colegiado Territorial Mato Grande elaborou uma situação hipotética de um projeto para a aplicabilidade e execução.

Mobilização, participação e capacitação: ações que imprimirão uma dinâmica de mobilização permanente e que identifique os responsáveis do colegiado e as instâncias corretas.

Fortalecimento Institucional: Descrever uma forma de apoio ao processo de gestão social e planejamento territorial e execução do mesmo. Programa de Apoio Territorial: custeio das ações do colegiado como programa no plano.

Agenda Executiva: Esta agenda será resultado do planejamento operacional a cada ano identificando as ações, parceiros, operacionalização, produtos esperados, prazos e períodos, bem como detalhamentos pertinentes e fundamentais para a elaboração de projetos executivos.

Audiências Públicas: identificar neste item formas para além das reuniões e momentos do colegiado territorial que divulgue e legitime o plano como instrumento territorial e de interesse regional para o desenvolvimento....foi citado acima audiências, podendo ser outras formas...

Negociação Territorial: Ações imediatas para a negociação fazendo interface com os Planos diretores dos municípios, Planos Territoriais de Cadeias Produtivas, Planos de Desenvolvimento de Assentamentos (PDA's), etc.

Estratégia de Comunicação: Descrever os objetivos (divulgar, promover, etc.), os veículos (rádios, internet, boletins, etc.) e identificando os responsáveis prevendo coletivos em forma de comissões ou equipes de trabalho que assumirão a comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **O Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada – volume 4, nº 2, abril/junho 2000.
- ABRAMOVAY, Ricardo e VEIGA, José Eli (1999) – “Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) – In GUEDES, Vicente G. F. e
- Cadastro Nacional de Saúde - CNES. Dez/2007. Disponível em <<http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/rn.htm>> Acesso em: 04.08.2009.
- CÂMARA, O. N. *et al.* Atlas para a Promoção do Investimento Sustentável no Rio Grande do Norte. Natal-RN: IDEMA, 2006. CD Rom.
- CPRM, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; Serviço Geológico do Brasil. Total de poços perfurados. Natal – RN. 2005.
- Cooperativa dos Trabalhadores Autônomos. Plano Safra Territorial do Mato Grande. Natal: CTA/CEF/SDT, 2005.
- Controladoria Geral da União. Portal da Transparência. Brasília-DF: Governo Federal, 2009. Disponível em: <http://rn.transparencia.gov.br/>. Acessado em 13 out. 2010.
- Departamento de Informática do SUS/DATASUS. Sistema de Informações Hospitalares do SUS. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/catalogo/sihsus.htm>>. Acessado em: 01 ago. 2010.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em < www.sidra.ibge.br> Acesso em 25 de janeiro de 2009.
- IBGE. Censos agropecuários 1996/2006. Disponível em: < www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso: 29/08/2009.
- _____. Censo Demográfico 2000/2007. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em <www.sidra.ibge.br> Acesso em 19 de agosto de 2009.
- IDEMA. Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Norte 2000/2007. Disponível em <<http://www.idema.rn.gov.br>> Acesso em 05/nov 2009.
- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Histórico do Campus de João Câmara – IFRN. 2009. Disponível em: <<http://www.ifrn.edu.br>>. Acessado em: 15 de março 2010.
- _____. Cursos técnicos integrados. Disponível em: <<http://www.ifrn.edu.br>>. Acessado em: 18 de março 2009.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília: MDA/SDT – CONDRAF, 2005.
- _____. **Fortalecimento da Gestão Social do Desenvolvimento Territorial**. Brasília: MDA/SDT, 2004
- _____. **Diretrizes para o Desenvolvimento Rural Sustentável**. MDA/CONDRAF, 2006
- Ministério da Pesca e Aquicultura. Registro geral da pesca de 2010. In: CTA. Programa Territorial de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Aquicultura do Território do Mato Grande. Natal: MPA/SFPA/CTA, 2010.
- MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Guia para o Planejamento**. Brasília, DF: Novembro, 2005.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca – PAN/Brasil**. Brasília, 2004.

_____. Secretaria de Recursos Hídricos. **Panorama da desertificação no Estado do Rio Grande do Norte**. Natal, 2005.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2003. Disponível em: www.pnud.org.br/atlas. Acesso em: 15/07/2009.

PUTNAM, Robert D. – **Comunidade e Democracia – A experiência da Itália Moderna**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SEMARH. Açudes. Disponível em: <<http://www.semarh.rn.gov.br/consulta/AcudesPrincipal.asp>>. Acesso em: 23-07-2009.

_____. **Bacias hidrográficas do Rio Grande do Norte**. Disponível em: <<http://serhid.rn.gov.br>> Acesso em 12 junho de 2009.

SEMARH. **Sistemas Aquíferos do Estado do Rio Grande do Norte. 2001**. Disponível em. <http://www.semarh.rn.gov.br/busca.asp> Acesso em 29 de setembro de 2009

SEPLAN, RIO GRANDE DO NORTE. IICA. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte: v. 1 – Diagnóstico; v. 2 - Estratégia, programas e projetos e sistema de Gestão**. Natal – RN. 2000.

Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS: Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Brasília-DF: SDT/MDA, 2009. 42p.

_____. Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Brasília-DF: SDT/MDA, 2003.